ORLANDO FIGES

A HISTÓRIA DA RÚSSIA

«O livro de que precisa para entender a Rússia moderna.»

★ ANNE APPLEBAUM ★

D.QUIXOTE

ORLANDO FIGES

A HISTÓRIA DA RÚSSIA

Tradução
José Mendonça da Cruz

Ficha Técnica

Título: A História da Rússia
Título original: The Story of Russia
Autor: Orlando Figes
Edição: Duarte Bárbara
Tradução: José Mendonça da Cruz
Revisão: Margarida Campos
Capa: Rui Garrido
Fotografia do autor: Agence Opale/Alamy Stock Photo/Fotobanco.pt
Mapas: Bloomsbury/Leya
Imagens de extratextos: © Bloomsbury
ISBN: 9789722075916

Publicações Dom Quixote
uma editora do grupo Leya
Rua Cidade de Córdova, n.º 2
2610-038 Alfragide – Portugal
Tel. (+351) 21 427 22 00
Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2022, Orlando Figes
© 2022, Publicações D. Quixote (não inclui Brasil e América Latina)
Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor.
Este livro foi traduzido segundo o Novo Acordo Ortográfico de 1990.
www.leya.pt

Índice

Capa
Ficha Técnica
Introdução
1. Origens
2. O Impacto Mongol
3. Czar e Deus
4. Tempos de Dificuldades
5. A Rússia Virada para o Ocidente
6. A Sombra de Napoleão
7. Um Império em Crise
8. A Rússia Revolucionária
9. A Guerra à Velha Rússia
10. Mãe-Pátria
11. Que Tipo de Fim?
Abreviações nas Notas
Agrdecimentos
Extratextos

Para Stephanie.
Mais uma vez. Sempre.

Mar da Noruega
Círculo Polar Ártico
Mar Branco
Arkhangelsk
Solovetsky
Oulu
Umeå
Trondheim
FINLÂNDIA
SUÉCIA
NORUEGA
Golfo de Bótnia
Petrozavodsk
Ladoga
Oslo
Helsínquia
São Petersburgo
Staraya Ladoga
Oranienbaum
Fortaleza Nöteborg
Tsarskoe Selo
Estocolmo
Talin
Narva
RÚSSIA
ESTÓNIA
Chud
Il'men
Kostroma
Dorpat
Novgorod
Pskov
Volga
Sergiev-Posad
Suzdal
Vladimir
Klin
Tushino
Moscovo
Zvenigorod
Riga
LETÓNIA
Mar Báltico
DIN
Copenhaga
LITUÂNIA
Borodino (1812)
Moscova
Riazan
Neman
Polotsk
Smolensk
Staraya Riazan
Kaliningrado
RÚSSIA
Ugra
Kaluga
Tula
Katyn
Vilnius
Hamburgo
Friedland (1807)
Lagos Masurianos (1914)
Tannenberg (1914)
Minsk
Kulikovo (1380)
Elbe
BIELORRÚSSIA
Orel
Oka
Kozlov
Don
Berlim
Poznan
Varsóvia
Voronezh
ALEMANHA
Brest
Kursk
Leipzig (1813)
Dresden
POLÓNIA
Chernigov
Belgorod
Munchengrätz
Chernobyl
Praga
Vladimir-Volínia
Kiev
Pereyaslav
Poltava
CHÉQUIA
Rostavtsya
Rosava
Ros
Dniepre
Austerlitz (1805)
Lviv
Galich
UCRÂNIA
Dnipro
ESLOVÁQUIA
URSS (1944-91)
Viena
Bratislava
Kryvyi Rih
Kalka
MLD
1
2
ÁUSTRIA
Budapeste
Nikolaev
Chișinău
Liubliana
HUNGRIA
Kherson
Mar de Azov
Veneza
ELV
Odessa
Zagreb
Kerch
ROMÉNIA
Anexado pela Rússia (2014)
Novi Sad
CROÁCIA
Montanhas do rio Alma (1854)
Sebastopol
BeH
Belgrado
Bucareste
Foros
Sarajevo
Mar Adriático
SÉRVIA
Danúbio
Mar Negro
MN
Pristina
Sófia
Podgorica
KO
BULGÁRIA
ITÁLIA
Skopje
Tirana
MCD
Istambul
Nápoles
Salonica
ALB
Monte Atos
Dardanelos
GRÉCIA
Mar Egeu
Mar Jónico
Atenas
Estados dissidentes
1. Transnístria
2. Donetsk
3. Lugansk
4. Abcásia
5. Ossétia do Sul
6. Artsaque
0 100 200 300 km

Rússia na Europa
Batalhas
URSS (1944–91)
0 100 200 300 400 500 km
FINLÂNDIA
Mar Branco
Círculo Polar Ártico
Pustozersk
Solovetsky
Arkhangelsk
Canal do Mar Branco (Belomorkanal)
Ladoga
Staraya Ladoga
Volkhov
Solvychegodsk
Ustiug
Cherdyn
Irtysh
MONTES URAIS
Volga
Kostroma
RÚSSIA
Perm
Tyumen
Kama
Ekaterinburg
Klin
Sergiev-Posad
Suzdal
Borodino (1812)
Tushino
Moscovo
Vladimir
Nizhny Novgorod
Novo-Ogarevo
Arzamas
Sviazhsk
Kazan
Chelyabinsk
Ugra
Oka
Kaluga
Ardatov
Alatyr
Ufa
Tula
Riazan
Staraya Riazan
Bezdna
Kulikovo (1380)
Simbirsk
Kostanay
Orel
Kozlov
Belinsky
Penza
Samara
Magnitogorsk
Ardym
Kursk
Tambov
Voronezh
Oremburgo
Belgorod
Saratov
Uralsk
Aktobe
Don
Volga
UCRÂNIA
Volgograd
CAZAQUISTÃO
3
2
Kalka
Novocherkassk
Fortaleza de Azov
Nova Sarai
Atyrau
BAYKONUR
Mar de Azov
Velha Sarai
Astracã
Mar de Aral
Itil
Stavropol
Aktau
Mar Negro
Beslan
Chechénia
UZBEQUISTÃO
Sukhumi
4
GEÓRGIA
5
Batumi
Gori
Tbilisi
Mar Cáspio
ARMÉNIA
AZERBEIJÃO
Erzurum
Ierevan
Baku
6
TURQUIA
TURQUEMENISTÃO
IRÃO
Asgabade

Rússia na Ásia
URSS (1944–91)
0 500 1000 km
Longyearbyen
Oceano Ártico
Estreito de Bering
EUA
DIN
NORUEGA
Oslo
SUÉCIA
Berlim
Estocolmo
FINLÂNDIA
POL
Talin
Helsínquia
Riga
Varsóvia
Solovetsky
Mar de Barents
Mar de Laptev
Mar de Kara
Mar Siberiano Oriental
Anadyr
Mar de Bering
Linha Internacional de Data
Vilnius
Pskov
São Petersburgo
Novgorod
Minsk
BIE
Smolensk
Pustozersk
Kiev
Moscovo
Kostroma
UCR
Orel
Tula
Vladimir
Ustiug
Salekhard
Nikolaev
Riazan
Kursk
Nizhny Novgorod
Kharkiv
Arzamas
Perm
Voronezh
Alatyr
Kazan
Penza
Ulyanovsk
Novocherkassk
Saratov
Samara
Ekaterinburg
Surgut
Volgograd
Tobolsk
Stavropol
Orenburg
Magnitogorsk
Astracã
Tbilisi
Omsk
Yerevan
Baku
Mar de Aral
Nur-Sultã
Novosibirsk
Krasnoyarsk
Irkutsk
Baical
CAZAQUISTÃO
Teerão
Asgabade
UZB
TCM
Tashkent
Almati
Samarcanda
Bisqueque
Duxambé
TJ
IRÃO
AFEGANISTÃO
Cabul
PAQ
MONGÓLIA
Ulan Bator
CHINA
Beijing
RPC
Pyongyang
COR
Seul
Vladivostok
Khabarovsk
URSS (1944-91)
Mar do Japão
JAPÃO
Tóquio
Quioto
Ilhas disputadas desde 1945
Oceano Pacífico
Mar de Okhotsk
Okhotsk
Yakutsk
Petropavlosk-Kamchatskiy
Círculo Polar Ártico
R Ú S S I A
Ob
Taz
Lena
Yenisey
Angara
Aldan
Vilyuy
Tunguska
Kama
Volga
Ural
Irtysh
Tobol
Amur
Songhua
Xiliao
Kolyma
Indigirka
Khatanga
Anadyr
Kamchatka
Ilhas Curilas
Mar Cáspio
GEO
AZE
Sir Dária
Amu Dária
Helmande
Farcanda

Dublin
Edimburgo
Londres
Paris
Bruxelas
Luxemburgo
Oslo
Copenhaga
Berlim
Estocolmo
Praga
Viena
Helsinque
Riga
Talin
Varsóvia
Vilnius
Pskov
Budapeste
Belgrado
Minsk
Novgorod
Smolensk
Bucareste
Kiev
Moscovo
Chisinau
Kursk
Nizhny Novgorod
Simbirsk
Ancara
Volgograd
Sucumi
Batumi
Nova Sarai
Ierevan
Baku
Bagdad
Teerão
Koweit
Asgabade
Tasakent
Duxambé
Almaty
Bisqueque
Doha
Abu Dhabi
Cabul
Longyearbyen
Oceano Ártico
Mar do Norte
Mar de Barents
Mar de Laptev
Mar de Kara
Estreito de Bering
Mar Siberiano Oriental
Linha Internacional de Data
Mar de Bering
Oceano Pacífico
Círculo Polar Ártico
Yakutsk
Okhotsk
Mar de Okhotsk
Khabarovsk
Baical
Mar do Aral
Mar Cáspio
Mar Negro
Ulan Bator
Mar do Japão
Pyongyang
Seul
Pequim
Expansão da Rússia
Antes de 1533
1533–1689
1689–1801
Alexandre I (1801–25)
Nicolau I (1825–55)
Alexandre II (1855–81)
Alexandre III (1881–94)
URSS (1945–91)
RSFS da Rússia /Federação Russa (desde 1956)
0 500 1000 km

INTRODUÇÃO

Numa fria e cinzenta manhã de novembro de 2016, uma pequena multidão juntou-se na praça limpa de neve fronteira ao Kremlin, em Moscovo. Tinham vindo testemunhar o descerramento de um monumento ao Grão-Príncipe Vladimir, soberano da Rus de Kiev, «o primeiro Estado russo», entre 980 e 1015. Segundo a lenda, Vladimir foi batizado na Crimeia, então parte do Império Bizantino, em 988, assim iniciando a conversão do seu povo à Igreja Ortodoxa Oriental. A abrilhantarem a ocasião, nas suas vestes multicolores, estavam presentes todos os principais líderes religiosos da Rússia – o patriarca de Moscovo e Toda a Rússia, o ordinariato católico, o grande mufti, o rabino-chefe e o chefe da Sangha budista.

A figura de bronze, empunhando cruz e espada, tinha mais de vinte metros de altura. Era a mais recente numa série de enormes santuários a Vladimir, todos erguidos após a queda do comunismo no mesmo estilo nacional «russo» *kitsch* desenvolvido no século XIX. Já outras cidades russas, como Belgorod, Vladimir, Astracã, Bataisk e Smolensk, haviam construído monumentos ao grão-príncipe com fundos estatais ou provenientes de subscrições públicas. A estátua de Moscovo tinha sido financiada pelo Ministério da Cultura, uma sociedade de história militar e um clube de motociclismo.[1]

Foi outro Vladimir, o Presidente Putin, a fazer o discurso inaugural. Mesmo enquanto falava, conseguiu parecer entediado. Parecia que só desejava que a cerimónia acabasse depressa, o que terá sido, provavelmente, a razão para ela ter começado mais cedo do que previsto, logo que o realizador de cinema Fedor Bondarchuk, muito vocal no apoio à recente anexação pela Rússia da Crimeia ucraniana, convidou Vladimir Vladimirovich a vir ao microfone. Lendo uma folha de papel em tom monótono, Putin relembrou o simbolismo da data do descerramento, o dia

4 de novembro, Dia da Unidade Nacional da Rússia. O Grão-Príncipe, proclamou ele, tinha «reunido e defendido as terras da Rússia», ao «fundar um Estado forte, unido e centralizado, incorporando diversos povos, línguas, culturas e religiões numa enorme família». Os três países modernos cujas origens remontavam à Rus de Kiev (a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia) eram todos membros dessa família, continuou Putin. Era um único povo ou nação, partilhando os mesmos princípios cristãos, a mesma cultura e linguagem, as quais, insinuava ele, formavam o berço eslavo do Império Russo e da União Soviética. A conclusão foi retomada pelo patriarca Cirilo, que falou a seguir. Se Vladimir tivesse escolhido ficar pagão, ou se tivesse convertido apenas por si próprio, «não haveria Rússia, nem grandioso Império Russo, nem Rússia contemporânea».

Natalia Soljenítsin, a viúva do escritor, fez um terceiro e último discurso, breve e em tom diferente. A história traumática da Rússia do século XX, disse ela, dividiu o país, e de «todas as nossas divergências, nenhuma é mais divisiva do que o nosso passado». Concluiu com um pedido de «respeitar a nossa história», o que significava, não apenas orgulhar-se dela, mas também «honesta e corajosamente julgar o mal, e não apenas justificá-lo ou varrê-lo para debaixo do tapete para o esconder da vista».[2] Putin parecia incomodado.

Os Ucranianos ficaram furiosos. Tinham a sua própria estátua do Grão-Príncipe, Volodimir, como lhe chamavam. Fora erigida em 1853, no tempo em que a Ucrânia fora parte do Império Russo, bem alto na margem direita do rio Dniepre, olhando Kiev, capital da Ucrânia. Após o colapso da União Soviética, em 1991, a estátua tornara-se símbolo da independência da Ucrânia em relação à Rússia. Minutos depois do fim da cerimónia de Moscovo, a conta oficial da Ucrânia no Twitter divulgava uma fotografia do monumento de Kiev com a seguinte legenda em inglês: «Não esqueçam o aspeto do verdadeiro monumento ao Príncipe Volodimir.» O presidente ucraniano, Petro Poroshenko, eleito no rescaldo da revolução Maidan de 2014, acusou o Kremlin de apropriar-se da história da Ucrânia, equiparando esse comportamento «imperial» ao da anexação da Crimeia, parte da Ucrânia soberana, pela Rússia, em vésperas da sua eleição.[3]

Havia anos que Kiev e Moscovo vinham lutando por Volodimir/ /Vladimir. O monumento de Moscovo fora feito com um metro de altura mais do que o de Kiev, como que para afirmar o primado da reivindicação russa do Grão-Príncipe. Enquanto Putin atribuía a Vladimir a fundação do moderno Estado russo, os Ucranianos proclamavam que Volodimir era seu – o «criador do Estado europeu medieval da Rus-Ucrânia», como o classificara Poroshenko num decreto de 2015, no milénio da morte do Grão-Príncipe, em 1015 (o facto de o termo «Ucrânia» só surgir em fontes escritas em finais do século XII, e ainda assim apenas no sentido de *okraina*, antiga palavra eslava para «periferia» ou «raia», foi convenientemente esquecido). Meses depois, Poroshenko acrescentaria que a decisão de Volodimir de batizar a Rus de Kiev fora «não apenas uma decisão cultural ou política, mas uma opção europeia», mediante a qual Kiev se juntara à civilização cristã de Bizâncio.[4] A mensagem era clara: a Ucrânia queria ser parte da Europa, e não uma colónia russa.

As duas partes invocavam a história para construir narrativas de identidade nacional que servissem os respetivos propósitos nacionalistas. É claro que historicamente faz pouco sentido falar quer de uma «Rússia» quer de uma «Ucrânia» como nações ou Estados no século X (ou, aliás, em qualquer outra altura do período medieval). Aquilo que temos no conflito sobre Volodimir/Vladimir não é verdadeiramente uma disputa histórica, mas antes a incompatibilidade de dois mitos fundadores.

A versão do Kremlin – de que russos, ucranianos e bielorussos eram originalmente uma nação – é invocada para validar a reivindicação de uma «esfera natural de interesse» (querendo com isso significar um direito de interferência) na Ucrânia e na Bielorrússia. Como muitos russos da sua geração, criados nas teses históricas soviéticas, Putin nunca reconheceu verdadeiramente a independência da Ucrânia. Em 2008, ainda, Putin dizia ao presidente americano que a Ucrânia «não era realmente um país», mas sim uma parte histórica da Grande Rússia, uma região fronteiriça que protegia do Ocidente o coração moscovita. À luz desta lógica imperial, a Rússia tinha o direito de defender-se de intromissões ocidentais na Ucrânia. A anexação russa da Crimeia, juntamente com o apoio militar às milícias separatistas pró-russas no Leste da Ucrânia resultavam desta leitura enviesada da história do país. A invasão era a resposta da Rússia ao «putsch» de Kiev, como o Kremlin chamava ao levantamento Maidan, que

deflagrara como revolta popular contra o governo pró-russo de Viktor Yanukovich, quando este suspendeu as negociações com a União Europeia para um Acordo de Associação que prometia trazer a Ucrânia para a esfera ocidental. Poroshenko, por seu lado, serviu-se do mito da «opção europeia» da Ucrânia para legitimar a revolução que o conduzira ao poder, e a posterior assinatura desse acordo com a UE. O povo da Ucrânia tinha feito a sua «opção europeia» com a revolta Maidan.

«Quem controla o passado (…) controla o futuro: quem controla o presente controla o passado», escreveu George Orwell no seu *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*.[5] A máxima é mais verdadeira para a Rússia do que para qualquer outro país do mundo. Nos tempos soviéticos, quando o comunismo era o seu destino seguro e a história era ajustada para refletir esse objetivo, corria uma piada de que talvez Orwell se tenha lembrado: «A Rússia é um país com um futuro seguro; é só o seu passado que é imprevisível.»

Nenhum outro país reconfigurou o seu próprio passado com tanta frequência; nenhum tem uma história tão sujeita às vicissitudes da ideologia reinante. A história na Rússia é política. Tirar lições do passado nacional sempre foi a forma mais eficaz de ganhar uma discussão sobre direções e políticas futuras. Todos os grandes debates sobre o caráter e o destino do país têm sido enquadrados por questões relacionadas com a história. A controvérsia entre ocidentalistas e eslavófilos, que dominou a vida intelectual russa do século XIX, resumia-se a um conflito sobre a história. Para os que olhavam o Ocidente como fonte de inspiração, a Rússia saíra reforçada com as reformas ocidentalizadas introduzidas por Pedro, *o Grande*, no início do século XVIII; segundo os eslavófilos, porém, a cultura e as tradições originais russas, e a coesão nacional, tinham sido prejudicadas pela imposição feita por Pedro de modos ocidentais estranhos aos russos.

Hoje, o papel da história nesses debates é mais relevante que nunca. No sistema de Putin, em que não existem divisões partidárias esquerda-direita, nem confronto de ideologias a enquadrar o debate, nem significado publicamente aceite para conceitos básicos como «democracia» ou «liberdade», o discurso político é definido por ideias sobre o passado do país. Logo que o regime estabelece o significado de algum episódio da história russa, esse tema fica politizado. Isto nada tem de novo. Os

historiadores soviéticos estavam ainda mais reféns de mudanças na Linha do Partido, particularmente sob Estaline, quando a história era falsificada para lhe elevar o estatuto e desacreditar os adversários. Uns, eram obrigados a «corrigir» as suas obras, enquanto os outros as viam ser retiradas das livrarias ou eram proibidos de publicar outras.

Já antes de 1917 a história era cuidadosamente censurada. Tratava-se, não apenas de evitar a publicações de ideias ou factos que pudessem ser politicamente perigosos (tudo o que desse um retrato desfavorável da autocracia), mas de garantir que a história oficial do passado do país não fosse instrumentalizada de maneira que questionasse as políticas vigentes. Os historiadores ucranianos eram alvo de escrutínio especialmente apertado devido à presumível simpatia pelos valores europeus. Não estavam autorizados a publicar em ucraniano, a incentivar sentimentos nacionalistas ucranianos, nem a promover sentimentos de agravo contra a Rússia.[6]

Além do controlo de tais narrativas, a escrita da história na Rússia está enredada, desde que despontou em crónicas medievais, em conceitos míticos: os mitos da «Rússia Sagrada», do «czar sagrado», da «alma russa», de Moscovo como «Terceira Roma», e assim por diante. Esses mitos tornaram-se fundamentais para a compreensão que os russos têm da própria história e caráter nacional; e são eles que muitas vezes orientam (e desorientam) as políticas e atitudes ocidentais em relação à Rússia. A compreensão da Rússia contemporânea exige que desembrulhemos esses mitos, que expliquemos o seu desenvolvimento histórico, e analisemos como eles informam as ações e a identidade do país.

O grande historiador cultural dos mitos russos, Mikhail Cherniavsky, deu uma explicação convincente do extraordinário poder e persistência de tais mitos ao longo de muitos séculos:

> Tem sido constatado por muitos que os mitos, em vez de se aproximarem da realidade, tendem a estar em direta contradição com ela. E a realidade russa foi suficientemente «ímpia» para ter produzido os «mais sagrados» de todos os mitos. Quanto maior o poder do governo, mais extremo era o mito necessário para o justificar e desculpar a submissão a ele; quanto maior a infelicidade do povo russo, mais extremo era o salto escatológico que o mito tinha de proporcionar para justificar a infelicidade e transcendê-la.[7]

Foram muitos os autores a identificar no povo russo uma necessidade de mitos transcendentais promissores de uma melhor versão da Rússia. Nos romances de Dostoievsky, que tantas vezes têm como tema o sofrimento e a redenção, eles surgem como essência do caráter russo. A persistência desses mitos explica muito da história da Rússia: a força perene da fé ortodoxa; a demanda do povo de um czar divino, como encarnação dos seus ideais e que o libertaria da injustiça; os sonhos de construção de um paraíso na terra, uma utopia revolucionária, mesmo quando esse sonho se transformou no pesadelo do regime estalinista.

Tudo isto serve para explicar por que razão este livro é intitulado *A História da Rússia*. Ele tem tanto que ver com as ideias, mitos e ideologias que moldaram a história do país, com a forma como os russos têm interpretado o seu passado, como com os eventos, instituições, grupos sociais, artistas, pensadores e líderes que fizeram a sua história.

O livro começa no primeiro milénio, quando as terras da Rússia foram colonizadas pelos Eslavos, e termina com Putin, no terceiro milénio, e com a análise dos mitos históricos russos que ele tem usado para cimentar o seu regime autoritário. A tese subjacente é fácil de formular: a Rússia é um país que é mantido coeso à força de ideias que têm raízes no passado remoto, e de histórias permanentemente reconfiguradas e reajustadas segundo as necessidades presentes e uma reinvenção do futuro. A forma como os russos acabam por contar a respetiva história – e como a vão reinventando durante o processo – é um aspeto crucial dessa mesma história, a moldura subjacente a essa história.

O culto do Grão-Príncipe Vladimir, «Igual dos Apóstolos», como é chamado, ilustra esta reinvenção do passado. Dele, quase nada se sabe. Não existem documentos coevos, apenas crónicas posteriores de monges, e lendas hagiográficas sobre a sua conversão, que serviram de mito sagrado para a legitimação dos seus descendentes, os soberanos da Rus de Kiev. Vladimir foi um dos muitos príncipes a serem canonizados no período medieval, mas seria só mais tarde, a partir do século XVI, que o seu culto assumiu estatuto mais relevante, quando Ivan IV («o Terrível»), o promoveu como base da falsa reivindicação de que, enquanto czar em Moscovo, era o único e legítimo herdeiro dos soberanos de Kiev e dos imperadores de Bizâncio. O mito foi utilizado como parte do confronto da Rússia com a Polónia e a Lituânia, que tinham posse de porções do que

fora a Rus de Kiev. A partir do reinado de Ivan, Vladimir foi celebrado como «primeiro czar russo», sagrado «unificador das terras russas», numa narrativa lendária cujo objetivo era situar as raízes do império moscovita em expansão na Rus de Kiev e em Bizâncio como seus fundadores sagrados.[8]

Esse mito fundador foi fundamental para os Romanov, que não tinham descendência dos príncipes quievanos em que pudessem basear a sua frágil dinastia, fundada em 1613, ao fim de anos de guerra civil. Para simbolizar um legado quievano e fortalecer a reivindicação de soberania sobre a Ucrânia, Mikhail, fundador da dinastia, mandou trazer de Kiev para Moscovo as relíquias do Príncipe Vladimir (exceto a cabeça), onde permaneceram na Catedral da Dormição, no Kremlin, até 1917. À medida que o Império Russo se expandia, engolindo a maior parte da Ucrânia no século XVIII, o culto de Vladimir foi-se tornando o cerne do mito legitimador. A sua vida era venerada enquanto símbolo das origens sagradas do império e da «família» ou «nação» unida de Russos – os Grandes Russos, os Pequenos Russos (os Ucranianos) e os Russos Brancos, como eram chamados no discurso imperial. Era esse o significado russo que presidia ao monumento de Vladimir quando ele foi descerrado em 1853, embora em finais do século XVIII ele já começasse a ser contestado por nacionalistas ucranianos, que, como Poroshenko, proclamavam que a estátua era sua, um símbolo da sua pertença europeia.[9]

Além dos mitos que moldaram o passado da Rússia, há um certo número de temas recorrentes em *A História da Rússia.* Esses temas refletem as continuidades estruturais da história russa – os fatores geográficos, as crenças religiosas, os modos de governação, os ideários políticos e os usos sociais – que continuam a ser tão importantes para uma compreensão informada da Rússia de hoje. Os assuntos políticos da Rússia moderna são demasiadas vezes analisados sem conhecimento do passado do país. Para entender o que Putin realmente significa para a Rússia e para o mundo em geral, temos de compreender de que forma a sua governação se relaciona com os padrões de longo prazo da história russa, e que significado têm para os russos os apelos que ele faz aos «valores tradicionais».

Estas profundas continuidades estruturais tornar-se-ão evidentes ao longo da minha narrativa, mas convém deixar desde já bem claras uma ou

duas delas. A primeira é a mais óbvia: a vastidão e geografia da Rússia. Como é que a Rússia ficou tão grande? Como conseguiu expandir-se tanto através da Eurásia e incorporar tantas nacionalidades diferentes (194, segundo o primeiro censo soviético, feito em 1926)? Qual foi o impacto da dimensão da Rússia na evolução do Estado russo? No século XVIII, a imperatriz Catarina, *a Grande*, defendia que um país tão grande como a Rússia tinha de ser governado em autocracia: «Só a celeridade de decisão em assuntos trazidos de domínios distantes pode compensar a lentidão causada por tão grandes distâncias. Toda outra forma de governo seria não apenas danosa, mas inteiramente ruinosa para a Rússia.»[10] Mas teria de ser assim? Não haveria outras formas de governo representativo ou local que pudessem substituir um Estado autocrático?

A Rússia expandiu-se num território plano e aberto sem barreiras naturais. A sua posição tornava-a vulnerável a invasões estrangeiras, mas também dava acesso a influências das potências circundantes – os Cazares, os Mongóis, os Bizantinos, os Europeus e os Otomanos –, com as quais as relações eram definidas pelo comércio. À medida que se foi tornando mais poderoso, processo que devemos datar do século XVI, o Estado russo passou a concentrar-se na defesa das suas fronteiras. Essa prioridade envolveu determinados padrões de desenvolvimento que moldaram a história do país. E teve como consequência a subordinação da sociedade ao Estado e às respetivas exigências militares. As classes sociais foram criadas e juridicamente definidas de forma a beneficiarem o Estado na qualidade de contribuintes ou servidores militares. Traduziu-se também numa política de expansão terrirotial para tornar mais seguras as fronteiras da Rússia.

Desde a ascensão de Muscovy, ou Moscovo, cerne fundador do Estado russo, até às guerras de Putin, mostra a história que a Rússia tende a aumentar a sua própria segurança ao manter fracos os países vizinhos, e ao travar guerras além das suas fronteiras para manter a boa distância as potências hostis. Quererá isto dizer que a Rússia era carateristicamente expansionista, como afirmam tantos dos seus críticos na era moderna? Ou deverá essa tendência de expandir-se e colonizar os espaços em redor ser vista, antes, como um reação defensiva, resultante duma perceção da necessidade de Estados-tampão que a protejam nos espaços abertos da estepe?

A natureza do poder estatal é outro tema que vale a pena referir aqui. Catarina, *a Grande*, costumava comparar a Rússia aos Estados absolutistas europeus. Mas o Estado russo não era como aqueles. Evoluíra para uma autocracia patrimonial ou pessoal, em que o conceito de Estado (*gosudarstvo*) estava encarnado na pessoa do czar (*gosudar*) como lorde soberano ou proprietário das terras russas. Na Europa medieval a separação jurídica das duas entidades do rei – a sua pessoa mortal e o cargo sagrado da monarquia – permitiram o desenvolvimento de um conceito abstrato e impessoal do Estado.[11] Mas tal não aconteceu na Rússia. Desde o reinado de Ivan IV, czar e Estado eram considerados um – unidos no corpo de um único ser, que, enquanto homem e soberano, era um instrumento de Deus.

A sacralização da autoridade do czar, um legado de Bizâncio, foi tanto uma força quanto uma fraqueza do Estado russo. Por um lado, o mito do czar como agente sagrado foi essencial ao culto do santo czar que sustentou a monarquia até ao século XX, altura em que o mito por fim se desfez com as medidas repressivas tomadas por Nicolau II contra as manifestações populares. Por outro lado, esse mito pôde ser usado por líderes revoltosos, tal como o havia sido pelas revoltas encabeçadas pelos Cossacos nos séculos XVII e XVIII, a fim de subverter o poder do czar. No imaginário popular, o santo czar era o portador de verdade e justiça social *(pravda*) para o povo. Mas se o czar trazia injustiça, então não podia ser o «verdadeiro czar» – seria talvez o Anticristo enviado por Satã para destruir a obra de Deus na «terra sagrada da Rússia» –, e, como tal, podia ser combatido. Ao proclamarem que combatiam para repor no trono o verdadeiro czar, os líderes rebeldes cossacos conseguiram mobilizar uma massa de seguidores para movimentos de protesto que abalaram o Estado em momentos de crise da sua história moderna.

A Revolução Russa de 1917 trazia subjacentes idênticas ideias de verdade e justiça. O mito do santo czar também abriria caminho ao culto de líderes como Lenine e Estaline, que haveriam de ter estátuas em todas as praças. O regime de Putin vai beber neste arquétipo monárquico de governação, proporcionando uma aparência de estabilidade baseada em «tradições russas».

O culto de Putin ainda não está gravado em pedra. Ainda não há estátuas dele em praças públicas. Mas, durante o descerramento do monumento ao

Príncipe Vladimir, em Moscovo, houve gente informada que disse que uma estátua do seu homólogo, o presidente russo, cedo apareceria junto às muralhas do Kremlin.

---

1. P.-A. Bodin, «The Monument to Grand Prince Vladimir in Moscow and the Problem of Conservatism», *in* M. Suslov e D. Uzlaner (eds.), *Contemporary Russian Conservatism: Problems, Paradoxes and Perspectives*, Leiden, 2019, p. 306.

2. <Kremlin.ru/events/president/news/53211. > A inauguração pode ser vista no vídeo inserido aqui: <en.wikipedia.org/wiki/Monument_to _Vladimir_the_Gr eat>.

3. A. Timofeychev, «Moscow Monument to Prince Vladimir provokes ire in Kiev», *Russia Beyond the Headlines*, 14 de novembro de 2016: <www.rbth.com/politics_ and_ society/2016/11/14/moscow-monument-to-prince-vladimir-provokes-ire-in-kiev _647 547>.

4. <korrespondent.net/ukraine/3544735-evropeiskyi-vybor-ukrayny-sdelAN-tysiachu-let-anzad-poroshenko >.

5. G. Orwell, *Nineteen Eighty-Four*, Londres, 2003, p. 40. As palavras são o *slogan* do Partido da Oceânia, onde a «mutabilidade do passado» é um dos «princípios sagrados» (p.31).

6. S. Velychenko, «Tsarist Censorship and Ukrainian Historiography, 1828-1906», *Caandian-American Slavic Studies*, vol. 23, n.º 4 (1989), pp. 385-408.

7. M. Cherniavsky, *Tsar and People: Studies in Russian Myths*, New Haven, 1961, p. 229.

8. E. Rostovtsev e D. Sosnitskii, «Kniaz Vladimir Velikii kak antsioanl'nsyi geroi», *Dialog so Vremenem*, edição 65 (2018), pp. 150-64.

9. Sobre a apropriação ucraniana do culto de Vladimir em finais do século XIX: H. Coleman, «From Kiev across All Russia: The 900th Aniversary of the Christianization of Rus and the Making of a National Saint in the Imperial Borderlands», *Ab Imperio*, vol. 19, no. 4 (2018), pp. 95-129.

10. S. Soloviev, *Istoriia Rossii s drevneishikh vremen*, 6 vols., São Petersburgo, não datado, vol. 6, p. 339.

11. E. Kantorowicz, *The King's Two Bodies*, Princeton, 1957.

Círculo Polar Ártico
NORLÂNDIA
Golfo de Bótnia
ÖSTERLAND
SAMI
Mar Branco
TRIBOS
FINO-ÚGRICAS
CARÉLIA
Ustiug
ROS-LAGEN
Ladoga
Birka
Golfo da Finlândia
Neva
Ladoga
Belozersk
Revel
Narva
Volkhov
ROSTOV-SUZDAL
Chud
NOVGOROD
Mar Báltico
Visby
Yuryev
Novgorod
Kostroma
Volga
LIVÓNIOS
Pskov
Rostov
Nizhny Novgorod
Grobin
Jersika
Tver
Suzdal
Vladimir
Toropets
LITUANOS
Moscovo
Moscovo
Murom
Neman
Polotsk
SMOLENSK
MURÓM-RIAZAN
Oka
Vitebsk
MORDOVIANOS
Truso
POLOTSK
Smolensk
Ugra
Tula
Riazan
Minsk
POLÓNIA
Brest
Turov
CHERNIGOV
Novgorod-Seversky
Kursk
Lublin
VOLYN
KIEV
Chernigov
Vladimir-Volhynia
Cherven
Belgorod
Kiev
PEREYASLAV
Rosava
Pereyaslav
Don
Rostavtsya
Poltava
Galich
Terebovl
Ros
Dniepre
POLOVTSIANOS
Cárpatos
Sarkel
HUNGRIA
Oleshye
Mar de Azov
Kerch
Crimeia
Danúbio
Tmutarakan
Chersonesos
Krym
Mar Negro
Sukhumi
Rus de kiev
Séc. XI
0 100 200 300 km

1

ORIGENS

Todos os países têm uma narrativa das respetivas origens. Uns, invocam mitologias divinas ou clássicas, histórias que os ligam a atos sagrados de criação ou a civilizações antigas, mas a maior parte, pelo menos na Europa, têm mitos fundadores inventados, em geral, no século XVIII ou no início do século XIX. Esse era um tempo em que historiadores nacionalistas, filólogos e arqueólogos procuravam a raiz das respetivas nações num *ethnos* primevo – homogéneo, imutável, contendo todas as sementes do moderno caráter nacional – que viam refletido em todo e qualquer vestígio que pudessem detetar nos primeiros povoamentos do território. Celtas, Francos, Gauleses, Godos, Hunos e Sérvios, todos eles serviram de povos ancestrais de alguma nacionalidade moderna, embora fossem, na realidade, grupos sociais complexos, formados ao longo de séculos de grandes migrações ao longo do continente europeu.[12]

As origens da Rússia são um bom exemplo. Em nenhum outro país houve tantas divergências sobre as próprias origens. Nenhum outro alterou tantas vezes a sua história. O tema é inseparável do mito. A única fonte escrita de que dispomos é o *Conto de Tempos Passados*, conhecido como *Crónica Primária,* obra compilada pelo monge Nestor e outros monges em Kiev durante os anos de 1110. Diz-nos ela que em 862 as tribos guerreiras eslavas do Noroeste da Rússia se concertaram para convidar os Rus, ramo dos Vikings, a governá-los: «Nossa terra é vasta e abundante, mas em ela não existe ordem. Vinde e reinai como príncipes e tende autoridade sobre nós!»[13] Três príncipes irmãos chegaram nos seus barcos longos com as famílias, e foram aceites pelos Eslavos. Dois dos irmãos morreram, mas o terceiro, Riurik, continuou a governar Novgorod, a mais

importante das cidades comerciais do Norte, até 879, altura em que lhe sucedeu seu filho, Oleg. Três anos depois, segundo reza esta história, Oleg conquistou Kiev, e assim foi estabelecida a Rus de Kiev, primeiro Estado «russo».

A *Crónica Primária* lê-se mais como conto de fadas do que como obra histórica. É um típico mito fundador – elaborado para estabelecer a legitimidade política dos ruríquidas, dinastia reinante quievana, como agentes eleitos por Deus para a cristianização das terras Rus. A maior parte do conteúdo é ficção – histórias arregimentadas a partir de canções épicas e poemas narrativos transmitidos oralmente (que na Rússia são chamados *byliny*). Sagas nórdicas, folclore eslavo, velhos anais e textos religiosos de Bizâncio. Nada dele pode ser tomado como facto. Não podemos sequer afirmar com segurança que Riurik tenha existido. Poderá ter sido um Rörik, sobrinho, filho ou talvez irmão do monarca dinamarquês Harald Klak, que estava vivo nessa moldura temporal. Mas não há qualquer indício que o ligue a Kiev, pelo que o fundador da dinastia poderá ter sido um outro guerreiro viking, ou uma figura alegórica.[14] Os monges quievanos estavam menos preocupados com o rigor da sua crónica do que com o respetivo simbolismo e significado religioso. Os limites cronológicos da narrativa são bíblicos. A *Crónica* traça a história dos Rus desde Noé, no Livro do Génesis, declarando que são descendentes de um dos filhos, Jafé, para dar a entender que a criação da Rus de Kiev era parte do plano divino.[15]

A *Crónica Primária* foi central nesse debate sobre as origens da Rússia que remonta à primeira metade do século XVIII, altura em que a historiografia russa estava na sua infância. A nova disciplina académica era dominada por alemães. Entre eles, contava-se Gerhard Friedrich Müller (1705-83), que aos 20 anos de idade se juntara ao corpo docente da recém-criada Academia das Ciências de São Petersburgo. Müller foi o editor-fundador da primeira série de documentos e artigos sobre história russa, a *Sammlung Russischer Geschichte* (Colectânea de História Russa), 1732-65, publicada em alemão para ilustrar uma audiência europeia, que não sabia praticamente nada da Rússia e da respetiva história. O auge da carreira atingiu-o em 1749, ao ser encarregado de fazer uma oração à Imperatriz Isabel, nos festejos do onomástico.

A preleção teve como título «Sobre as Origens do Povo Russo e Seu Nome». Nela, Müller resumia as descobertas de outros académicos alemães, que haviam concluído da leitura da *Crónica Primária* que a Rússia devia as suas origens aos Vikings. Os Rus, disse ele, eram escandinavos, cujo nome tribal derivava de *Ruotsi*, termo usado pelos Finlandeses para referir os suecos de Roslagen. Mas o momento era o menos indicado para sugerir que a Rússia fora criada por suecos ou por quaisquer outros estrangeiros. A vitória da Rússia na recente guerra contra a Suécia (1741-43) incendiara os sentimentos patrióticos, que abarcavam o passado do país. O texto de Müller foi alvo de críticas generalizadas na Academia, tendo sido nomeado um comité de escrutínio para decidir se a oração poderia ser proferida – se não no onomástico da imperatriz, em 5 de setembro, então no sétimo aniversário da sua coroação, em 25 de novembro – sem provocar «desestabilizações» na Rússia. Mikhail Lomonosov, o primeiro grande polímata da Rússia, encabeçou o ataque contra o alemão, que acusou de se empenhar em denegrir os Eslavos ao retratá-los como selvagens incapazes de se organizarem num Estado. Os Rus, insistiu ele, não eram suecos, mas sim eslavos do Báltico, descendentes da tribo Roxolani iraniana, cuja história remontava à Guerra de Tróia. As críticas de Lomonosov vinham coloridas de orgulho nacional, além de uma antipatia pessoal pelo alemão. Acusava-o, falsamente, de não saber ler russo, de por isso ter cometido erros grosseiros, e de, como todos os estrangeiros, não poder conhecer realmente a história do país, visto não ser russo.

Seguiram-se seis meses de polémicas académicas. Em 8 de março de 1750, o comité de escrutínio proibiu a preleção de Müller, e confiscou todos os exemplares impressos tanto em russo como em latim. Lomonosov participou na incursão. O alemão foi despromovido a um cargo secundário, e vedado o seu acesso ao arquivo estatal, alegadamente para defender o Império Russo das suas tentativas de «macular» a história. A carreira académica de Müller nunca se refez completamente, mas viria a publicar vários livros, nomeadamente *Origines gentis et nominis Russorum* (1761), em que desenvolvia as ideias da preleção. Publicado primeiro na Alemanha, o livro *Origines* só apareceria na Rússia em 1773, uma década depois da *Antiga História Russa* de Lomonosov, livro escrito para refutar a tese de Müller.[16]

A polémica sobre as origens da Rússia continua ainda hoje. Conhecida como *Controvérsia Normanda* (porque os Vikings eram normandos), ela tem uma alta carga política e ideológica. No seu cerne está a questão de saber se a Rússia foi criada por russos ou por estrangeiros.

Nas últimas décadas do século XVIII, a «Tese Normanda» de Müller ganhou aceitação na Academia de São Petersburgo, onde os historiadores de nacionalidade alemã predominavam. Segundo a tese que divulgaram, Riurik pertencia a uma tribo germana da Escandinávia, e a Rússia, enquanto Estado e cultura, fora portanto fundada por alemães. Catarina, *a Grande* (ela própria nascida alemã) apoiou aquela tese, por indiciar que os Russos eram de cepa europeia, uma opinião que promoveu nas suas diversas obras. Em mãos alemãs, a Tese Normanda traduzia-se por vezes em atitudes racistas em relação aos Eslavos. É típico o seguinte excerto de um ensaio de 1802 sobre a *Crónica Primária*, de autoria de August Ludwig von Schölzer:

> É claro que havia lá gentes (na Rússia), sabe Deus desde quando e vindas de onde, mas eram gentes sem qualquer liderança, vivendo como animais e aves nas suas vastas florestas… Nenhum europeu ilustrado tivera notícia deles ou sobre eles escrevera. Não havia verdadeiramente uma única cidade em todo o Norte… Selvagens, rústicos e isolados, os Eslavos só se tornaram socialmente aceitáveis graças aos Alemães, cuja missão, decretada pelo destino, foi a de lançar entre eles as primeiras sementes da civilização.[17]

A Tese Normanda apelava aos defensores da autocracia, postulando, como o fazia, que as tribos guerreiras eslavas eram incapazes de se governar. O mais destacado deles era Nikolai Karamzin, primeiro grande escritor e historiador russo, que se apoiou substancialmente na obra de Schölzer para escrever a sua *História do Estado Russo* (publicada em doze volumes entre 1818 e 1829). Antes da instituição da soberania de príncipes estrangeiros, declarava Karamzin, a Rússia não fora mais do que «um espaço vazio» de «tribos selvagens e guerreiras, a viverem ao nível dos animais e das aves».[18]

Estas teses foram repudiadas no século XIX por filólogos e arqueólogos. Impulsionados em muitos casos por um orgulho nacionalista da antiga cultura eslava da Rússia, esses autores procuravam indícios que pusessem em relevo a sua avançada vida social no primeiro milénio. Os anti-

normandistas, como eram chamados, defendiam que os Rus não eram da Escandinávia (não eram mencionados nas antigas fontes ou sagas nórdicas), mas sim eslavos, cujo nome, diziam, tinha surgido em fontes gregas do século II e árabes do século V. A pátria Rus, insistiam, era na Ucrânia, e distinguia-se pelos nomes eslavos dos rios (Ros, Rosava, Rusna, Rostavtsya, etc.). As escavações nos seus povoamentos tinham revelado uma construção em círculo defensivo, e um alto nível de cultura material através dos seus contactos com civilizações helénicas, bizantinas e asiáticas, muito antes da chegada dos Vikings.

A sorte dos anti-normandistas melhorou de par com a influência do nacionalismo no Estado russo. Atingiu o auge no tempo de Estaline, sobretudo depois de 1945, quando um chauvinismo da Grande Rússia, alimentado pela vitória sobre a Alemanha nazi, se tornou central na ideologia soviética. A etno-arqueologia dos primeiros povoamentos eslavos tornou-se fortemente politizada. Foram feitos investimentos estatais maciços em escavações cujo propósito era demonstrar a existência de uma «pátria eslava» que se estendia desde o rio Volga, a leste, até ao rio Elba, a oeste, e desde o Bálitico, a norte, até aos mares Egeu e Negro – por outras palavras, a área que Estaline reivindicava como «esfera de influência» soviética durante a Guerra Fria. A ideia de que a Rússia devia a sua origem a qualquer potência estrangeira – muito menos aos vikings «germanos» – tornou-se inadmissível. Os académicos que tinham ousado sugeri-lo foram obrigados pelo Partido a rever as suas obras.[19]

A tese soviética sobre as origens da Rússia ficou, portanto, emaranhada num conceito de etnicidade, em que o *ethnos* era considerado como um antigo núcleo de identidade nacional, que persistia ao longo da história, apesar das mudanças na sociedade. Numa altura em que os estudiosos ocidentais chegavam à conclusão de que os grupos étnicos eram construções intelectuais modernas, categorias ficcionais impostas a grupos sociais complexos, os seus homólogos soviéticos viam-nos como entidades primordiais definidas pela biologia. Através do estudo da etnogénese iam situar a origem da Rússia moderna num único povo da Idade do Ferro, declarando que os russos eram descendentes dos eslavos antigos.

Esta abordagem ressurgiu com ainda maior vigor depois do colapso da União Soviética, com nacionalistas russos, ucranianos e bielorussos a

digladiarem-se por uma reivindicação étnica de origens no legado quievano. Era esse o objetivo de Putin no seu discurso de descerramento do monumento ao Príncipe Vladimir, em Moscovo. Ao defender a herança russa de Kiev, invocava o velho mito imperial de que russos, ucranianos e bielorussos eram historicamente um só povo, três sub-grupos étnicos de uma nação una, assim afirmando uma esfera «natural» de influência da Rússia de hoje nas «terras ancestrais» das origens. A história é, evidentemente, mais complexa – ainda que também ela possa ser uma história.

*

A Rússia cresceu nas regiões florestais e estepes entre a Europa e a Ásia. Não tem fronteiras naturais, nem mares, nem cadeias montanhosas que definam o seu território, que ao longo da sua história foi sendo colonizado por povos de ambos os continentes. As montanhas dos Urais, consideradas a fronteira que divie a «Rússia Europeia» da Sibéria, não proporcionaram qualquer proteção aos colonos russos contra as tribos nómadas da estepe asiática. São uma série de altos picos quebrados por largos desfiladeiros. Em muitos locais mais parecem colinas. É significativo que a palavra russa para «colina» ou «montanha» seja a mesma, *gora.* Estamos perante um país que se estende por uma única planície horizontal.

De ambos os lados dos Urais o terreno é igual: uma vasta estepe longa de onze fusos horários, que se estende das fronteiras russas do ocidente até ao Oceano Pacífico, a leste. Este *continuum* territorial é formado por quatro bandas ou zonas que correm paralelamente, mais ou menos de uma ponta à outra. A primeira dessas zonas, cerca de um quinto da massa terrestre da Rússia, fica acima do Círculo Ártico, onde a tundra nua de árvores permanece debaixo de neve ou gelo durante 8 meses de cada ano. Os nómadas pastores de renas, e os caçadores de peles e morsas foram as únicas pessoas a habitar estas regiões até cerca do século XX, altura em que a descoberta de carvão, ouro, platina e diamantes no *permafrost* conduziu à colonização através do Gulag da zona Ártica, onde ainda hoje vivem 2 milhões de russos. A maioria deles são descencdentes dos prisioneiros do Gulag.

Andando para Sul, aproximamo-nos da zona da taiga, a maior floresta conífera do Mundo, que se estende do Báltico até ao Pacífico. É composta

de pinheiros e abetos, e intervalada por pântanos, lagos e rios de águas calmas, que foram o mais rápido meio de viagem até ao século XIX.

As zonas de pinhal dão lugar a florestas mistas e estepes escassamente arborizadas ao sul de Moscovo, onde o solo negro e fértil chega a ter vários metros de profundidade em certos locais. Esta terceira banda do território russo, conhecida como zona agrícola central, é larga no extremo ocidental, onde se funde com a planície húngara, mas estreita no leste, perto da Sibéria, onde a taiga se lhe substituiu. Os russos apossaram-se da região mais fértil no século XVI.

Finalmente, no extremo sul, chegamos à estepe pôntica, prados e savanas semiáridos que se estendem desde o litoral norte do mar Negro, a oeste, até ao mar Cáspio e ao Cazaquistão, a leste. A área foi conquistada pelos Russos às tribos nómadas turcomanas no século XVIII. Ela constitui a linha de falha religiosa entre a Rússia e o mundo muçulmano.

Os primeiros colonos de que há notícia nas terras que ficaram conhecidas como Rus de Kiev foram os Eslavos, embora houvesse também tribos fino-úgricas, como os Estónios, nas regiões florestais do Norte a partir de meados do primeiro milénio. Segundo a narrativa contada pela maioria dos historiadores, os Eslavos foram obrigados a fugir para as florestas do Norte por tribos turcomanas, cujo poderio militar lhes deu o controlo das pradarias mais para sul. Os Eslavos disseminaram-se em pequenos grupos pelas grandes florestas primevas, derrubando árvores e queimando o entulho para com as cinzas adubarem as searas (um método chamado corte-e-queima). A atividade agrícola na zona florestada do Norte era difícil. Era necessário um forte coletivismo para se sobreviver. Era preciso formar equipas para abater as árvores, e para semear e ceifar todas as searas durante a curta estação de cultivo entre o degelo e as enxurradas primaveris de abril e o início dos gelos invernais de outubro. O solo era pobre, arenoso, superficial e sobre rocha. Dos cereais, só era possível cultivar centeio, e a produtividade era baixa. No entanto, as florestas davam aos camponeses outros meios de subsistência: peles, mel, cera, pesca, carpintaria.

Os Eslavos viviam em povoações cercadas de muralhas de madeira. Democráticos por natureza, eram governados por assembleias de homens adultos (os Bizantinos chamavam a essa sua democracia «desordem e anarquia»).[20] Peritos no manuseio do machado, os Eslavos eram mestres

na transformação das árvores em edifícios, barcos longos e canoas, o que significa que juntavam a pesca e o comércio ao longo dos rios aos seus meios de subsistência. Cresceram em número, e obrigaram as tribos fino-úgricas a retirar-se mais para o interior da floresta. Em finais do primeiro milénio, já os Eslavos tinham desenvolvido uma cultura camponesa resistente e adaptável, baseada no coletivismo e no espírito de perseverança que caraterizaram os russos durante a maior parte da sua história.

Os Vikings chegaram à Rússia, não para saquear, como tinham feito em Inglaterra (a Rússia era demasiado pobre para isso), mas para utilizarem os inúmeros cursos de água nas suas viagens de longo curso entre Europa e Ásia. O nome dos Rus deriva provavelmente da antiga palavra nórdica *róa,* que significa «remar», o que sugere que os Rus tinham fama de barqueiros e eram, muito provavelmente, bastante diferentes em termos étnicos. Não eram uma tribo unida por uma origem étnica comum, mas sim um exército unido em empreendimentos económicos comuns. Viajavam nos seus escaleres desde a costa oriental sueca até à foz do rio Neva, localização da atual São Petersburgo. Dali, remavam para montante do Neva até ao lago Ladoga, importante entreposto comercial, onde adquiriam escravos e peles preciosas a eslavos e outros povos do Norte (as palavras «Eslavo» e «Escravo» tornaram-se sinónimos no léxico viking). A carga era transportada para sul ao longo dos rios Dniepre, Don e Volga, através do mar Negro e do mar Cáspio, até aos mercados de Bizâncio e do califado Árabe, onde escravos e peles eram altamente valorizados. Os Rus regressavam com moedas de prata, contas de vidro, ferramentas metálicas e joalharia – artefactos encontrados por arqueólogos em sepulturas da Velha Ladoga, considerada a primeira colónia viking, e que data do século VIII. As sepulturas também continham sapatos de couro, pentes feitos de osso e cartilagens, amuletos e varas rúnicas, de um tipo também encontrado na Escandinávia.[21]

Os Rus cedo se fixaram e se integraram na população eslava. As colónias como a Velha Ladoga eram comunidades multiétnicas com uma elite guerreira viking, e agricultores e artesãos eslavos e finlandeses. Os Rus adotaram a língua, os nomes, os usos e os rituais religiosos dos Eslavos, num processo de assimilação que foi acelerado pela comum conversão ao cristianismo durante o século X. Por essa razão, são raros os

vestígios escandinavos na língua russa ou em nomes de localidades da Rússia – em claro contraste com a forte influência viking tanto na língua como na toponímia de países como a Inglaterra ou a Alemanha.[22]

Os Rus causaram forte impressão nos árabes com que contactaram. Ibn Fadlan conheceu um grupo de mercadores em Itil, no Volga, perto do Mar Cáspio, em 921:

> Pude ver os Rus ao chegarem nas suas viagens de mercadores e ao acamparem perto de Itil. Nunca eu vi espécimes fisicamente mais perfeitos, altos como tamareiras, louros e rubros; não vestem túnicas nem cafetãs, mas os homens trajam uma peça que cobre um lado do corpo e deixa uma mão livre. Cada homem tem um machado, uma espada e um punhal, e os tem junto a si a todo o momento. Cada mulher usa sobre cada peito uma caixa de ferro, prata, cobre ou ouro; o valor da caixa indica a riqueza do marido. Cada caixa tem um aro de onde está dependurado um punhal. As mulheres usam aros de ouro e prata ao pescoço. Os adornos mais apreciados são as contas de vidro verde. Arranjam-nas em colares para as mulheres.[23]

Itil era a capital do Estado cazar, ou Khaganato, um império comercial multiconfessional, chefiado por uma tribo guerreira turcomana, e que se estendia desde o mar do Aral até às montanhas dos Cárpatos, e desde o Volga até às florestas do Alto Volga. Tinha um governo organizado, meios eficazes de coleta de impostos, e suficiente poderio militar para proteger as rotas fluviais de comércio contra as tribos nómadas, a mais perigosa das quais era a dos Polovtsianos (também chamados Quipchacos ou Cumanos). Fundada como uma aglomeração de colonatos diversos em meados do primeiro milénio, Kiev transformara-se num baluarte cazar, que controlava o rio Dniepre na rota comercial entre o Báltico e Bizâncio.

A influência cazar no desenvolvimento da Rus de Kiev é tema de controvérsia. Alguns estudiosos defendem que os Cazares desempenharam um papel mais importante do que os Vikings ou os Eslavos.[24] Autores bizantinos e árabes descreveram os Rus como vassalos do Canato, a ele ligados por matrimónio. Os primeiros governantes rus intitulavam-se Khagãs, o que sugere que a sua autoridade derivava dos Cazares. Do que não cabe dúvida é que tinham bem melhores relações com os Cazares do que as descritas em crónicas medievais, que nos pintam um quadro de incursões e violência ininterrupta de tribos cazares de língua túrquica contra os pacíficos colonos russos. Os historiadores da Rússia do século

XIX fiavam-se completamente nessas crónicas, e pintavam a história das origens da nação como uma luta épica dos agricultores das florestas do Norte contra os cavaleiros da estepe asiática. Esse mito nacional tornou-se tão crucial para a identificação dos russos como europeus, que a mera sugestão de que os seus antepassados tivessem sido influenciados pelas culturas asiáticas da estepe suscitava acusações de traição. Na realidade, eram raras as incursões das tribos da estepe, e houve longos períodos de coexistência pacífica, comércio, cooperação, convívio social e até casamentos mistos entre os Eslavos e os seus vizinhos nómadas da estepe. A influência das tribos da estepe era evidente na adoção pela elite rus do mesmo tipo de vestuário e símbolos de estatuto, como o uso de cintos cravejados de pesados adornos metálicos, ou de arreios ricamente ornamentados.[25] Devemos pensar nos primeiros rus, não como uma história de confrontos hostis entre colonos florestais e nómadas da estepe, mas antes de interação sobretudo pacífica entre todos os povos da Eurásia. Devemos pensar, talvez, nunca em termos de grupos étnicos, mas de uma união comercial entre grupos diferenciados: Eslavos, Finlandeses, Vikings e Cazares.[26]

A Rus de Kiev foi emergindo ao mesmo tempo que o Estado cazar entrava em declínio. O crescente poderio militar dos Rus permitiu-lhes libertarem-se do pagamento de impostos ao Khaganato; permitiu-lhes, ainda, assumir o papel do Khaganato de defensor das fronteiras norte de Bizâncio, papel esse que lhes valeu ricas recompensas sob forma de concessões comerciais em Constantinopla, capital de Bizâncio. À medida que o seu poder crescia, os guerreiros rus começaram a atacar as terras tributadas pelos Cazares entre o Volga e o Dniepre. Em 882 conquistaram Kiev, que se tornou capital da Rus quievana.

Sob os primeiros príncipes rus, Kiev transformou-se num importante entreposto comercial entre o mar Negro e o mar Báltico. No distrito urbano de Podol os arqueólogos descobriram grandes quantidades de moedas, ânforas e instrumentos de pesagem bizantinos, bem como vestígios de casas de madeira contruídas segundo uma técnica (sem recurso a pregos) caraterística do Norte russo. Para aumentar a população e a base tributável do novo Estado, o Príncipe Vladimir transferiu compulsivamente comunidades eslavas inteiras das florestas do norte para

as regiões vizinhas de Kiev. Foi o começo de uma longa tradição de movimentos populacionais maciços a mando do Estado russo.[27]

Estabelecer a sede de poder em Kiev teve duas consequências importantes para os Rus. Primeiro, houve uma mudança de propriedades, do comércio de longo curso para a atividade de coleta de impostos, que tinham visto proporcionar bons proventos aos Cazares. As terras antes controladas pelo Khaganato, eram agora tributadas por Kiev, que ergueu fortes e cidades para proteger os seus domínios da estepe ocidental. Em segundo lugar, o principal fluxo comercial mudou do Volga e do mundo muçulmano para o Dniepre e Bizâncio. Esta viragem para sul foi consolidada com uma série de tratados comerciais entre a Rus quievana e o Império Bizantino. Cada um deles foi precedido de ofensivas rus contra Constantinopla, cujo objetivo era forçar os Bizantinos a abrir os respetivos mercados e melhorar os termos das trocas comerciais. O primeiro desses tratados, celebrado em 911, deu generosas concessões aos mercadores rus.

Através do comércio e da diplomacia, a Rus pagã foi sendo atraída para a civilização cristã e o Império Bizantino. A Princesa Olga, que reinou como regente da Rus de Kiev entre 945 e 960, foi precursora. Fez-se batizar em Constantinopla, e aí cimentou uma aliança militar com o imperador ao adotar para si própria o nome da imperatriz reinante, Helena (Elena, em russo). O seu filho, Sviatoslav, continuou pagão, mas o neto, o grão-príncipe Vladimir, converteu-se, não só ele, a título pessoal, mas todo o reino à Igreja Ortodoxa Oriental em 988.

Segundo a *Crónica Primária*, a conversão de Vladimir foi o resultado da sua demanda da Fé Verdadeira. Reza a história que terá sido visitado por representantes de Estados vizinhos, que procuravam, cada um deles, convertê-lo à respetiva religião. Veio primeiro o enviado islâmico dos Búlgaros do Volga, que aliciou Vladimir com promessas de gozo carnal na vida eterna (tratava-se, segundo a lenda, de um homem que tinha 800 mulheres), mas indispô-lo irremediavelmente com a proibição do álcool («Beber é a alegria dos Rus. Não podemos viver sem ele», terá declarado o príncipe). A seguir, vieram os emissários papais alemães, seguidos por uma delegação de rabinos cazares (os líderes cazares tinham abraçado o judaísmo no século XIX). Nenhum deles conseguiu impressionar Vladimir. Por fim, chegaram os Bizantinos, e os seus argumentos persuadiram-no a despachar enviados que observassem as várias fés no seu próprio

ambiente. Entre os Búlgaros do Volga encontraram apenas «mágoa e um cheiro nauseabundo». Na Alemanha «não vislubraram glória». Mas em Santa Sofia de Constantinopla, «não sabíamos se estávamos no Céu ou na Terra» – contaram eles sobre a liturgia na basílica – «pois por certo não existe tal esplendor ou beleza em parte alguma da Terra. Não nos é possível descrever-vo-la. Sabemos tão só que Deus ali habita entre os homens. Pois não conseguimos esquecer tal beleza».[28]

Tal como o resto da *Crónica Primária,* a história é apócrifa. A conversão de Vladimir teve mais que ver com interesse de Estado e diplomacia do que com a estética dos ritos religiosos. A adoção de uma religião única e unificadora contribuía para legitimar o Estado quievano e estender a sua autoridade a todo o um território multiétnico, onde crenças e cultos pagãos diversos militavam contra a soberania do príncipe. A existência de literatura eclesial eslava já traduzida – que permitia a disseminação dos ensinamentos a uma larga área – dava aos cristãos ortodoxos uma clara vantagem sobre outras religiões cujas escrituras não estavam ainda traduzidas em eslavo. O fator-chave aqui foi a obra dos irmãos Cirilo e Metódio, missionários do século v enviados pelo imperador bizantino a espalhar o cristianismo entre os Eslavos. Tinham traduzido os Evangelhos Gregos em escrita glagolítica (uma versão precoce de cirílico, assim batizado pelos seguidores de Cirilo). Isto possibilitara a realização de serviços religiosos na língua eslava, em vez de em grego, que a população não compreendia.[29]

Neste ponto da *Crónica Primária* é-nos contado que Vladimir se converteu na Crimeia, aonde se deslocara com 6000 guerreiros para esmagar uma revolta contra o imperador bizantino Basílio II. O prémio da sua ação foi a mão da irmã do imperador, Ana, após a sua conversão ao cristianismo. Depois de esmagar a revolta, informa a *Crónica*, ainda teve de ameaçar com um ataque a Constantinopla para que Basílio honrasse a sua parte do acordo e o casamento ficasse confirmado. É possível que tudo isto não passe de lenda, uma história posteriormente inventada pelos monges de Kiev para retratar Vladimir, e, consequentemente, a Rus de Kiev, como par de Bizâncio, em vez de como Estado vassalo. É bem mais provável que Vladimir tenha esmagado a revolta na qualidade de agente de Bizâncio, e como tal tenha sido obrigado a converter-se antes de partir para a Crimeia.[30] Em vez do ato de autodeterminação celebrado pelos

modernos Estados russo e ucraniano, a conversão de Vladimir à Igreja Oriental poderá ter sido uma declaração de submissão do seu reino ao Império Bizantino.

*

A conversão de Vladimir trouxe a Rússia para a órbita cultural de Bizâncio, o que trouxe consigo uma revolução, não apenas na vida espiritual do país, mas também na sua arte e arquitetura, literatura, filosofia, e na linguagem simbólica e ideário do Estado.

Bizâncio era uma cultura universal, uma «Commonwealth», para adotar os termos do grande académico anglo-russo Dimitri Obolensky. Os seus povos estavam unidos pelo dúplice poder simbólico do imperador (o *basileus,* em grego, ou *czar*, no eslavo eclesial) e do patriarca ecuménico de Constantinopla, que nomeava o metropolita de Kiev, chefe da Igreja Russa.[31] O papel de Bizâncio era, portanto, semelhante ao de Roma no Ocidente latino. Tal como os latinos viam em Roma o centro das respetivas civilizações, assim os russos viam Constantinopla (a que chamavam Czargrado, a Cidade Imperial) como sua capital espiritual.

Através de Bizâncio, os Russos ficavam ligados aos Gregos, aos Búlgaros, aos Sérvios, aos Albaneses e aos Romenos, todos filiados na Igreja Ortodoxa Oriental. Através dos seus mais amplos vínculos à cristandade, também entraram em mais estreito contacto com a Europa, ganhando uma consciência própria de europeus pertencentes a uma mesma fé. Nas palavras de Obolensky, «Bizâncio não era uma muralha erigida entre Rússia e o Ocidente: era o portal da Rússia para a Europa».[32]

Embora tivesse sido Vladimir a converter a Rus ao cristianismo, foi o seu filho, Yaroslav que construiu a maior parte das grandes igrejas enquanto grão-príncipe de Kiev, entre 1019 e 1014. Tendo tido de combater os irmãos para aceder ao trono, Yaroslav viu na edificação de igrejas uma forma de afirmar o seu prestígio e cimentar a base de apoio em Kiev. A mais importante foi a Igreja de Santa Sofia, que seguiu de perto o modelo da Santa Sofia de Constantinopla com a nave principal em cruz, inscrições gregas, frescos monumentais e mosaicos coloridos, dominado pelo rosto enorme e solene do Cristo Pantocrator[33] que olha das alturas da abóbada central. Abaixo, estão os mosaicos dos Apóstolos, da

Mãe de Deus e da Eucaristia, as três avenidas pelas quais o Espírito Santo desceu à Terra, simbolizando a encarnação de Cristo.

À semelhança de outras igrejas russas, Santa Sofia tinha uma fila de ícones num expositor baixo colocado entre o altar e os fiéis. Mais tarde, seria substituído por uma parede alta de ícones, a inconóstase, cuja beleza é elemento central da Igreja Oriental. Ver é crer, pensam os ortodoxos. Os russos rezam de olhos abertos, olhar fixo num ícone, que lhes serve de janela para a esfera divina.[34] O ícone é o ponto focal das emoções espirituais do crente, um objeto sagrado capaz de convocar milagres. Os ícones choram e produzem mirra. Perdem-se e são recuperados, e intervêm nos acontecimentos para lhes dar um rumo divino. Não eram só as pinturas que gozavam de tal estatuto na Rússia; também os baixos-relevos, os mosaicos, até edifícios, podiam ser ícones.[35] Ao contrário do imaginário cristão ocidental, para o qual o divino existe apenas nos céus, o divino na Rússia era imanente à existência mundana. Aqui estavam as raízes da consciência utópica que alimentava o coração da religião camponesa russa: a crença na certeza da construção do Céu na Terra, e, especificamente, em solo russo, de acordo com o antigo mito cristão da Santa Rússia, nova terra salvífica em que Cristo ressurgiria.

Os ícones chegaram à Rússia vindos de Bizâncio. Desde logo, eram pintados por artistas gregos, e mantiveram-se austeramente gregos em estilo. Só a partir do século XIII surgiria um estilo mais distintivamente russo. Esse modo indígena distinguia-se pela harmonia simples de traço e cor, movimentos graciosos e o hábil recurso a perspetiva inversa (em que as linhas parecem convergir para um ponto em frente da imagem), para atrair o espetador e guiá-lo nas suas orações ao simbolizar que as ações sagradas do ícone ocorrem numa esfera alheia às leis normais da existência.[36]

Também na literatura se pode identificar uma transição semelhante para formas indígenas russas. O eslavo eclesial serviu de fundação a uma linguagem literária russa. Baseada no dialeto eslavo do sul falado na região de Tessalónica, onde tinham vivido Cirilo e Metódio, obedecia à sintaxe grega, uma influência acolhida no russo. Mas a influência grega não foi completamente dominante. Na *Crónica Primária* há uma ideologia carateristicamente russa.

A *Crónica Primária* tem no seu cerne um mito que haveria de desempenhar um papel decisivo na consciência política russa. A sua base é a natureza sagrada do príncipe que morre como mártir pela «Santa Terra Russa». As origens desta ideia remontam ao culto de Boris e Gleb, primeiros santos da Igreja Russa. Os dois irmãos tinham sido mortos nas guerras dinásticas que se seguiram à morte de seu pai, Vladimir, em 1015. Mas os seus hagiógrafos, a começar por Nestor, na *Crónica Primária,* apresentaram-nos como «sofredores da paixão» (*strastoterptsy)* que tinham sacrificado voluntariamente a vida para salvação da terra russa, como Cristo fizera na Palestina. O seu sacrifício foi venerado pela Igreja em termos de celebração de uma nova aliança entre Deus e os recém-convertidos rus, uma nova *Terra Sancta,* como tal investida em graças especiais (a origem da «Santa Rússia» e da «Santa Terra Russa»). Foram erigidas igrejas em honra de Boris e Gleb, e os dois santos foram venerados em ícones. Mosteiros e cidades foram batizados com os seus nomes (e, muito mais tarde, regimentos de dragões czaristas, e bases aéreas e submarinos soviéticos). A partir da adoração desses «santos príncipes» se desenvolveria na Rússia o culto do príncipe ou do governante sagrado (tal como o culto dos heróis caídos da revolução, também venerados como «santos do povo» em 1917).[37] Dos 800 santos russos consagrados até ao século XVIII, mais de cem eram príncipes ou princesas.[38] Nenhum outro país do mundo santificou tantos dos seus governantes. Em nenhum outro lugar o poder foi tão sacralizado.

A expansão do cristianismo na Rus de Kiev foi lenta. Muito depois da conversão de Vladimir, o paganismo continuou profundamente enraizado nos campos e em muitas cidades. Em 1071, quando o clero chegou a Novgorod e atirou os ídolos pagãos ao rio Volkov, houve uma revolta popular. O levantamento foi esmagado, e construída uma igreja de Santa Sofia em madeira. Mas só muito lentamente os novgorodianos foram trocando os amuletos que usavam para afastar os espíritos malignos por crucifixos e ícones.

Os ídolos pagãos não eram deuses na aceção grega, mas forças e espíritos naturais presentes na vida quotidiana dos povos. Havia Perun, deus do relâmpago e do trovão; Volos, protetor dos rebanhos; Rozhanitsa, deusa da fertilidade; Mokosh, deusa da Terra (mais tarde reincarnada como Mãe Rússia); Dazhborg e Khors, ambos deuses do sol. Com o

advento do cristianismo esses deuses não despareceram, mas foram incorporados no novo sistema de crenças e rituais. Santos e divindades naturais surgiam frequentemente combinados na religião cristã-pagã dos camponeses. Poludnitsa, antiga deusa pagã das searas, era venerada mediante a colocação de um feixe de centeio atrás de um ícone; Volos transformou-se em São Vlásio; e Perun tornou-se Santo Elias. A própria Igreja Ortodoxa se dedicou à cristianização das divindades pagãs. No cerne da fé russa está uma clara ênfase na maternidade que nunca se enraizou de facto no Ocidente latino. Onde a tradição católica colocava a ênfase na pureza da Madona, a russa enfatizava a sua maternidade divina (*borogditsa*). Isto mesmo se reflete na forma como os ícones russos tendem a retratá-la de rosto bem apertado contra a cabeça da criança, em devoção maternal. É bem possível que se trate de um esforço consciente de parte da Igreja para suplantar os cultos pagãos de maternidade de Rozhanitsa e Mokosh.[39]

Esta «fé dúplice» (*dvoeverie*) estava claramente patente nos ritos funerários dos russos durante o período medieval. Na região do Alto Volga, por exemplo, escavações arqueológicas puseram a descoberto túmulos e sepulturas do século XIII segundo a velha prática funerária pagã, em que os mortos eram enterrados com amuletos pagãos e artefactos cristãos, como cruzes e ícones.[40] Os rituais pagãos continuaram a ser praticados durante séculos nas zonas rurais da Rússia. Etnógrafos soviéticos encontraram indícios deles nos anos de 1920, e há zonas do Norte da Rússia onde ainda hoje podem ser encontrados.

*

Desde o início do reinado que o Grão-Príncipe Vladimir colocara os filhos à frente dos diversos principados do seu reino. Cada príncipe estava equipado com um exército ou *druzhina* de alguns milhares de cavaleiros chefiados por guerreiros, chamados boiardos, que recebiam parte das terras do príncipe. Estes terratenentes vieram a desempenhar papel central na governação através do Conselho de Boiardos, que aconselhava o príncipe, e do qual acabaria por resultar uma espécie de oligarquia dos principais clãs boiardos. Eram responsáveis pela cobrança de impostos, o recrutamento militar e a justiça nas várias províncias. Os boiardos eram militares, e ausentavam-se frequentemente em campanhas; pouco curavam

das respetivas terras, que eram cultivadas por camponeses a troco de um soldo ou de pagamentos em espécie. A terra abundava, mas a mão-de-obra era escassa – era esse o dado básico da economia senhorial que garantiu o acesso dos camponeses a terra, e a sua liberdade de movimentos, até à imposição da servidão a partir do século XVI.

À morte do grão-príncipe ou de algum dos seus filhos dava-se uma redistribuição dos principados pelos restantes familiares. Normalmente, o trono do grão-príncipe passava, não de pai para filho, mas do irmão mais velho para o mais novo (por norma até ao quarto irmão). Só depois passava à geração seguinte. Quando o irmão mais velho sobrevivo subiu ao trono em Kiev, todos os outros subiram ao grau superior da escala de principados. Era um sistema de sucessão colateral único em toda a Europa.[41]

A inexistência de regras claras de primogenitura fez que os conflitos familiares fossem grave fonte de instabilidade durante o século XI. Só em 1097, na Conferência de Liubech, seria por fim acordado um conjunto de princípios, e ainda então, só porque os príncipes consideraram que a unidade era indispensável para a defesa dos seus reinos contra a ameaça externa dos Polovtsianos e de outras tribos guerreiras. A conferência confirmou que todos os príncipes irmãos eram coletivamente responsáveis pela defesa da Rus de Kiev. Mas, de resto, os respetivos principados tornaram-se domínios patrimoniais (*otchiny*), governados como extensões das respetivas casas, e pertença exclusiva do respetivo ramo da dinastia. Só em Kiev se manteve a sucessão colateral, o princípio de passar o poder de irmão para irmão por ordem de antiguidade.

A Rus de Kiev era uma federação dinástica informal de principados, mais do que um reino no sentido europeu. Parentesco e não linha sucessória era o seu princípio constitucional. O grão-príncipe não era par de reis, mas *primus inter pares*, a figura de proa da unidade. Fora de Kiev, nos principados, a sua autoridade era limitada. Tratava-se de um Estado policêntrico, no seio do qual cada príncipe era teoricamente igual, embora na prática tenham emergido hierarquias com o maior enriquecimento de determinados principados em relação aos outros. Novgorod afirmou-se como força económica emergente e rival potencial de Kiev devido ao acesso ao mar Báltico e ao comércio florescente com os hanseáticos alemães e com a Europa. Situada no lago Ilmen, importante via aquática,

era o ponto principal de trânsito para o comércio fluvial Leste-Oeste. Cresceu em riqueza com a cobrança de taxas sobre as peles e os escravos que iam do Norte da Rússia para o Ocidente, e de direitos alfandegários sobre os têxteis, a lã, o sal e os objetos metálicos que seguiam em sentido contrário. Vladimir, Suzdal, Riazan, Polotsk, Smolensk, Vhernigov, Galich e Vladimir-Volhynia afirmaram-se, todas elas, como centros económicos independentes ao longo do século XI.

Muito se tem argumentado com base nestas tendências separatistas. Elas já foram culpadas pela desunião da Rus de Kiev que alegadamente teria conduzido à sua destruição pelos Mongóis no início do século XIII. Muitos historiadores defendem que Kiev já entrara em declínio antes da invasão mongol. A sua tese baseia-se em três pontos principais: relatos de cronistas sobre guerras de alecrim e manjerona entre os principados e incursões periódicas dos Polovtsianos; a ideia de que o comércio através do Dniepre para Bizâncio diminuíra a partir do ano de 1204, data da Quarta Cruzada contra Constantinopla, que levou a uma mudança das rotas comerciais do Dniepre para o Ocidente; e a presunção nacionalista de que um país europeu como a Rus de Kiev não teria caído às mãos de mongóis asiáticos se não estivesse já debilitado por conflitos internos. Esses argumentos não colhem. A ascensão de centros florescentes como Novgorod era sinal não da debilidade da Rus de Kiev, mas da sua prosperidade regional.[42] Era a riqueza destas cidades-entreposto que lhes possibilitava tornarem-se mais independentes do centro político. A Rus de Kiev foi vítima do seu próprio sucesso.

Todos os indícios apontam para uma economia e uma cultura florescentes durante o século XII. Nas principais cidades eram construídas igrejas e catedrais de pedra, e já não de madeira. Criavam-se mosteiros. Comércio e manufatura iam bem, a julgar pelas grandes quantidades de louça esmaltada, azulejos, peças de vidro, joias, cadeados e teares encontrados pelos arqueólogos. Os escritos em casca de bétula (inscrições na parte interna da casca de árvore) indiciam uma vida urbana próspera e literacia generalizada em cidades como Novgorod, onde esses vestígios melhor se conservaram devido ao solo argiloso. Nada indica que alguma das cidades estivesse em decadência antes da invasão mongol. Kiev tinha uma população de 40 000, mais do que Londres e pouco menos do que Paris, no início do século XIII.[43]31

As relações com a Europa estavam a desenvolver-se. Em Novgorod, altamente envolvida com a Europa através do comércio, foram encontradas moedas anglo-saxónicas e alemãs do século XII em muito maiores quantidades do que de qualquer século anterior. Kiev estava cada vez mais ligada às dinastias europeias através do casamento: Vladimir Monómaco era casado com a filha do rei inglês Haroldo, morto na Batalha de Hastings, em 1066; o filho dele casou com a filha do rei sueco; e o neto com a filha do príncipe sérvio.

Politicamente, a Rus de Kiev seguia linhas europeias. Os direitos de terra da classe dos boiardos deram-lhe a possibilidade de se tornar uma classe aristocrática independente a servir de contrapeso ao poder da coroa. Havia um embrião de democracia na *veche*, ou assembleia da cidade, em que era permitido aos homens livres falar e votar em iniciativas cívicas, leis e impostos, e até questões de paz e guerra. A *veche* de Novgorod era especialmente poderosa, tendo-lhe cabido a partir de 1126 a responsabilidade de eleger o presidente da Câmara da cidade, ou *posadnik*, que antes era nomeado pelo príncipe. Uma vez eleito, o *posadnik* servia de contrapeso ao poder monárquico. Dez anos depois, a cidade também conquistou o direito de escolher o seu príncipe e estabelecer-lhe os poderes num contrato elaborado pela *veche*. Estava-se perante uma cidade-Estado semelhante a Veneza e outras cidades-repúblicas, onde o governante era eleito e os seus poderes definidos por uma assembleia de notáveis. A promessa democrática de Novgorod haveria de povoar o imaginário de sucessivas gerações russas. No século XIX, as liberdades da cidade, há tanto perdidas, ainda inspiravam democratas e republicanos.

Como é que o período da Rus de Kiev se liga com o resto da história russa? Haverá algum sentido racional em que a Rússia moderna possa reivindicá-la como fundação da nacionalidade, como fez Putin ao descerrar o monumento ao Grão-Príncipe Vladimir? A historiografia russa tem tido por certo que a Moscóvia foi a sucessora do Estado quievano. Esta ideia radica em escritos de clérigos e ideólogos imperiais de Moscovo de finais do século XV. Após a conquista de Constantinopla pelos Turcos, em 1453, eles tinham subscrito a reivindicação de Moscovo como herdeira da autoridade do Império Bizantino, incluindo todos os territórios da Rus de Kiev. Mas essa reivindicação era baseada num mito, numa narrativa de sucessão destinada a sustentar as pretensões imperiais

do czar da Moscóvia. Na realidade, politicamente, a Moscóvia era diversa da Rus quievana. Duzentos e cinquenta anos de ocupação mongol haviam criado um fosso fundamental entre as duas.

O legado perene da Rus de Kiev pertencia a essa esfera religiosa e cultural com a qual Bizâncio marcaria permanentemente a civilização russa. A fonte das ideias fundamentais que haviam de moldar o curso da história da Rússia – a ideia de uma Santa Rus, a natureza sagrada da monarquia, o princípio do poder oligárquico – pode ser identificada na herança bizantina. Mas é absurdo reivindicar que a Rus de Kiev foi o berço do Estado russo moderno. Feitas as contas, deveremos talvez considerar a Rus de Kiev como parte da «história antiga» da Rússia – um período relacionado com a sua história futura no mesmo sentido em que o Wessex anglo-saxónico é parte da história inglesa, ou a Gália merovíngia está ligada à França moderna –, nomeadamente como fonte da religião do país, da sua linguagem e das suas expressões artísticas. O resto da herança quievana na Rússia foi perdida.

---

12. Ver P. Geary, *The Myth of Antions: The Medieval Origins of Europe*, Princeton, 2002.

13. *Povest' vremennykh let* , ed. V. P. Adranova-Peretts e D. S. Likhachev com revisões de M. B. Sverdlov, São Petersburgo, 1996, p. 13.

14. C. Jarman, *River Kings: A New History of the Vikings from Scandianvia to the Silk Road*, Londres, 2021, p. 190. Sobre a identidade de Rörik ver: S. Coupland, «From Poachers to Gamekeepers: Scandianvia Warlords andd Carolingian Kings», *Early Medieval Europe*, vol.7, no. 1, 2003, pp. 85-114.

15. S. Franklin e J. Shepard, *The Emergence of Rus, 750–1200*, Londres,1996, pp. 317-19.

16. J. Black, *G.-F. Müller And the Imperial Russian Academy*, Montreal, 1986, pp. 109-7; V. Fomin, «Lomonosov i Miller: uroki polemiquei», *Voprosy Istorii* , n°. 8, 2005, pp. 21-35.

17. Z. Harris e N. Ryan, «The Inconsistencies of History: Vikings and Rurik», *New Zealand Slavonic Journal,* vol. 38, 2004, pp. 1115-16.

18. N. Karamzin, *Istoriia gosudarstva rossiiskogo*, 3 vols., São Petersburgo,1842-3, vol. 1, p. 43.

19. Ver por exemplo J. Nielsen, «Boris Grekov and the Norman Question», *Scando-Slavica*, vol. 27, 1981, pp. 69-92.

20. N. Andreyev, «Pagan and Christian Elements in Old Russia», *Slavic Review*, vol. 21, nº. 1, 1962, p. 17.

21. T. Noonan, «Why the Vikings First Came to Russia», *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas* , New Series, vol. 34, nº. 3, 1986, pp. 321-48; Franklin e Shepard, *The Emergence of Rus* , pp. 12-16.

22. Harris e Ryan, «The Inconsistencies of History: Vikings and Rurik», pp. 120-1.

23. G. Jones, *A History of the Vikings*, Oxford, 2001, p. 164.

24. Ver O. Pritsak, *The Origin of Rus'*, Cambridge, Mass., 1981.

25. J. Shepard, «The Origins of Rus» (c. 900–1015)», *in* M. Perrie (ed.), *The Cambridge History of Russia*, vol. 1*: From Early Rus' to 1689*, Cambridge, 2006, p. 51. Sobre a influência Cazar ver: T. Noonan, «Khazaria as an Intermediary between Islam and Eastern Europe in the Second Half of the Ninth Century: The Numismatic Perspective», *Archivum Eurasiae Medii Aevi*, vol. 5, 1985, pp. 179-204.

26. Sobre esta tese ver Pritsak, *The Origin of Rus'*.

27. Franklin e Shepard, *The Emergence of Rus*, pp. 99-100, 140 ff., 170 ff .

28. *The Russian Primary Chronicle*, trad. S.Cross e O. SherbowitzWetzor Cambridge, Mass., 1953, p. 198.

29. D. Obolensky, *Byzantium and the Slavs*, Nova Iorque, 1994, pp. 61-2.

30. ver A. Feldman, «The Historiographical and Archaeological Evidence of Autonomy and Rebellion in Cherson: A Defense of the Revisionist Analysis of Vladimir's Baptism (987–989)», Tese de Doutoramento, Universidade de Birmingham, 2013.

31. D. Obolensky, *The Byzantine Commonwealth: Eastern Europe, 500-1453*, Londres, 1971.

32. Obolensky, *Byzantium And the Slavs*, p. 101.

3333. Todo-Poderoso ou Omnipotente. (*N. do T.*)

34. S. Averintsev, «Visions of the Invisible: The Dual Nature of the Icon», *in* R. Grierson (ed.), *Gates of Mystery: The Art of Holy Russia*, Fort Worth, Texas, 1993, p.12.

35. Ver R. Milner-Gulland, *The Russians*, Oxford, 1997, pp. 175-6.

36. L. Ouspensky, «The Meaning and Language of Icons», *in* L. Ouspensky eV. Lossky, *The Meaning of Icons*, Nova Iorque, 1982, p. 42.

37. Ver O. Figes e B. Kolonitskii, *Interpreting the Russian Revolution: The Language and Symbols of 1917*, New Haven, 1999, pp. 74-5.

38. M. Cherniavsky, *Tsar and People: Studies in Russian Myths*, New Haven, 1961, p. 6. Ver ainda, E. Reisman, «The Cult of Boris and Gleb: Remannt of a VarangianTradition?», *Russiqn Review*, vol. 37, nº. 2, 1978, pp. 141-57; F. Sciacca, «In Imitation of Christ: Boris and Gleb and the Ritual

Consecration of the Russian land», *Slavic Review*, vol. 49, nº. 2, 1990, pp. 253-60; C. Halperin, «The Concept of the *ruskaia zemlia* and Medieval National Consciousness', *Nationalities Papers*, vol. 8, nº. 1. 1980, p. 80.

39. O. Figes, *Natasha's Dance: A Cultural History of Russia*, Londres, 2002, pp. 320-1.

40. I. Stepanova, *The Burial Dress of the Rus' in the Upper Volga Region (Late 10-13th centuries)*, Leiden, 2017, p. 4.

41. N. Kollmann, «Collateral Succession in Kievan Rus'», *Harvard Ukrainianian Studie*s, vol. 14, nº. 3/4, 1990, pp. 377-87.

42. Franlin e Shepard, *The Emergence of Rus*, pp. 367-9.

43. D. Miller, «The Kievan Principality in the Century before the Mongol Invasion: an Inquiry into Recent Research and Interpretation», *Harvard Ukrainian Studies*, vol. 10, no. 1/2, 1986, p. 222.

Círculo Polar Ártico
Mar Branco
Solovetsky
SUÉCIA
FINOS
Golfo de Bótnia
Solvychegodsk
Ustiug
Ladoga
Estocolmo
Golfo da Finlândia
Ladoga
Fortaleza Nöteborg
Revel
Narva
NOVGOROD
Dorpat
LIVÓNIA
Novgorod
Pskov
Ipatiev (Kostroma)
Mar Báltico
Riga
Mosteiro da Trindade – São Sérgio
Nizhny Novgorod
Volga
LITUÂNIA
Suzdal
Kazan
Klin
Tushino
Moscovo
Vladimir
Neman
Polotsk
Zvenigorod
Oka
Ardatov
Alatyr
Königsberg
Vilnius
Smolensk
Ugra (1480)
Kaluga
Riazan
Minsk
Tula
Kulikovo (1380)
POLÓNIA
Ardym
Varsóvia
Brest
PRINCIPADOS
Kursk
Chernigov
Chernobyl
Vladimir-Volínia
Belgorod
Kiev
Pereyaslav
Poltava
Galich
Ros
Dniepre
HORDA DOURADA
Sarai
Don
Cárpatos
Chisinau
HUNGRIA
Mar de Azov
Kerch
VALÁQUIA
Bucareste
Danúbio
BULGÁRIA
Mar Negro
Sófia
IMPÉRIO BIZANTINO
Salonica
Constantinopla
Mt. Athos
Principados russos e a Horda Dourada
c. 1240–1500
Mosteiros
Batalhas
0 100 200 300 km

2

O IMPACTO MONGOL

Em 1223, apareceu um novo exército na estepe do sul. Os seus cavaleiros depressa atravessaram as terras polovtsianas, e derrotaram facilmente uma força combinada de príncipes rus nas margens do rio Kalka, no litoral Norte do mar de Azov, para logo retirarem para leste com igual velocidade. Chegaram e desapareceram tão depressa, deixando uma tal devastação na sua esteira, que os russos ficaram estupefactos. «Não sabemos nem de onde vieram nem para onde foram», escreveu um cronista. «Só Deus o sabe, pois os trouxe para mal dos nossos pecados».[44]

Os misteriosos intrusos tinham sido enviados em reconhecimento por Gengis Cã, chefe das tribos da Mongólia, cujos exércitos já haviam conquistado a China, a Ásia Central e o Cáucaso. Em 1237, apareceram outra vez, dessa vez em muito maior número, cerca de 50 000 guerreiros, e não só mongóis, mas também polovtsianos e homens de outras tribos túrquicas que haviam sido integrados naquele exército, sob comando de Batu Cã, neto de Gengis Cã, que morrera dez anos antes. Vinham atraídos por ideias de um império mundial, pelo objetivo de controlar as rotas comerciais eurasiáticas e pela perspetiva do saque de guerra. Os cavaleiros destruíram Riazan, Suzdal, Vladimir e outras cidades russas do Norte, antes de virarem para sul para conquistar Kiev no dia 6 de dezembro de 1240, um evento que assinalou o fim da Rus de Kiev, após o que continuaram rumo ao ocidente e à planície húngara. Nesse local de repouso, onde pôde alimentar os cavalos, o exército mongol ficou em boa posição para conquistar a Europa, cujas nações desunidas poucas probabilidades tinham de travar a chacina. Mas o Ocidente foi salvo pela morte do grande Cã Ogedai, filho favorito de Gengis Cã, em dezembro de

1241. Ao receber a notícia, na primavera seguinte, Batu desistiu da ofensiva contra o Ocidente e regressou com o seu exército a Karakorum, capital do império na estepe mongol, para reivindicar o trono.[45]

Nos relatos sobre a invasão mongol os cronistas russos nunca deixam de acentuar a enorme inferioridade numérica dos Russos perante os conquistadores asiáticos. Não conseguiam explicar a derrota de outra maneira. Mas a vitória mongol tinha menos que ver com números (na realidade, os príncipes quievanos dispunham do dobro dos guerreiros), do que com a superioridade da cavalaria mongol. Era o melhor exército montado do mundo. Desde a infância que os seus cavaleiros eram treinados a galopar depressa e a disparar ao mesmo tempo com arco e flecha, semierguidos em estribos curtos. Tinham aperfeiçoado as aptidões na caça, importante meio de subsistência nas sociedades nómadas, durante a qual os jovens eram treinados também na exploração de novos territórios. As migrações sazonais dos clãs mongóis, durante as quais conduziam o gado ao longo de milhares de quilómetros, tinham dado a cavalos e cavaleiros uma extraordinária resistência. Eram capazes de cavalgar durante dias sem água ou repouso, indiferentes ao calor e ao frio. O inverno russo não era problema para eles, pois os cavalos tinham sido treinados a escavar os nevados, como renas, para comerem a erva por baixo. Aliás, preferiam combater no inverno, altura em que rios e pântanos, principais obstáculos para os seus cavalos, estavam gelados. Os êxitos no campo de batalha eram explicados pelos bem treinados envolvimentos pelos flancos – algo que tinham treinado toda a vida ao caçar animais –, cercando o inimigo, para depois enviarem a cavalaria pesada para o liquidar com sabres, lanças, machados de guerra e laços. Embora ainda principiantes nas artes do cerco, tinham copiado a estrutura das catapultas e aríetes capturados durante a conquista da China, onde também tinham aprendido a usar pólvora para mísseis incendiários.[46] As máquinas de que dispunham eram demasiado poderosas para as fortificações de madeira e terra batida construídas pelos Russos para proteger as cidades.

A destruição causada pela invasão foi enorme, embora não tão grande como depois afirmaram os cronistas, cujos relatos de atrocidades eram indissociáveis da narrativa religiosa sobre a punição da Santa Rússia pelos infiéis tátaros (chamavam-lhes «tártaros», com mais um «r», para os

associar ao *Tartarus*, palavra grega para «inferno») devido aos seus pecados. Em Riazan, primeira cidade que saquearam, os Mongóis «queimaram a cidade santa com toda a sua beleza e riqueza», segundo o *Conto da Destruição de Riazan por Batu.* «E as igrejas de Deus foram destruídas e muito sangue derramado sobre os altares sagrados. E nem um só homem ficou vivo na cidade. Todos morreram… E não havia sequer quem chorasse os mortos.»[47]

Calcula-se que dois terços das cidades da Rus de Kiev foram totalmente destruídas. As suas populações desapareceram, mortas ou levadas como escravos, ou fugindo para as florestas em que os Mongóis não entravam. Os Mongóis capturaram tantos artesãos que durante 50 anos não foi construído praticamente nenhum edifício de pedra ou tijolo nessas cidades meio abandonadas.[48]

Batu Cã não sucedeu ao grande cã Ogedai, mas regressou à estepe russa alguns anos depois para estabelecer a sua própria dinastia, o Canato da Horda Dourada, que governou o setor do Império Mongol dos Urais até à Bulgária. O objetivo da Horda Dourada não eram as florestas russas que de nada lhe serviam, mas as pradarias do sul da estepe e as rotas comerciais que ligavam a Ásia Central e a Pérsia à capital em Sarai, no Baixo Volga, perto do mar Cáspio. Os proventos que os Mongóis podiam colher do tráfego fluvial russo com a Europa eram relativamente insignificantes quando comparados com a riqueza que fluía para os seus cofres a partir das rotas da seda entre Samarcanda, Bagdade e o mar Negro. O comércio europeu não era suficiente para cobrir as despesas de administrar a Rússia diretamente. Em vez disso, os Mongóis permaneceram na estepe, onde tinham pasto para os cavalos e o gado, e não se fixaram na região das florestas, que administravam indiretamente a partir de Sarai. Cobravam impostos nas terras russas, sobre as quais exerciam domínio através de uma rede de funcionários (os *baskaki*), estacionados em locais estratégicos com guarnições militares, de onde lançavam ferozes incursões punitivas contra as cidades que demoravam a pagar tributo, fazendo delas exemplo para as outras. Praticamente todos os anos havia um ataque a pelo menos uma cidade russa. Vladimir e Suzdal foram saqueadas cinco vezes cada uma delas durante o último quartel do século XIII.[49]

Uma das primeiras iniciativas de Batu foi convocar os príncipes russos para Sarai a fim de prestarem juramento de vassalagem ao cã mongol. Estas deslocações tornaram-se um fenómeno periódico, já que nenhum podia governar sem um foral (*yarlyk*) do cã. Os príncipes eram obrigados a trajar vestes mongóis e a passar por um ritual que incluía passar entre fileiras de chamas e ajoelhar aos pés do soberano para pedir o foral. Quando havia mais de um candidato, o *yarlyk* era concedido ao príncipe que prometesse maiores rendimentos, oferecesse o maior número de soldados para o exército mongol, ou desse melhores garantias de manutenção da ordem entre o seu povo. Para fixarem a receita fiscal e o número de recrutas de cada região, os Mongóis instituíram censos – prática que tinham aprendido com os Chineses – que eram realizados pelos *baskaki* e respetivas unidades militares. A prática comum dos Mongóis era coletar um décimo de tudo, «homens e mulheres, e bens», segundo um emissário papal que atravessou a Rússia a caminho de Karakorum em 1245-46.[50]

Os príncipes e boiardos russos submetiam-se ao sistema mongol, ajudando-o a realizar os censos e a impor o pagamento de impostos. Resistir equivalia a desafiar a destruição. Essa colaboração colocou dificuldades aos cronistas russos, que preferiram contar uma história de santos príncipes como vítimas indefesas dos infiéis (quase todos os príncipes mortos em combate contra os Mongóis foram mais tarde canonizados). O caso mais problemático foi o de Alexandre Nevsky, príncipe de Novgorod e Pskov. Nevsky era um herói russo devido ao importante papel desempenhado na derrota dos Suecos no rio Neva (de onde recebeu o nome Nevksy) em 1240. Dois anos depois, derrotara os Cavaleiros Teutónicos, cruzados alemães, numa batalha sobre o gelo do lago Chud, perto da Livónia – uma vitória muito presente na memória nacional porque constitui o episódio central de *Alexandre Nevsky* (1938), o filme patriótico de Sergei Eisenstein, que foi visto por milhões de espetadores na União Soviética durante a guerra contra Hitler.

Em 1252, Nevsky apresentou-se em Sarai, onde Batu o nomeou grão-príncipe de Vladimir, o mais importante príncipe após a queda de Kiev. Depois, atuou como leal servidor dos Mongóis, esmagando uma rebelião em Novgorod e outras cidades contra o censo oficial. A colaboração de Nevsky foi indubitavelmente motivada pela desconfiança que nutria em

relação ao Ocidente, que considerava uma ameaça maior para a Rússia ortodoxa do que a Horda Dourada, geralmente tolerante das religiões. Os Mongóis, via-os como poderosos protetores do lucrativo comércio do Norte da Rússia com os alemães e os suecos do Báltico. Mas a *realpolitik* de Nevsky deixou um problema aos cronistas, sobretudo depois de ter sido canonizado pela Igreja Russa em 1547, pois segundo eles tinha-se conluiado com o infiel. Iludiram a questão apresentando esse conluio como um gracioso sacrifício, uma imitação de Cristo na sua humildade, para salvar a Santa Rússia do «czar oriental» enviado por Deus para punir os russos pelos seus pecados.[51] O sacrifício de Nevsky também viria a alimentar o mito da Rússia salvadora da cristandade. Ao aplacar os Mongóis, ele impedira que progredissem para ocidente.

Também a Igreja colaborou com a Horda Dourada. O cã isentou-a de impostos, protegeu as suas propriedades e proibiu a perseguição de todos os cristãos, sob condição de os seus padres rezarem por ele, o que equivalia ao reconhecimento da sua autoridade. Estas dispensas permitiram que a Igreja florescesse. Sob os Mongóis ela fez os primeiros genuínos progressos nas zonas rurais pagãs. Os camponeses acorreram às terras da Igreja, onde ficavam livres dos impostos e do serviço militar mongol. Foi nessa altura que a palavra russa normalmente usada para referir um camponês deixou de ser *liudi,* termo geral para «gente», e passou a ser *krestianin,* derivado de *kristianin,* ou seja, cristão.[52] Os mosteiros cresceram à medida que os terratenentes lhes doavam propriedades na crença de que assim salvariam a alma – e a si próprios dos infiéis. Durante o primeiro século de soberania mongol foram fundados cerca de trinta mosteiros, e cinco vezes mais do que isso no segundo século.[53]

Parte importante deste movimento monástico foi conduzido por homens de profundo sentimento religioso que se revoltaram contra as hierarquias mundanas da Igreja Ortodoxa, e se refugiaram na natureza para viver vidas ascéticas de oração e contemplação, leitura e trabalho manual. Buscavam orientação espiritual no hesicasmo de Bizâncio, um misticismo contemplativo (do grego *hesíquia,* que significa mansidão), baseado na ideia de que o caminho para Deus consistia numa vida de pobreza e oração sob orientação de um homem santo ou um ancião. O centro do movimento era o Monte Atos, no Norte da Grécia, retiro monástico desde

os primeiros tempos da Era Cristã, cujos monges eremitas inspiraram imitadores na Rússia. O mais importante deles era Sérgio de Radonejski, que em 1337 fundou a igreja da Santa Trindade em Sergiev-Posad, a nordeste de Moscovo, que se tornou uma comunidade monástica habitada pelos seus seguidores (é hoje conhecida como Lavra da Trindade e São Sérgio, centro espiritual da Igreja Russa). À morte de São Sérgio, em 1392, contavam-se entre os seus pupilos várias centenas de monges, que partiram a fundar novos mosteiros, muitos deles nas remotas regiões russas do nordeste, que assim foram colonizadas, já que os camponeses iam onde os monges os conduziam. Entre esses missionários coloniais estava Estêvão de Perm, que trouxera o cristianismo ao povo komi, e defendeu veementemente as crenças animistas deste (o pintor Kandinsky ainda contactou com eles durante uma visita à remora região de Komi em 1889), e o ancião Zósimo, que chegou às lonjuras do mar Branco para fundar um mosteiro na ilha Solovetsky (convertido em prisão depois de 1917, é mais conhecido hoje como protótipo dos campos de trabalho do Gulag de Estaline).

As artes religiosas floresceram, sobretudo a pintura de ícones. Nesses anos de isolamento em relação a Bizâncio, os pintores de ícones desenvolveram um estilo mais especificamente russo, caraterizado por maior animação e plasticidade, cores mais quentes, linhas mais simples e tons mais suaves do que os encontrados na tradição grega que antes seguiam. Esse estilo atingiu grandes alturas nos ícones pintados por Andrei Rublev em inícios do século XV, cujas qualidades poéticas nenhum outro pintor de ícones conseguiu igualar – a graça e a harmonia, a sensação de movimento, a transparência das cores que fazem as figuras sagradas parecerem iluminadas do interior. Exemplo notável é a *Trindade* que pintou para Igreja da Santa Trindade de Sergiev-Posad, entre 1408 e 1425.

O milagre da arte de Rublev ocorreu quando a Rússia começava a emergir de dois séculos de domínio mongol. Tornar-se-ia símbolo da unidade espiritual da nação em histórias posteriores desse período. O que definia os Russos, aquilo que se tornara o centro do seu espírito de perseverança em tão negro momento da sua história, era o seu cristianismo. Os leitores poderão recordar-se da gloriosa cena final do filme *Andrei Rublev,* de Andrei Tarkovsky (1966), em que um grupo de

artesãos, chefiados pelo órfão de um fabricante de sinos, fabrica um sino gigantesco para a cidade de Vladimir, muitas vezes saqueada pelos Mongóis. Os primeiros toques do sino, a que assiste uma delegação italiana, juntamente com o grão-príncipe e o povo da cidade, é um momento de pura alegria, um símbolo das formas de sobrevivência que os Russos encontraram na sua força e criatividade espiritual.

*

A conquista mongol destruiu a Rus de Kiev e fez dos seus príncipes vassalos da Horda Dourada. Kiev perdeu a liderança em favor de Vladimir, cujo grão-príncipe foi nomeado pelo cã. Os candidatos deslocaram-se a Sarai para jurarem lealdade à Horda Dourada e defenderem os respetivos casos, tal como faziam para obter o foral do principado. O candidato vencedor foi acompanhado por embaixadores do cã a Vladimir, onde o instalaram no trono.

Ao fim de um ano da invasão mongol a organização das terras que antes constituíam a Rus de Kiev mudara drasticamente, tanto que nem a Rússia, nem a Ucrânia, nem a Bielorrússia modernas podem reivindicá-las legitimamente. A Rus de Kiev foi cortada em duas pela ocupação mongol, enveredando cada parte por diferentes vias de desenvolvimento político. Os principados do sudoeste (Polotsk, Vitebsk, Minsk, Chernigov, Kiev, Volínia e Galícia) recolheram à órbita da Polónia e da Lituânia, que lhes ofereceram proteção em relação aos Mongóis e acesso próximo ao Ocidente. O desenvolvimento destes territórios seria depois moldado pela Comunidade Polaco-Lituana, uma monarquia constitucional com monarca eleito e parlamento dominado pelos nobres terratenentes locais, que haveriam de governar esta região multiétnica desde o século XVI até ao século XVIII. A metade nordeste (russa) da Rus de Kiev seguiu caminho bem diferente. Os seis principados conquistados pelos Mongóis (Moscovo, Tver, Vladimir, Novgorod, Rostov-Suzdal e Riazan) foram divididos em catorze feudos (chamados apanágios) com sistemas fiscais e exércitos próprios. Em cada um desses domínios o príncipe soberano era considerado dono do reino (e de todas as terras e gentes dentro dele), como sua propriedade patrimonial. Estas terras viriam a formar o núcleo da Moscóvia, onde a autocracia patrimonial emergiu da ocupação mongol como princípio fundamental.

O sistema de apanágio começara na Rus de Kiev, mas fora reforçado pelos Mongóis, a quem pareceu conveniente ter principados pequenos mas estáveis chefiados por um grão-príncipe poderoso mas obediente sediado em Vladimir. Tver e Moscovo viriam a desempenhar papéis destacados. Tver era propriedade patrimonial dos descendentes de Iaroslav Iaroslavich, irmão mais novo de Alexandre Nevsky, a quem sucedera como grão-príncipe de Vladimir em 1263. Moscovo, por seu lado, pertencia aos herdeiros de Danilo Alexandrovich – os Danilovich, como são chamados. Danilo Alexandrovich era o filho mais novo de Nevsky (tinha apenas 2 anos quando o pai morreu), que lhe deu Moscovo, por ser (ao tempo) a menos importante de todas as suas terras.

Moscovo é mencionada pela primeira vez em crónicas em 1147. Não passava de uma aldeia na fronteira ocidental do principado de Rostov-Suzdal. Ao tempo da invasão mongol, já Moscovo crescera em dimensão e se tornara fortificada. Mas foi só na segunda metade do século XIII que se tornou uma grande força de entre todos os principados russos. A geografia contribuiu para o seu êxito. Situada junto ao rio Moscovo, que a ligava ao Volga e ao Oka, Moscovo situava-se no centro da rede fluvial russa, o que lhe permitiu tornar-se um rico entreposto comercial. Tinha nas cerradas florestas e nos pântanos que a cercavam um sistema defensivo natural, o que a tornava atrativa para os camponeses em fuga dos Mongóis, vindos do sul e do leste. À medida que crescia em população e poderio militar, Moscovo foi anexando os principados vizinhos. Em meados do século XIV tornara-se tão rica que o seu príncipe, Ivan Danilovich, conhecido popularmente como Kalita («Sacos de Dinheiro»), pôde comprar novos territórios, ou realizou empréstimos que depois lhe permitiam anexá-los por falta de pagamento. Assim teve início um processo que ficaria conhecido como a «reunião das terras russas» por Moscovo.

O único verdadeiro rival de Moscovo era Tver, domínio dos Iaroslavich. Só Tver e Moscovo dispunham de capacidade económica para competir pelo controlo do Grão-Principado de Vladimir. À semelhança de Moscovo, Tver beneficiava da geografia. Situada nas margens do Volga, a rede fluvial dava-lhe boas ligações às principais cidades comerciais da zona florestal russa. Embora dispusesse de poucas defesas naturais, a localização relativamente remota em relação às forças mongóis, aliada às

boas vias de comunicação de que dispunha, permitiu a Tver sustentar o crescimento populacional no século subsequente à invasão.

No início do século XIV, data em que se tornaram rivais, Moscovo e Tver eram mais ou menos pares. Mas no final do século não restavam dúvidas de que Moscovo era a força suprema, o único principado russo capaz de enfrentar a Horda Dourada. Quais foram as razões da sua vitória?

Em última análise, o resultado da rivalidade seria decidido pela Horda Dourada, cuja política seguia o princípio de dividir para reinar. Querendo evitar que tanto Tver como Moscovo se tornassem demasiado poderosas, o cã apoiava sempre o mais fraco dos dois principados. A diplomacia era, portanto, mais eficaz do que o poderio militar para conquistar o favor de Sarai. Ivan Kalita era mais astuto e pusilanimemente submisso na forma como lidava com os mongóis do que o seu rival, o príncipe Mikhail de Tver, que comandou a sua cidade numa revolta falhada contra uma força combinada moscovita e tártara em 1317. Kalita cultivou bem as suas relações com o cã Uzbeque, que reinou de 1313 a 1341. Visitou Sarai pelo menos cinco vezes, era eficiente na cobrança de impostos, e conduzia o seu exército contra qualquer outro principado que desse mostras de revolta contra a Horda Dourada. Depois de esmagar uma segunda revolta em Tver, em 1327, Kalita foi promovido por Uzbeque ao título de grão-príncipe de Vladimir, a mais antiga potência russa nos antigos territórios da Rus de Kiev. Quando Kalita esmagou um levantamento em Smolensk, em 1339, o cã recompensou-o com a validação jurídica do seu testamento, atribuindo aos seus filhos o direito de sucessão ao trono de Moscovo.[54] A posição de grão-príncipe de Vladimir ficou daí em diante nas mãos dos Danilovich, e incorporada nos poderes do grão-príncipe de Moscóvia sobre todos os russos.

O facto de os Mongóis reconhecerem uma crescente ameaça na Lituânia foi outro importante fator para que privilegiassem Moscovo. No início do século XIV, os Lituanos vinham alargando persistentemente o seu controlo sobre os antigos territórios ocidentais da Rus de Kiev. Quando não conseguiam anexá-los por pressão ou persuasão, viravam-se para a religião. Assim, criaram um metropolita diferente para separar os territórios ocidentais do resto da Rússia ortodoxa. Na década de 1330, já Smolensk, Novgorod e Tver se preparavam para juntar-se à Lituânia; Moscovo procurava travá-los com ameaças militares; e os Mongóis viram-

se perante o risco da aparição junto à sua fronteira ocidental de um novo e poderoso Estado que poderia comprometer todo o seu império nas terras russas. A ideia que o cã achou melhor foi aumentar o poderio de Moscovo para resistir aos Lituanos. Também ela teve sucesso. Novgorod foi devolvida ao regaço de Moscovo. Tver desintegrou-se em inúmeros feudos boiardos beligerantes. E Smolensk foi anexado por Moscovo em 1352.

Para conter o aumento do poder de Moscovo, os Mongóis tentaram de novo dividir e reinar. A oeste, encorajaram o principado a crescer e a servir de Estado-tampão contra Polónia e Lituânia; mas no Norte e no Leste, onde o próprio controlo mongol assentava na debilidade dele, apoiaram elementos anti-Moscovo. Na segunda metade do século XIII, porém, já era tarde para a Horda Dourada conter a ascensão de Moscovo. A cidade tornara-se um importante entreposto comercial, em grande parte devido à proteção e incentivos dados pelos Mongóis às rotas comerciais internacionais através das vias fluviais de Moscovo. O comércio europeu por Novgorod só por si proporcionava grandes proventos à Moscóvia, a que cabia boa parte dos impostos cobrados para a Horda Dourada. Surgiram novas cidades, foram construídas grandes igrejas de pedra, e os ofícios e manufaturas de Moscovo floresceram. As primeiras muralhas e igrejas do Kremlin de Moscovo foram erigidas por volta desta altura – as muralhas por ordem do Grão-Príncipe Demétrio em 1366-67. Mais de 50 000 metros cúbicos de pedra foram trazidos de pedreiras longínquas por enormes equipas, muito maiores do que a mão-de-obra que qualquer soberano europeu conseguiria reunir para um projeto daquele tipo. A construção do Kremlin era um símbolo do poder de Moscovo.

Era, também, resultado de um novo acordo com a Igreja, que se aliou à causa de Moscovo como centro de poder nacional para libertar os ortodoxos do domínio mongol. A aliança tivera início em 1352, quando o metropolita de Kiev e Toda Rus, Pedro II, mudou a sé de Vladimir para Moscovo a pedido de Ivan Kalita. Para assinalar a mudança, logo Ivan ordenou a construção da Catedral da Dormição no Kremlin, a primeira igreja de pedra dentro das muralhas. A partir daí, Ivan presenteou a Igreja com grandes propriedades. As terras tornaram-se tão vastas que foi redigido um contrato para definir as obrigações do metropolita para com a dinastia reinante, confirmando a posição de facto de vassalo do príncipe.[55]

As boas relações de Moscovo com a Igreja foram cimentadas com a vitória militar sobre um grande exército tártaro em 1380. Era a primeira vez que uma força russa obtinha qualquer tipo de vitória sobre os Mongóis. O conflito tivera origem nas exigências da Horda Dourada de pagamento de impostos por Moscovo. Mamai Cã esperava do Príncipe Demétrio o pagamentos de impostos cada vez mais altos. Mas a receita de Moscovo sofria nessa altura com um conflito comercial entre Novgorod e os seus parceiros no Ocidente. As coisas extremaram-se em 1378, quando Sarai foi atacada por um clã mongol rival, obrigando Mamai a reforçar o exército e a exigir um pagamento suplementar a Moscovo. Os Mongóis enviaram uma força de 30 000 homens para o cobrar, mas Demétrio mobilizou um exército de igual dimensão, marchou para sul ao encontro do inimigo e derrotou-o em Kulikovo, nas proximidades do rio Don. A vitória valeu-lhe a alcunha de Demétrio Donskoi, ou seja, «do Don»).[56]

Para comemorar a vitória, a Igreja de Moscovo decretou um feriado nacional no dia de São Demétrio, o príncipe padroeiro do grão-príncipe. A partir desse momento, Kulikovo passou a figurar na história nacional como o início da libertação da Rússia dos infiéis tártaros, e, mais tarde, como a ocasião do «despertar nacional». Kulikovo é celebrada ainda hoje na Rússia. Putin tem-se-lhe referido frequentemente como prova de que a Rússia era já uma grande potência, salvadora da Europa da ameaça mongol, no século XIV. Esta ideia da Rússia como guardiã da Europa em relação às «hordas asiáticas», tornou-se parte da mitologia nacional a partir do século XVI, quando a Moscóvia começou a considerar-se uma potência europeia na estepe asiática. A ideia atingiu o auge com os poetas «Citas» de início do século XX, entre eles Alexander Blok, que repreendia a Europa ingrata por não reconhecer que a Rússia a protegera das tribos asiáticas:

> Como escravos, em obediência e abominação,
> Servimos de escudo entre estirpes
> Da Europa e da fera horda mongol.[57]

No imaginário nacionalista, a vitória de Kulikovo é hoje ligada a outros episódios em que o sacrifício militar da Rússia «salvou» o Ocidente, em

1812-15 (contra Napoleão) ou em 1941-45, por exemplo; de cada vez, o seu sacrifício ficou por agradecer, por reconhecer pelos aliados do Ocidente nessas guerras. O profundo ressentimento do país contra o Ocidente tem raízes nesse mito nacional.

Kulikovo demonstrara que era possível bater os Mongóis no campo de batalha. Mas a derrota não foi o fim do domínio mongol. Moscovo sofreu pesadas baixas na sua vitória, e, dois anos mais tarde, ainda estava demasiado debilitada para poder defender-se quando o novo cã, Toktamish, enviou um exército de retaliação. Ao fim de três dias de combate, os Mongóis saquearam a cidade, matando metade da população.[58] O estatuto de Moscovo saiu diminuído. Reconhecendo a incapacidade defensiva, os príncipes russos correram a Sarai para jurar submissão à Horda Dourada.

Quando estavam prestes a resolver os problemas com Moscovo, os Mongóis viram-se perante nova ameaça do império da Ásia Central que emergia sob o comando de Timur, mais conhecido como Tamerlão. Tamerlão conquistara a Pérsia e o Cáucaso, após o que se dedicara a destruir os principais entrepostos de comércio da Horda Dourada, que entrou em lento mas terminal declínio. No entanto, o enfraquecimento da Horda devia-se menos a ameaças militares externas do que à Peste Negra, que começara na estepe da Ásia Central em meados do século XIV. A pandemia transformou rotas comerciais em rotas pestíferas, devastando a economia da Horda Dourada e matando talvez metade da sua população, que no século seguinte se dividiu em três canatos (Kazan, Crimeia e Astracã). Mas nenhum deles era suficientemente poderoso para ameaçar a Rússia como a Horda Dourada fizera.

A Moscóvia continuou a prestar vassalagem aos cãs até 1502. Mas começou muito antes a comportar-se como um Estado independente. Em 1480, numa iniciativa destinada a reafirmar a sua precária autoridade, o Cã Ahmed avançou com o seu exército contra Moscovo. Os Moscovitas mobilizaram as suas tropas e defrontaram os Mongóis junto ao rio Ugra, a sul de Moscovo. Durante duas semanas, os dois exércitos mantiveram-se frente a frente, os Moscovitas na margem ocidental, os Tártaros na oriental, sem que fosse disparada uma única flecha. Por fim, os Mongóis deram meia volta e retiraram. Os cronistas haviam de contar a história do «Grande Enfrentamento do Ugra», considerando-o o «derrube do jugo

tártaro», um acontecimento de relevância mundial. Na verdade, foi um episódio relativamente menor, semelhante a tantos outros encontros do passado, diferente apenas por ter sido o último.

*

Os Mongóis ficaram na Rússia durante mais de três séculos. Foi só nos anos de 1550 que os canatos de Kazan e Astracã foram finalmente derrotados por Ivan V (o Canato da Crimeia sobreviveu até 1783). Que impacto tiveram esses três séculos na história da Rússia?

São três as principais correntes de opinião na Rússia. Na maioria das versões, o impacto mongol foi totalmente negativo. Esse teria sido um tempo de sofrimento e sacrifício, humilhação e opressão, em que a Rússia vegetou sob o «jugo tártaro», que impediu o seu progresso na via europeia. Segundo esta narrativa, os Mongóis são culpados de tudo o que fez a Rússia atrasar-se. Isolaram-na da Europa e dos avanços do Renascimento. Mergulharam-na numa «Idade das Trevas», abastardando todos os aspetos do modo de vida russo. O crítico literário Vissarion Belinsky fez uma lista dos males em 1841:

> A reclusão das mulheres, o hábito de enterrar dinheiro no solo e usar roupa maltrapilha por medo de revelar a riqueza pessoal, a usura, o asiaticismo no modo de vida, a preguiça mental, a ignorância, o desprezo por si próprios – numa palavra, tudo o que Pedro, *o Grande*, estava a desenraizar, tudo o que na Rússia se opunha ao europeísmo, tudo o que não nos era nativo mas que *tinha sido cravado* em nós pelos Tátaros (sublinhado no original).[59]

Uma segunda corrente foi introduzida por alguns eslavófilos, nacionalistas do século XIX que se opunham a que a Rússia seguisse o modelo de desenvolvimento ocidental. Reconhecendo, embora, o impacto destrutivo dos Mongóis na Rússia, viam na ocupação mongol um período com alguns elementos positivos para a fundação do futuro Estado russo. Em particular, o isolamento da Rússia em relação ao Ocidente ter-lhe-ia permitido preservar a herança bizantina, a antiga cultura eslava e a fé ortodoxa, incólumes às tendências seculares e individualistas do humanismo renascentista da Europa.

Uma terceira corrente, mais generalizada, negava que os mongóis tivessem tido qualquer influência: chegaram, aterrorizaram e saquearam,

mas depois partiram sem deixar vestígio. Karamzin, por exemplo, na sua *História do Estado Russo*, não escreve uma palavra sobre o legado cultural do domínio mongol. «Pois como poderia um povo civilizado», pergunta-se ele, «ter aprendido com tais nómadas?» Essa continua a ser a perspetiva dominante na inteligência europeizada, que vê uma Rússia virada para o Ocidente. «Da Ásia recebemos extraordinariamente pouco», escreveu no seu livro *A Cultura Russa* (2000) o respeitado historiador Demétrio Likhachev, que nada mais tinha a dizer de mongóis ou de qualquer outra influência oriental na história cultural da Rússia.[60]

Esta negação de um legado mongol tem raízes num sentimento de humilhação nacional por um país europeu como a Rússia ter estado sujeito durante tanto tempo ao domínio de um império asiático, que os Russos consideravam culturalmente inferior. Esse sentimento remonta às crónicas medievais, que retratavam os Mongóis como saqueadores da Rússia (enviados por Deus para punir os Russos pelos seus pecados), mas não seus conquistadores.[61] Os primeiros historiadores da Rússia beberam fortemente nos cronistas. Cultores que eram das doutrinas eurocêntricas do Iluminismo, pouco interesse lhes mereceram o Estado mongol ou as relações mongol-russas, que mal são referidas nas suas obras. Na sua *História da Rússia desde os Tempos mais Antigos* (publicada em vinte e nove volumes de 1851 até 1879) o grande historiador Sergei Soloviev descarta até a possibilidade de «qualquer influência mongol na administração interna da Rússia, pois dela não vemos nem traço».[62] Vasily Kliuchevsky, que estudara com Soloviev, mal refere os Mongóis nos cinco volumes da sua *História da Rússia* (1904-11), preferindo explicar o desenvolvimento da Rússia nessa época exclusivamente em termos de mudanças internas, e não de influências externas (uma regra que quebraria ao falar da influência europeia a partir do século XVIII).[63]

Foi só em finais do século XIX que arqueólogos, etnógrafos e orientalistas russos começaram a interessar-se seriamente pelos Mongóis e sua influência. Escavações arqueológicas revelaram que Sarai não era uma mera coleção de tendas, como até então os russos julgavam, mas uma grande cidade medieval com 75 000 pessoas, edifícios de pedra, ruas bem desenhadas e sistemas hidráulicos, manufaturas e escolas.[64] Os filólogos identificaram as origens tártaras das palavras russas básicas na administração e finanças – *dengi* (dinheiro), *kazna* (tesouro), *tamozhna*

(taxas alfandegárias), *barysh* (lucro) –, indícios de que os Mongóis tiveram impacto nesses domínios.

Muitas famílias russas tinham nomes tártaros. Umas, eram descendentes dos mongóis que tinham ficado na Rússia e entrado ao serviço da corte de Moscovo quando a Horda Dourada se desmembrou. Há uma estimativa de que 156 das 915 famílias nobres ao serviço do czar nos anos de 1680 eram de origem tártara ou de outra origem asiática. Não eram tantas como as famílias lituanas e europeias ocidentais, que constituíam cerca de metade da aristocracia, mas os números reais serão provavelmente maiores, porque muitos dos tártaros russificados mudaram os respetivos nomes ao entrarem na nobreza. Entre eles contam-se alguns dos mais famosos nomes da história da Rússia: autores (Karamzin, Chaadaev, Turgueniev, Bulgakov), compositores (Rimsky-Korsakov), czares (Boris Godunov) e revolucionários (Bukharin).[65]

Não foram só as elites que ficaram para trás na Rússia quando os Mongóis partiram. Aquilo a que chamamos «a invasão mongol» foi, na realidade, uma migração gradual de tribos nómadas. Vinham em busca de novas pastagens, porque a Mongólia estava sobrepovoada. As populações do Uzbequistão e do Cazaquistão têm populações de origem maioritariamente mongol. Mas os nómadas também se fixaram mais para o oeste. Alguns, abandonaram a pastorícia e tornaram-se camponeses na Rússia. Outros, dedicaram-se ao comércio ou a ofícios, sobretudo de apoio aos criadores de gado, domínio em que muitas das palavras comuns russas são de origem tártara: *loshad* (cavalo), *baza*r (mercado), *bashmak* (sapato), etc. Muitas das cidades do Sul da Rússia e das margens do Volga ainda têm nomes tártaros: entre elas Penza, Chembar, Ardym, Anybei, Ardatov e Alatyr.

Esses elementos profundamente asiáticos da cultura russa eram o principal centro de interesse dos eurasianistas, um grupo heterogéneo de académicos emigrados espalhados por toda a Europa e a América depois de 1917. Na sua primeira coleção de ensaios, intitulada *Êxodo para o Leste* (1921), o Príncipe Nikolai Trubetskoi, filólogo, defendia que a Rússia tinha como raiz uma cultura eurasiana da estepe formada pela interação dos russos com os povos fino-úgricos, os mongóis e outras tribos de língua túrquica ao longo de muitos séculos. As influências bizantinas e europeias, que haviam informado o Estado e a alta cultura

russos, mal penetraram até aos estratos inferiores da cultura popular, da música, da dança, do sistema de crenças e da psicologia, que todas elas se desenvolveram mais em relação ao Oriente. As canções populares russas derivavam da escala pentatónica (cinco tons) comum na música da Ásia. Segundo Trubetskoi, também as danças populares tinham muito em comum com o Oriente, sobretudo o Cáucaso, onde, tal como na Rússia, eram praticadas, não por pares, como na tradição europeia, mas por grupos em linhas e círculos, com os movimentos rítmicos realizados com mãos e ombros, além dos pés. Todas essas formas culturais eram, dizia ele, expressões duma «psique oriental» – uma inclinação para a simetria abstrata, uma tendência para atitudes contemplativas e fatalistas, e o primado do coletivo sobre o interesse individual – o que explicava a natureza sagrada da autoridade monárquica e a disposição dos russos para se submeterem a ela.[66]

Entre os fundadores da teoria eurasianista contava-se George Vernadsky, historiador emigrado, então docente em Praga, mas que cedo se mudaria para os Estados Unidos, onde se dedicou à escrita dos seis volumes de *Uma História da Rússia* (1943-69). Vernadsky apresentava a ocupação mongol como um importante ponto de viragem na história russa. Fora ela que colocara a Rússia no caminho da autocracia, da servidão e da expansão imperial na Ásia, embora os seus efeitos só viessem a tornar-se evidentes numa fase posterior de um processo que ele classificava como «influência mediante ação diferida». Para derrubar os Mongóis, defendia ele, os Russos haviam tido de absorver muitas das facetas do seu modo de governação: a subjugação da sociedade para a pôr ao serviço do Estado; o controlo das tribos nómadas da estepe mediante conquista imperial. Como escrevia em *Os Mongóis e a Rússia* (1952), «autocracia e servidão foram o preço que o povo russo teve de pagar pela sobrevivência nacional».[67]

A teoria de Vernadsky da influência diferida pode suscitar algumas críticas. Como poderiam os governantes da Rússia adotar instituições que já não existiam? O vínculo que ele estabelece entre os Mongóis e a introdução da servidão é particularmente duvidoso, pois que, sendo embora verdade que as primeiras restrições aos movimentos dos camponeses foram impostas durante o período mongol, as leis que consagraram a servidão só seriam aprovadas em 1649. Duzentos anos é um «diferimento» muito longo. No entanto, a análise de Vernadsky

inspirou teses mais matizadas sobre o impacto mongol do que as contidas nas narrativas sobre o «jugo tártaro».

Na realidade, o impacto mongol foi enorme, e não sofreu longo diferimento nenhum. A adoção de instituições políticas mongóis teve início tão cedo quanto a primeira metade do século XIV. Os príncipes moscovitas faziam visitas frequentes a Sarai, onde conheciam em primeira mão as práticas administrativas da Horda Dourada, ao tempo muito superiores a qualquer coisa instituída na Rússia. A maior parte dos métodos da Horda Dourada foi adotada por Ivan Kalita quando substituiu os *baskaki* mongóis pelos seus próprios funcionários do fisco (chamados *danschiki*) na coleta de impostos. A *tamga* mongol, uma taxa alfandegária, tornou-se o imposto comercial da Moscóvia.

Um dos mecanismos utilizados pelos cobradores de impostos na Rússia era chamado *krugovaya poruka*, que significa responsabilidade solidária. Era um método de cobrança de impostos em que uma povoação ou comunidade era considerada coletivamente responsável pelo pagamento. Embora tivesse existido na Rus de Kiev, o sistema surgiu grandemente reforçado no período de domínio mongol. Os Mongóis empregavam meios coercivos, como a flagelação das canelas dos devedores com varas ou a tomada de reféns até que o imposto fosse pago. A *krugovaya poruka* viria a ser usada em séculos posteriores tanto por funcionários czaristas, como (mais coercivamente) bolcheviques para espremer impostos de uma população que mal podia pagá-los. Para distribuir equitativamente os impostos por todos os seus membros, as comunidades desenvolveram instituições de governo local – as *veche*, nas cidades, e as *mir* ou comunas camponesas, nas aldeias – que reforçaram essas práticas coletivas.[68]

O período mongol trouxe algumas novidades positivas à Rússia. O sistema postal era o mais rápido do mundo. Consistia numa vasta rede de postos de muda, cada um deles dotado de cavalos frescos capazes de levar os funcionários a todos os cantos do Império Mongol com uma rapidez inédita. Ele tornou-se a base do sistema moscovita, que tanto impressionava os estrangeiros. Sigismund von Herberstein, enviado dos Habsburgo de início do século XVI, ficou estupefacto com a velocidade dos correios da Moscóvia. Uma carta enviada de Moscovo chegava a Novgorod, um trajeto de 660 quilómetros, em menos de três dias. Na

Alemanha do século XVI, uma carta demoraria o dobro do tempo a percorrer a mesma distância.[69]

O exército de Moscovo também melhorou em resultado dos contactos com os Mongóis, a melhor força montada do mundo. Ficou a dever muito aos militares mongóis, desde as táticas de flanqueamento no teatro de guerra até às formações de cavalaria altamente móveis, às armaduras e ao armamento. Richard Chancellor, um viajante inglês que visitou a Moscóvia em 1553, observou que os cavaleiros russos montavam semierguidos «em estribos altos à maneira dos Turcos». Reparou ainda que, como os arqueiros mongóis, usavam seda sobre a cota de malha. Julgou que o faziam para exibir a sua riqueza, mas não era essa a razão: os russos tinham aprendido com os mongóis que as flechas com ponta serrada não rasgam a seda ao penetrar no corpo, o que significava que podiam ser arrancadas sem agravar o ferimento.[70]

Economicamente o impacto dos Mongóis não foi tão negativo como em tempo haviam julgado os cronistas do «jugo tártaro». A Hora Dourada foi um poderoso protetor das rotas comerciais internacionais que enriqueceram as cidades russas. Os proventos do comércio e da alfândega inundaram as cidades, que foram reconstruídas e revitalizadas depois de recuperarem da devastação da invasão mongol. Novgorod e Moscovo tornaram-se cidades grandes e abastadas, com riquezas arquitetónicas e artísticas pares de muitas outras cidades da Europa.

O legado que domina os debates históricos é o impacto mongol na autocracia. O caráter asiático do despotismo na Rússia tornou-se lugar-comum entre a inteligência de tendência ocidental. O socialista do século XIX Alexander Herzen comparava a repressão de Nicolau I (que reinou de 1825 a 1855) a um «Gengis Cã com telégrafo». O bolchevique Nikolai Bukharin disse que Estaline era como um «Gengis Cã com telefone».

A tradição autocrática russa tinha muitas raízes, mas o legado mongol fez mais do que tudo o resto para cristalizar a natureza básica das suas políticas. Desde o século XVI que os primeiros czares da Moscóvia se inspiraram na tradição imperial mongol, adaptando-a aos seus próprios objetivos. A começar com Ivan («o Terrível»), justificavam o direito a um estatuto imperial não apenas com base na ascendência espiritual de Bizâncio, mas também com base na herança territorial de Gengis Cã. O título de «czar» foi utilizado por ambos os imperadores – o *basileus*

bizantino e o cã da Horda Dourada – pelo que os dois se confundiram. As imagens russas do cã mongol retratavam-no nas vestes do imperador bizantino. Havia confusão, ainda, entre a palavra russa para «czar» e «cã», que durante muito tempo foram praticamente intermutáveis. Até Gengis Cã chegou a ser referido como Gengis Czar.[71]

Os príncipes de Moscovo imitavam o comportamento dos cãs depois de os terem expulsado da Rússia e lhes terem sucedido como czares. Os cãs tinham exigido, e imposto impiedosamente, submissão total à sua vontade de parte de todas as classes, um princípio que foi adotado pelos czares russos. Juntamente com o poder despótico dos cãs veio a ideia de propriedade de toda a terra, ideia que os Mongóis tomaram dos Chineses. No século XIV, já esta ideologia chegara à Moscóvia, reforçando o princípio patrimonial do poder do príncipe herdado da Rus de Kiev. Agora, mais do que antes, o poder do Estado estava investido na pessoa do czar como senhor ou soberano dono da terra. Como os cãs mongóis, o grão-príncipe reivindicava o domínio que governava como propriedade da sua casa. Era livre de doar terras (juntamente com as obrigações devidas pelos camponeses que nelas viviam) aos seus servidores; e livre de lhas retirar se assim lhe aprouvesse. Enquanto antes, na Rus de Kiev, os boiardos tinham a propriedade privada das suas terras, que mantinham mesmo que deixassem o serviço do príncipe, daí em diante considerava-se que possuíam a terra sob condição de serviço do príncipe, e a perdiam quando o deixavam. Aí residia a principal fraqueza da aristocracia russa. Os clãs boiardo mais importantes – aqueles que eram mais próximos da corte de Moscovo por casamento ou favor real – formavam uma classe oligárquica dominante, que, por vezes, quando o grão-príncipe era fraco, chegavam a dirigir a governação. Mas o poder e a riqueza vinham-lhes dele. Só os mantinham enquanto gozassem da sua proteção. Era um sistema de dependência do soberano que persistiu até hoje. Os oligarcas de Putin estão totalmente dependentes da sua vontade.

Também as estruturas que alicerçavam esta autocracia patrimonial foram estabelecidas durante o período de soberania mongol. Uma delas era o sistema de *mestnichestvo* (literalmente «colocação») mediante o qual os príncipes e os clãs boiardos eram hierarquizados oficialmente não apenas pelo respetivo historial de serviço, mas pela relação genealógica com a família reinante. Como riqueza e poder resultavam do grau

hierárquico, os boiardos atribuíam enorme relevância à respetiva posição nesse sistema de hierarquia, pois ele afetava todos os aspetos da sua vida, até ao lugar que ocupavam na mesa durante as festas (uma questão de não pouca importância para os boiardos que logo tomavam como ofensa ser-lhes atribuído um lugar mais baixo do que o seu estatuto exigia). Esta hierarquia era mais estável do que o sistema que predominava nas cortes principescas da Rus de Kiev, onde os clãs boiardos competiam abertamente por posições e poder, uma situação que podia levar a azedas lutas intestinas e até guerras civis. Na Moscóvia pós-mongol só os Danilovich podiam ocupar o lugar de grão-príncipe; as regras da sucessão dinástica mudaram para primogenitura; e os boiardos mais próximos do trono ocupavam os cargos mais altos no aparelho de Estado e nas forças armadas. O sistema era idêntico ao sistema mongol, que provavelmente tomou por modelo, e no qual só os chingizidas, descendentes diretos de Gengis Cã, podiam reinar como Grande Cã do império, e onde a ordem hierárquica dos clãs mongóis era determinada pela relação genealógica com a família reinante.[72]

Outro elemento deste sistema emergente de autocracia era a «alimentação» dos funcionários com os proventos da terra (*kormlenie*). A prática era originária da Rus de Kiev, mas generalizou-se no período mongol. Por carecer de moeda com que pagar os salários dos funcionários, o príncipe reinante permitia que se «alimentassem por si» extraindo bens e dinheiro da população sob seu controlo. Este sistema de «alimentação» era um meio fácil de enriquecimento para os boiardos, que competiam entre si para meter os narizes nos melhores quinhões. O abuso de poder era tão generalizado que, mesmo quando as populações se queixavam ao príncipe de excessos por parte do responsável do distrito e conseguiam afastá-lo, acontecia o substituto ser bem pior. O sistema de *kormlenie* foi abolido oficialmente em 1556, mas os atos corruptos que legitimizava continuaram a ser praticados pelos responsáveis locais por outros meios (aceitação de subornos, extorsão de dinheiro às populações, desvios de receitas do Estado, e assim por diante). Foram estas as sementes da corrupção que há tantos séculos flagelam a Rússia. Foi esta, de facto, a origem do sistema oligárquico que hoje funciona, em que a única forma de ficar rico era ser membro dos mais altos círculos de poder ou gozar da sua proteção.

Foi no Norte e Leste da Rússia, o domínio da Moscóvia, que os legados do domínio mongol mais perduraram. No Sul e no Oeste, correspondentes à Ucrânia e à Bielorrússia, a autoridade mongol era mais fraca e cedeu mais cedo, pois muitos desses territórios foram atraídos para a Polónia e a Lituânia desde o início do século XIV. Em certa medida, a maior liberdade em relação à influência mongol colocou as terras de Kiev numa trajetória histórica diferente da Moscóvia. As terras quievanas orientavam-se mais para o Ocidente, e estavam menos expostas as instituições da autocracia patrimonial. Mas esse contraste não foi tão grande que justifique as afirmações dos nacionalistas ucranianos de hoje, nomeadamente, de que a Rússia se tornou despótica e asiática, e o seu povo servil, devido ao «jugo tártaro», enquanto os Ucranianos sempre foram amantes da liberdade e mais «europeus», por não terem sido governados pelos Mongóis. Este tipo de distinções pertence à mitologia nacionalista, embora, evidentemente, à semelhança de muitos mitos, haja nela elementos de verdade.

As terras russas controladas por Moscóvia saíram fortalecidas, e o seu povo endurecido pela dura experiência da soberania mongol, melhor equipadas para sobreviver às agruras que as esperavam, e mais unidas nacionalmente do que haviam estado antes. Só Moscovo tinha, agora, capacidade para as libertar dos Mongóis e para governar todos os russos num Estado unificado. Nas palavras de Karamzin, «Moscovo deve a sua grandeza aos cãs».[73]

---

44. S. Zenkovsky (ed.), *Medieval Russia's Epics, Chronicles, and Tales*, Londres, 1991, p. 196.

45. Ver também U. Büntgen e N. Di Cosmo, «Climatic and Environmental Aspects of the Mongol Withdrawal from Hungary in 1242 C», *Scientific Reports*, vol. 6, nº. 1, 2016, que explica a retirada pela escassez de recursos.

46. M. Favereau, *The Horde: How the Mongols Changed the World*, Cambridge, Mass., 2021, p. 51.

47. Ibid., p. 202.

48. David Miller, «Monumental Building as an Indicator of Economic Trends in Northern Rus' in the Late Kievan and Mongol Periods, 1138–1462», *American Historical Review*, vol. 94, nº. 2, abril de 1989, pp. 360-90.

49. L. Langer, «Muscovite Taxation and the Problem of Mongol Rule in Rus», *Russian History*, vol. 34, nºs. 1-4, 2007, p. 116-7 Ibid., p. 110.

50. Ibid., p. 110.

51. Zenkovsky, *Medieval Russia's Epics*, p. 232; M. Cherniavsky, *Tsar and People: Studies in Russian Myths*, New Haven, 1961, pp. 18-22.

52. J. Blum, *Lord and Peasant in Russia: From the Ninth to the Nineteenth Century*, Princeton, 1961, p.106.

53. G. Verandsky, *The Mongols and Russia* , vol. 3: *A History of Russia*, New Haven, 1953, p. 378.

54. J. Fennell, *The Emergence of Moscow, 1304–1359*, Londres, 1968, pp. 82-9.

55. Ibid., p. 192.

56. Verandsky, *The Mongols,* p. 260.

57. «"The Scythias" (1918)», *in* A. Blok, *Sobranie sochinenii v vos'mi tomakh*, Moscovo/Leninegrado, 1961–3, vol. 3, p. 360.

58. Ibid., p. 267.

59. D. Ostrowski, *Muscovy And the Mongols: Cross-Cultural Influences on the Steppe Frontier, 1304–1589*, Cambridge, 1998, p. 67.

60. N. Karamzin, *Istoriia gosudarstva rossiiskogo*, 12 vols., São Petersburgo, 1851–3, vol. 5, p. 373; D. Likhachev, *Russkaya kul'tura*, Moscovo, 2000, p. 21.

61. C. Halperin, *The Tatar Yoke: The Image of the Mongols in Medieval Russia*, Bloomington, Ind., 2009, p. 193.

62. S. Solov'ev, *Istoriia Rossii s drevneiskikh vremen* , 29 vols., Moscovo, 1851-79, vol. 4, p. 179.

63. Ver C. Halperin, «Kliuchevsky and the Tatar Yoke», *CanadianAmerican Slavic Studies*, vol. 34, n.º 4, 2000, pp. 385-408.

64. Favereau, *The Horde*, p. 238.

65. Ostrowski, *Muscovy And the Mongols*, p. 56. Ver ainda, N. Baskakov, *Russkie familii tiurksogo proiskhozhdeniia*, Moscovo, 1979.

66. N. Trubetskoi, *K probleme russkogo samopozANniia*, Paris, 1927, pp. 41-2, 48-51.

67. Verandsky*, The Mongols*, pp. 13, 391.

68. H. Dewey e A. Kleimola, «Russian Collective Consciousness: The Kievan Roots», *Slavonic And East European Review,* vol. 62, n.º 2, 1984, pp. 180-91.

69. G. Alef, «The Origin and Early Development of the Muscovite Postal Service», *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas*, New Series, vol.15, n.º1, 1967, p.1.

70. Ostrowski, *Muscovy and the Mongols*, p. 52.

71. M. Cherniavsky, «Khan or Basileus: an Aspect of Russian Medieval Political Theory», *Journal of the History of Ideas*, vol. 20, 1959, pp. 459-76.

72. Ver D. Ostrowski, «The Mongol Origins of Muscovite Political Institutions», *Slavic Review*, vol. 49, n.º 4, 1990, pp. 525-42.

73. Karamzin, *Istoriia gosudarstva rossiiskogo*, vol. 5, p. 374.

3

CZAR E DEUS

No dia 16 de janeiro de 1547, o grão-príncipe de Moscovo, Ivan IV, tornou-se o primeiro czar e autocrata de toda a Rússia. Ivan, *o Terrível*, como é mais conhecido, tinha apenas 16 anos quando foi coroado na Catedral da Dormição, a principal igreja do metropolita de Moscovo, Macário, chefe da Igreja Russa. A maior parte dos ritos da cerimónia tinham sido inventados ou adaptados dos bizantinos. Consagravam um novo mito imperial sobre a Rússia e os seus czares.

Ao entrar na catedral, iluminada a velas, Ivan foi saudado por um coro que entoava *mnogoletie* («muitos anos») e uma grande assembleia dos mais altos dignitários. Subiu doze degraus para um estrado sobre o qual estavam instalados, frente à iconóstase, dois tronos, um para Macário, o outro para Ivan, simbolizando o ideal bizantino de uma «sinfonia» de Igreja e Estado a governarem os domínios de Deus. Ivan enunciou a lista dos seus antecessores, grão-príncipes de Moscovo e de Toda a Rússia, e proclamou o seu desejo de ser reconhecido «com todos nossos antigos títulos». Macário corou-o, abençoou-o com a cruz e sentou-o no trono. Nesse momento, Ivan fez nova exigência de ser coroado czar «segundo nosso antigo costume». Macário assentiu, proclamando: «Sois agora ungido e titulado Grão-Príncipe Ivan Vasilevich, Czar coroado por Deus e Autocrata de toda a Grande Rússia».[74] Os membros do clero irromperam num cântico sagrado enquanto Macário o benzia com uma cruz, o ungia com óleo, conferindo-lhe carisma sagrado, colocava um cetro na sua mão e o coroava com o Chapéu de Monómaco, um gorro dourado debruado a pele de marta zibelina, ornamentado de joias, e com uma coroa no topo. Rezava a lenda que fora um presente do imperador Constantino XI

Monómaco a seu neto Vladimir aquando da coroação deste como grão-príncipe de Kiev. O gorro pretendia simbolizar a reivindicação pelo novo czar do título imperial dos bizantinos. Na realidade, Vladimir tinha apenas 2 anos de idade quando o seu avô morreu, e só seria coroado grão-príncipe de Kiev quase cinquenta anos depois. Quanto ao gorro, fora um presente do cã Uzbeque a Danilovich no início do século XIV.[75] Mas os factos não eram realmente o ponto da questão.

Macário fez um sermão sobre os deveres sagrados do czar de proteger os ortodoxos «governando com o temor de Deus». A maior parte do sermão fora tirada da *Patrologia Graecae*, uma série de máximas enunciadas ao Imperador Justiniano por Agapeto, diácono de Santa Sofia, em Constantinopla, por volta da altura da sua coroação em 527. Macário sublinhou a fonte sagrada da autoridade do czar. Na cerimónia de coroação essa ideia era simbolizada pela unção com óleo, que estabelecia uma ligação entre Ivan e David, «ungido por Deus para ser o novo rei de Israel». Na ideologia do rei sagrado («Teologia como Sabedoria»), perfilhada por Macário, o czar, à semelhança de Cristo, continha no seu corpo tanto o mortal como o divino. Possuía carisma divino, um dom da graça que o fazia como um deus em seu poder. Na formulação da versão eslava do século XIV do texto de Agapeto que Macário usou no seu sermão: «O corpo mortal do Czar é como o de qualquer outro homem, mas em seu poder ele é como Deus Todo-Poderoso».[76] A lição não podia ser mais clara: se o czar encarnava Deus na Terra, era heresia opor-se a ele.

A natureza dúplice do soberano cristão – falível na sua humanidade, mas divino nas suas funções reais – era uma noção comum na Europa.[77] A pressão que fazia recair sobre a imagem do monarca foi resolvida na Europa Ocidental com a distinção entre a pessoa mortal e o sagrado ofício do rei. Essa distinção iria permitir que se desenvolvesse no Ocidente o conceito abstrato de Estado como contrapeso ao rei. Mas tal não aconteceu na Rússia, onde czar e Estado eram considerados um só – unidos no corpo de um único ser mortal, que enquanto homem e soberano era um instrumento de Deus.

O título de «Czar», a unção de Ivan, os adornos bizantinos e o sermão, eram todos eles reinvenções modernas das tradições bizantinas destinadas a dar a Ivan uma aura de antiga linhagem e estatuto imperial. A lenda do

Chapéu de Monómaco só começara a circular no início do século XVI. Apareceu no *Conto dos Príncipes de Vladimir,* que proclamava de forma espúria que os príncipes de Moscovo descendiam dos imperadores bizantinos através do grão-príncipe Vladimir (o que se tinha convertido ao cristianismo em 988). No trono de Ivan na Catedral da Dormição haviam sido entalhadas imagens desse *Conto. O Livro de Linhagens,* encomendado por Macário, ia um pouco mais longe nessa reinvenção do passado de Moscovo. Fazia remontar a ascendência de Ivan ao imperador romano Augusto, com a proclamação absurda de que os ruríquidas eram descendente de um irmão do imperador, um tal Prus, governador romano da Prússia. Ivan foi, portanto, celebrado como herdeiro de sangue dos imperadores romanos e dos seus sucessores em Constantinopla, a «nova» ou «segunda» Roma, como era chamada. Ao inventar esta linhagem imperial, Moscovo reivindicava a soberania das antigas terras da Rus de Kiev que haviam estado sob a autoridade espiritual do patriarca de Constantinopla – incluindo territórios (da Ucrânia e Bielorrússia atuais) que desde então tinham passado para a Polónia e a Lituânia. A elevação de Ivan ao estatuto de czar era uma proclamação sobre o estatuto da Rússia no mundo. Derivado da palavra romana «César», o título fora dado pelos Russos ao cã da Horda Dourada, ao sultão otomano e aos reis do Antigo Testamento. Coroado czar, Ivan tornava-se par do sacro imperador romano, chefe secular da cristandade ocidental, cimentando a sua autoridade com a liderança da cristandade oriental.

Ivan foi o primeiro dos grão-príncipes a ser coroado czar, mas o título fora usado episodicamente pelos seus antecessores Ivan III (que reinou de 1462 a 1505) e Basílio III (1505-33), para engrandecerem o seu estatuto. Através do seu casamento com Sofia Paleóloga, sobrinha do último imperador bizantino, Ivan III tinha reivindicado o direito ao trono deixado vago pelos Paleólogos, tendo mandado fazer um brasão de armas da Rússia com águia de duas cabeças, embora se tratasse mais de uma imitação dos Habsburgo do que dos bizantinos.[78] Ivan levou essa exigência de reconhecimento a nível ainda mais alto, ao insistir que os soberanos europeus o tratassem por «Czar». Cada vez mais megalómano, tomava por insulto e cortava relações diplomáticas com quem não o fizesse. Mostrava-se sobranceiro com monarcas como Isabel I, a rainha inglesa,

que tinha de governar com o consentimento do seu povo. Nenhuma dessas limitações se aplicava a ele.

Coroá-lo como czar foi igualmente importante para a missão de Macário de promover Moscovo como derradeira e genuína sede da fé cristã, herdeira de Bizâncio após a conquista de Constantinopla pelos Turcos. A Igreja Russa vinha pendendo para a afirmação desse papel desde o Concílio de Florença (1438-39), no qual o imperador de Bizâncio e muitos outros líderes da Igreja Oriental tinham insistido numa união com Roma para garantir a assistência às potências católicas contra os infiéis muçulmanos. Em 1448, numa declaração de independência em relação a Constantinopla, os bispos russos assumiram a missão de nomear Iona de Riazan como seu metropolita, um cargo cuja nomeação cabia normalmente ao patriarca de Constantinopla. A queda da capital bizantina, cinco anos depois, apenas, convenceu os Russos de que tinham feito bem em criar uma igreja nacional independente. Essa convicção cimentou-se em 1458, quando a Lituânia cortou relações religiosas com Moscovo, e colocou a sua população ortodoxa sob a autoridade espiritual da Igreja Uniata de Roma.

Para defender a sua independência, a Igreja Russa defendeu a ideia de que Moscovo substituíra Constantinopla como verdadeira capital da ortodoxia. Os líderes religiosos celebravam os grão-príncipes moscovitas como únicos verdadeiros defensores da fé cristã, eleitos de Deus para salvar a humanidade. Nos anos de 1530 já a ideia fora configurada em documentos eclesiásticos e histórias lendárias como aquilo que mais tarde viria a ser chamado «doutrina da Terceira Roma». Ela foi mais claramente afirmada por um monge chamado Filoteu em carta ao representante de Basílio III em Pskov, cerca de 1523. Visto que tanto Roma como Bizâncio tinham caído em apostasia, o grão-príncipe de Moscovo era «o único Czar dos Cristãos de todo o mundo». Moscovo tornara-se a derradeira capital da verdadeira fé», defendia Filoteu, «pois duas Romas caíram, a Terceira perfila-se, e não haverá uma quarta».[79]

A doutrina da Terceira Roma logo foi perfilhada pelos líderes da Igreja da Rússia, nenhum com mais ardor do que Macário, campeão das ambições imperiais de Moscovo. Ele citou-a no sermão da coroação de Ivan para sublinhar os deveres sagrados do czar na defesa da pureza da ortodoxia russa contra heresias estrangeiras e internas. Se Ivan falhasse e

também a Rússia caísse em apostasia, como acontecera com Roma e Bizâncio, o resultado seria nada menos do que o fim do mundo, porque, como advertira Filoteu, não haveria uma quarta Roma. Este tipo de advertência apocalíptica havia de desempenhar papel central no reinado de Ivan, que reinou com terror, na firme convicção de que o Dia do Juízo Final estava próximo, que o mundo ia acabar, e que era seu dever divino purgar de pecado a terra russa em preparação para tal fim.

*

A elevação de Ivan ao estatuto de czar visava, além disso, contribuir para a afirmação da autoridade da coroa ao fim de catorze anos de conflitos boiardos pelo trono, enquanto Ivan fora menor. Tinha apenas 3 anos quando o seu pai, Basílio III, morreu, em 1533. A mãe de Ivan, Elena Glinskaya foi regente durante algum tempo, mas morreu, provavelmente envenenada, em 1538, após o que os principais clãs boiardos – os Glinsky, os Belsky e os Shuisky – se entregaram a uma luta brutal e caótica pelo poder, a qual causou catorze assassinatos, duas deposições forçadas de metropolitas, e três mudanças de clique reinante, até Ivan atingir a maioridade em 1546. Segundo ele próprio revelou, Ivan teve uma infância extremamente infeliz, sendo negligenciado e maltratado por «boiardos insensíveis», sobretudo os príncipes do clã Shuisky.[80] Com 13 anos, apenas, vingou-se deles, ordenando o assassinato do Príncipe Andrei Shuisky, derradeiro Shuisky na sua corte. Tão cedo atingiu a maioridade, Ivan tomou mulher para garantir a dinastia com um herdeiro que pudesse atingir a maioridade antes de ele morrer. A estabilidade política assentava na erradicação de pretensões alheias à sucessão. A sua escolha recaiu sobre Anastasia Romanova, filha de um clã boiardo que se mantivera à margem das lutas de poder enquanto Ivan era menor.

Ao promover uma família que se mantivera neutral ao mais alto grau da corte, Ivan esperava unificar os clãs boiardos, dando-lhes um herdeiro indiscutível que tinham de reconhecer. Por mais que lutassem entre si, os clãs precisavam de estabilidade para defenderem os seus interesses oligárquicos.

A estabilidade era indispensável, também, para a edificação de um sistema político centralizado, capaz de governar o império moscovita em expansão. Como outros monarcas europeus desse tempo, Ivan pretendia

forjar um reino unificado a partir da rede informal de principados, cada um deles governado por seus príncipes e boiardos, que se fora desenvolvendo ao longo do século XV, à medida que Moscovo engolia novos territórios. Esta construção de um reino tinha começado no reinado do avô de Ivan, Ivan III, e fora continuado por seu pai, Basílio. Entre 1462 e 1533, o Estado moscovita expandira-se mais de três vezes em território e população com a anexação e absorção dos principados e repúblicas de Iaroslav (em 1471), Perm (1472), Rostov-Suzdal (1473), Tver (1485), Viatka (1489), Pskov (1510), Smolensk (1514) e Riazan (1521).

A conquista mais importante foi a da cidade-república de Novgorod, com as suas extensas terras do Norte. Em 1456, Novgorod assinara um tratado reconhecendo a soberania de Moscovo. Mas uma fação dos seus líderes ainda procurava obter junto da Lituânia proteção das liberdades da cidade contra Moscovo. Quando Novgorod pediu auxílio militar à Lituânia em 1470, Ivan declarou guerra à república e derrotou-a, forçando-a a renovar o acordo de 1456. Mas os patriotas da cidade persistiram na insubmissão, pelo que, de novo, Ivan enviou os seus exércitos em 1478. Desta vez Moscovo anexou Novgorod, confiscando todos os seus territórios agrícolas. Numa ação simbólica para afirmar o fim da cidade-república, as forças do Kremlin levaram consigo o sino que Novgorod usara para convocar a sua *veche,* a assembleia dos cidadãos.

Moscovo enriqueceu com essas conquistas. Em finais do século XV tornara-se uma das cidades comerciais mais ricas de toda a Europa. Da Alemanha, da Polónia, das terras dos Habsburgo e de Itália acorriam mercadores para comprar luxuosas peles e cavalos, que os Tártaros traziam para Moscovo às dezenas de milhares todos os anos. Moscovo já tinha uma população de cerca de 100 000 pessoas em princípios do século XVI, quase o dobro de Londres. Embora todas as casas fossem de madeira, a cidade dispunha de grandes igrejas de pedra, muitas delas no Kremlin, cujas espessas muralhas ficaram concluídas nessa altura.

O Kremlin era um símbolo do poder de Moscovo e da sua entrada na cena europeia. O vasto complexo de palácios e igrejas foi construído em grande parte por italianos. O Palácio das Facetas (palácio do czar) foi obra dos arquitetos venezianos Marco Ruffo e Pietro Antonio Solari, que construíram as muralhas do Kremlin ao estilo do Palácio Sforza de Milão. Aristotele Fioravanti foi responsável pela reconstrução da Catedral da

Dormição (1475-79) e Alevise Novi pela Catedral do Arcanjo São Miguel, acabada vinte anos depois. Ao longo dos séculos a maioria dos edifícios do Kremlin foi russificada, com o acrescento gradual de elementos e ornamentos arquitetónicos russos, pelo que os visitantes modernos dificilmente reconhecerão o seu caráter italiano.

Havia uma importante diferença entre o Kremlin e as grandes fortalezas renascentistas do Norte de Itália. As muralhas do Kremlin albergavam as mais importantes igrejas da cidade, enquanto as catedrais do Norte da Itália eram sempre construídas fora das muralhas do castelo. Na Europa latina, Igreja e Estado eram estreitos aliados, mas entidades separadas, por vezes até em conflito, sobretudo quando o Papa tentava depor ou condicionar os reis, um direito reivindicado e praticado pelo Papado até à ascensão do Estado absolutista no século XVI. Mas na Rússia, pretendia-se que Igreja e Estado governassem em uníssono. A localização do palácio do czar, ao lado da Catedral da Dormição, pode ser lida como símbolo desta sinfonia entre as duas entidades. Elas estavam unidas num império teocrático em que o czar reinante era reverenciado como sagrado, porque o poder lhe vinha de Deus.

A autocracia desenvolveu-se na Rússia de forma diferente das monarquias absolutistas europeias. Se colhia a teoria em Bizâncio, na prática devia mais ao legado da soberania mongol. Havia, é claro, padrões de construção de um Estado comuns a Rússia e Ocidente. A partir do reinado de Ivan III, o objetivo de Moscovo fora, como o de qualquer Estado, alargar o seu poder a todos os cantos do reino e limitar os poderes de príncipes e boiardos que contrariassem a autoridade unificada. Como na Europa, a principal função desse Estado centralizado era financiar as forças armadas. A «revolução militar» do início da era moderna – em que a lança e o pique medievais se tornaram obsoletos perante a artilharia móvel de cerco e as armas de pólvora – aumentou enormemente os custos da guerra. As monarquias organizaram grandes exércitos regulares na sua demanda de expansão territorial; combateram mais guerras; e necessitavam de burocracias maiores e mais centralizadas para cobrar os impostos que financiavam essas guerras. A Moscóvia não foi exceção a essa tendência europeia. Era, aliás, e em muitos aspetos, o exemplo típico do «Estado fiscal-militar» que emergiu na Europa no século XVI. Desde o início do reinado, Ivan IV propôs-se aumentar os poderes do seu Estado.

Nomeou apoiantes seus para o Conselho de Boiardos, ou Duma, e criou uma Assembleia da Terra (*Zemsky Sobor*) que reunia os representantes das três principais classes sociais (nobreza, clero e povo) com funções consultivas. Aumentou a burocracia do Tesouro contratando secretários, escribas e funcionários para gerir a cobrança de impostos; apertou o controlo de Moscovo sobre a administração das províncias, substituindo governadores boiardos por funcionários de nomeação central; e introduziu um novo código administrativo para uniformizar as leis dos antigos principados e aumentar a dependência dos seus governantes em relação a Moscovo. Todas estas reformas obedeciam às linhas das reformas realizadas pelos monarcas europeus para forjarem um reino unido a partir dos diversos territórios, cada um deles com suas estruturas e usos jurídicos, que tinham passado a controlar.

Outros elementos da edificação do Estado foram tomados, porém, dos Mongóis. Não havia nada parecido no Ocidente. Os viajantes estrangeiros que visitavam Moscovo ficavam estupefactos com a dimensão do poder que o czar tinha sobre os súbditos, incluindo a nobreza. «Todas as gentes se têm na conta de escravas do Czar», observou Herberstein, que considerava que «na alçada que tem sobre todo o seu povo ultrapassa os monarcas de todo o mundo».[81] Ivan referia-se aos seus servidores como «escravos» *(kholopy*). O protocolo exigia que, ao dirigir-se ao czar, cada boiardo, mesmo os membros dos clãs principescos, se referisse a si próprio como «vosso escravo», um ritual que lembrava o servilismo que os mongóis demonstravam aos seus cãs. Esta subserviência era elemento fundamental da autocracia patrimonial que diferenciava a Rússia das restantes monarquias europeias. O conceito de Estado estava incarnado no czar como soberano e senhor de todas as terras russas. O sistema colocava os servidores à sua mercê. Se lhe fossem desagradáveis podia tirar-lhes as terras. Não tinham direito de propriedade que os protegesse do seu soberano.

Em 1556, decretou o serviço militar obrigatório para todos os terratenentes da Rússia – quer fossem boiardos, que haviam sido proprietários das suas terras durante séculos, ou *pomeshchiki,* uma nova classe de servidores que o czar recompensava com concessão de terras (*pomeste*). Por cada 100 *chetverty* (55 hectares) de terra arável no seu domínio, o terratenente tinha de fornecer ao exército um soldado

completamente equipado e um cavalo. Também ele próprio tinha de servir, ou então enviar alguém em seu lugar. Havia disposições semelhantes no resto da Europa, mas o que tornava esta lei novidade era o princípio, inexistente no resto da Europa, de que o terratenente só possuía a terra sob condição de prestar serviços ao Estado. Não tinha a propriedade dela. Qualquer que fosse a área de terras que possuísse, não podia vendê-las ou deixá-las aos filhos sem as obrigações de serviço ligadas à propriedade delas.

Com o sistema de *pomeste* o czar conseguia reunir em curto espaço de tempo uma força de 20 000 homens. O sistema era semelhante a um outro desenvolvido no Canato de Kazan, e baseava-se provavelmente nele. Não havia nada de parecido no Ocidente, onde o feudalismo se traduzia em propriedade privada da terra e direitos individuais a ela ligados. O sistema de *pomeste* fora lançado por Ivan III após a derrota de Novgorod, em 1478. As terras conquistadas à cidade-Estado foram dadas aos militares vitoriosos, a maioria filhos de boiardos menos importantes, que assim se tornaram *pomeshchiki*. A concessão de *pomeste* pelo czar generalizou-se a toda a Moscóvia (exceto no Norte, onde não havia ameaças estrangeiras, e, portanto, não eram necessárias milícias). As outras formas de propriedade fundiária (*votchiny*) foram sendo eliminadas gradualmente por legislação que limitava a venda ou a transmissão em herança. Em meados do século XVI, já a concessão de *pomeste* criara 23 000 servidores terratenentes, um número que duplicaria ao longo dos cem anos seguintes.[82] Com o aumento desta classe de servidores, foram aumentando também as pressões sobre o Estado para que encontrasse mais terras. A conquista de novas terras para os servidores militares impulsionou fortemente a expansão territorial da Rússia.

Um dos resultados do sistema de *pomeste* foi a criação de uma classe de servidores terratenentes sem vínculos fortes a qualquer comunidade particular. Os *pomeshchiki* eram criaturas do Estado. Despachados para um lado e outro no império do czar, não tinham nem tempo nem disposição para lançar raízes em determinada localidade. Os *pomeshchiki* não viam nas suas terras mais do que uma fonte de rendimento, e de bom grado as trocavam por outras mais próximas do local onde prestavam serviço, se ele prometesse alargar-se no tempo. Todas as coisas que ligavam a nobreza feudal da Europa a determinada povoação ou condado

(as redes de caridade e mecenato, as assembleias corporativas e a governação local, em resumo, tudo aquilo que forma as identidades e lealdades regionais) inexistiam na Rússia. Foi só em meados do século XIX que estas redes e identidades locais começaram a desenvolver-se, mas demasiado tarde, como veio a constatar-se, para alicerçar o desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma ou de uma forma democrática de governo.

A perenidade da autocracia na Rússia é explicada menos pelo poder do Estado do que pela debilidade da sociedade civil. Eram escassas as instituições públicas capazes de resistir ao poder da monarquia. A classe terratenente era excessivamente dependente do czar. Os seus membros eram demasiado passivos e maleáveis para desempenharem o papel da aristocracia independente da Europa, cujos direitos de propriedade da terra e o facto de se perfilarem como líderes de comunidades lhes permitiram resistir às intrusões do Estado absolutista, e defender as liberdades locais. Os Conselhos de Boiardos e as Assembleias da Terra não são comparáveis aos Parlamentos e Estados Gerais da Europa, que se viriam a tornar Assembleias Nacionais, e em última análise conduziriam à democracia. As assembleias dos boiardos não eram representativas, porque não tinham sido eleitas por ninguém. Não tinham poder para travar o czar, que as reunia para consulta quando bem entendia, mas não tinha de seguir a sua opinião. Este desequilíbrio entre um Estado dominante e uma sociedade fraca moldou o curso da história da Rússia.

*

O reinado de Ivan, *o Terrível*, foi o começo do crescimento da Rússia como potência imperial. Entre 1500 e a revolução de 1917 o Império Russo cresceu a um ritmo espantoso de cerca de 130 quilómetros quadrados por dia.[83] Desde o núcleo da Moscóvia expandiu-se até se tornar o maior império territorial da Europa. Como disse Kliuchevsky, a história da Rússia é a «história de um país que se coloniza a si próprio».[84]

Como explicar a extraordinária expansão, sem paralelo em qualquer outra potência na história mundial? Desde o início do século XIX, altura em que as potências europeias começaram a temê-la, a explicação mais generalizada no Ocidente era a de a Rússia ser expansionista por natureza. É uma opinião antiga, e ela foi reforçada com a Guerra Fria, altura em que

a expansão soviética na Europa de Leste era explicada em parte por estereótipos russófobos sobre a «ameaça russa» datados do século XIX. Mas a ideia não pode ser tão facilmente aplicável ao século XVI, quando a expansão territorial russa era comparável em ambição à de outras potências do continente europeu, como a Polónia-Lituânia e os Habsburgo, ou as que tinham impérios ultramarinos, como a Inglaterra, a França e a Espanha.

O alargamento da Rússia no século XVI foi facilitado pela total ausência de fronteiras naturais, que também a deixava mais vulnerável a ataques do exterior. O grande perigo estava a Oeste, onde era ameaçada pela Polónia-Lituânia (unificadas em 1569), que bloqueava o acesso da Rússia ao mar Báltico e reivindicava a maior parte dos territórios da Rus de Kiev. Para Sul, o Canato da Crimeia era outra importante ameaça, por não menor razão devido à sua aliança com o Império Otomano. A Crimeia bloqueava o acesso dos russos ao mar Negro e ao mundo muçulmano para além dele. As suas incursões eram um problema constante para os russos da fronteira sul, que atravessava a pradaria a leste de Kiev. Elas exigiram a construção de linhas defensivas e fortalezas guarnecidas por uma nova força fronteiriça constituída por cossacos.

O nome dos Cossacos derivava da palavra túrquica *qazaqi*, que significava «aventureiros» ou «solados errantes», que viviam em liberdade como bandidos na estepe. Muitos dos cossacos eram remanescentes do exército mongol (Tamerlão começara como *qazaq*). Juntaram-se-lhes russos que em números crescentes fugiam do Norte para as «terras selvagens» do Sul devido às crises económicas causadas por guerras, impostos excessivos e a pobreza das colheitas na «pequena idade do gelo» do século XVI. Não havia barreira étnica para se ser cossaco. Agrupando-se em fraternidades militares, os Cossacos foram recrutados pelos Lituanos, e depois pelos Russos, para defender as fronteiras do Sul dos tártaros da Crimeia, dos Nogais e de outras tribos da estepe. Os seus serviços eram recompensados com dinheiro, parcelas de terra, isenções de impostos e outros direitos e privilégios que guardavam ciosamente como símbolos da sua liberdade e superioridade em relação ao campesinato.

A Leste, por seu lado, a Rússia tinha como vizinho o Canato de Kazan, que ocupava as terras do Médio Volga entre Viatka, a norte, e Saratov, a sul. Por si só, Kazan não era suficientemente forte para ameaçar Moscovo.

Mas se se aliasse à Crimeia, o mais poderoso dos canatos, podia constituir uma base avançada para uma ofensiva contra a Moscóvia. A única maneira que Moscovo tinha de evitar esse perigo era conquistar Kazan primeiro. Visto que Moscovo não tinha forças bastantes para combater simultaneamente em duas frentes, Ivan decidiu que tinha de eliminar o perigo de Kazan antes de qualquer confronto com a Polónia-Lituânia, cujo exército dotado de armas a pólvora era uma ameaça bem maior do que a cavalaria de arco e flecha dos canatos.

Ivan lançou a primeira campanha contra Kazan em 1547-48. Os arqueiros russos não conseguiram derrotar a cavalaria do canato, e, com as linhas de abastecimento demasiado longas, tiveram de retirar. Na segunda campanha, em 1552, os russos mudaram de estratégia. Passaram a usar pólvora e estabeleceram uma fortificação avançada em Sviazhsk, no Volga, próxima de Kazan, para manterem uma linha de abastecimento. Utilizaram artilharia fixa e mosqueteiros (*streltsy*) acabados de formar como primeiras unidades regulares do exército russo para manterem fogo cerrado. Recorreram a engenheiros holandeses para escavar minas sob as muralhas de Kazan, onde conseguiram colocar quarenta e oito barris de pólvora. Quando os fizeram explodir às primeiras horas do dia 2 de outubro, foi o bastante para abrir uma enorme brecha nas defesas da cidade. Os russos irromperam pela cidade e mataram toda a gente que viram.

A conquista de Kazan foi celebrada como uma vitória providencial para os ortodoxos, a primeira sobre o islão desde a queda de Constantinopla, quase cem anos antes. A Igreja Russa definiu-a como o início de uma cruzada e exigiu a conversão forçada dos infiéis muçulmanos. Para comemorar a vitória foi pintado um grande ícone horizontal, *O Abençoado Anfitrião do Divino Czar*, em frente ao trono do czar na Catedral da Dormição. Mais conhecido como *Militante da Igreja,* o ícone mostra a figura montada de Ivan seguindo o Arcanjo Miguel numa procissão das tropas russas desde as chamas infernais da cidade de Kazan até Moscovo, representada como se fosse Jerusalém, onde são recebidos pela Virgem e o Menino. A iconografia foi beber ao Livro da Revelação, no qual Miguel derrota Satã antes do Apocalipse. Ivan surge como um novo Rei David e os russos como Povo Eleito, os novos israelitas, a reforçar o mito do estatuto e missão de Moscovo como Terceira Roma.[85]

Quatro anos mais tarde, em 1556, os russos conseguiram nova vitória, desta vez contra o Canato de Astracã. Para comemorar a sua vitória, o czar ordenou a construção de uma nova catedral na Praça Vermelha de Moscovo, assim chamada porque a palavra para «vermelho» (*krasny*) deriva da palavra para belo (*krasivyi*). A Catedral da Intercessão da Virgem tornar-se-ia conhecida popularmente por São Basílio. Parcialmente inspirada na igreja do Santo Sepulcro, destinava-se a reforçar a ideia de Moscovo como Nova Jerusalém. A capela principal foi dedicada à entrada de Cristo na Cidade Santa no Domingo de Ramos. Ela tornou-se centro da procissão anual do Domingo de Ramos, altura em que o czar, apeado, conduzia o seu povo à catedral – um ritual destinado a simbolizar o seu papel divino de líder dos ortodoxos – seguido pelo metropolita, montado a cavalo, tal como Cristo montara um burro ao entrar em Jerusalém.

Completada em 1560, a catedral de São Basílio era mais do que um símbolo da vitória da Rússia sobre os canatos. Era a proclamação triunfal da libertação do país dessa cultura tártara que o dominara desde o século XIII. Com as suas cores garridas, os seus alegres ornamentos e as suas enormes cúpulas em forma de cebola, São Basílio foi concebida como uma comemoração festiva das tradições bizantinas a que a Rússia então regressava (embora fosse mais ornamentada e de estilo mais oriental do que qualquer das igrejas de Bizâncio).

A dedicatória a São Basílio também era bastante estranha, porque Basílio era o Santo Louco (*iurodyvy*) preferido da cidade, uma figura sem paralelo na tradição ortodoxa ou qualquer tradição cristã. No folclore russo, o «louco por amor a Cristo», ou Santo Louco, tendo, embora, o estatuto de santo, agia mais como um doido ou um palhaço, trajado de roupas bizarras, com um boné ou armação de metal na cabeça, e grilhetas sob a camisa, como os xamãs da Ásia. Erravam pelos campos como pobres, vivendo de esmolas dos aldeões, que viam portentos nas suas estranhas charadas e criam nos seus poderes sobrenaturais de adivinhação e cura. Sem medo de dizerem a verdade aos ricos e poderosos, eram recebidos frequentemente pela nobreza, e tornaram-se presença normal na corte. Ivan gostava da companhia de Santos Loucos.

A conquista de Kazan teve enorme importância simbólica. Deu ao czar um novo estatuto, aumentando o seu prestígio entre os nómadas da estepe

como legítimo sucessor dos cãs mongóis, confirmando simultaneamente a reivindicação imperial de soberano cristão universal, herdeiro do imperador de Bizâncio. Em 1557, Ivan requereu a confirmação do título de «Czar» ao patriarca de Constantinopla. Era um reconhecimento merecido, alegava ele, como libertador da ortodoxia das mãos do islão. O pedido foi satisfeito em 1561. Para cimentar a dinastia, Ivan também enviou uma longa lista de antecessores e familiares para serem santificados como czares pelo patriarca, assim inventando uma genealogia que ligava a sua família aos imperadores de Bizâncio que remontava a tempos antigos.

Com Kazan nas suas mãos, as estepes para leste ficavam abertas aos russos, cujos exércitos podiam avançar para o controlo das riquezas da Sibéria e das rotas comerciais da Ásia Central e da China. Mas os Tártaros recém-conquistados não seriam tão fáceis de controlar. Houve revoltas contra os russos e seus missionários religiosos. Moscovo temia que os Otomanos e os Crimeanos interviessem em defesa dos seus pares na fé, e, assim, os Russos deixaram de forçar conversões e conformaram-se com um longo período de pacificação, enquanto iam construindo uma linha defensiva de guarnições fortificadas e mosteiros entre Kazan e Arzamas.

Animado com os sucessos no Leste, Ivan virou os exércitos para o Oeste, onde o acesso da Rússia ao mar Báltico era bloqueado por Suécia, Lituânia e a Ordem Livoniana dos Cavaleiros Teutónicos. A conquista dos territórios livonianos (a Estónia e a metade norte da atual Letónia) permitira a Moscovo controlar os portos das rotas comerciais europeias da Rússia. Com a aquisição de Kazan e Astracã, que haviam controlado a rota do Volga, essa nova vitória entregaria aos russos toda a rede fluvial entre o mar Báltico e o mar Cáspio, e os lucros das rotas da seda entre Ásia e Europa.

Em 1558, os russos conquistaram Narva, um porto crucial no golfo da Finlândia, e tomaram Dorpat, no interior profundo das terras livonianas. As outras potências do Báltico intervieram para travar o avanço russo, e tomaram para si porções da Livónia. Uma guerra local de fronteiras tornou-se assim um conflito regional que envolvia Rússia, Polónia-Lituânia, Suécia, Dinamarca e Livónia. Os tártaros da Crimeia, ressentidos com a perda de Kazan para os Russos, apoiaram a Polónia-Lituânia, obrigando os Russos a travar uma guerra em duas frentes. Por duas vezes

os Crimeanos atacaram Moscovo – em 1571, em que queimaram e deixaram em cinzas a cidade de madeira, e no ano seguinte, em que foram derrotados pelos Moscovitas. Mas os Crimeanos continuariam as suas incursões sobre territórios russos durante os anos de 1570. Em tais condições era praticamente impossível a Moscovo cimentar as primeiras vitórias na Guerra da Livónia. Sem uma frota no Báltico não podia resistir em Narva (que caiu nas mãos dos Suecos em 1579), nem tomar os portos de Riga ou Revel (Talin), visto que qualquer cerco feito apenas por terra seria derrotado, quando os defensores podiam ser abastecidos e receber reforços por mar. A guerra arrastou-se até 1583, altura em que os Polacos expulsaram os Russos da Livónia, que depois dividiram com os Suecos. O custo económico do conflito para os Russos foi enorme. Regiões inteiras do país foram abandonadas pelos camponeses, que fugiram para as «terras selvagens» do Sul.

Havia uma importante lição a tirar da Guerra da Livónia. Era mais fácil à Rússia expandir-se na Ásia, onde era uma potência europeia, do que na Europa, onde os vizinhos ocidentais eram mais fortes.

A demorada conquista da Sibéria começou com a anexação de Kazan. Depois da queda de Kazan, os seus tributários, que incluíam Udmúrtia e Basquíria, reconheceram Ivan como seu novo cã. O canato siberiano de Tiumen também começou a pagar tributo anual a Moscovo. Ivan relutava em enviar tropas para ocupar essas terras, por não desejar uma guerra com os canatos. Em vez disso, licenciou empresários privados para que se fixassem nesses territórios, permitindo-lhes explorá-los em seu próprio proveito, e defendê-los com tropas mercenárias, normalmente cossacos.

Os Stroganov foram os primeiros grandes beneficiários dessa política colonial. Rica família de mercadores com investimentos em salinas e minas, em 1558 os Stroganov arrendaram vastas porções de terras nas margens do rio Kama entre Kazan e Perm. A sua única obrigação era informar sobre qualquer filão de cobre, ouro ou prata que pudessem encontrar. Ao longo da década seguinte foram arrendando mais terras, até se tornarem senhores de um domínio não muito menor do que a Inglaterra. Quando se fixaram e começaram a explorar as fronteiras do canato siberiano, no início dos anos de 1570, foram atacados por tropas do cã. Cera de cem colonos foram mortos nesses ataques, e as tropas do cã pareciam aumentar a cada ofensiva.

Os Stroganov apelaram ao czar para que os autorizasse a levar os combates ao coração do canato, em vez de continuarem a lutar numa guerra defensiva. Enfurecido com a morte de um enviado seu ao cã, Ivan deu-lhes autorização para conquistarem o canato siberiano. Mas logo se arrependeu e voltou atrás na decisão, temendo ver-se envolvido numa guerra geral se os Crimeanos se juntassem aos seus irmãos na fé; mas os Stroganov ignoraram a contraordem e recrutaram cossacos sob o comando de um cabo-de-guerra conhecido como Ermak, para que invadissem o canato da Sibéria.

A maior parte do que sabemos de Ermak vem-nos do folclore e de lendas russas, em que é celebrado como grande herói, o Colombo da Rússia, por ter «descoberto» a Sibéria. Tudo o que sabemos é que tinha combatido na Guerra da Livónia, após o que se dedicara à bandidagem nas margens do Volga até ser recrutado pelos Stroganov. A sua força mercenária de 540 cossacos pôs-se a caminho de Perm em 1582. Viajando por rio, dois meses mais tarde chegaram a Qashliq, uma fortaleza atulhada de peles, seda e ouro próxima da cidade de Tobolsk, que capturaram com facilidade. Os mosquetes eram poderosos demais para a cavalaria tártara. Ermak fixou base em Qashliq e dedicou-se a subjugar as tribos vizinhas, obrigando-as a pagar tributo. Foi morto por tropas tártaras leais ao canato siberiano numa emboscada junto ao rio Irtysh, em 1585. Teriam de passar mais quinze anos até o canato siberiano ser conquistado, e mais um século até que os russos pudessem olhar o Pacífico. Mas a ousada aventura de Ermak ficaria na história da Rússia como «a conquista da Sibéria».[86]

*

Sabemos muito pouco de Ivan enquanto ser humano. Não nos chegaram carta ou decreto escritos pela sua mão, pelo que nem podemos assegurar que fosse sequer letrado. Não existe registo das suas relações pessoais com qualquer das sete mulheres ou seus filhos; nenhum relato da vida na corte de Ivan; e nenhum retrato autêntico do czar – pois todas as imagens feitas no tempo de Ivan eram icónicas e imaginárias. Em 1963, as ossadas de Ivan foram exumadas do sarcófago na Catedral do Arcanjo, no Kremlin, e utilizadas para a reconstrução de um busto «virtual», que confirmaram descrições coevas do czar como um homem alto e forte, testa alta, e espectro de «guerreiro furioso».[87]

Ivan tornou-se «o Terrível» – no sentido em que entendemos hoje – só em inícios do século XVIII. O epíteto (*grozny*) foi-lhe aplicado pela primeira vez em inícios do século XVII, altura em que começava a desenvolver-se um rico folclore acerca do czar. Ao tempo, o sentido da palavra estava mais próximo de assombroso e formidável do que de cruel ou brutal, ou seja, era basicamente positivo. No folclore, Ivan era retratado como um czar poderoso, guardião da justiça, que tinha protegido o povo punindo os boiardos por seus pecados. Seria só um século mais tarde, depois de os historiadores estudarem mais atentamente o terror por ele desencadeado, que as palavras Ivan, *o Terrível*, se tornaram sinónimo de execuções, tortura, massacres bárbaros e uma tirania ensandecida e monstruosa que a razão mal consegue explicar. Foi essa imagem de Ivan, terrível e feroz, a cujo olhar nada escapava, que Viktor Vasnetsov imortalizou na sua tela de 1897, *Czar Ivan IV o Terrível* .

Talvez a violência estivesse enraizada na sua personalidade. Ao que parece, em 1560, Ivan ficou transtornado com a morte de Anastasia, a quem se devia uma influência apaziguadora do seu caráter tempestuoso. Ivan suspeitava que os boiardos a tinham envenenado, suspeita que relacionava à «conspiração boiarda» de 1553, durante a qual, estando ele gravemente doente, os boiardos se haviam recusado a jurar lealdade ao seu filho ainda bebé, Demétrio, caso morresse (o próprio Demétrio viria a morrer com apenas 3 anos de idade). A perda de Yuri, seu irmão mais novo, surdo-mudo, por quem nutrira doce afeição, seguida da morte de Macário, em 1563, deixaram o czar ainda mais isolado. Mas a gota de água que provocou o dilúvio foi a deserção do príncipe Andrei Kurbsky, velho amigo do czar e comandante dos seus exércitos na Livónia, que fugiu para se juntar ao rei da Polónia-Lituânia, em 1564. Ivan passou a ver traições em todo o lado.

Foi nessa altura que Ivan criou a *oprichnina* – um domínio separado constituído por terras confiscadas a príncipes e boiardos. A terra foi dada a *oprichniki*, uma nova classe de leais servidores de cerca de 5000 homens, que formavam o seu exército privado, encarregado de combater a sedição interna. Recrutados com base na lealdade ao czar, os *oprichniki* estavam proibidos de ter quaisquer contactos com os nobres da *zemshchina,* as terras que não ficavam na *oprichnina.* Trajavam longas capas negras semelhantes a hábitos de monges, e cavalgavam pelo país em montadas

negras com cabeças de cães e vassouras a pender dos arreios – símbolos da sua missão de dar caça aos inimigos do czar e varrê-los da terra.[88]

A sangria começou com a chacina dos clãs cujos líderes tinham desertado para a Polónia-Lituânia, os Belsky, os Kurbsky e os Teterin, e os familiares de conselheiros como Adashev e Silvestre, que haviam caído em desgraça. O czar invocou o sistema de responsabilidade solidária para justificar o assassinato de todas as famílias dos traidores. A partir de 1569, a repressão escalou até aos massacres totais de cidades como Tver, Kli, Novgorod e Pskov, consideradas demasiado independentes e amantes da liberdade, e que Ivan provavelmente suspeitava de simpatias pelos Lituanos e Polacos. As igrejas foram pilhadas, as casas queimadas, e 30 000 pessoas pereceram pela espada ou mortas pela fome e a doença, que devastaram essas cidades depois de os atacantes retirarem.

O derradeiro ajuste de contas com os «traidores boiardos» teve lugar na Colina de Poganaya, em Moscovo, no dia 25 de julho de 1570. O czar apareceu a cavalo vestido de negro, acompanhado por 1500 mosqueteiros montados. Trezentos nobres em estados variados de decrepitude reveladores das torturas a que haviam sido sujeitos, foram trazidos à presença de Ivan. Como gesto de misericórdia, o czar libertou 184 deles, após o que se ocupou da supervisão da matança dos restantes. Uns, foram atados a postes e cortados aos bocados; outros, esfolados ou cozidos em água. Um velho que mal se tinha nas pernas foi trespassado por uma lança, apunhalado e decapitado por Ivan. Ao fim de umas horas de matança, o czar fartou-se e retirou para o seu palácio.[89]

Na sua correspondência com Kurbsky, Ivan justificou o terror com base em ele ter sido ordenado por Deus. Qualquer ato de traição contra si era um pecado que tinha liberdade para punir em nome de Deus. Citando Romanos 13;3-4[90], Ivan afirmava que o czar «não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador, para castigar o que faz o mal» e recompensar os justos.[91] Na sua opinião, os *oprichniki* eram um instrumento religioso para castigar os pecadores e limpar a «Santa Terra Russa», em preparação para o Julgamento Final. Os métodos brutais de matança a que presidia traduziam a sua ideia de punição divina. A maior parte das vítimas eram mortas rapidamente (normalmente por decapitação) para que não tivessem tempo de receber a última bênção e assim salvar a alma. Muitas das punições preferidas (vítimas queimadas vivas ou

devoradas por animais selvagens) pretendiam imitar os tormentos do inferno.[92] Ivan via-se como um arcanjo empunhando a espada, um enviado de Deus para proteger os ortodoxos e purgar o mundo de infiéis e pecadores antes do Apocalipse. Na sua pessoal mitologia não havia contradição entre o estatuto de virtuoso rei cristão e a crueldade e violência que distribuía como expressão da ira de Deus.[93]

*

O terror acabou subitamente, como tantas vezes acontece com o terror, quando o czar mandou executar o principal líder *oprichniki,* Alexei Basmanov, em 1570. Ivan suspeitava-o de colaboração com os Polacos e os Lituanos. Seguiu-se uma purga de grande escala contra os líderes *oprichniki.* A *oprichnina* foi abolida, para nunca mais ser referida na presença do czar. Sempre receoso de traição, Ivan continuou a ordenar a execução de clãs boiardos suspeitos. Mas a forma como passou a reagir aos perigos que imaginava foi retirar-se para a sua residência e cercar-se de guarda-costas. A certo ponto, em 1575, chegou mesmo a abdicar do trono em favor de um leal servidor, Semen Bekbulatovich, descendente do tártaro Gengis Cã.

Terá Ivan sentido remorsos nos anos derradeiros? Há indícios de que tentou sanar os males que havia causado, perdoando a muitos dos caídos em desgraça, subsidiando mosteiros e rezando pelos mortos. Num rascunho do seu testamento, ditado, provavelmente, quando gravemente doente em 1579, o czar classificava-se como «pior pecador à face da Terra, corrupto de razão e bestial de mente». Mas talvez não passasse de retórica piedosa. Ao longo de todo o reinado, a disposição de Ivan variou entre acessos destemperados de fúria e orações arrependidas. Por vezes, retirava-se da vida pública e refugiava-se num mosteiro, e costumava falar do seu desejo de tornar-se monge.

O último assassinato foi o do seu filho e herdeiro, o czarevich Ivan, de 27 anos, em 1581. Conta-se que deparou com a mulher do seu filho nos aposentos trajando apenas roupa interior. Julgando indecente tal conduta, começou a bater-lhe com o bastão. O filho tentou impedi-lo, para logo ser morto com um golpe na cabeça. O horror da cena foi capturado por Repin no seu quadro de 1581, *Ivan o Terrível e seu Filho Ivan em 16 de Novembro de 1581*, no qual Ivan aparece consumido de remorso.[94]

Com um ato irrefletido, Ivan acabou com a dinastia, pois o próximo na linha sucessória, o czarevich Fedor, único filho sobrevivente de Anastasia, sua primeira mulher, era deficiente mental, enquanto o outro filho, nascido de Maria Nagaya, última das suas mulheres, só tinha um ano à morte de Ivan, em 1584. A disputa sobre quem devia reinar conduziria a uma guerra civil que consumiria a Rússia durante os trinta anos subsequentes.

*

Ivan seria assim tão terrível? Terá sido pior do que, por exemplo, Cesare Borgia, o rei Henrique VIII ou o papa Júlio II, *il papa terribile*? No imaginário ocidental, o nome de Ivan, *o Terrível*, é sinónimo da «barbárie» e «despotismo» caraterísticos da Rússia. Mas os seus métodos seriam sequer diferentes desses que aconselhava o grande pensador renascentista, o florentino Maquiavel, em *O Príncipe*?[95]

> E os homens têm menos respeito em ofender aquele que se faça amar, do que aquele que se faça temer; porque o amor é tido por um vínculo de obrigação, o qual, por serem os homens vãos, em toda a ocasião de benefício próprio é quebrado; mas o temor é tido por um medo de castigo que nunca te abandona.[96]

Ivan pode nunca ter ouvido falar do filósofo de Florença, mas perfilhava as ideias dele sobre a natureza humana e o ofício de rei, e não há dúvida de que as aplicou na Rússia.

A moderna ideia de Ivan remonta à história de Karamzin, onde é retratado como uma personalidade tragicamente dividida, dilacerado de remorsos pela violência que era obrigado a usar enquanto soberano. Era o mesmo conceito dramático do filme de Eisenstein, *Ivan, o Terrível* (1944-46), um ensaio cinematográfico sobre o custo humano da tirania, que o realizador propunha como lição moral a Estaline. Na primeira parte do filme, Eisenstein retrata os aspetos heroicos de Ivan – o projeto de uma Rússia unificada; a construção de um Estado; a brava luta contra os conspiradores boiardos; as fortes autoridade e liderança na guerra contra Kazan; a ambição de garantir um litoral báltico para o império. Todas essas virtudes foram celebradas pelo culto soviético de Ivan, *o Terrível*, que Estaline vinha promovendo já desde início dos anos de 1930.

Na segunda parte, o filme muda da esfera pública para o mundo íntimo de Ivan. O czar surge, agora, como uma figura atormentada, isolada, paranoica, assombrada pelas consequências da violência praticada. O remorso do czar era o tema de uma terceira parte do filme (que ficou inacabada). O filme deveria acabar com uma cena de confissão na qual Ivan ajoelha sob o fresco do Juízo Final, na Catedral da Dormição, e profere o seu arrependimento pelos males do reinado, enquanto um monge lê em voz alta a lista interminável de pessoas executadas por ordem do czar. Ivan bate com a testa contra o lajedo; olhos e ouvidos enchem-se-lhe de sangue. «Estaline matou mais gente» (do que Ivan), explicou Eisenstein ao ator Mikhail Kuznetsov, «e ainda assim não se arrepende. Que veja isto e arrepender-se-á».[97]

Estaline gostou da primeira parte, que recebeu o Prémio Estaline. Mas quando assistiu a uma antestreia da segunda parte, em março de 1946, reagiu violentamente. «Isto não é um filme, é uma espécie de pesadelo!» Ficou especialmente furioso com a forma como o filme retratava os *oprichniki* que, segundo disse, surgiam como «o pior tipo de imundície, de degenerados, parecidos com o Ku Klux Klan». Receava, sem dúvida, que o público espetador visse neles uma alusão à sua política policial. O filme foi banido e só viria a ser exibido em 1958, dez anos após a morte do realizador.

Em 1947, Estaline convocou Eisenstein para um encontro a altas horas da noite no Kremlin, durante o qual o submeteu a uma reveladora preleção sobre a história da Rússia. O Ivan de Eisenstein era falho de vontade e neurótico, como Hamelt, dizia Estaline. Mas o verdadeiro Ivan era grande e sábio. Era «muito cruel», e Eisenstein podia mostrá-lo a essa luz. «Mas tem de mostrar por que razão tinha de ser cruel.»

> Um dos erros de Ivan foi deter-se antes de dilacerar os cinco clãs feudais. Tivesse-os ele destruído, e não teria havido Tempo de Dificuldades (a guerra civil na Rússia depois da morte de Ivan). Quando Ivan mandava executar alguém, passava um longo período em contrição e oração. Deus foi nesse aspeto um entrave para ele. Devia ter sido mais implacável.[98]

---

74. D. Miller, «The Coronation of Ivan IV of Moscow», *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas,* New Series, vol.15, n.º4, 1967, pp.559-74.

75. D. Ostrowski, *Muscovy and the Mongols: Cross-Cultural Influences on the Steppe Frontier, 1304–1589*, Cambridge, 1998, pp. 171-7.

76. D. Mille, «Creating Legitimacy: Ritual, Ideology, and Power in Sixteenth-Century Russia», *Russian History*, vol. 21, n.º 3, 1994, pp. 289-315.

77. A obra clássica que desenvolve esta tese é de E. Kantorowicz, *The King's Two Bodies*, Princeton, 1957.

78. G. Alef, «The Adoption of the Muscovite Two-Headed Eagle: A Discordant View», *Speculum*, vol. 41, n.º 1, 1966, pp. 1-21.

79. J. Martin, *Medieval Russia, 980–1584*, Cambridge, 2007, p. 261.

80. *The Correspondence between Prince A. M. Kurbsky and Tsar Ivan IV of Russia, 1564–1579*, ed. e trad. de J. Fennell, Cambridge, 1955, p. 75.

81. S.von Herberstein, *Notes upon Russia*. Trata-se de uma tradução da mais antiga crónica sobre o país intitulada *Rerum Moscoviticarum Commentarii*, trad. e ed. R.H. Major, 2 vols., Londres, 1851–2, vol. 1, p.30.

82. R. Pipes, *Russia under the Old Regime*, Londres, 1974, p. 97.

83. T. Hunczak (ed.), *Russian Imperialism from Ivan the Great to the Revolution*, New Brunswick, 1974, p.ix.

84. V. Kliuchevsky*, Kurs russkoi istorii*, 5 vols., Moscovo, 1987, vol. 1, p. 31. A ideia da colonização interna da Rússia foi inicialmente proposta por Soloviev, professor de Kliuchevsky, no volume 2 da sua *Istoriia Rossii s drevneishchikh vremen* (1851).

85. M. Perrie e A. Pavlov, *Ivan the Terrible*, Londres, 2003, pp. 48-50.

86. Ver R. Skrynnikov, «Ermak's Siberian Expedition», *Russian History,* vol. 13, n.º 1, 1986, pp. 1-40.

87. I. de Madariaga, *Ivan the Terrible*, New Haven, 2005, p. 353.

88. C. Halperin, *Ivan the Terrible: Free to Reward and Free to Punish*, Pittsburgh, 2019, pp. 182-6.

89. I. de Madariaga, *Ivan*, pp. 257-9.

90. «Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela, porque ela é ministro de Deus, para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador, para castigar o que faz o mal.»

91. *Correspondence*, p. 41.

92. Perrie e Pavlov, *Ivan*, p. 159.

93. Ver ainda, P. Hunt, «Ivan IV's Personal Mythology of Kingship», *Slavic Review*, vol. 52, n.º 4, 1993, pp. 769-809.

9494. Ver https://www.wikiart.org/pt/ilya-yefimovich-repin/ivan-o-terrivel-e-o-seu-filho-ivan-em-16-de-novembro-de-1581-1885 (*N. do T.*)

9595. Na obra original: *E li uomini hanno meno respetto ad offendere uno che si facci amare, che uno che si facci temere; perché l'amore* è *tenuto da uno vinculo di obbligo, il quale, per essere li uomini tristi, da ogni occasione di propria utilità* è *rotto; ma il timore* è *tenuto da una paura di pena che non ti abbandona mai.*(*N. do T.*)

96. M. Cherniavsky, «Ivan the Terrible as Renaissance Prince», *Slavic Review*, vol. 27, n.º 2, 1968, pp. 195-211. Para uma comparação com Carlos Magno ver: D. Rowland, «Ivan the Terrible as a Carolingian Renaissance Prince», *Harvard Ukrainian Studies ,* vol. 19, 1995, pp. 594-606.

97. L. Kozlov, «The Artist and the Shadow of Ivan», *in* Richard Taylor e D. W. Spring (eds.), *Stalinism And Soviet Cinema*, Londres, 1993, p. 123.

98. *Moscow News*, n.º 32, 1988, p. 8.

4

TEMPOS DE DIFICULDADES

Quatro anos após a morte de Ivan, em 1588, o inglês Giles Fletcher, em missão diplomática na corte de Moscovo, observou que a tirania do defunto czar «de tal forma perturbara aquele país, e tanto o enchera de ressentimentos e ódios mortais desde então, que não ficará saciado (como agora pareceria estar) antes que de novo arda numa chama civil».[99]

Durante os vinte e cinco anos subsequentes a Rússia seria dilacerada por guerras civis e invasões estrangeiras – um Tempo de Dificuldades (*smutnoe vremia*), como ficaria conhecido, que só cessaria com a «eleição» do czar Mikhail Romanov e a fundação da sua dinastia em 1613. Mas nem todas as dificuldades da Rússia terminaram aí. Ao longo do século seguinte, âmbito deste capítulo, a autoridade do Estado foi abalada por uma série de rebeliões. Elas revelavam a dificuldade de afirmação da autoridade do czar aos olhos do povo, que só acreditava numa monarquia que representasse os seus ideais utópicos.

O problema começara à morte de Ivan com as pretensões concorrentes de seus dois filhos, Fedor e Demétrio, ao trono. Como filho mais velho, foi Fedor o sucessor, mas era demasiado débil mentalmente para as tarefas de governação, que foram entregues a Boris Godunov, irmão da sua mulher. Descendente de um príncipe tártaro, Godunov juntara-se aos *oprichniki* de Ivan e ascendera a uma posição de destacado boiardo na sua corte. Enquanto um de quatro regentes do czar Fedor, deu provas de hábil governante. Mas desde o início que teve de enfrentar a oposição do corregente príncipe Vasily Shuisky (neto do Shuisky executado por Ivan IV), descendente dos ruríquidas, que desprezava como arrivista esse Godunov de «baixo nascimento». Os relatos sobre a morte de Demétrio,

então com 3 anos, num acidente de barco em 1591, desencadearam rumores de assassinato a ordens de Boris Godunov. Os rumores aumentaram de tom depois da morte de Fedor, quando a Assembleia da Terra elegeu Godunov como novo czar.

Godunov nunca conseguiu afirmar a sua legitimidade como czar. A sua autoridade ficou debilitada com a crise económica deixada pela Guerra da Livónia. Cerca de um terço da população foi vítima de fome ou doença; muitos dos sobreviventes fugiram para as «terras selvagens» do Sul, onde não havia fome. O Estado ficou, portanto, sem contribuintes, enquanto os servidores militares, os *pomeschchiki*, perderam os camponeses que trabalhavam as suas terras. Era do interesse de ambos parar o êxodo de camponeses. Boris endureceu as leis vigentes para limitar os movimentos dos camponeses e deu aos terratenentes poderes reforçados para recuperarem os camponeses que fugissem. Era um passo para a imposição da servidão.

O povo considerava que a fome era castigo de Deus contra a Rússia e o seu maléfico czar Boris. Começaram a circular lendas populares sobre a reaparição do «verdadeiro czar Demétrio». Em certas versões, Demétrio não tinha morrido, tinha sobrevivido. Noutras, ressuscitara como Jesus Cristo, para libertar a Rússia do czar usurpador e salvar o povo da servidão. Esse homem apareceu em 1604, um rapaz carismático de 22 anos, provavelmente um monge excomungado chamado Gregório Otrepov, que dizia ser Demétrio. Apoiado pelos Polacos para que conquistasse a Rússia através de uma revolta popular, foi ajudado (e manipulado) pelos clãs boiardos que se opunham a Boris Godunov. Com cerca de 4000 homens, o pretendente ao trono atravessou a Rússia ido de Kiev (então parte do reino da Polónia) e avançou para Moscovo. Cidades atrás de cidades foram reconhecendo a sua autoridade como expressão dos anseios populares de liberdade e justiça, *volia* e *prada,* os dois conceitos básicos da utopia revolucionária. Na passagem pelas terras fronteiriças do Sul, as terras selvagens de banditismo e liberdade, as fileiras do exército foram sendo engrossadas por cossacos, camponeses e aldeões, que se juntavam à «guerra santa» pelo verdadeiro czar.

Ali estava, bem patente, a fundamental instabilidade da monarquia russa. A autoridade do czar baseava-se no mito do seu estatuto divino, de agente de Deus para governar a Santa Rússia, sé derradeira da verdadeira

fé ortodoxa, segundo a ideologia da Terceira Roma. No imaginário religioso popular, sempre um bom cadinho para ideologias políticas, a Rússia era a terra da salvação, uma nova Israel onde liberdade, verdade e justiça seriam dadas ao povo pelo seu santo czar. Como escreveu Mikhail Bakunin, revolucionário do século XIX, «o Czar é o ideal do povo russo, uma espécie de Cristo russo».[100] O «czar-paizinho» ou *czar-batiushka*, era celebrado no folclore como protetor do povo, o vingador dos males causados pelos boiardos. Pela lógica deste sistema, se atuasse como «czar-atormentador» (*czar-muchitel*), os ortodoxos podiam opor-se-lhe como «falso czar», talvez um Anticristo enviado por Satã para pôr fim à soberania de Deus na Santa Rússia, e precipitar a destruição do mundo.[101] O fator central na autoridade do czar – a sua pessoa divina plasmada no mito do Santo Czar – podia, portanto, ser virada contra ele próprio se as suas ações não correspondessem às expetativas do culto sagrado do seu povo.

Houve dúzias de «pseudo czares» (*samozvants*y) que amotinaram o povo declarando serem o verdadeiro czar, o instrumento da justiça de Deus. Está documentado o aparecimento de pelo menos vinte e três desses pretendentes até ao ano de 1700, e haveria mais de quarenta no século XVIII.[102] As revoltas populares eram necessariamente monárquicas. A única forma de os russos legitimarem uma revolta era fazê-la em nome do verdadeiro czar. Nenhum outro conceito de Estado – nem a ideia de bem público, nem a de comunidade – tinha qualquer tração no imaginário camponês. Eram as consequências de uma autocracia patrimonial em que o Estado estava incarnado na pessoa do czar.

Em abril de 1605, estando as forças do falso Demétrio acampadas perto de Moscovo, Boris Godunov morreu. O seu exército depressa se passou para o lado dos rebeldes. Com o apoio dos clãs boiardos, o pretendente entrou em Moscovo e foi coroado Czar Demétrio, o único czar posto no trono por uma revolta popular. As esperanças depositadas em Demétrio logo foram traídas. Começaram a correr rumores de que bebia demais e vivia em deboche. A sua corte estava cheia de nobres polacos. As suspeitas de que fosse católico aumentaram quando anunciou a intenção de casar com uma mulher polaca sem exigir a prévia conversão à Igreja Russa. Em maio de 1606, uma força boiarda chefiada por Shuisky invadiu

o Kremlin e assassinou Demétrio. Shuisky foi coroado com o nome de Basílio IV.

Mais uma vez, circularam rumores de que Demétrio não estava morto. Logo apareceram novos Demétrios (os historiadores contaram doze), cada um deles a proclamar que era o verdadeiro czar.[103] Muitos deles foram proclamados pelos bandos cossacos a fim de legitimarem o banditismo. O mais perigoso deles era Ivan Bolotnikov, considerado pela historiografia soviética como o primeiro camponês revolucionário. Na realidade, não passava de um pequeno proprietário agrícola e servidor militar que, como muitos dos seus pares, passava por dificuldades e fugira para se juntar aos Cossacos, vivendo como bandido nas estepes. Em julho de 1606, apareceu com um exército rebelde de cossacos, camponeses e outras gentes da fronteira sul, incluindo terratenentes da pequena fidalguia. O exército foi agregando mais apoiantes, engrossando até 60 000 homens ao longo do caminho para Moscovo, proclamando lutar para a restauração do verdadeiro Czar Demétrio. Não se tratava de uma guerra camponesa ou de classe, mito que seria promovido a bem da ideologia marxista, mas antes um levantamento das «terras selvagens» da fronteira sul contra Moscovo.[104]

Bolotnikov foi derrotado, e em 1608 foi morto. Os fidalgos comandantes passaram-se para o lado de Shuisky, estimando que seria mais provável que as exigências de melhor soldo e isenções de impostos fossem satisfeitas pela oligarquia boiarda do que pela «ralé» que se juntara à revolta e Bolotnikov. Por essa altura já outro Demétrio aparecera. Conhecido como «Vor» (bandido), nome com que foi batizado pelo governo de Shuisky, tinha ligações com a aristocracia polaca, e seria talvez agente da coroa polaca (ideia desmentida por vários historiadores). O facto é que o seu exército incorporava muitos polacos. Durante o avanço sobre Moscovo, juntaram-se a ele os restos da revolta de Bolotnikov. No verão de 1608 montaram acampamento em Tushino, a norte, nas proximidades da capital, onde permaneceram durante um ano com a sua própria corte e conselho de boiardos, dominado pelos Saltykov e os Romanov, inimigos figadais de Shuisky.

Com a Rússia dilacerada pela guerra civil, as potências estrangeiras intervieram em defesa dos seus interesses. Suecos e Polacos depressa tiraram partido do caos. Shuisky desesperava por auxílio sueco para

derrotar a revolta de Tushino, e acordou a cedência à Suécia do litoral da Carélia e da Ígria, em troca de tropas mercenárias. Outro elemento do acordo estabelecia o compromisso da Rússia de apoiar os Suecos na longa guerra contra os Polacos. Segismundo, rei da Polónia, aproveitou o pretexto para enviar os seus exércitos para território russo. Enquanto os Suecos vinham em auxílio de Moscovo contra a revolta de Tushino, os Polacos atravessaram a fronteira russa e montaram cerco a Smolensk.

Alarmado com a invasão polaca, os clãs boiardos de Moscovo celebraram um acordo com Segismundo, nos termos do qual o seu filho, o Príncipe Ladislau, se tornaria czar após converter-se à Igreja Russa. Um czar polaco, cujos poderes poderiam limitar, era um preço que se dispunham a pagar para consolidar os direitos boiardos. Deposto Shuisky num golpe de Estado, os líderes boiardos de Moscovo juraram lealdade ao Príncipe Ladislau, e celebraram a chegada das tropas polacas, que tinham derrotado os rebeldes de Tushino no caminho para Moscovo. Constatou-se, então, que Segismundo tencionava, não instalar Ladislau no trono, mas ocupá-lo ele próprio, governando Rússia e Polónia unificadas como um reino católico. Os clãs boiardos tinham sido enganados.

Os Moscovitas revoltaram-se contra os Polacos em 1612. Unidos na defesa da religião ortodoxa, a sua causa patriótica transformou-se num levantamento «nacional» quando os humildes cidadãos de Nizhny Novgorod e de outras cidades do Volga responderam aos apelos de Hermógenes, o patriarca russo, e organizaram «milícias da terra» para marcharem sobre Moscovo e expulsarem os infiéis. Em Nizhny Novgorod, foi um simples açougueiro chamado Kuzma Minin que chefiou o esforço de recolha de fundos para financiar uma milícia através de patrocínios e impostos. E apelou a outras cidades para que o imitassem. Sob o comando do Príncipe Demétrio Pozharsky, descendente de uma antiga família nobre, as milícias, reforçados pelos Cossacos, libertaram Moscovo das mãos dos Polacos, uma vitória que elevou Minin e Pozharsky a heróis eternos da história da Rússia.

Em 1812, no bicentenário destes acontecimentos e em mais um ano de combates contra invasores estrangeiros – desta vez Napoleão e a sua *Grande Armée* –, realizou-se em Nizhny Novgorod uma subscrição pública para a construção de um bonito monumento a Minin e Pozharsky. A estátua foi descerrada seis anos depois, não em Nizhny Novgorod, como

fora planeado, mas no meio da Praça Vermelha (em 1931 seria mudada para a posição que hoje ocupa em frente da Catedral de São Basílio, para abrir mais espaço para as paradas militares). Desde então, o culto de Minin e Pozharsky foi promovido pelo Estado, que precisava de símbolos de sacrifício patriótico por parte de cidadãos russos comuns unidos na fé religiosa e na devoção à Pátria-Mãe. As suas imagens aparecem em moedas, medalhas, e selos; há livros sobre os seus feitos publicados para largos tipos de audiência; e rodaram-se filmes, um deles do grande realizador Pudovkin, *Minin e Pozharsky* (1939). O filme foi estreado e visto por milhões de pessoas durante a invasão da Polónia pelo Exército Vermelho, altura em que os acontecimentos de 1612 eram constantemente relembrados pelos propagandistas soviéticos para retratarem os Polacos como agressores e potenciais aliados de Hitler, a fim de justificar a invasão. Putin retomou este tema anti-polaco servindo-se dele para justificar o Pacto Hitler-Estaline e a subsequente invasão da Polónia como um ato de auto-defesa, e tem recorrido ao mito de Minin e Pozharsky para dar um tom patriótico aos seus falsos argumentos. Em 2005, instituiu um Dia de Unidade Nacional na data de 4 de Novembro, data da expulsão dos Polacos de Moscovo no ano de 1612, e as comemorações oficiais centraram-se nos feitos do açougueiro e do príncipe, como símbolos da união do povo contra a agressão estrangeira. Foi, portanto, com clara intenção simbólica que, em 2016, a meio do caminho para o descerramento da estátua do Príncipe Vladimir, o acontecimento com que começou este livro, Putin se deteve perante o monumento a Minin e Pozharsky, e aí se fez fotografar junto a soldados.

*

Enquanto Pozharsky conduzia as suas forças para Moscovo, um conselho militar pediu a todas as cidades que enviassem os respetivos representantes a uma Assembleia da Terra para eleger o czar russo. Várias centenas de delegados apresentaram-se em Moscovo para votar, no dia 7 de fevereiro de 1613. Constituíam uma representação transversal da sociedade, desde príncipes, boiardos e terratenentes a clérigos, burgueses, cossacos, e até um pequeno número de camponeses. Mikhail Romanov foi o candidato que escolheram.

Não havia nada de particularmente distinto nesse homem cujo nome seria dado à dinastia reinante durante os 300 anos subsequentes. Não tendo ainda completado 20 anos de idade, era enfermiço, tranquilo, pouco culto, e, como tantos dos seus descendentes, não especialmente inteligente. Mas o pai dele, Filaret, patriarca de Moscovo, era popular entre os Cossacos. Filaret fora líder da Igreja Russa em Tushino. Era apoiante do Czar Demétrio, a sua família tinha ligações a Ivan IV, e o facto de Mikhail ser sobrinho de Fedor, último czar da dinastia de Riurik, fazia que parecesse a escolha natural para aqueles cuja principal preocupação era restaurar a forma e o conteúdo sagrados do sistema de antes da guerra e reunir o país em redor de um russo no trono.

Os boiardos tentaram estabelecer limites ao poder do czar. Por tradição de longa data, o czar tinha governado em consulta com um grupo de notáveis da nobreza com assento no conselho de boiardos – tradição que só fora quebrada pela tirania de Ivan, *o Terrível*. Os boiardos mais poderosos tentavam agora restabelecer esse princípio. Segundo Kliuchevsky, obrigaram Mikhail a prometer, entre outras coisas, não promulgar leis ou declarar a guerra unilateralmente, sem a aprovação do Conselho de Boiardos ou a Assembleia da Terra. Se esta foi verdadeiramente uma oportunidade para uma monarquia oligárquica limitada, foi uma oportunidade que os boiardos perderam. A Assembleia da Terra reuniu periodicamente nos primeiros anos do reinado de Mikhail (1613-45), quando o czar ainda se debatia com dificuldades para afirmar a sua autoridade, e precisava de restaurar a ordem, impor a unidade e aumentar os impostos. Mais tarde, porém, com a dinastia já solidificada, a atividade da Assembleia diminuiu, e ela passou a reunir só raramente e quando convocada pelo czar para aprovar oficialmente nova legislação. Nunca se afirmou como assembleia nacional, como corpo permanente na ordem estatal, como acontecera, em graus diversos, com os parlamentos da Europa. A Rússia manteve-se no seu caminho autocrático.

A nova dinastia viu-se perante enormes problemas. Grandes partes do país continuavam ocupadas por suecos e polacos, os primeiros empenhados em controlar as terras do Noroeste, incluindo Novgorod e Pskov, os últimos ambicionando nada menos do que o trono russo. Foram necessários mais combates e alguns tratados onerosos para os convencer a retirar. O Tratado Russo-Sueco de 1617 cedia aos Suecos o controlo total

do litoral báltico, desde a Finlândia à Livónia, enquanto o tratado de 1618 com os Polacos lhes cedia todas as zonas fronteiriças ocidentais, incluindo Smolensk e trinta outras cidades. A situação não era melhor no Sul, onde os tártaros da Crimeia eram uma ameaça constante, com as suas incursões contra as cidades fronteiriças da Rússia. As tentativas do czar de convencer o cã da Crimeia ou os seus protetores otomanos a travarem as suas incursões eram inviabilizadas pelas ações dos cossacos do Don, que ignoravam os seus pedidos de que acabassem com as incursões contra territórios da Crimeia e da Turquia. A captura da fortaleza de Azov pelos Cossacos em 1637 ameaçava arrastar a Rússia para uma guerra contra os Otomanos, que suspeitavam o Kremlin de apoiar o ataque contra a sua guarnição do Norte.

Era difícil para um czar eleito como Mikhail Romanov reivindicar o título de autocrata e afirmar a sua autoridade. Continuavam a aparecer pretendentes ao trono, sobretudo entre os cossacos, que elegiam os próprios czares rebeldes. A cobrança de impostos era a tarefa mais difícil. A Rússia estivera envolvida em trinta anos de guerra entre 1613 e 1682. Durante esse período, o custo das forças armadas tinham triplicado à medida que a Rússia aumentava o exército regular e adquiria tecnologias avançadas para competir com outras potências europeias. A máquina burocrática estatal aumentou de dimensão e estendeu o seu alcance às províncias a fim de conseguir mais receitas fiscais. Mas houve um declínio na economia agrícola que colocou maior pressão nas relações entre Estado e sociedade. Era uma faceta da crise geral na Europa, onde as guerras onerosas colocavam os Estados em conflito com os contribuintes, já sobrecarregados pela perda de searas, doenças e outras desgraças.[105] Quanto mais o Estado pesava na vida quotidiana das populações, mais vezes tinha de lidar com revoltas populares contra a cobrança de impostos e a centralização do poder.

A primeira grande vaga de rebeliões deu-se em reação a um grande aumento do imposto sobre o sal, em 1646. O sal era uma necessidade básica das famílias, por ser indispensável para a preservação dos alimentos. Sob pressão popular, o imposto foi prontamente abolido, mas substituído por outros impostos pesados introduzidos pelo jovem czar Alexei, filho de Mikhail, que reinou de 1645 a 1676. O maior protesto ocorreu em Moscovo, onde a populaça se enfureceu com as isenções

fiscais de mercadores estrangeiros e membros dos círculos da corte reinante. Em 1 de junho de 1648, ao regressar da sua peregrinação anual ao Mosteiro da Trindade-São Sérgio, Alexei foi recebido nos arredores da cidade por um grupo de burgueses que pretendiam entregar-lhe uma petição. Queixavam-se da influência de «gente poderosa» que «por seu caráter destrutivo e ganância estão a fomentar problemas entre Vós, o Soberano, e a terra toda».[106]

Peticionar o czar tinha uma longa tradição na Rússia. Esta continuou ao longo do período soviético, em que milhões de pessoas escreviam a Estaline pedindo ajuda contra os abusos dos funcionários, e ainda hoje pode ser testemunhada no programa televisivo anual de Putin, Linha Directa, em que os espetadores telefonam para expor questões ao presidente. Na autocracia patrimonial russa, em que o Estado estava incarnado na pessoa do czar, era a forma mais prática de as pessoas procurarem corrigir erros e injustiças. O direito de apelar diretamente ao czar era fundamental para o mito do czar-paizinho, o *tsar-batyushka*, como virtuoso e paternal protetor do seu povo. «O Czar é bom mas seus boiardos maus», rezava o provérbio russo, significando que o czar não tinha conhecimento das injustiças praticadas pelos seus servidores, mas podia corrigi-las e punir os seus funcionários quando delas fosse informado. Era essa a intenção dos peticionários que esperavam Alexei nesse dia. Durante a coroação, criam eles, ele tinha beijado a cruz e feito juramento de proteger os pobres.

Imagine-se, pois, a fúria dos manifestantes de Moscovo quando o jovem czar ignorou as suas perições e os mandou prender. No dia seguinte, ao sair do Kremlin para o serviço religioso na Catedral de São Basílio, o czar foi assediado por uma multidão que se juntara na Praça Vermelha. Juntaram-se-lhe muitos dos mosqueteiros que se haviam amotinado aos receberem ordens de dispersar as gentes, a multidão forçou a entrada na fortaleza do Kremlin, aglomerou-se frente ao palácio do czar, e, depois, foi atacar as mansões dos magnatas que governavam a cidade, algumas delas dentro das muralhas do Kremlin, outras, nos ricos distritos vizinhos, após o que se entregaram à pilhagem, pondo fogo a todas as construções de madeira de Moscovo. Os responsáveis a quem culpavam pelo imposto do sal foram espancados pela multidão. Um deles foi cortado em bocados, que foram atirados para uma pilha de estrume. Numa tentativa

desesperada para pôr fim aos protestos, o czar ordenou a execução do chefe da Chancelaria de Artilharia, a título de bode expiatório para acalmar os mosqueteiros. Mas o verdadeiro foco do ódio da multidão, o boiardo Boris Morozov, tutor do czar durante a infância e figura destacada do seu governo, escapou com uma pena ligeira, um curto período de exílio num mosteiro.

Mais revoltas eclodiram em outras cidades – Kozlov, Kursk, e Voronezh, no Sul, Solvychegodsk e Ustiug, no Norte, e em vários distritos da Sibéria. Temendo uma revolução de grande escala, como a que rebentara ao tempo em Inglaterra, chefiada por Cromwell, o czar convocou uma Assembleia da Terra a fim de introduzir reformas. O principal resultado foi a nova Lei da Terra (*Ulozhenie*) de 1649. Composta a partir de disposições lituanas e bizantinas combinadas com antigas leis russas, seria o primeiro código do género a vigorar na Rússia. Foram enviados vários milhares de exemplares aos governadores locais, para que pudessem informar a população de que o governo optava por uma nova abordagem a fim de dar a todos os súbditos igual acesso à justiça. Os vinte e nove capítulos temáticos do Código, que cobriam todos os aspetos da vida social, vigorariam como lei fundamental até 1833. O facto de ter sobrevivido tanto tempo não «atestava os seus méritos», antes mostrando, segundo Kliuchevsky, «o longo tempo que nós russos conseguimos sobreviver sem leis satisfatórias».[107]

A *Ulozhenie* marca a viragem para um conceito de Estado de Direito. Representa uma forma precoce de governação burocrática, em que praticamente todas as questões seriam reguladas pela legislação vigente, e já não deixadas ao arbítrio do czar. Não era isso que os manifestantes exigiam. O que eles tinham querido, era que o czar nomeasse mais «juízes divinos» e restaurasse o bom funcionamento do sistema tradicional, em que o czar misericordioso e pio era o mais alto de todos os juízes. A Lei da Terra varrera essas normas consuetudinárias. Dispunha, por exemplo, que em vez de escrever ao czar, o povo tinha de apelar ao departamento estatal relevante, à chancelaria responsável pela questão que era colocada. Quem quer que peticionasse o czar diretamente devia ser punido com a flagelação das plantas dos pés com bastões.[108]

O novo Código serviu de base à enorme expansão da burocracia estatal. Das poucas centenas de funcionários em 1613, a administração atingia nos

anos de 1680 mais de 2000 secretários e serventes a trabalharem a tempo inteiro nas várias chancelarias de Moscovo.[109]

Esses funcionários tinham crescentemente por origem uma nova classe de homens escolhida com base na literacia e numeracia, aptidões organizativas e competências técnicas, qualidades manifestamente ausentes na maioria dos nobres da corte. Assumindo mais e mais responsabilidades, alargaram o braço estatal a praticamente todos os aspetos da vida das pessoas. Até 1649, o russo comum pouco contacto teria tido com o Estado; a partir daí passou a sentir a sua crescente intromissão com a nova legislação que regulamentava tudo, desde a blasfémia até ao jogo, à destilação de álcool, às viagens ao estrangeiro, aos vagabundos, aos menestréis e músicos ambulantes.

A Rússia era demasiado grande para que o Estado chegasse a todo o lado. Assim, a nível provincial, procurou nomear governadores (*voevodas*) e magistrados para impor a sua autoridade. Nas localidades rurais confiou aos terratenentes o exercício do poder judicial sobre os camponeses. Ao nível mais baixo da aldeia, confiou às instituições comunitárias, supervisionadas pelo meirinho do terratenente, a manutenção da ordem e a cobrança de todos impostos que recaíam sobre a povoação. O sistema de responsabilidade solidária (*krugovaya poruka*), que já encontrámos antes, envolvia os camponeses como colaboradores na cobrança de impostos e nas funções judiciais do Estado autocrático. O novo Código alargava as suas responsabilidades coletivas à vigilância mútua e à denúncia de sedição ao Estado. Todos os súbditos do czar estavam obrigados por lei, sob pena de morte, a informar as autoridades de «qualquer conspiração ou ajuntamento ou outras vis maquinações contra a majestade czarista entre o povo».[110] Numa seção digna do regime estalinista, o Código decretava que as famílias dos «traidores», mesmo as crianças, podiam ser executadas se deixassem de denunciar familiares sediciosos. Estavam incluídas em tais crimes as expressões de intenção de revolta contra o czar ou declarações públicas contra ele. A prática da denúncia enraizou-se profundamente na sociedade. Em finais do século XIX tornara-se já um eficaz instrumento policial.

O Código dividia a população em classes juridicamente definidas, chamadas estados (*sosloviia*), estritamente ordenadas hierarquicamente segundo os serviços que prestavam ao Estado. Cada uma delas era fechada

e autónoma. Nobres, burgueses, membros do clero e camponeses não podiam nem sair da sua classe, nem esperar que os seus filhos viessem a fazê-lo. Esta arregimentação da sociedade teve consequências profundas e de longo prazo no desenvolvimento da Rússia. A mobilidade social que tornara as sociedades ocidentais tão dinâmicas no início da idade moderna era praticamente inexistente na Rússia. As populações citadinas da Rússia estavam permanentemente fixas. A migração de ou para as cidades tornou-se crime. Os contribuintes urbanos estavam obrigados a viver no local em que se haviam registado no censo fiscal. Só eles tinham direito a ter domicílio urbano ou até a ter propriedades na cidade. Essa restrição privou as atividades de comércio e indústria russas da energia empresarial trazida pela imigração às cidades europeias do tempo. Em comparação, as cidades russas olhavam para o umbigo. Em Moscovo, por exemplo, os estrangeiros estavam legalmente proibidos de serem proprietários de casas ou praticarem o seu culto religioso. Era uma concessão do governo aos peticionários de 1648, que se tinham queixado da ameaça dos estrangeiros para o seu modo de vida e a sua fé.[111]

Os grandes beneficiários do novo Código de Leis foram os servidores militares, de quem dependia a defesa do Estado. Os *pomeshchiki* tinham passado por maus momentos. O costume de dividir as propriedades entre os filhos tinha reduzido a área média de cada titular. Em 1640, a maioria deles não tinha terras capazes de bastar mais do que meia dúzia de famílias camponesas, e não conseguiam evitar que os camponeses desertassem para o Sul em busca de melhores terras e condições de vida. Muitos não tinham meios sequer para se equiparem como armadura completa, e acabavam por vender-se a si próprios a militares mais ricos, o que significava combater em lugar deles. Os *pomeshchiki* em dificuldades pediram ao czar que os ajudasse. Queriam leis mais restritivas que prendessem os camponeses às suas terras. O resultado dessas súplicas foi a instituição da servidão nos termos do Código.

Até finais do século XV os camponeses haviam tido liberdade de circulação, sob condição de terem cumprido as suas obrigações para com o terratenente, ou, caso vivessem nas chamadas terras negras em que não havia terratenentes, terem pago os seus impostos ao príncipe reinante. A terra era abundante, mas a mão-de-obra escassa – um dado adquirido na Rússia –, o que significava que os camponeses se mudavam, em busca de

melhores senhores ou para se fixarem nas «terras selvagens» do Sul. A fuga dos camponeses privava os *pomeshchiki* da mão-de-obra de que necessitavam. Privava também o Estado de alguns contribuintes. Foram, então, aprovadas leis para limitar os movimentos dos camponeses. A partir do reinado de Boris Godunov só podiam abandonar os respetivos senhores da terra durante um período de quinze dias coincidente com o Dia de São Jorge (25 de novembro), e mesmo então apenas sob condição de pagarem uma taxa de saída, a título de compensação pela habitação que tinham ocupado. Mas estas restrições não resolviam o problema subjacente, que era a pobreza do campesinato.[112]

Os camponeses sediados em determinada terra foram ficando cada vez mais endividados, em parte devido à recessão generalizada na economia agrícola, e em parte porque a fuga dos seus pares os privava do seu trabalho e dos contribuintes necessários. Visto os impostos serem aplicados coletivamente sobre a comuna, a diminuição da população de uma aldeia significava o aumento do fardo para os camponeses que ficavam. Muitos deles contraíram empréstimos junto dos terratenentes, comprometendo-se a trabalhar nas respetivas terras. Estes contratos de *kabala*, como eram chamados (mais uma palavra de origem mongol) estipulavam quantos dias de cada semana trabalhavam para o senhor das terras, e durante quantos anos ficariam ao seu serviço. Raros eram os camponeses que conseguiam pagar os juros do empréstimo, e menos ainda o capital. Na verdade, tinham-se vendido para servidão sem termo.

Os contratos de *kabala* foram um passo jurídico decisivo em direção à servidão. Obrigaram o Estado a apertar as restrições aos movimentos dos camponeses a fim de proteger os seus servidores militares do risco de fuga – a forma mais simples de que os camponeses dispunham para evitar pagar a *kabala.* A partir dos anos de 1580, o Estado foi apertando as leis, dando maior margem aos terratenentes para capturarem os camponeses fugidos das suas terras. Na verdade, estava a reconhecer o trabalho camponês como uma forma de propriedade pertencente aos senhores das terras. Este reconhecimento ficou consagrado no Código de 1649, que vinculava os camponeses às terras do seu senhor, sem qualquer direito de saída, e outorgava ao Estado a responsabilidade de apanhar e devolver os fugitivos, que passavam a ser considerados criminosos.

As leis da servidão vigorariam até 1861. Abrangiam 90 por cento do campesinato, a grande maioria da população russa. Com o direito de circularem, os servos perderam os derradeiros meios de defesa e proteção dos seus interesses. Passaram a estar sujeitos a crescente exploração por parte dos terratenentes, que os faziam trabalhar, em média, entre três e quatro dias de cada semana na economia senhorial (uma forma de trabalho escravo chamada *barschchina*), e os obrigavam a pagar uma renda em dinheiro (*obrok*) pelos campos que cultivavam, renda essa que pagavam vendendo objetos de artesanato. Os terratenentes precisavam dessas verbas para satisfazer os seus caprichos e necessidades (os salários de servidores militares eram demasiado baixos), pelo que usavam de todos os meios para extorquir dinheiro aos respetivos camponeses. Além das obrigações para com o senhor das terras, os camponeses ainda tinham de pagar impostos ao Estado, quer em trabalho, quer em dinheiro. Em termos económicos, estavam em piores condições que a maioria dos escravos, que não pagavam impostos.

E nem em qualquer outro aspeto tinham boas condições. Alguns terratenentes tinham um sentimento paternalista em relação aos seus servos. Mas não havia qualquer controlo sobre as suas ações, pelo que eram livres de punir os servos praticamente como bem entendessem. A longo prazo, essa impunidade haveria de ter efeitos nefastos sobre os terratenentes. Espancamentos e flagelações arbitrários, violações das mulheres e ameaças de separar as famílias… era assim que os senhores mandavam nos servos. Varvara Petrovna Lutovinova, mãe do escritor do século XIX, Ivan Turgueniev, era um bom exemplo do velho estilo de senhor da terra russo. Combinava um sentimento caritativo com atos arbitrários de cureldade contra os 5000 servos das suas propriedades a sul de Moscovo. Certa vez, enviou dois servos para o exílio na Sibéria pela simples razão de não se terem descoberto e curvado perante ela da maneira que julgava apropriada.[113] Foi o caráter arbitrário destas punições, mais do que a sua brutalidade, que alimentou o ódio camponês em relação aos respetivos senhores, um ódio bem expresso na violência camponesa de 1917.

A fuga de camponeses foi a principal resposta à imposição da servidão. Eram cada vez mais numerosos os que fugiam para sudeste, para as terras do Volga e do baixo Don, onde a presença do Estado era mais fraca do que

nas terras fronteiriças fortificadas da estepe a sul de Moscovo. Também os Cossacos estavam a mover-se para o Leste, por se ter tornado cada vez mais difícil viver do banditismo nas estepes. Foi no Volga e no Don que teve início o maior levantamento popular do século, a revolta de Razin, de maio de 1670.

Stepan Razin era um cossaco de uma área do Don a que tinham afluído mais camponeses fugitivos. Os migrantes logo se dispunham a tornar-se «cossacos», para viverem uma vida de liberdade, sem senhores nem impostos. O carismático Razin, famoso pelas suas incursões contra Turcos e Persas, mobilizou-os para que se juntassem aos seus cossacos numa guerra contra os boiardos e os senhores de terras – uma guerra para «conquistar a liberdade do povo» e colocar um czar justo (um cossaco) no trono. Os historiadores soviéticos apresentaram a revolta como uma guerra campoensa, mas, na realidade, o exército de Razin era composto de muitos elementos: cossacos, camponeses, burgueses, membros pobres do clero, e homens das tribos tártaras, mordovianas e chuvaches a quem os russos tinham tirado as terras de pastagem. Era uma guerra entre ricos e destituídos.

Durante um ano, o exército de Razin espalhou o caos. Para montante e jusante do rio Volga, cidades após cidades erguiam-se em revolta à sua passagem – Astracã, Czaritsin, Saratov, Samara – e nos campos os camponeses lançavam fogo às mansões dos seus senhores. Mas, ao fim de um longo cerco a Simbirsk, as tropas czaristas repeliram os rebeldes, e, numa campanha de repressão impiedosa, em que perderam a vida 100 000 revoltosos, reduziram o exército a um punhado de bandos pequenos e dispersos.[114] Os líderes rebeldes capturados foram empalados em estacas, pregados a pranchas, enforcados, arrastados e esquartejados nas praças de várias cidades, para ensinar uma lição ao povo comum. O próprio Razin foi capturado. Agrilhoado a uma forca num carro de cavalos aberto, foi levado para Moscovo, onde foi brutalmente torturado, e depois executado na Praça Vermelha, em 6 de junho de 1671. Durante longos anos a lenda da sua imortalidade foi contada entre camponeses e cossacos. Diziam que estava escondido em terras selvagens, a aguardar o momento em que o povo precisasse dele, altura em que reapareceria sob a forma de um corvo negro para os livrar da opressão. No início do século XX ainda a imagem de Razin como corvo continuava a ser avistada, voando para lá e para cá

ao longo rio Volga, proclamando o advento da utopia revolucionária camponesa.[115]

A Rússia duplicou de dimensão durante o século XVII. Cresceu porque podia crescer. Desde a conquista mongol que aprendera que a melhor forma de se defender contra as tribos tártaras era controlar a maior parte possível da estepe eurasiana, de conquistar qualquer território a partir do qual pudesse ser atacada. O colapso do Império Mongol e dos Estados que lhe sucederam abriu a estepe siberiana à conquista e colonização russas. Não havia fronteiras naturais, e nenhuma outra potência além da longínqua China para evitar o avanço dos Russos para o Leste – só tribos siberianas, os Khanti, os Samoiedos, os Tungus, os Iacutos, os Buriates, os Chukchis, os Daurianos e outras tribos mais pequenas que, com os seus arcos e lanças de caça nada podiam contra os mosquetes e a artilharia russos. Os Russos foram atraídos para Leste pelas peles, «o ouro macio» que garantia um terço do tesouro imperial no auge do comércio de peles dos anos de 1680. Seguindo de perto os caçadores de peles iam os mercenários cossacos, que construíram fortificações de madeira e exigiram às tribos indígenas um tributo de peles mediante a tomada de reféns (normalmente mulheres, crianças, ou anciãos e xamãs tribais). Prisioneiros nesses fortes, os reféns eram mostrados aos homens da tribo quando traziam os tributos em peles de zibelina, vison, arminho e raposa. As tribos tributárias também eram obrigadas a ajudar os Russos na conquista de outras tribos vizinhas, servindo de guias, intérpretes, carregadores e combatentes – um papel a que muitos homens se prestavam com gosto, quando isso se traduzia na destruição de tribos rivais.

Nem todas as tribos se submetiam facilmente. Houve tenaz resistência de parte de Tungus e Buriates, mais desenvolvidos nas artes metalúrgicas e na organização social do que a maior parte das tribos. Os Russos cometeram horríveis atrocidades, a queima de aldeias inteiras, execuções, violações em massa e escravização das mulheres. Houve tribos que fugiram ou se suicidaram coletivamente de preferência a submeterem-se aos Russos.

Esta violência tem sido desvalorizada nos livros de História da Rússia, em que a conquista da Sibéria é normalmente apresentada como uma colonização pacífica, em que as tribos nativas eram «civilizadas» mediante assimilação na cultura e sociedade russas. Segundo esse mito, o

império colonizou ou cresceu no seu próprio seio, estabelecendo a harmonia entre povos que a seu tempo formaria a «fraternidade de nacionalidades», celebrada na União Soviética. A narrativa ensinada aos russos contrastava vivamente com a construção de impérios de outras potências europeias, que conquistaram e oprimiram terras ultramarinas. Contrastava, ainda, com a da América, um «império» territorial, tal como a Rússia, em que a conquista do Oeste, ao contrário da conquista russa da Sibéria, se fizera com violência genocida contra as tribos nativas americanas. Essa ficção traça a imagem que os Russos fazem de si próprios como imperialistas «benevolentes», «naturalmente» destinados a assumir a liderança na Ásia devido ao seu caráter europeu.

A vastidão da Sibéria foi o obstáculo mais difícil de ultrapassar. Quanto mais os conquistadores avançavam para Leste, mais difícil se tornava para Moscovo controlá-los e apoiá-los. Era preciso quase um ano para um mensageiro viajar entre a capital de Yakutsk, principal cidade do setor oriental da Sibéria, e Moscovo, e pelo menos um ano para chegar a Okhotsk, base russa no Pacífico, pelo que uma troca de mensagens podia levar quatro anos. Fazer chegar alimentos e provisões militares às forças avançadas era um pesadelo logístico. Os Russos não conseguiam alimentar-se com os produtos da tundra e das florestas montanhosas entre Yakutsk e Okhotsk, e, assim, a partir dos anos de 1640, viraram para Sul, para o vale de Amur, na suposição de que os campos férteis e os rios com pesca abundante conseguiram alimentar 20 000 russos todos os anos. Comandados por Khabarov (que viria a dar o nome a Khabarosvsky, a cidade mais moderna do extremo oriente russo), as tropas russas infligiram às tribos daurianas uma guerra de dez anos de terror, pilhagem e extermínio. Em 1652, os Daurianos pediram auxílio aos Chineses, única potência suficientemente poderosa e próxima para expulsar os Russos do Amur. Os conflitos esporádicos entre Russos e Chineses prosseguiram até 1689, altura em que, pelo Tratado de Nerchinsk, os Russos derrotados renunciaram a todas as pretensões sobre as terras do Amur. Só as recuperariam na era dos vapores e dos caminhos de ferro.

Entretanto, a Oeste, a Rússia engrandeceu-se com a união do Anfitrião de Zaporíjia, um jovem Estado cossaco governado por um atamã, ou comandante militar, que em 1648 pedira auxílio à Rússia na sua guerra de libertação contra a Polónia. Tinha havido uma série de levantamentos

cossacos contra os Polacos nos anos iniciais do século – sobretudo em reação contra a fixação de militares nobres polacos nas estepes controladas pelos Cossacos, e contra a promoção pelos Polacos de uma Igreja Católica Grega ou Uniata, subordinada ao Papa de Roma, como forma de minar a ortodoxia na Ucrânia. Uma grande revolta, em 1637-38, foi brutalmente esmagada por tropas polacas, que se apoderaram dos territórios rebeldes ucranianos e cossacos. Foram trazidos administradores polacos, que espezinharam sem dó as liberdades cossacas e os representantes eleitos. Previsivelmente, esta campanha de subjugação só alimentou as chamas da rebelião. A elite cossaca, que poderia ter sido aliciada para o serviço dos Polacos, foi transformada em inimiga. O caso de Bohdan Khmelnytsky foi exemplar. Próspero proprietário rural e funcionário cossaco, até 1647 não dera provas de qualquer disposição de se juntar aos revoltosos… até as suas propriedades serem confiscadas, a sua mansão queimada, a sua mulher raptada e o filho gravemente espancado por ordens do chefe polaco local. No ano seguinte, Khmelnytsky foi eleito atamã do Anfitrião de Zaporíjia.

Sob seu comando, os rebeldes cossacos marcharam contra Kiev. Pelo caminho, derrotaram facilmente as tropas polacas e começaram a atrair mais cossacos, além de camponeses dispostos a lutar, onde quer que aparecessem. Para muitos dos rebeldes trata-se de uma guerra para defender os ortodoxos contra o rei polaco, que ilegalizara a Igreja Oriental e confiscara os seus edifícios. À medida que avançava, o exército de Khmelnytsky foi assassinando polacos e judeus. Só em 1648, foram mortos cerca de 60 000 judeus – um nível de matança que só viria a ser igualado pelos *pogroms* da Guerra Civil Russa.[116]

Khlemnytsky apelou ao czar por auxílio militar contra os Polacos. Alexei começou por mostrar-se renitente a envolver-se numa guerra contra a Polónia. Embora quisesse recuperar as terras fronteiriças ocidentais (Smolensk, Seversk, Chernigov) que antes cedera aos Polacos, também precisava da aliança com o rei polaco para derrotar os muçulmanos da Crimeia que ameaçavam a fronteira sul da Rússia. Adiou a sua decisão durante cinco anos. Mas o patriarca Nikon persuadiu-o a intervir. Estava-se, defendeu ele, perante uma guerra religiosa para libertar os ortodoxos dos infiéis, e não apenas na Ucrânia sob soberania polaca, mas também na Valáquia e na Moldávia, ao tempo sob controlo otomano. Os Russos

tinham ali uma oportunidade de ouro para conseguirem ganhos reais no Ocidente ao combaterem em nome de Deus.

O apoio de Moscovo à guerra de Khmelnytsky veio sob a forma de um tratado assinado em 1654 em Pereyaslav, na Ucrânia. Nos termos do tratado, o atamã cossaco prestou juramento unilateral de lealdade ao czar, que prometeu respeitar a autonomia do atamanato. O que isto significou para o Império Russo e a Ucrânia é ainda hoje objeto de controvérsia. Os Ucranianos consideram que o tratado equivale à fundação de um «Estado atamã», que muitos consideram ser a base da sua nacionalidade. Os Russos, ao contrário, veem o tratado como um ato de união entre Rússia e Ucrânia, aquele momento em que aqueles dois grupos da mesma raça (os Grandes Russos e os Pequenos Russos) se tornaram uma só nação e um só Estado, como consequência natural dos acontecimentos. Há pontos duvidosos nas duas opiniões. O atamanato era um Estado cossaco, e não ucraniano. Carecia de potencial para tornar-se um Estado-nação porque as ligações dos Cossacos com o campesinato e outras classes sociais ucranianas eram extremamente fracas. Mas ao contrário do ponto de vista russo, a união entre Rússia e Ucrânia estava longe de predeterminada. Aliás, era apenas um de vários desenlaces possíveis da guerra dos Cossacos contra a Polónia. A Ucrânia poderia ter-se tornado parte da Polónia, ou ter perdido o sudoeste para os Turcos.

O compromisso do Czar com Khmelnytsky traduziu-se em treze anos de guerra onerosa entre Rússia, Polónia e Suécia. De 1654 a 1656, as tropas russas obtiveram ganhos contra os Polacos (capturaram Smolensk, Vilnius e Riga), não menos porque os Suecos atacaram ao mesmo tempo os Polacos. Depois de tomarem Varsóvia, os Suecos marcharam contra a Lituânia, arrastando a Rússia para uma guerra contra a Suécia que durou de 1656 até 1661. Os Polacos tiraram partido das suas dificuldades para reconquistar muitos dos territórios que tinham perdido para os Russos. Em 1667, já as três potências nórdicas estavam exauridas por essas guerras. O Tratado de Andrusovo, assinado nesse ano, dividiu a Ucrânia entre Rússia e Polónia, com a primeira a ficar com a Ucrânia oriental (margem-esquerda), além de Kiev, e a segunda, com a Ucrânia ocidental (margem direita).

O tratado marcou uma viragem fundamental na política externa da Rússia. Por essa altura, já Russos e Polacos se tinham aliado contra um

inimigo comum, os Turcos, que estavam a obter ganhos territoriais na Ucrânia ocidental com ajuda de forças cossacas sob o comando de Petro Doroshenko, atamã do Anfitrião de Zaporíjia. Durante algum tempo, os Polacos conseguiram repelir as incursões contra a Ucrânia ocidental. Mas a longa guerra contra a Rússia enfraquecera a Polónia, e nos anos de 1670 já ela não tinha forças para evitar a ocupação turca. Foi necessária uma força russa de 100 000 homens para expulsar os Turcos dos territórios ucranianos em 1681.

Com essa vitória, a Rússia conseguira, por fim, atrair a atenção do Ocidente, que nunca a vira como uma grande potência no continente. Agora, os europeus precisavam da Rússia para os proteger dos Turcos. Em 1683, só com grande dificuldade haviam conseguido repelir as tropas turcas das muralhas de Viena. A vitória contra os Turcos na Ucrânia convenceu as potências europeias da necessidade de ter a Rússia do seu lado contra os Turcos na Europa. Em 1686, a Rússia assinou um Tratado de Paz Eterna com a Comunidade Polaco-Lituana. Ao fazê-lo, os Russos estavam a comprometer-se com a *Sacra Ligua* (Santa Liga), a aliança antiturca constituída pela Comunidade Polaco-Lituana, o Sacro Império Romano e Veneza. As quatro potências acordaram coordenar as respetivas campanhas contra os Turcos: os Russos comprometeram-se a combater na Crimeia, os Polacos na Moldávia, os Austríacos na Transilvânia, e os Venezianos na Dalmácia. Pela primeira vez na sua história, a Rússia celebrara uma aliança na qualidade de potência igual na Europa. Tinha entrado no cenário europeu.

*

Os primeiros embaixadores da Europa na Rússia chegaram de Suécia, Holanda, Polónia, Dinamarca e Sacro Império Romano nas décadas de 1680 e 1690. Ao tempo, a Rússia era considerada um país atrasado e bárbaro, sobretudo devido à falta de civilização europeia. A posição dominante da Igreja tinha impedido o desenvolvimento de uma cultura secular. Não havia universidades, nem academias das artes, nem profissões independentes. As artes tinham congelado no espírito dos tempos medievais. Os ícones eram a principal forma de pintura. Os retratos seculares começavam a aparecer, apenas. O czar Alexei é o primeiro soberano russo de que temos alguma imagem crível. Os russos

tinham um estilo de ícone sem relevo chamado *parsuny.* Paisagens e pinturas históricas ou de género eram ainda desconhecidas na Rússia. A música instrumental (mas não os cânticos religiosos) era travada pela Igreja onde quer que despontasse, sobretudo por obra de músicos populares e menestréis. Também a edição impressa era controlada pela Igreja. A Rússia era o único país da Europa que não tinha editores privados, boletins noticiosos ou jornais, peças de teatro impressas ou poesia. Quando Pedro, *o Grande*, subiu ao trono, em 1682, não tinham sido publicados mais de três livros de cariz não-religioso desde que Moscovo passara a dispor de imprensa, o que acontecera na década de 1560.[117]

A influência europeia começou a fazer-se sentir durante o reinado do czar Alexei. Alexei era bastante mais dinâmico e inteligente do que seu pai, Mikhail, fundador da dinastia. O seu tutor, Morozov, educara-o nas ideias europeias, em ciências e línguas. A Polónia e a Ucrânia eram os principais canais de entrada na Rússia para as ideias do Ocidente, as tecnologias, a arte e o entretenimento. A guerra com a Polónia fora um ponto de viragem. Alexei e os seus exércitos entraram em cidades como Vilnius e Vitebsk, cuja arquitetura gótica, renascentista e barroca desconheciam. «Desde que Sua Majestade esteve na Polónia e viu os modos das casas dos Príncipes ali», comentou o médico inglês de Alexei, Samuel Collins, «seus pensamentos são avançados e começa a moldar sua corte e seus edifícios de forma mais faustosa, a adornar suas salas com tapeçarias, e a conceber câmaras de prazer».[118]

Foram importados todos os tipos de artigos de luxo para a corte de Alexei, desde relógios e telescópios a caixas de música, aves canoras e carruagens. O seu amigo de infância e conselheiro próximo, Artamov Matveev, concebeu um teatro da corte, primeiro do género na Rússia, onde foram representados dramas barrocos alemães. Matveev organizava receções na sua casa de Moscovo, inteiramente mobilado ao estilo ocidental, a que os convidados acorriam, não para beber em excesso, como era costume nas antigas festas boiardas, mas para conviverem entre pessoas educadas, em que, pela primeira vez, era normal a presença de mulheres, que podiam servir até de anfitriãs. Antes, as mulheres estavam excluídas de festejos na corte ou entre os boiardos, eram mantidas à parte

em alojamentos privados chamados *terem,* semelhantes a haréns muçulmanos, onde viviam escondidas da vista pública, até se casarem.

Tratava-se de sinais superficiais de influência europeia, que apenas tomavam de empréstimo costumes sociais e luxos como anúncio de «civilização», sem que tal correspondesse a qualquer mudança significativa nas sensibilidades e comportamentos russos. Homem profundamente religioso, Alexei aceitava esta exposição limitada aos modos ocidentais. Pensava que, desde que a Rússia conseguisse importar da Europa aquilo de que necessitava (primeiro e acima de tudo armamento e tecnologias), não necessitaria de aprender as ciências de que tudo nascia, nem abandonar a fé ortodoxa. Nas palavras de Kliuchevsky, Alexei esperava que fosse possível «usar um casaco alemão e até assistir a um espetáculo estrangeiro do mesmo passo que se mantinham incólumes sentimentos e ideias tais como um temor pio perante o mero pensamento de quebrar o jejum na véspera do Natal antes que no céu despontasse a primeira estrela».[119]

Todavia, até a Igreja começava a mudar. A aquisição da Ucrânia abrira a Rússia às ideias e modos de adoração ucranianos. Na Academia de Kiev, onde os padres eram ensinados em latim, além de eslavo, desenvolvera-se um novo tipo de educação religiosa, derivada de modelos jesuítas. O czar Alexei era forte defensor de reformas na Igreja Russa. Em 1649, trouxe para Moscovo o primeiro grupo de monges ucranianos para que atualizassem os livros de culto russos e os sintonizassem com as modernas versões gregas e ucranianas impressas na Europa. Três anos depois, à morte do patriarca José, apoiou a eleição de Nikon, um homem muito voluntarioso e dinâmico, e decidido a realizar reformas, nas quais via um primeiro passo para a recriação de uma Igreja Universal como a ortodoxia de Bizâncio, por si controlada a partir de Moscovo.

As reformas feitas por Nikon dos livros e rituais de culto da Igreja incluíam fazer o sinal da cruz à maneira grega, com três dedos (símbolo da Trindade), em vez da antiga maneira russa, com dois dedos (símbolo da natureza dúplice de Cristo). Esta mudança foi causa de um grave cisma na Igreja Russa, e que também dividiu o país em dois. Os rituais religiosos estavam no cerne da fé e do imaginário nacional russo. A liturgia era o próprio conteúdo da fé. Mudá-la era insinuar que a antiga fé fora toda ela um erro. Liderados pelo arcebispo Avvakum, antigo aliado de Nikon, um

grande número de crentes recusou as reformas litúrgicas. Chamados «Velhos Crentes», defendiam que os ritos russos eram mais sagrados do que os ritos dos Gregos, que haviam tombado em heresia ao aliarem-se à Igreja de Roma, e tinham sido castigados por Deus pelos seus pecados com a perda de Constantinopla para os Turcos. As reformas de Nikon, temiam eles, conduziriam a Igreja Russa a uma catástrofe semelhante, ao expô-la aos livros e práticas ocidentais. Ao leitor moderno esta polémica poderá parecer insignificante em comparação com os grandes conflitos doutrinários do período da Reforma. Mas na Rússia, onde fé e rito estavam tão entrelaçados, o cisma assumia proporções escatológicas. Do ponto de vista dos Velhos Crentes, as reformas eram obra do Anticristo, um sinal de que o fim do mundo estava próximo.

Dezenas de comunidades de Velhos Crentes ergueram-se em revolta. Em 1668, no Mosteiro de Solovetsky, os monges recusaram reconhecer a autoridade do czar, enclausuraram-se no mosteiro, e, apoiados pelo campesinato local, suportaram oito anos de cerco, até serem capturados e massacrados pelas tropas do czar. Em outras partes, à aproximação dos soldados do czar, os Velhos Crentes encerravam-se nas suas igrejas de madeira e queimavam-se vivos para evitarem submeter-se ao Anticristo. Outros, fugiam para os longínquos lagos e florestas do Norte, para as terras do Volga, para as regiões dos Cossacos, no Sul, ou para as florestas da Sibéria. E continuaram a seguir os ensinamentos de Avvakum, disseminados a partir do seu local de exílio no forte de Pustozerk, no Ártico, onde foi queimado vivo no poste em 1680.

Mas o combate dos Velhos Crentes tinha que ver com mais do que com ritos. Era um protesto contra o crescente poder de Igreja e Estado, em relação aos quais se sentiam cada vez mais alienados, por verem que ambas as instituições procuravam controlar a vida quotidiana das populações. Era uma contestação social sob forma religiosa. A Velha Crença estava mais disseminada nas regiões em que o Estado central era fraco e o espírito revoltoso forte. Ela foi a bandeira mobilizadora de várias revoltas populares nas décadas de 1670 e 1770. O cisma religioso foi uma profunda fratura que dividiu a sociedade de alto a baixo. Dividiu os que se identificavam com a Velha Rússia e aqueles que pretendiam transformá-la em algo de novo ou feito segundo padrões europeus.

Com Pedro, *o Grande*, este conflito atingiria o auge. O novo czar tinha apenas 10 anos quando subiu ao trono, em 1682, após a morte prematura do seu meio-irmão enfermiço Fedor III, que reinara desde a morte do pai de ambos, Alexei, em 1676. Filho da segunda mulher de Alexei, Natalia Naryshkina, Pedro for escolhido pelos boiardos, que preteriram Ivan, seu outro meio-irmão, filho de Maria Miloslavskaya, primeira mulher de Alexei. Ivan era cinco anos mais velho do que Pedro, mas era considerado demasiado débil mentalmente para se tornar czar. Em seu lugar, foi nomeada regente a irmã, Sofia. Os apoiantes de Ivan desencadearam uma revolta entre os mosqueteiros *streltsy* de Moscovo, que tinha reivindicações contra os respetivos oficiais. Espalharam rumores de que Ivan, que viam como czar legítimo, fora estrangulado no Kremlin pela família de Pedro, os Naryshkin. Era uma repetição da conspiração de Boris Godunov.

Os *streltsy* irromperam pelo Kremlin e assassinaram todos os boiardos que suspeitavam de regicídio, juntando os respetivos comandantes à lista das vítimas. Muitos dos rebeldes eram Velhos Crentes que queriam reverter as reformas de Nikon. Convencidos de que Pedro era uma marioneta dos boiardos, motivava-os a mesma crença num verdadeiro czar que alimentara os rebeldes de Razin e Bolotnikov. Juntaram-se-lhes os pobres de Moscovo em motins que duraram vários dias. Num esforço para pôr fim à violência conseguiu-se um compromisso. Ivan e Pedro reinariam conjuntamente, com Sofia como regente.

Mas esta solução da crise de sucessão não satisfez o contingente de Velhos Crentes. Liderados pelo seu comandante, Ivan Khovansky, continuaram a exigir a restauração dos antigos livros e ritos litúrgicos, ameaçando colocar Khovansky no trono se Sofia não cedesse. Sofia fugiu com os dois pretendentes para Zvenigorod, onde mobilizou tropas suficientes para restabelecer o controlo na capital. Convocando Khovansky para negociações, ordenou a sua execução por traição e heresia. Foi o fim da Khovanshchina, como a revolta ficaria conhecida, não menos devido à ópera homónima de Mussorgsky.

Mas, no palco, a história tem regras próprias. Mussorgsky baseou o livreto em três revoltas distintas – esta, a de 1682, e duas rebeliões posteriores em que estiveram envolvidos os *streltsy.* A primeira teve lugar em 1689, quando Sofia tentou, em vão, recrutar mosqueteiros contra

Pedro, e assumir o trono por si própria. A segunda, foi em 1698, dois anos após a morte de Ivan, que fez de Pedro o único sobreano legítimo, altura em que os *streltsy* marcharam sobre Moscovo na falsa suposição de que Pedro morrera na Europa, onde se deslocara numa Grande Embaixada, e que um «alemão» o substituiria no trono. Uma das suas petições terminava assim: «Ouvimos que os Alemães vão para Moscovo e, segundo seus usos de fazer a barba e fumar tabaco, consigo trarão o derrube total da fé».[120]

Interrompendo o seu périplo europeu, Pedro correu para Moscovo para esmagar o levantamento. Apareceu em vestes ocidentais, ostentando um bigode, mas sem barba, considerada símbolo de santidade na Rússia, e usada por todos os czares anteriores. Numa declaração pessoal de guerra contra os ritos arcaicos russos, Pedro ordenou a todos os boiardos que haviam chegado a acolhê-lo que rapassem as respetivas barbas. Dois mil *streltsys* foram feitos prisioneiros. Brutalmente torturados, alguns deles revelaram a existência de uma conspiração para derrubar Pedro e colocar Sofia no trono. Cerca de mil *streltsys* foram depois enforcados ou decapitados. Sofia foi encarcerada no Convento de Novodevichy, nos arredores de Moscovo. Para a atormentar, Pedro mandou que cem rebeldes fossem enforcados nas muralhas fronteiras à sua janela, e ali deixados a decompor-se. O jovem czar Pedro, então com 26 anos, tinha afirmado o seu poder.

---

99. F. Fletcher, *Of the Russe Common Wealth*, Londres, 1591, p. 34.

100. M. Cherniavsky, *Tsar and People: Studies in Russian Myths*, New Haven, 1961, p. 179.

101. Ibid., pp. 114-17.

102. P. Longworth, «The Pretender Phenomenon in Eighteenth-Century Russia», *Past & Present*, vol. 66, n. 1 (1975), p. 61.

103. M. Perrie, *Pretenders and Popular Monarchism in Early Modern Russia*, Cambridge, 1995, p. 131.

104. C. Dunning, *Russia's First Civil War: The Time of Troubles and the Founding of the Romanov Dynasty*, University Park, Pa., 2001, p. 302.

105. A ideia de uma «crise geral» na Europa do século XVII remonta a um ensaio de Eric Hobsbawm («The General Crisis of the European Economy in the 17th Century», *Past & Present* , vol. 5, n.1,

1954, pp. 33-53), que desencadeou uma série de debates sobre a emergência do capitalismo e os problemas do Estado. Os ensaios mais relevantes estão coligidos no livro de G. Parker e L. Smith, *The General Crisis of the Seventeenth Century*, Londres, 1978. Sobre a aplicabilidade da tese da «crise geral» à Rússia ver: P. Brown, «Muscovy, Poland, and the Seventeenth Century Crisis', *Polish Review* , vol. 27, n.º 3-4, 1982, pp. 55-69.

106. V. Kivelson, «The Devil Stole his Mind: The Tsar and the 1648 Moscow Uprising», *American Historical Review,* vol. 98, n.º 3, 1993, p. 744.

107. V. Kliuchevsky, *A Course in Russian History: The Seventeenth Century*, Nova Iorque, 1994, p. 152.

108. Ibid., p. 755.

109. R. Crummey, *Aristocrats And Servitors: The Boyar Elite in Russia, 1613–1689*, Princeton, 1983, p. 36.

110. A. Kleimola, «The Duty to Denounce in Muscovite Russia', *Slavic Review,* vol. 31, n.º 4, 1972, p. 773.

111. R. Hellie, «The Stratifi cation of Muscovite Society: The Townsmen», *Russian History,* vol. 5, parte 2, 1978, pp. 119-75.

112. Sobre a evolução jurídica da servidão ver: R. Smith, *The Enserfment of the Russian Peasantry*, Cambridge, 1968.

113. O. Figes, *The Europeans: Three Lives And the Making of a Cosmopolitan Culture*, Londres, 2019, p. 74.

114. P. Avrich, *Russian Rebels, 1600–1800*, Nova Iorque, 1972, p. 109.

115. P. Longworth, «The Subversive Legend of Stenka Razin», *in* V. Strada (ed.), *Russia*, Turim, 1975, vol. 2, p. 29.

116. S. O'Rourke, *The Cossacks*, Manchester, 2007, p. 82. Sobre os *pogroms* da Guerra Civil, ver J. Veitlinger, *In the Midst of Civilized Europe: The Pogroms of 1918–1921 And the Onset of the Holocaust,* Nova Iorque, 2021.

117. L. Hughes, *Russia in the Age of Peter the Great*, New Haven, 1998, p.317.

118. S.Collins, *The Present State of Russia*, Londres,1671, pp.64-5.

119. Kliuchevsky, *A Course,* p. 343.

120. L. Hughes, *Sophia Regent of Russia, 1657–1704*, New Haven, 1990, p. 249.

5

A RÚSSIA VIRADA PARA O OCIDENTE

Até ao século XVIII, os Russos seguiram o costume bizantino de contar os anos desde a criação do Mundo, um evento que criam ter ocorrido 5508 anos antes do nascimento de Cristo. Mas em dezembro de 1699, o czar Pedro decretou a reforma do calendário. A partir dali, os anos deveriam ser numerados a partir do nascimento de Cristo, «ao modo das nações cristãs europeias», começando em 1 de janeiro de 1700 (7209 no antigo sistema). Para celebrar o nascimento do novo século, Pedro organizou uma magnífica cerimónia com fogo-de-artifício, salvas simultâneas de 200 canhões, e cuspidores de fogo na praça em frente à Catedral da Dormição, no Kremlin. Por decreto, os moscovitas receberam ordens de se juntarem às festividades decorando as fachadas de suas casas, rapando a barba, e trocando os cafetãs tradicionais por veste ocidentais («alemãs» ou «húngaras»), segundo o modelo dos manequins dispostos nas praças da cidade para sua orientação.[121]

Era mais do que uma reforma do calendário. Era o começo de uma revolução cultural em que o próprio conceito de tempo seria reformulado. A partir daquele momento, a Rússia passaria a medir o seu progresso segundo uma escala temporal europeia. A sua missão era «apanhar» o Ocidente, acelerar o desenvolvimento virando costas a uma cultura velha e «retrógrada», e seguir o exemplo dos vizinhos mais avançados da Europa. Esse jogo de «apanhar» a Europa seria o objetivo dos governos da Rússia ao longo dos 300 anos subsequentes. Mas a imitação do Ocidente suscitava numerosos problemas.

Pedro era um homem com pressa. Com quase 2 metros de altura, caminhava com passadas de gigante, rápidas, deixando os conselheiros

muito para trás enquanto tratava pessoalmente de todos os aspetos dos assuntos de Estado com energia inesgotável – uma atitude maravilhosamente capturada pela tela de Serov, de 1907, *Pedro I, o Grande*. Impulsionava-o uma curiosidade insaciável. Como Pushkin escreveu, em palavras que em tempos todas as crianças russas decoravam na escola:

> Ora um académico, ora um herói,
> Ora um marinheiro, ora um carpinteiro,
> Ele com sua alma que tudo abrangia
> Foi em seu trono um trabalhador eterno.[122]

Nos anos de juventude, Pedro fora alimentando um sentimento de desdém pela Moscóvia «medieval». Desprezava aquela cultura arcaica e paroquial, aquele medo e desconfiança supersticiosos em relação ao Ocidente. Era um revolucionário por temperamento. Rejeitando as tradições ortodoxas, trajava roupas ocidentais, fazia a barba, e passava grande parte do seu tempo no bairro «alemão» de Moscovo onde, por pressão da Igreja, os estrangeiros da cidade eram obrigados a viver. Organizava noites inteiras de festas alcoólicas com bobos, gigantes, anões e cortesãos. Para troçar da Igreja, chamava a essas sessões de deboche «O Sínodo de Todos os Ébrios». Os foliões, em cujo grupo se contavam por vezes centenas dos mais importantes homens de Estado, adotavam títulos como «Patriarca Baco» ou «Arquidiácono Tira-a-Pila».[123]

Entre os companheiros de bebida de maior confiança contavam-se dois militares de alta graduação – Franz Lefort, um mercenário suíço ao serviço da Rússia desde os anos de 1670, e o escocês Patrick Gordon, general quartel-mestre do exército russo – que persuadiram Pedro da necessidade de modernizar as forças armadas, para que o país estivesse a par dos Estados europeus. Como tantas vezes na história do país, foram as necessidades militares da Rússia que o convenceram a importar novas tecnologias europeias.

A parir de 1696, Pedro viajou incógnito por toda a Europa do Norte para ver com os seus próprios olhos aquilo de que a Rússia precisaria para se tornar uma potência militar no continente. Foi o primeiro soberano

reinante russo a visitar o estrangeiro. Na Holanda, Pedro Mikhailov (como o czar se apresentava), trabalhou como carpinteiro naval. Em Londres, visitou o observatório de Greenwich, o arsenal de Woolwich, a Casa da Moeda e a Royal Society. Em Königsberg estudou artilharia.

Ao regressar à Rússia, em 1698, Pedro organizou uma nova marinha, criou escolas militares e novas indústrias, e reconstruiu o exército desde a base. Organizou um novo sistema de recrutamento militar sem paralelo na Europa, segundo o qual unidades formadas por 20 lares de camponeses ficavam solidariamente responsabilizadas pelo envio anual de um homem para prestar serviço vitalício, e mais ainda em tempo de guerra. Esta abrangente militarização da sociedade deu origem ao maior exército regular do Mundo: cerca de 300 000 solados à morte de Pedro, em 1725, e 2 milhões de homens em 1801.[124] Nenhum outro Estado conseguia mobilizar tantos homens. Mas a dimensão não era garantia de eficácia militar. Não tardou que se estabelecesse um padrão na história das forças armadas, nomeadamente a dependência da Rússia de quantidade, porque se deixava atrasar em qualidade. Era a única forma de os Russos se porem a par das potências ocidentais na esfera militar. E seria assim que a Rússia combateria nas suas guerras a partir de então, perdendo mais vidas do que os adversários mais avançados. Foi a razão por que perdeu mais homens nas duas grandes guerras do século XX.

Os custos de manutenção de um exército tão grande colocavam um pesado fardo nas finanças estatais, talvez três quartos da despesa total durante o reinado de Pedro. Parte dos custos foi alienada com a responsabilização dos soldados pelo fabrico do próprio equipamento. Competia a cada regimento fazer as suas próprias botas e fardas. Os soldados formavam *artels* (coletivos) e trabalhavam para senhores de terras vizinhas para obterem recursos para os respetivos regimentos. Mas o exército era financiado sobretudo com impostos – indiretamente, sobre a venda de sal e vodka, dois elementos essenciais para uma família camponesa, e diretamente através de um imposto comunitário ou «por alma» sobre os camponeses, introduzido em 1718.

Se a Rússia queria ser uma potência europeia precisava de ter acesso ao mar Báltico. O litoral báltico desde a Finlândia à Livónia tinha sido cedido aos Suecos em 1617. Pedro queria recuperar esses territórios. Precisava de acesso a esses portos para exportar para a Europa os produtos que a Rússia

podia fornecer em abundância (madeira, alcatrão, cereais, cânhamo, couro, peles e pedras preciosas), exportações que pagariam as tecnologias militares. A conquista do litoral báltico daria, ainda, à Rússia uma fronteira natural.

Apoiado por uma aliança com Polónia e Dinamarca, Pedro declarou guerra à Suécia, e conduziu 40 000 homens num ataque à cidade-fortaleza de Narva, em 1700. Sofreram uma pesada derrota às mãos de uma força sueca de 9000 homens mais bem treinados, mais bem equipados e com mais forte artilharia, comandada por Carlos XII. Um quarto dos russos perdeu a vida, e muitos mais foram capturados pelos suecos.[125] A derrota ensinou a Pedro duas lições que haveriam de servir de impulso às suas reformas. Primeira, ia necessitar de uma marinha moderna para conquistar o litoral; e, segunda, por maior que fosse o exército pouca probabilidade havia de bater os Suecos, ao tempo um dos melhores exércitos da Europa. A menos que as forças russas fossem equipadas e organizadas segundo padrões comparáveis.

Os Russos lançaram uma segunda campanha em 1701, ano em que os Suecos estavam ocupados com outra guerra contra a Polónia. Capturaram a Fortaleza de Nöteborg (que os Russos batizaram com o nome Shlisselburg), localizada estrategicamente na desembocadura do rio Neva no lago Ladoga. Também conquistaram a ilha de Kotlin (rebatizada Kronstadt, também ao estilo alemão), que, com Shlisselburg, garantia a defesa de São Petersburgo (pronunciado «Sankt Piterburg», outro nome de fonia alemã), a cidade fundada por Pedro no local onde o rio Volga desagua no mar Cáspio, fazendo a Rússia a principal rota entre Ásia e Europa. Mas Carlos rejeitou qualquer compromisso com Pedro. Queria eliminar a ameaça russa sobre os territórios bálticos da Suécia, fundamentais para o abastecimento de cereais. Derrotados os Polacos, Carlos marchou com os exércitos contra os Russos, que estavam então na Lituânia.

Carlos planeava atacar Moscovo, derrubar o czar e dividir a Rússia em pequenos feudos distribuídos pelos boiardos. Mas em vez de avançar para leste, diretamente para a capital russa, dirigiu o exército para o sul, para a Ucrânia. Fazia-o na esperança de que ali se lhe juntassem 20 000 cossacos sob o comando do seu atamã, Ivan Mazepa, que perdera confiança na garantia russa de proteção do atamanato, e considerava que o rei sueco os

poderia ajudar a conseguir a independência em relação à Rússia. Afinal, só 3000 cossacos se juntaram aos Suecos. Os Suecos rumaram ao sul também por necessidade desesperada de provisões alimentares. Durante a retirada através da Lituânia, os Russos tinham adotado uma política de terra queimada, destruindo todas as searas e animais que pudessem servir para alimentar o inimigo. Carlos julgava que a situação seria melhor na Ucrânia, mas também ali só encontrou destruição. Quando chegaram a Poltava, em 27 de junho de 1709, já as tropas invasoras estavam demasiado débeis e exaustas para enfrentarem o exército russo modernizado que ali lhes deu combate. Os Suecos sofreram uma derrota esmagadora, e Carlos, ferido, fugiu para território turco na outra margem do Dniepre. Os Russos aproveitaram a oportunidade. Viraram para noroeste, capturaram Riga, e dali avançaram a conquistar todas as possessões suecas no Báltico. A Grande Guerra do Norte, como ficou conhecida, arrastou-se durante doze anos. Os Russos atacaram os Suecos na Finlândia e realizaram uma série de incursões navais, saqueando e incendiando cidades ao longo do litoral sueco, e chegando a ameaçar a própria Estocolmo. Os Suecos viram-se forçados a pedir a paz, e assinaram o Tratado de Nystad (1721), pelo qual cediam à Rússia os seus territórios bálticos.

A vitória sobre a Suécia confirmou o estatuto da Rússia como grande potência europeia, como tal reconhecida por todos os governos da Europa. «Viemos das trevas para chegarmos à luz», escreveu Pedro a seu filho Alexei. «Antes, ninguém no Mundo nos conhecia, mas agora têm de respeitar-nos».[126] O respeito do Ocidente não bastou, porém, à Rússia para apaziguar os receios em relação às fronteiras ocidentais, sobretudo a da Ucrânia, que provara ser uma porta aberta para os exércitos da Europa. A invasão sueca da Ucrânia, auxiliada pela traição de Mazepa, selou o destino da Ucrânia como atamanato independente, e ao longo das décadas subsequentes a Rússia foi apertando o controlo sobre os territórios ucranianos que obtivera em 1654.

*

São Petersburgo foi concebida como uma capital europeia, «a janela para a Europa», como Pushkin a descreveria no poema *O Cavaleiro de Bronze* (1833). Concebida como uma série de conjuntos clássicos ligados por

avenidas, canais e praças, a cidade foi construída para impressionar os visitantes europeus, e neles suscitar respeito pela Rússia enquanto potência e civilização.

Pedro esteve envolvido em cada pormenor do início da construção. Tomou emprestado tudo quanto quis das outras capitais europeias. Amesterdão (que visitara) e Veneza (que conhecia apenas de pinturas) serviram de inspiração aos canais ladeados de palácios e cais. O barroco clássico das igrejas da cidade era uma mistura estilística da Catedral de São Paulo, em Londres, da Basílica de São Pedro, em Roma e das igrejas de torre única de Riga. Da Europa, Pedro trouxe arquitetos e engenheiros, artesãos, artistas, criadores de mobiliário e jardineiros paisagistas. São Petersburgo tornou-se lar de escoceses, alemães, franceses e italianos. Nenhuma despesa foi poupada na capital-modelo de Pedro. Para que os Jardins de Verão fossem «melhores que Versailles», encomendou rosas-albardeiras e limoeiros da Pérsia, peixes ornamentais do Médio Oriente, e aves canoras da Índia.[127]

Como cidade mágica de um conto de fadas russo, São Petersburgo cresceu com tão extraordinária rapidez, e tudo nela era tão brilhante e novo, que depressa ficou consagrada em mito. Segundo a lenda da sua fundação, Pedro percorria a cavalo, na companhia de uma dúzia de cavaleiros, as terras pantanosas onde o Neva chega ao Báltico, quando parou, desmontou de seu cavalo e com uma baioneta cortou duas tiras de turfa que dispôs em cruz, proclamando: «Aqui haverá uma cidade!»[128] As suas palavras tinham ressonâncias da ordem divina, «Faça-se luz!», sugerindo que, tal como o Mundo, São Petersburgo fora criada *ex nihilo*. Os panegiristas do século XVIII elevaram Pedro a uma condição de czar-criador, par de Deus em seus poderes. Na mitologia popular, em baladas eruditas, contos orais e lendas, o nascimento milagroso da cidade saída do mar desde o início emprestou-lhe uma aura sobrenatural. Dizia-se que Pedro fizera a sua cidade nos Céus e depois a baixara, como um modelo gigantesco, até à Terra. Ali estava uma nova capital imperial sem raízes em solo russo.

Pessoalmente, Pedro procurava recordar os imperadores da Roma antiga. Outorgou a si próprio o título de «Imperador» e mandou cunhar numa nova moeda de rublo a sua imagem com coroa de louros e armadura, a exemplo de César. Era um corte simbólico com a Moscóvia e

a sua mitologia bizantina, em que o czar era retratado como agente divino e defensor de fé. Agora, surgia de armadura, com coroa e manto ocidentais, e adornos régios. Foi assim que foi representado numa série de retratos pintados por Sir Geoffrey Kneller para distribuição pelos soberanos da Europa durante a sua Grande Embaixada.

A vitória de Poltava foi o ponto em que a sua *persona* militar-imperial se enraizou firmemente. Numa gravura famosa de Alexei Zubov, o czar é representado cavalgando à cabeça das suas tropas triunfantes a entrar em Moscovo, imaginada pelo artista como uma Roma antiga. Nenhum dos arcos triunfais da gravura existe. As numerosas igrejas com cúpula em forma de cebola foram removidas da paisagem. Os soldados ostentam as suas divisas, mas não há na procissão nem padres nem ícones a simbolizar uma intervenção divina na vitória. É uma representação inteiramente secular do poderio militar imperial, em absoluto contraste com o ícone pintado para a conquista de Kazan por Ivan, *o Terrível*, *O Militante da Igreja*, que explicava o triunfo como obra de Deus.

A adoção do título de «Imperador» por parte de Pedro acarretou uma mudança no próprio nome da Rússia. Anteriormente, o país fora conhecido como Rus, um apelativo comum para a pátria étnica dos Russos (*russkie*). Pedro adicionou o termo helénico *Rossiia*, que viria a substituir *Rus* como nome do Estado russo. O nome Rossiia pretendia traduzir uma identidade imperial a unir todos os súbditos do Império Russo, independentemente de etnia ou nacionalidade, embora numa hierarquia racial que privilegiava aquelas nacionalidades (alemães do Báltico, Russos, etc.) mais próximos da liderança do império. O império era a Rossiiskaya (adjetivo derivado de Rossiia), ou, por vezes, Vserossiiskaya (significando «Omni-Russa»), mas nunca *Russkaya* (de Rus), um adjetivo aplicado ao povo russo (*russkii narod*), à língua russa (*russkii yazyk*) e à Igreja russa (*russkaya tserkov*), mas nunca às instituições do Estado. Se Moscovo era a antiga capital da Rus, a «mãe de todos os russos», como Tolstoi escreveu em *Guerra e Paz*, Petersburgo era a capital da Rossiia, o centro administrativo de um império multiétnico que se estendia do Báltico ao Pacífico.

*

No cerne deste governo imperial estava um novo conceito de Estado russo. Antes do Código de 1649, ele era tido como património pessoal do Estado. O conceito de Estado (*gosudarstvo*) era inseparável da pessoa do Czar (*gosudar*), que governava a Rússia como domínio seu. O Código assinalara um corte com essa conceção pessoal para a de um reino de primado da lei. Mas Pedro foi o primeiro czar a pensar o Estado como uma maquinaria impessoal cujo objetivo era servir o bem comum ou a comunidade. Bebera essa ideia nos ideólogos, juristas e governantes cameralistas alemães que atribuíam ao Estado um papel ativo e modernizador de servir o bem comum através da imposição da ordem e da dinamização da economia com práticas políticas assentes em delegação de responsabilidades e conhecimento pormenorizado da sociedade. Pedro terá sido atraído por essa filosofia talvez porque a forma como equacionava o bem comum com os interesses do Estado justificava o uso de força coerciva para impor reformas. O bem-estar da sociedade exigia um Estado policial bem organizado.

Como outros Estados absolutistas, o de Pedro regulamentava cada aspeto da sociedade. Criou colégios ou ministérios, nove para começar, em 1718, responsáveis pelas principais áreas da prática política (Negócios Estrangeiros, Guerra, Marinha, Justiça, Comércio, Manufatura e assim por diante). Em 1721, alargou o controlo estatal aos assuntos da Igreja com a criação do Santo Sínodo, um órgão do clero sob seu controlo, a substituir o patriarca independente. Isto significava a erradicação do conceito bizantino de sinfonia entre Igreja e Estado em que se baseara a filosofia política da Rus de Kiev e de Moscóvia. O czar era agora a única autoridade.

Pedro centralizou os governos provinciais atribuindo maiores poderes aos governadores nomeados para novas e maiores províncias (*guberniia*). Tornou o serviço do Estado obrigatório para a nobreza, cujo estatuto passou a ser definido pela senioridade no cargo, e já não por nascimento. A Tabela de Patentes, introduzida em 1722, estabelecia catorze patentes ou categorias de serviço do Estado, em que a nobreza hereditária era agraciada com cargos nos oito graus mais altos. Os comuns podiam aceder nos graus mais baixos e obter títulos nobiliárquicos ao atingirem a oitava patente (assessor colegial no Governo, major do Exército ou capitão-tenente na Marinha). Esta ordenação dos nobres pelo serviço prestado ao

Estado manteve-se até 1917. Teve um efeito profundo no modo de vida da nobreza, debilitando ainda mais a sua ligação à terra. Sendo a promoção sobretudo por senioridade, o sistema recompensava mais o tempo de serviço e encorajava a mediocridade burocrática. Era em muitos sentidos um precursor do Partido-Estado soviético e sua *nomenklatura*, um sistema em que os cargos mais altos eram confiados aos funcionários mais leais e antigos.

O Estado petrino praticava uma política económica ativa. Geria as suas próprias fábricas e minas, construía estradas e canais, e arregimentava os camponeses estatais (categoria criada por Pedro para os que viviam em terras da coroa) como mão-de-obra para esses locais. O Estado tornou-se o maior produtor nacional e o maior consumidor de produtos industriais, domínio esse que impediu o nascimento de uma classe industrial independente, como a que emergia na Europa do tempo. Onde os empresários privados conseguiram aparecer, depressa eles se tornaram dependentes do Estado para terem acesso a capital de investimento e a legislação que fixasse os trabalhadores. Na região de Moscovo, por exemplo, no início do século XVIII, mercadores, artesãos e até alguns camponeses estatais mais dinâmicos criaram fábricas de têxteis de lã e linho. Todavia, na ausência de bancos de investimento ou de um mercado de trabalho, não podiam funcionar sem ajudas estatais. O governo necessitava desses fabricantes para satisfazer a necessidade de fardamentos militares. E, assim, criou para eles uma nova classe de servos fabris, permitindo que os industriais comprassem povoações inteiras cujos habitantes se tornavam, depois, mão-de-obra forçada dessas fábricas de têxteis. Pedro tencionara criar uma sociedade empresarial dinâmica; mas estes métodos estatistas acentuaram o atraso do país, alicerçado numa cultura de servidão.[129]

Juntamente com as políticas para a indústria, o Estado petrino apostou fortemente na expansão da educação e da ciência, sobretudo a aprendizagem de tecnologias para a economia militar. Nas décadas iniciais do seu reinado, Pedro pagou a vários jovens promissores viagens de estudo à Europa, para se familiarizarem com a construção naval, a metalurgia, a arquitetura, a navegação, o comércio e assim por diante. Após a fundação da Academia das Ciências de São Petersburgo, a aprendizagem dos jovens especialistas pôde, porém, ser feita no país.

Pedro deixou-se inspirar pela visita que fez à Academia Francesa das Ciências, em 1717, e pelo encontro tido em 1716 com Gottfried Leibniz, cujas ideias influenciaram a orientação da Academia. Foi Leibniz que o convenceu de que a Rússia tinha um papel destacado a desempenhar na exploração da Ásia.

A geografia foi a primeira disciplina académica em que a Rússia deixou marca internacional. As duas expedições ao Kamchatka, chefiadas por Vitus Bering, entre 1725 e 1743, fizeram saber à Europa que não havia terra a ligar Ásia e América, havia, sim, o Estreito de Bering. Seis mestres da Academia participaram na segunda expedição que fez um estudo pormenorizado dos povos, fauna, vida selvagem e geologia siberianas sob direção de Gerhard Müller, que conhecemos no início deste livro. Ao fim de dez anos na Sibéria, Müller regressou a São Petersburgo com uma enorme coleção de materiais sobre a história étnica, as línguas e os costumes das tribos indígenas, que mais tarde publicou na sua *Descrição do Reino da Sibéria* (1750), obra fundadora no campo da etnografia.

São Petersburgo era mais do que uma cidade. Era a escola europeia da Rússia, um projeto civilizacional de engenharia cultural destinado a reconstruir o Russo sob forma de cidadão Europeu. Tudo nela visava incentivar um modo de vida mais ocidental. Pedro dizia aos seus nobres onde viver, como construir os seus palácios, como comer e como receber numa sociedade elegante. Um manual de etiqueta, *O Honroso Espelho da Juventude* (1717), compilado de fontes ocidentais, venderia numerosas edições ao longo dos cinquenta anos subsequentes. Aconselhava os leitores a, entre outras coisas, não «cuspir na comida», não «usar uma faca para limpar os dentes», não se «assoar como um trompete».[130] Nada nesta capital eleita era deixado ao acaso. Era administrada pela Polícia – no sentido de apertado controlo da ordem e segurança pública, da higiene e habitação pública, bem como de prevenção do crime –, segundo um sistema que Pedro copiou dos *lieutenants-généraux* franceses.

A parte mais polémica dessa engenharia cultural foi a reforma da língua. Pedro criou uma escrita civil, semelhante ao latim, para uso na impressão em vez do eslavo eclesiástico. As suas reformas linguísticas importaram um vasto manancial de palavras estrangeiras para as esferas governamental, militar e jurídica, em que não existiam palavras russas para a maior parte dos conceitos fundamentais. O uso do francês tornou-se

marca de comportamento civilizado. Mais uma vez, o problema era a falta de palavras russas para o tipo de pensamentos e sentimentos que faziam a conversa de salão: «atitude», «simpatia», «privacidade», «impulso» e «imaginação», nada disso podia ser expresso sem recorrer ao francês. Embora esse «estilo de salão» do russo literário bebesse alguma sofisticação na sintaxe e fraseologia gaulesas, a utilização excessiva de expressões francesas, que não passavam, verdadeiramente, de lugares-comuns, tornava-o desajeitado e verboso. Era a linguagem da presunção social que Tolstoi satirizava nas passagens iniciais de *Guerra e Paz*: «Ana Pavlova tinha tido uma tosse durante alguns dias. Estava, como dizia, sofredora de *la grippe*; sendo *grippe* então uma palavra nova em São Petersburgo, usada apenas pela élite».[131]

Houve resistência a essas reformas culturais. Ela vinha, por um lado, dos nobres provinciais, que as viam como uma ameaça ao seu velho modo de vida «russo», e, por outro, dos mercadores e dos Cossacos, muitos deles Velhos Crentes, que viam em Pedro o Anticristo. Uma revolta chefiada por cossacos que eclodiu em 1708 em Astracã foi facilmente esmagada. Mas a antipatia popular pelos modos, hábitos e ideias ocidentais persistiu bem para lá dela, refletida no folclore, em canções e contos satíricos gravados em tábuas (na Rússia chamavam-lhes impressões *lubok*). A mais famosa destas gravações *lubok, Os Ratos Estão a Enterrar o Gato*, apareceu em numerosas edições e teve ampla circulação em toda a Rússia no século XVIII. Mostra o povo (sob forma de ratos) a celebrar a morte do czar Pedro (o gato), cujo reinado ímpio trouxera os hábitos de fazer a barba, fumar, beber, dançar, e até de música num funeral.[132]

A partir de meados do século XVIII assistimos à emergência de uma nova consciência nacional que encontra como primeira expressão uma ideologia antiocidental. Baseava-se ela na defesa dos costumes e da moral russos contra o impacto corruptor do Ocidente – um refrão de futuros eslavófilos. «Quando começámos a enviar a nossa juventude para o estrangeiro, e a confiar a sua educação a estranhos, os nossos valores mudaram completamente», escrevia Ivan Boltin, historiador, nos anos de 1780.

> Em nossos corações entraram novos preconceitos, novas paixões, fraquezas e desejos que haviam permanecido ignorados de nossos antepassados. Esses extinguiram nosso amor por

> nossa Pátria-mãe, destruíram nosso apego a nossa fé e modos ancestrais. Olvidámos o antigo antes de nos familiarizarmos com o novo, e do mesmo passo que perdíamos nossa identidade, não nos tornámos o que desejávamos ser. Sobreveio tudo isso da precipitação e da impaciência. Quisemos alcançar em poucos anos o que exigiria séculos, e começámos a construir a casa da nossa iluminação sobre areia sem antes estabelecermos alicerces seguros.[133]

A par destes tratados severos, florescia uma indústria de sátiras cómicas que insistiam no mesmo ponto tendo como alvo uma audiência mais larga. O janota gaulo-maníaco de São Petersburgo era o bombo de festa dessas sátiras. Os seus modos decadentes e artificiais eram postos em contraste com as virtudes simples e naturais dos servos, e as seduções materiais da cidade europeia com os valores espirituais dos campos russos. A moral da história era simples: com as imitações eslavas do Ocidente, as elites de Pedro tinham perdido todo o sentido da sua própria nacionalidade. No seu esforço para se sentirem em casa com estrangeiros, tinham acabado por se tornar estrangeiros em sua casa.

Pedro, *o Grande*, divide os russos como nenhuma outra figura da sua história. Os eslavófilos insistem em que colocou a Rússia num caminho errado: seguir o Ocidente e importar uma cultura materialista só seria possível a expensas do caráter nacional, e dos valores e tradições espirituais que distinguiam a Rússia da Europa. Mas para a inteligência ocidentalista, que buscava na Europa valores e ideais, o czar estabeleceu uma nova pátria-mãe, a Rússia petrina, única que lhes merece crédito. Esta posição foi enunciada por Vladimir Soloviev, filósofo do século XIX, que defendia que Pedro salvara a Rússia de se tornar «puramente asiática»: «Tudo o que de bom e original temos tido na esfera do pensamento e da criatividade emergiu unicamente em resultado das reformas petrinas; sem elas, não teríamos tido nem Pushkin, nem Glinka, nem Gogol, nem Dostoievsky, nem Turgueniev, nem Tolstoi».[134]

Uma coisa se poderá dizer com segurança: as reformas cavaram um fosso profundo entre a civilização urbana das elites ocidentalizadas e o mundo rural do campesinato, inculto e não livre, afligido por servidão e pobreza, agarrado às tradições comunitárias experimentadas pelo tempo e à interpretação do universo mediante superstições pagãs e crenças

ortodoxas. Este fosso manteve-se cavado até 1917. Foi a linha divisória ao longo da qual se deram os confrontos da revolução.

Os bolcheviques inspiravam-se em Pedro (o poeta Max Voloshin chamava-lhe «o primeiro bolchevique»). Ao tomar em mãos a Rússia retrógrada para a forçar a recuperar em relação ao Ocidente, o czar definira o modelo do programa forçado de modernização dos revolucionários. Mas os métodos compulsivos de Pedro tiveram em muitos aspetos o efeito oposto ao que ele desejara. Em vez de modernizarem o país, reforçaram a tirania estatal e os costumes de servidão que tinham mantido a Rússia – e haveriam de continuar a mantê-la – num estado relativamente atrasado em relação ao Ocidente, onde as sociedades gozavam de mais liberdade. Eis, pois, o paradoxo não apenas das suas reformas, mas de projetos posteriores de ocidentalização de futuros governos russos. Sem uma sociedade livre ou uma esfera pública favorável à iniciativa, o Estado tornava-se o único motor de reforma. E forçar mudanças a partir da cúpula só conseguia erguer maiores barreiras entre Estado e povo, reforçando a coerção do Estado enquanto principal instrumento de reformas.

*

Em 1722, três anos apenas antes da sua morte, Pedro anunciou uma nova Lei da Sucessão. O czar não tinha herdeiro varão. O filho mais velho, Alexei, fora executado quatro anos antes, a ordens suas, por traição, depois de ter escapado à tirania paterna e procurado refúgio em Viena, e o filho mais novo morrera em 1719. Pedro chamou a si a nomeação do herdeiro – uma clara declaração de que se considerava acima da lei. A escolha recaiu sobre a sua segunda mulher, uma polaca de baixo nascimento, que Pedro coroou como Imperatriz Catarina na Catedral da Dormição, em 1724. Na cerimónia de coroação, Pedro substituiu o patriarca como ministro da bênção divina, em mais uma mudança simbólica em relação à antiga sinfonia bizantina de Igreja e Estado, que sempre haviam surgido como pares em anteriores rituais de coroação. Agora, bastava a vontade do czar para decidir o destino da Rússia e conceder estatuto sagrado ao seu sucessor.

Tendo em conta quanto o reinado de Pedro foi controverso, será talvez surpreendente que a sua morte não tenha feito eclodir uma guerra civil,

como acontecera à morte de Ivan, *o Terrível*.[135] O facto de a Rússia vir a ser governada por mulheres durante a maior parte do resto do século terá contribuído para isso. Ao todo, Catarina I (1725-27), Ana (1730-40), Isabel I (1741-62), e Catarina, *a Grande* (1762-96) só não ocuparam o trono durante 3 dos 71 anos entre a morte de Pedro e a ascensão de Paulo, em 1796. As mulheres reinantes eram consideradas mais «humanas» e «sábias», mais brandas e flexíveis do que o autoritário Pedro, e mais permissivas em relação a intrigas políticas da corte, que eram fator de estabilização do regime. As famílias mais importantes da corte organizavam-se em fações, o que permitia à soberana afirmar a sua autoridade dividindo para reinar, estratégia levada à perfeição por Isabel I e Catarina, *a Grande*.[136]

A dificuldade de afirmação da autoridade monárquica tinha menos que ver com sexo do que com nacionalidade. À exceção de Isabel, filha de Pedro, todos os monarcas do século XVIII após a morte do czar eram, ou nascidos no estrangeiro (Catarina I, Pedro III e Catarina, *a Grande*), ou filhos de pais alemães (Pedro II e Ivan VI) ou casados com consortes alemães (Ana, Paulo). Nas duas ocasiões em que o trono foi tomado através de golpe palaciano, os conspiradores eram motivados por hostilidade em relação a governantes estrangeiros ou a potências estrangeiras que consideravam serem privilegiados a expensas dos interesses da Rússia.

O primeiro desses golpes ocorreu após a morte de Ana, em outubro de 1740. Ana era filha de Ivan, meio-irmão de Pedro, *o Grande*. Antes de se tornar imperatriz, Ana fora duquesa da Curlândia, hoje parte da Letónia. Na Rússia, Ana enchera de alemães os cargos de governo e os regimentos de elite, Ostermann, Müninich e Lieven que mal conseguiam disfarçar o desprezo que nutriam pelos sentimentos nacionalistas exacerbados dos russos. A figura mais odiosa era o amante dela, Ernst-Johann Bühren (Biron, para os russos), um alemão da Curlândia, que parecia ter enorme poder sem, no entanto, ocupar qualquer cargo oficial. O descontentamento com Biron restringia-se, de início, a um pequeno núcleo de responsáveis unidos no desejo de um governo russo. Mas tornou-se mais generalizado quando ele impôs a cobrança retroativa de impostos que haviam sido anulados por anteriores soberanos. Quando Ana morreu e Biron foi nomeado regente do filho dela, Ivan VI, filho ainda criança do duque de

Braunschweig-Mecklenburg, a oposição russa, que dispunha agora de um baluarte no Regimento Preobrazhensky, tomou o poder, prendeu Biron, e colocou Isabel no trono. Biron e os demais alemães do seu círculo foram enviados para a Sibéria, enquanto os soldados matavam os seus oficiais alemães.

O segundo golpe contra estrangeiros foi organizado por Catarina, *a Grande* (estrangeira, ela própria) contra Pedro III, seu marido, em 1762. Nascida princesa Sofia de Anhalt-Zerbst, pequeno estado alemão, chegara à Rússia com 17 anos como noiva prometida de seu primo em segundo grau, Carlos Pedro Ulrich de Schleswig-Holstein-Gottorp, neto de Pedro, *o Grande*, e herdeiro da imperatriz Isabel. Para o casamento, em 1745, Catarina converteu-se da fé luterana à ortodoxia, e tomou o nome para si escolhido por Isabel, cuja mãe fora Catarina I.

O casamento foi um desastre. Catarina odiava o marido. Nas suas memórias classificá-lo-ia como estúpido, cruel e mesquinho, uma opinião que os historiadores contestam, e diria que era impotente. Cedo o casal infeliz passou a viver vidas separadas. Catarina começou um caso romântico com Sergei Saltykov, um camareiro bem-parecido, e teve dois desmanchos até que, em 1754, deu à luz um filho varão, Paulo, que seria herdeiro do trono. Ignora-se se Paulo seria filho de Saltykov, mas nas suas memórias Catarina indicia que sim, para grande horror dos seus descendentes do século XIX, que censuravam a menor referência a tal nome.

Pedro III era grande admirador de Frederico, *o Grande*, o rei da Prússia, a quem chegou a dizer que preferiria ser general no Exército prussiano a imperador na Rússia. Ao subir ao trono, em dezembro de 1761, nomeou alemães para os cargos mais altos. Depois, abandonou a aliança com Áustria e França, países ao lado dos quais combatia desde o início da Guerra dos Sete anos, e mudou-se para o lado prussiano. As suas políticas domésticas eram ofensivas dos sentimentos nacionais russos, sobretudo o confisco das terras da Igreja, o recrutamento militar dos filhos de padres, e a ordem de remoção das igrejas ortodoxas de todos os ícones exceto os do Salvador e da Mãe de Deus – tudo medidas que testemunhavam o seu desdém pela fé, e alimentaram receios de que tencionava instituir o luteranismo. Catarina justificou o seu golpe de Estado com base na defesa da ortodoxia do perigo de «destruição das suas tradições».[137] Sabia o

bastante de história russa para compreender o poder da religião como fator de união dos russos contra a soberania estrangeira.

Com a ajuda do Conde Orlov, seu novo favorito, que trouxe a guarda de elite para o campo dela, Catarina trajou o uniforme verde dos Preobrazhensky e, em 28 de junho, cavalgou à cabeça das suas tropas de São Petersburgo até Oranienbaum e ao palácio do marido, que deteve. Pedro rendeu-se mansamente (ao saber como fora derrubado, Frederico, *o Grande* comentou que ele «se deixara afastar do trono como uma criança é mandada para a cama»). Pedro foi exilado para uma das suas propriedades, perto de São Petersburgo, onde foi assassinado por Orlov, três semanas depois. Foi anunciado que morrera de uma «cólica hemorroidal», o que suscitou a um francês mais cínico o comentário de que as hemorroidas devem ser muito perigosas na Rússia.[138]

A nova imperatriz tinha perante si a árdua tarefa de afirmar a sua legitimidade. Não foi fácil para uma mulher, *além de* uma estrangeira, por mais que se esforçasse por se «russificar», adotando os costumes russos, estudando a história e o folclore russos, e observando escrupulosamente os ritos ortodoxos. O seu filho, Paulo, embora com apenas 8 anos de idade, era considerado por muitos o herdeiro legítimo, sendo que também Ivan VI, com 22 anos, tinha fortes argumentos, embora tivesse estado sob custódia desde que fora deposto por Isabel, em 1741. Encarcerado secretamente na fortaleza de Shlisselburg, onde era conhecido pelo nome de «prisioneiro sem nome nº.1», Ivan pouco ensino escolar tivera, mas estava consciente da sua condição imperial. Em 1764, tendo os seus carcereiros descoberto quem ele era realmente, foi estabelecido um plano para o libertar e proclamar imperador. A conspiração logo foi esmagada, e, a ordens de Catarina, Ivan foi assassinado no leito. As notícias do assassinato circularam por todo o lado, desencadeando os rumores costumeiros de que na realidade estava vivo, a maior parte deles lançados por aventureiros e pretendentes cossacos, que diziam ser ele.

Desde o início do seu reinado Catarina apresentou-se como herdeira política de Pedro, *o Grande*, a soberana que iria continuar a transformação da Rússia. Foi esse o objetivo do monumento que mandou erigir a Pedro, uma estátua equestre de autoria de Étienne-Maurice Falconnet, descerrada em 1782 em São Petersburgo, que mais tarde ficaria conhecida como *O Cavaleiro de Bronze*, e que tinha no seu enorme pedestal de granito a

inscrição: «A Pedro I de Catarina II». Ao longo do tempo decorrido desde a morte de Pedro, as suas reformas tinham deixado de ser controversas, surgindo até como ponto de consenso nacional, o que permitia a Catarina invocá-las como fundamento de legitimidade. Como Pedro, comprometia-se a defender o bem comum. A medalha cunhada aquando da subida ao trono retratava-a como uma Minerva, a deusa romana da sabedoria, prometendo um reinado de paz e progresso através da ciência e da aprendizagem. Ao contrário de Pedro, porém, recusava a coação como método para impor as reformas. Cultora do Iluminismo, colocava a ênfase na necessidade de educar os nobres como agentes de um governo iluminado. Pretendia criar uma classe de nobres que servisse o bem comum, não por imposição, mas por um sentimento de obrigação para com a sociedade (*noblesse oblige*).

Era esse sentimento que presidia à primeira grande decisão de Catarina: a emancipação dos nobres do serviço, antes obrigatório, ao Estado. O decreto fora anunciado por Pedro III em 1762. Tratava-se de uma concessão aos proprietários de terras, que havia anos pressionavam nesse sentido, queixando-se de que as obrigações de serviço os afastavam da gestão das respetivas terras. Mas essa não foi a única razão que levou à sua emancipação. A verdade era que o Estado já não precisava de ter tantos nobres ao seu serviço. Desde que Pedro, *o Grande*, introduzira a medida de serviço obrigatório, fora sendo constituída uma nova classe de funcionários. A reforma de Catarina tinha tanto que ver com a libertação do Estado da sua obrigação de dar emprego a nobres como com a libertação dos nobres das suas obrigações para com o Estado. A ideia era deixar que continuassem ao serviço aqueles que assim desejassem, e libertar os que preferissem dedicar-se às suas terras, assim melhorando a economia. Catarina esperava que, à semelhança da fidalguia inglesa e dos junkers prussianos, eles assumissem papéis de liderança nas respetivas comunidades, corporações e governos provinciais. Libertados das obrigações para com o Estado, os nobres criariam instituições locais indispensáveis para o desenvolvimento.

A ideia não resultou. A alta nobreza estava demasiado dependente do serviço de Estado como sinal de estatuto. Enquanto jovens, agradava-lhes o brilho de São Petersburgo e a camaradagem da vida militar. Deixavam para a meia idade ou a velhice o momento de se retirarem para o campo,

altura em que pouco apetite lhes restava para modernizações agrícolas ou funções em governos locais. As suas propriedades, tratavam-nas como casas de campo, palácios de recreio e cultura que recheavam de obras de arte europeias, e em que empregavam grandes hostes de servos domésticos – camareiros, criadas de quarto, cozinheiros, criados de mesa, jardineiros, cocheiros, até músicos e artistas –, em número que deixava perplexos os visitantes estrangeiros. Mais abaixo na escala social, a emancipação foi bem acolhida pelos pequenos proprietários, que se fixaram nas respetivas terras. Mas faltava-lhes a vontade ou os meios para assumirem algum papel nas administrações provinciais.

A debilidade da governação local foi posta em evidência pela Revolta de Pugachev (1773-74), derradeira e maior dessas revoltas chefiadas por cossacos que haviam abalado o Estado desde o início do século XVII. Como as outras, também esta foi feita em nome do verdadeiro e santo czar enviado por Deus para libertar o povo das garras dos proprietários. Emeliano Pugachev, cossaco do Don e desertor do Exército, aparecera no Anfitrião de Yaik, nas estepes entre o Sul dos Urais e o mar Cáspio, proclamando ser o verdadeiro czar, Pedro III, que não fora morto pelos assassinos da rameira sua mulher, antes escapara para reaparecer como salvador do povo. Os cossacos do Yaik estavam descontentes com uma ordem de recrutamento do governo, emitida aquando da guerra com a Turquia, em 1768, e que os tinha incorporado como unidade regular do exército russo, assim os reduzindo a servos comuns. Como Velhos Crentes, ficaram indignados com a ordem do exército de raparem a barba. A revolta depressa alastrou à área do Volga, atraindo o apoio dos bashkirs, que se opunham ao domínio russo, dos pobres e dos camponeses, que acreditavam que o «Amperator Pedro» (como chamavam a esse imperador «enviado por Deus») aboliria a servidão e transferiria para eles as terras da fidalguia. A fé popular no czar-libertador saiu reforçada com a adoção por parte dos comandantes de Pugachev dos nomes e títulos dos cortesãos mais notáveis: havia um «Conde Panin» e um «Príncipe Potemkin» cossacos, entre outros. Era tal a perenidade e poder do mito do santo czar-protetor que traria a justiça e a liberdade que ainda agora, século e meio depois do aparecimento dos primeiros pretendentes rebeldes durante o Tempo de Dificuldades, a única forma de mobilizar o apoio das massas para a revolta era invocar o nome de um czar imaginário.

Foi necessária uma campanha militar de grande escala para derrotar o exército revoltoso e capturar Pugachev, que foi trazido para Moscovo para ser executado. Catarina ordenou aos carrascos que lhe cortassem a cabeça antes de o esventrar, em vez de, como era habitual, o esventrarem antes de o decapitar, para que não saísse ofendido o «amor pela humanidade» que a czarina nutria.[139] A memória de Pugachev persistiu no imaginário popular, e inspiraria futuros revolucionários. Entre as classes terratenentes, o termo «Pugachevshchina» passou a ser sinónimo de anarquia e violência campesina, «cruel e implacável», como lhe chamou Pushkin na sua *A História de Pugachev* (1833).

Um inquérito sobre a revolta atribuiu culpas à incompetência dos governantes locais, que haviam permitido que alastrasse sem obstáculos. O General P. I. Panin, que comandou as expedições punitivas, escreveu aos governadores de Kazan, Nizhny Novgorod e Oremburgo, áreas submergidas pela revolta, a denunciar os respetivos governos provinciais. «Não é de crer que as autoridades civis tenham a menor ideia da maior parte das suas obrigações ou delas curem muito… Desempenham o trabalho de Sua Majestade por entre queixas de burocracia, aceitação de subornos, conflitos entre si mesmas, e ignorando o que fazer.»[140]

O problema consistia em a administração estar rarefeita e dispersa por uma área demasiado vasta – como, aliás, no resto da Rússia. No rescaldo da rebelião, em 1775, Catarina tentou remediar a situação com a criação de novas e mais pequenas províncias, divididas igualmente por dimensão populacional, e aumentando o número de funcionários, sobretudo através de eleição pelos proprietários rurais e urbanos. Ao logo do último quartel do século, juntaram-se às administrações provinciais 15 000 novos funcionários (dois terços dos quais, eleitos). Era um começo. Mas o problema fundamental de insuficiente governação da Rússia só poderia ser resolvido através de genuína autodeterminação, solução que teria de esperar pela abolição da servidão.

*

«A Rússia é um estado Europeu.» Assim escreveu Catarina na frase de abertura do seu tratado mais importante, o *Nakaz* ou «Instrução à Comissão Legislativa», a quem foi confiada em 1767 a missão de escrever um novo Código de Leis.[141] Queria ela dizer nesta declaração tão simples

que, devido ao seu caráter europeu, a Rússia tinha o direito de domínio sobre todos os povos da Ásia.

Fora Pedro que primeiro imaginara a Rússia como um império europeu como uma missão civilizadora na Ásia. Antes, o império movia-se em função do lucro. Os Russos tinham avançado para Leste em busca de peles e outras matérias-primas naturais. Tinham saqueado as tribos siberianas. Mas pouco se haviam preocupado em convertê-las à ortodoxia ou em integrar os seus membros como súbditos do czar. Nessa conquista de ganhos comerciais a demarcação entre «Rússia» e «Ásia» não parecera relevante. Mas quanto mais a Rússia se via como um império europeu na Ásia, mais essa identidade imperial exigia fronteiras ideológicas e cuturais claras que demarcassem colonizadores de colonizados.[142]

Os primeiros mapas pormenorizados do Império Russo foram feitos nos anos de 1720, sobretudo pelo Departamento de Geografia da Academia das Ciências de São Petersburgo, que publicou um Atlas geral em 1745. A linha divisória entre Europa e Ásia foi traçada desde um ponto nos Urais – bastante mais para Leste do que em mapas anteriores – com a «Rússia Europeia» no lado ocidental dos Urais e o seu império «asiático» para leste deles. A importância dos Urais para a identidade europeia da Rússia persiste ainda hoje (os leitores talvez se lembrem do conceito, hoje utópico, de uma Europa do Atlântico aos Urais» enunciado por Gorbachev). Todavia, e como vimos, os Urais não constituem uma barreira real entre Europa e Ásia. Não são como os oceanos que separavam Inglaterra, Espanha ou França das suas colónias ultramarinas. O Império Russo era contíguo, um espaço territorial único, em que os Urais serviam não tanto como divisão física, como de marco cultural ou conceptual a separar «Europa» de «Ásia». Para inscreverem essa divisão na geografia, os russos embarcaram numa série de estudos científicos, num esforço vão para demonstrar que flora, fauna e tribos do lado asiático dos Urais diferiam dos seus equivalentes no lado europeu. Chamaram à Sibéria «a nossa Índia» ou «o nosso Peru», para colocarem o Império Russo no mesmo pé dos impérios ultramarinos.[143]

A parte europeia da Rússia cresceu em dimensão no século XVIII. Se a leste se estendia até aos Urais, para oeste aumentou com a anexação de territórios polacos. As três partilhas da Polónia (em 1772, 1793 e 1795) foram feitas em concertação com o império dos Habsburgo e a Prússia. O

objetivo de Catarina não era a conquista da débil Comunidade Polaco-Lituana, mas sim mantê-la fraca e dividida, como Estado-tampão que pudesse controlar – uma política externa que viria a ser implementada por todos os governos russos posteriores em relação aos Estados vizinhos. Quando Augusto III, rei da Polónia, morreu, Catarina instalou no trono um homem seu, aliás seu antigo amante, Estanislau Poniatowski. Apoiado pelo partido pró-russo do príncipe Adam Kazimierz Czartoryski, Poniatowski obrigou o Sejm (o parlamento polaco) a legislar contra a perseguição de minorias, os ortodoxos e os protestantes, por parte da maioria católica. Quando os magnatas católicos polacos, revoltados, formaram um exército e declararam guerra à Rússia, a Comunidade mergulhou numa guerra civil entre grupos pró e anti russos. Isto permitiu que russos, austríacos e prussianos ocupassem as regiões fronteiriças da Polónia e impusessem uma partição pré negociada entre os três. A Rússia engoliu quase dois terços da Comunidade entre 1772 e 1795.

Uma das esperanças de Catarina era a de que a partição abrisse a Rússia à influência dos novos súbditos da antiga Comunidade – polacos, alemães do Báltico e ucranianos da Uniata. O único grupo étnico que não foi bem acolhido foi o dos judeus. Em resultado da primeira partição da Polónia tornaram-se súbditos do Império Russo 100 000 judeus.[144] Mas o influxo de experimentados artesãos e mercadores judeus suscitou protestos de parte dos seus concorrentes, que os acusavam de todo o tipo de práticas dolosas, chegando a culpá-los da pestilência que matou dezenas de milhares de moscovitas durante a primeira década do reinado de Catarina. Para evitar um *pogrom*, Catarina expulsou os judeus de Moscovo, negou-lhes vários direitos, e, em 1791, estabeleceu uma Zona de Assentamento na parte ocidental do império, onde os judeus eram obrigados a viver. Catarina cria firmemente na influência progressista dos imigrantes europeus, e incentivava-os a acorrerem da Europa central, onde muitos agricultores e mercadores tinham ficado arruinados com a Guerra dos Sete Anos. Os imigrantes alemães receberam porções generosas de terras nas províncias do Volga, que no pós 1917 seria o local da República Autónoma Alemã do Volga.

Entretanto, no Sul, a Rússia Europeia expandia-se para terras turcas, que Catarina repovoou com gregos e outros imigrantes. A vitória da Rússia sobre a Turquia na guerra de 1768-74 resultou no Tratado de Kuchuk

Kainarji, que deu aos Russos o seu primeiro porto no mar Negro (Kherson), além do porto crimeano de Kerch, no mar de Azov. Nos termos do tratado, os Russos também obtiveram direitos substanciais de interferência (ou assim o julgavam) nos assuntos otomanos em defesa dos súbditos ortodoxos do sultão – gregos, sérvios, búlgaros, moldavos e valaquianos. Catarina previa a queda do Império Otomano na Europa, e considerava que a Rússia podia e devia ser a principal beneficiária ao tornar-se o campeão da ortodoxia. Deu a oficiais gregos treino nas suas escolas militares, convidou gregos a fixarem-se nas novas cidades da costa do mar Negro, e incentivou os Gregos na sua crença de que a Rússia apoiaria a sua libertação nacional do jugo turco. O seu sonho mais grandioso era resgatar Constantinopla das mãos dos Otomanos, para estabelecer um novo Império Bizantino sob proteção russa. O filósofo francês Voltaire, com quem se correspondia, dirigia-se-lhe como «votre majesté impériale de l`église grecque», enquanto o Barão Friedrich Grimm, seu correspondente alemão favorito, se lhe referia como «l`impératrice des Grecs».[145]

Não é claro até que ponto levava a sério esse «projecto grego», pois Catarina não tinha qualquer plano concreto para expulsar os Turcos da Europa. Mas havia no seu círculo um desejo de afirmar a Rússia como grande potência do mar Negro, ligada por comércio e religião ao mundo ortodoxo do Mediterrâneo Oriental, incluindo Jerusalém.[146]

Catarina considerava que para se tornar uma grande potência, a Rússia tinha de virar-se para o Sul. Não bastava exportar peles e madeira através dos portos do Báltico, como nos tempos da Moscóvia. Para competir com as potências europeias a Rússia tinha de desenvolver entrepostos comerciais para os produtos agrícolas das terras do Sul, dispor de poderio naval no mar Negro, e garantir o acesso ao Mediterrâneo das suas marinhas de guerra e mercante. O mar Negro era crucial, não apenas para a defesa do Império Russo na fronteira sul aberta ao mundo muçulmano, mas também para a viabilidade enquanto potência no continente europeu. Sem o mar Negro, a Rússia não tinha acesso à Europa, exceto através do mar Báltico, que facilmente poderia ser bloqueado por outras potências nórdicas em caso de uma guerra europeia.

O plano de desenvolvimento da Rússia como potência meridional começara em meados dos anos de 1760, quando os territórios ucranianos,

em tempos governados pelo atamanato cossaco, foram transformados em províncias do Império Russo administradas por governadores militares. Mas o projeto meridional só arrancou dez anos depois, quando Catarina colocou o seu amigo íntimo e antigo amante, príncipe Gregório Potemkin à frente da Nova Rússia, os territórios escassamente povoados recém-conquistados aos otomanos no litoral norte do mar Negro, com instruções para a colonizar. Alemães, polacos, italianos, gregos, búlgaros e sérvios fixaram-se nessas terras. Ali foram erigidas novas cidades – Ekaterinoslav, Kherson, Nikolaev e Odessa –, muitas delas construídas segundo o estilo rococó francês e italiano. Potemkin supervisionou pessoalmente a construção de Ekaterinoslav (que significa «glória de Catarina») como uma fantasia greco-romana para simbolizar a herança clássica que ele e os outros apoiantes do projeto grego sonhavam para a Rússia. Foram construídas lojas em círculo, como no Propileu de Atenas; a casa do governador parecia um templo grego, e os tribunais, uma basílica.[147]

O auge da política do mar Negro foi a anexação da Crimeia em 1783. Nos termos do Tratado de Kuchuk Kainarji, o Canato da Crimeia tornara-se independente dos Otomanos. Três anos depois, foi eleito um novo cã, Sahin Giray, apoiado pela Rússia. Embora gozasse do apoio da substancial população cristã da Crimeia, Sahin era rejeitado pelos Otomanos, que encorajaram os tártaros da Crimeia a revoltarem-se contra o «infiel» Sahin, e enviaram uma frota com um cã de sua escolha para o substituir. Cristãos e Tártaros cedo se envolveram numa guerra religiosa. Cometeram-se atrocidades horríveis de ambos os lados, levando a Rússia a evacuar cerca de 30 000 cristãos para as cidades costeiras do mar Negro. A saída dos cristãos debilitou fortemente a economia crimeana. Sahin ficou dependente dos Russos, que o persuadiram a abdicar, e depois lançaram uma rápida invasão para afirmarem a soberania sobre a península contra os Turcos. Obrigados a submeter-se à soberania russa, os tártaros da Crimeia juntaram-se aos *mullahs* nas suas mesquitas e juraram lealdade sobre o Corão à sua nova imperatriz, a 2500 quilómetros de distância.

*

Desde a adolescência que Catarina se deixara encantar pelas ideias do Iluminismo, e, entronizada, desempenhou um papel de filósofa-soberana.

Há muito que Voltaire, Diderot e o Barão Grimm lhe serviam de guias espirituais por correspondência. Para a sua «Instrução à Comissão Legislativa», Catarina foi beber nas obras de Adam Smith, Denis Diderot, Cesare Beccaria e William Blackstone, e incorporou praticamente palavra por palavra capítulos inteiros de *O Espírito das Leis,* de Montesquieu. Embora rejeitasse a classificação que Montesquieu fazia da Rússia como despotismo oriental, acolhia a ideia de que as leis deviam ser coerentes com o espírito de uma nação moldada por clima e geografia. Aplicou esse princípio ao império, para o qual pretendia um código de leis que colocasse em sintonia os costumes, e a seu tempo as leis, de todos os povos seus súbditos com os da Rússia. A pura dimensão e diversidade do Império exigia uma «soberania autocrática», defendia Catarina, mas o primado da lei promoveria o bem-estar da sociedade.

A atração de Catarina pelo Iluminismo tinha por base a educação e a ciência, que via como forças de progresso para a Rússia, mais do que o ideário político. Catarina patrocinou as artes, autorizou a edição privada, promoveu o desenvolvimento agrícola, e alargou o acesso ao ensino. Em São Petersburgo fundou o Instituto Smolny para raparigas da nobreza, a primeira escola feminina da Rússia (e que em outubro de 1917 serviria de quartel-general do Soviete). Já era menos liberal na filosofia política. Rejeitava a doutrina da soberania popular adotada por pensadores como Diderot – cujo conselho, no entanto, procurava ao comprar arte para a coleção do Museu Hermitage, no Palácio de Inverno. Mas não sobre questões de governo. Podia discutir a ideia de liberdade, mas não cria que ela devesse ser para todos.

Não tinha a menor intenção de conceder a liberdade aos milhões de servos. Embora considerasse que a mão-de-obra livremente contratada era melhor que a servidão, e considerasse os servos seres humanos dignos de terem liberdade, punha de lado toda a ideia de reformar a servidão, por receio da reação que tal poderia provocar por parte da aristocracia. No rescaldo da revolta de Pugachev outorgara maiores poderes aos terratenentes para explorarem os servos, que foram deixados sob seu controlo total, fora da jurisdição do Estado e dos seus agentes. Sem restrições ao tratamento dado aos servos, os piores proprietários de terras sobrecarregavam-nos de trabalho e taxas, vendiam-nos como escravos para trabalhar em fábricas, e mandavam-nos flagelar e até banir para a

Sibéria (uma punição incentivada por Catarina como forma de colonizar a região) por delitos ou infrações menores às regras. As servas jovens estavam sempre à mercê dos apetites e caprichos dos amos, e muitas acabavam em haréns de servas, que se tornaram moda durante o reinado de Catarina, quando a *Turquerie*[148] era o último grito em toda a Europa. Em resumo, e como Catarina explicava a Diderot, os proprietários eram «livres de fazer em suas propriedades o que quer que lhes parecesse melhor, exceto matar os servos mediante pena de morte».[149]

A simpatia de Catarina pelas ideias do Iluminismo quebrou-se irremediavelmente com a Revolução Francesa de 1789. «Haveis tido razão ao não desejardes ser contado entre os filósofos», escreveu ela a Grimm no auge do terror jacobino de 1794, «pois mostrou a experiência que tudo isso conduz à ruína; não importa o que digam ou façam, o mundo nunca deixará de necessitar de autoridade. Melhor é suportar a tirania de um homem do que a insanidade da multidão».[150]

Para impedir que a «loucura francesa» alastrasse à Rússia, apertou a censura, proibiu a publicação de obras francesas (as de Voltaire foram queimadas), encerrou as prensas privadas, e encarcerou os radicais do Iluminismo da Rússia. Entre estes, contava-se Alexandre Radishchev, um nobre simpatizante dos ideais humanistas dos pedreiros-livres, cuja *Jornada de São Petersburgo a Moscovo* (1790), um repositório dos males sociais do país, foi denunciada por Catarina como tentativa de «suscitar no povo indignação contra seus superiores e contra seu governo».[151] Radishchev foi banido para a Sibéria, onde foi condenado a dez anos e trabalhos forçados, e só trinta exemplares já vendidos do seu livro escaparam à destruição. A proibição do livro manter-se-ia até 1905.

A idealização que a Rússia fazia da Europa saiu abalada da violência em França. A nobreza, antes francófila, tornou-se francófoba, e a expressão «os franceses», sinónimo de inconstância e impiedade. Em São Petersburgo, onde a aristocracia se deixara imbuir de cultura francesa, a reação foi algo problemática para aqueles nobres mais liberais (como o Pierre Bezukhov, de *Guerra e Paz*) que mantinham a simpatia pela França revolucionária. Mas até aí houve um esforço consciente para cortar com o império intelectual dos franceses. A utilização de galicismos passou a ser condenada nos salões de São Petersburgo (já nas ruas era francamente perigosa). Os nobres trocaram o Clicquot e o Lafite por *kvas* e vodka, e a

haute cuisine por sopa de couve. «Que nós Russos sejamos Russos, e não cópias dos Franceses», escrevia a Princesa Dashkova, presidente da Academia Russa. «Que sejamos patriotas e preservemos o caráter de nossos antepassados».[152]

Mas que significava isso de «ser russo»? Como poderiam os Russos tornar-se europeus, senão imitando-os simplesmente? Poderiam ser Europeus e *também* Russos? Eram perguntas que muitos russos se faziam enquanto o seu país dava combate a Napoleão.

---

121. A. Schönle, «Calendar Reform under Peter the Great: Absolutist Prerogatives, Plural Temporalities, And Christian Exceptionalism», *Slavic Review,* vol. 80, n.º 1, 2021, pp. 69-89; L. Hughes, «Russian Culture in the Eighteenth Century», in D. Lieven (ed.), *The Cambridge History of Russia* , vol. 2: *Imperial Russia, 1689–1917*, Cambridge, 2006, p. 67.

122. N. Riasanovsky, *The Image of Peter the Great in Russian History and Thought*, Nova Iorque, 1985, p. 5.

123. S. Montefiore, *The Romanovs*, Londres, 2016, p. 82.

124. W. Fuller, «The Imperial Army», *in* Lieven (ed.), *Cambridge History of Russia* , vol. 2, p. 532.

125. Hughes, *Russia in the Age of Peter the Great,* p. 29.

126. P. Bushkovitch, «Peter the Great and the Northern War», *in* Lieven (ed.), *The Cambridge History of* Russia, vol. 2, p. 498. Tradução alterada para maior clareza.

127. «Peterburg v 1720 g. Zapiski poliaka-ochevidtsa», *Russkaya Starina,* vol. 25, 1879, p. 267.

128. S. Soloviev*, Istoriia Rossii ot drevneishikh vremen*, 29 vols., Moscovo, 1864-79, vol. 13, p. 1270.

129. Sobre a manufactura têxtil: W. Daniel, «Entrepreneurship and the Russian Textile Industry: From Peter the Great to Catherine the Great», *Russian Review,* vol. 54, n.º 1, 1995, pp. 1-25.

130. *Iusnosti chestnoe zertsalo*, São Petersburgo, 1717, pp. 73-4.

131. L.Tolstoi, *Guerra e Paz.*

132. Riasanovsky, *Image,* p. 80.

133. Ibid., p. 60.

134. V. Soloviev, *Sochineniia*, 2 vols., Moscovo, 1989, vol. 1, p. 287.

135. S. Dixon, *The Modernisation of Russia*, Cambridge, 2012, p.16.

136. Ver ainda, B. Meehan-Waters, «Catherine the Great and the Problem of Female Rule», *Russian Review,* vol. 34, n.º 3, 1975, pp. 293-300.

137. H. Rogger, *National Consciousness in Eighteenth-Century Russia*, Cambridge, Mass., 1960, p. 37.

138. J. Alexander, *Catherine the Great: Life And Legend*, Oxford, 1989, pp. 11, 14.

139. R. Ovchinnikov, «Sledstvie i sud and E. I. Pugachevym», *Voprosy Istorii*, n.º 3, 1966, p. 128.

140. R. Jones, *The Emancipation of the Russian Nobility, 1762–1785*, Princeton, 2019, p. 204.

141. P. Dukes (ed.), *Russia under Catherine the Great*, vol. 2: *Catherine the Great's Instruction (Ankaz) to the Legislative Commission, 1767*, Newtonville, Mass., 1977, p.3.

142. ver M. Bassin, «Geographies of Imperial Identity', *in* Lieven (ed.), *Cambridge History of Russia*, vol. 2, pp. 45-64.

143. M. Bassin, «Inventing Siberia: Visions of the Russian East in the Early Nineteenth Century», *American Historical Review*, vol. 96, n.º 3, 1991, pp. 768-70.

144. O número de judeus é de difícil estimativa. Poderá ter chegado a 200 000 ou ter sido de 32 000. Ver J. Klier, *Russia Gathers her Jews: The Origins of the «Jewish Question» in Russia, 1772–1825*, *DeKalb, Ill., 1986, p. 56.*

145. W. Reddaway (ed.), *Documents of Catherine the Great*, Cambridge,1931, p. 147; *Correspondance artistique de Grimm avec Catherine II,* Archives de l'art français, nouvelle période, 17, Paris, 1932, pp. 61-2.

146. Ver ainda, O. Figes, *Crimea: The Last Crusade*, Londres, 2010, pp. 10-17.

147. S. Montefiore, *Prince of Princes: The Life of Potemkin*, Londres, 2000, pp. 274-5.

148148. Imitação de aspetos da cultura e arte da Turquia na Europa dos séculos XVI a XVIII. (*N. do T.*)

149. J. Blum, *Lord And Peasant in Russia: From the Ninth to the Nineteenth Century*, Princeton, 1961, p. 441.

150. Jones, *Emancipation of the Russian Nobility*, p. 293.

151. AlexAnder, *Catherine*, p. 283.

152. V. Semennikov (ed.), *Materialy dlia istorii russkoi literatury*, São Petersburgo, 1914, p. 34.

6

A SOMBRA DE NAPOLEÃO

Catarina morreu em 1796. Ao contrário dos rumores que correram, não foi assassinada enquanto copulava com um cavalo (uma lenda que perdurou até ao século XX), antes morreu simplesmente de um acidente vascular-cerebral. Esses mitos absurdos da «imperatriz ninfomaníaca» tinham sido propagados pelos seus inimigos na corte. O apetite sexual de Catarina não era extraordinário segundo os padrões promíscuos da realeza do século XVIII, mas ela foi julgada mais severamente por ser do sexo feminino.

Ao subir ao trono, Paulo restaurou o princípio da primogenitura varonil como lei de sucessão, assim garantindo que a sua mãe seria a última mulher a reinar na Rússia. Determinado a reverter todas as suas políticas, revogou muitas das liberdades que ela havia concedido à aristocracia, reduziu o elemento eletivo dos governos provinciais, e impôs à sociedade uma ordem militar, lançando uma série de decretos para erradicar qualquer sinal de laxismo moral, desde os livros, música e modas francesas até ao convívio após as 10 da noite, hora a que São Petersburgo ficava sob recolher obrigatório. Indignados com a tirania, uns quantos oficiais embriagados forçaram a entrada no Palácio Mikhailovsky e estrangularam Paulo, na noite de 23 para 24 de março de 1801. Os oficiais agiam sob ordens de uma conspiração da corte com estreita ligação a Alexandre, filho de Paulo e herdeiro do trono, que tinha aprazado a data do assassinato. «Na Rússia», comentou Madame de Staël, «o governo é uma autocracia temperada de assassínio».[153]

Bem parecido, alto e de porte elegante, Alexandre fora educado por sua avó, Catarina, *a Grande*, no espírito do Iluminismo francês. Fréderic Laharpe, o francês seu tutor, era republicano convicto e apoiante dos

jacobinos. Segundo um amigo de infância, o príncipe polaco Jerzy Czartoryski (filho do príncipe Adam Kazimierz Czartoryski), que se juntou ao círculo mais restrito do governo, Alexandre «tinha o mais agudo interesse na Revolução Francesa, e embora reprovasse os seus terríveis abusos, desejava o sucesso da república».[154]

Nos primeiros anos do seu reinado, Alexandre lançou uma série de reformas: em 1804, foi introduzido um novo código de censura; os poderes judiciais do Senado, mais alto tribunal da Rússia, foram reforçados como contrapeso à autoridade do czar; e o governo foi modernizado com a criação de oito novos ministérios e uma Câmara Alta (o Conselho de Estado), segundo o modelo do Conseil d`État de Napoleão. Em 1809, o imperador deu instruções ao seu conselheiro, Mikhail Speransky, para a elaboração do plano de uma constituição baseada no *Code Napoléon*, devendo os parlamentares a eleger ter determinado nível de propriedades. Speransky era um liberal. A análise que fizera do Estado russo – que descrevia como despotismo baseado na escravização da sociedade – era tão devastadora que só viria a ser publicada em 1961. Tivesse Speransky levado a sua avante, e a Rússia talvez se tivesse tornado numa monarquia constitucional. Mas Alexandre hesitou em aprovar as reformas que propunha, e, quando a Rússia entrou em guerra com a França, elas foram condenadas pela nobreza conservadora por serem «francesas». Acusado de traição pelos seus inimigos, Speransky foi obrigado a demitir-se, e depois enviado para o exílio, em março de 1812.

Três meses mais tarde, o exército imperial francês, a *Grande Armée*, invadiu a Rússia. Napoleão tinha um objetivo claro: forçar os Russos a cumprir os compromissos para com a França resultantes do Tratado de Tilsit (1807), assinado após a derrota das forças russas às mãos dos franceses na Batalha de Friedland. Alexandre comprometera-se a aderir ao Sistema Continental de Napoleão, um embargo de âmbito europeu contra o comércio britânico, mas os Russos sempre haviam incumprido. A Grã-Bretanha comprava mais de metade das exportações russas, sobretudo matérias-primas (madeira, cânhamo, linho, trigo, potássio e cera), razão por que o bloqueio, a ser plenamente cumprido, lançaria a Rússia numa crise económica e financeira. Esta não era, porém, razão bastante para uma guerra. Se Alexandre tivesse recuado teria evitado o conflito. Ao

contrário, escolheu combater. Há muito que se convencera de que o confronto com Napoleão era inevitável, e via-o como um conflito ideológico. Napoleão tinha de ser derrotado para que a Europa pudesse ser reconstruída como ordem jurídica internacional baseada em monarquias constitucionais. Poder-se-á julgar que existe uma contradição entre o apoio do czar ao constitucionalismo na Europa e a oposição relutante que a ele fazia na Rússia. Mas do ponto de vista de Alexandre, não havia incongruência: a Rússia ainda não estava suficientemente madura para as liberdades que a Europa devia ter.[155]

A *Grande Armée* lançou a invasão em 24 de junho. Partindo do Ducado de Varsóvia, um Estado satélite criado por Napoleão em 1807, atravessou o rio Neman para territórios polacos da Rússia. A *Grande Armée* era o maior exército alguma vez reunido, bem mais de 600 000 homens, maioritariamente franceses, mas também alemães, polacos e de outras nacionalidades europeias. Em meados de agosto estava em Smolensk. Napoleão julgara que poria os Russos de joelhos com uma derrota esmagadora como a que conseguira contra eles e os Austríacos em Austerlitz, em 1805. Mas Alexandre aprendera desde então que a única forma de salvar o seu império era não dar batalha em campo aberto às forças de Napoleão, mas sim retirar e fazê-las embrenhar-se na Rússia, onde haveriam de ser castigados pelos frios do inverno e os problemas de abastecimento criados por uma política de terra queimada. Determinado a travar combate com o exército russo, Napoleão avançou para Moscovo. Os Russos deram batalha sangrenta em Borodino, em 7 de setembro, mas logo o seu comandante, o General Kutuzov, deu ordens para abandonar Moscovo aos franceses. Quando entrou em Moscovo, no dia 14 de setembro, Napoleão só encontrou casas vazias, muitas delas em cinzas devido a fogo posto pelos próprios moscovitas, para tirarem aos franceses qualquer hipótese de abrigo ou alimento. Exaustos e desmoralizados, os Franceses, que haviam julgado que os combates acabariam quando tomassem Moscovo, constatavam agora que nem conseguiam avistar o inimigo.

Tivesse Napoleão retirado nessa altura, e talvez conseguisse regressar à base, na Polónia, antes que o inverno cobrasse o seu preço. Mas ficou em Moscovo durante um mês, esperando que o czar respondesse aos termos de paz que lhe propunha. A resposta nunca veio. Os Franceses atacaram

Kaluga, a sul, numa tentativa desesperada de se apossarem dos armazéns cheios de provisões. Mas os Russos travaram-nos. Em meados de outubro, puseram-se a caminho de regresso à Polónia, só possível, agora, pela mesma rota que tinham percorrido, por entre campos e povoações despojadas de quaisquer alimentos. Durante a retirada, os nevões foram-se tornando mais pesados. No início de dezembro já as temperaturas desciam abaixo dos 30 graus. Morriam milhares de homens do frio, da fome e de doença. As colunas em retirada eram constantemente atacadas por cavalaria cossaca e voluntários do campesinato, muitos dos quais vinham incitados pelos padres que lhes faziam crer que Napoleão era o Anticristo, enquanto Alexandre era o santo czar, seu salvador. Mal chegavam a 10 por cento os soldados sobreviventes da força invasora.

Alexandre poderia ter deixado Napoleão fugir para ir lamber as feridas, mas perseguiu-o até França, e contribuiu com uma grande força para o exército aliado que derrotou a *Grande Armée* na batalha decisiva de Leipzig, em 1813, da qual os restos do exército francês retiraram trôpegos, para além do Reno. O czar via-se, agora, como libertador do continente. A Guerra Patriótica, como já começava a ser chamada, fora o momento de glória da Rússia, cujas forças armadas teriam salvado o continente. No Congresso de Viena, reunido em novembro de 1814 para garantir uma paz duradoura mediante o Concerto da Europa, Alexandre pensava que poderia ditar o novo equilíbrio continental de poder. Tinha milhões de soldados em solo europeu, e os seus cossacos eram senhores de Paris.

Exigia uma Polónia alargada, com uma constituição liberal e sob o seu poder, como «justa» compensação pelos sacrifícios que a Rússia fizera durante a guerra. Queria fazer da Polónia um Estado-tampão, uma esfera de influência onde pudesse intervir para evitar que alguma vez os Polacos voltassem a juntar-se aos Franceses ou a qualquer outra potência para invadirem a Rússia. Na sua mente, a aliança da Polónia com Napoleão estava ligada à invasão da Rússia pelos Polacos, em 1612 – um evento que consagrara com a promoção do culto de Minin e Pozharsky, a relembrar os Russos do seu dever patriótico de defender as fronteiras ocidentais. Pensava, ainda, nos benefícios de longo prazo de um Estado polaco sob supervisão russa, que poderia servir como intermediário cultural e económico entre a Rússia e a Europa. Sem a Polónia, pensava Alexandre, a Rússia tornar-se-ia uma potência asiática, excluída do continente

europeu, como Napoleão procurara que fosse ao conceder a independência aos Polacos. Mas as pretensões de Alexandre sobre a Polónia foram rejeitadas por Britânicos e Austríacos, que temiam as ambições expansionistas da Rússia no continente. Nos termos do compromisso alcançado, os russos mantiveram cerca de dois terços dos territórios polacos, cedendo Poznan aos Prussianos e a Galícia aos Austríacos.

Alexandre acreditava que o seu império fora salvo por Deus. A vitória fortaleceu a sua fé no mito de uma Santa Rússia, providencial salvadora da humanidade. A partir de 1815, o czar foi-se tornando cada vez mais religioso, místico, até, nas suas atitudes, sob crescente influência da Baronesa de Krüdener, uma pietista alemã do Báltico. Foi ela que o ajudou a redigir o texto fundador da Santa Aliança, uma união de potências cristãs para garantir a paz à luz dos princípios das Escrituras Sagradas. Alexandre conseguiu persuadir Prussianos e Austríacos a juntarem-se à aliança, mas não os pragmáticos Britânicos, que viam em tudo aquilo «uma peça de sublime misticismo e tolice».[156] Ao tempo da sua conceção, a Santa Aliança não era inteiramente incompatível com os princípios liberais de Alexandre, pois colocava a tónica na defesa dos valores tradicionais cristãos contra o materialismo secular dos jacobinos. Mas depressa se tornou um instrumento de repressão política em nome da religião, uma ideologia para a defesa das autoridades ordenadas pelo divino e «legítimas» (ou seja, as monárquicas) contra a ameaça revolucionária.

A religião presidiu às políticas reacionárias do czar durante a última década do seu reinado. Foi a partir desse ponto que a Rússia se apresentou como campeã dos princípios cristãos contra a democracia secular e os movimentos nacionalistas na Europa (um papel que desempenharia intermitentemente até 1917). A viragem do czar para uma política reacionária traduzia uma reação temerosa perante os *carbonari* e a outras sociedades revolucionárias que haviam surgido por toda a Europa nos anos do pós-guerra, e que estavam por detrás dos levantamentos de 1820-21 em Itália e Espanha. Alexandre convencera-se de que todos esses grupos estavam ligados a uma organização internacional secreta bonapartista, e instava a Santa Aliança a erradicá-las e destruí-las, antes que alastrassem à Polónia e à Rússia. Internamente, absteve-se de qualquer diálogo suplementar sobre reforma constitucional, apertou a

censura, e aconselhava-se apenas com conservadores. Um dos seus principais conselheiros era Karamzin, um historiador, cuja obra *Memorando sobre a Antiga e a Moderna Rússia* (1811) o convencera de que a autocracia, sua forma «tradicional» de governo, era mais adequada para a Rússia. A influência liberal de Speransky dava, pois, lugar ao firme autoritarismo do General Arakcheyev, em tempos ministro da Guerra, que transformou povoações inteiras em colónias militares, nas quais os camponeses, agora uniformizados, eram mobilizados para a prestação de deveres agrícolas e militares ao Estado. Alexandre esperava que essas colónias ensinassem aos camponeses a disciplina e a autossubsistência, mas elas serviram mais como protótipos dos campos de trabalho e correção do Gulag.

A viragem reacionária do Czar foi uma amarga desilusão para aqueles oficiais que haviam regressado da guerra cheios de esperanças reformistas liberais. O convívio com os soldados camponeses (que tinham lutado com um espírito patriótico que envergonhava a nobreza) transformara-os em democratas, inimigos da servidão e da autocracia. Tinham marchado sobre Paris na esperança de que a Rússia se transformasse num Estado europeu moderno, com uma constituição que daria a cada camponês direitos de cidadania, mas tinham regressado a um país imobilizado no tempo, onde o camponês ainda era tratado como um escravo. Como recordava um desses oficiais, regressar de Paris à Rússia «era como regressar a um passado pré-histórico».[157]

Os oficiais começaram a organizar-se em círculos secretos de conspiradores, como os de Espanha e Itália, aproveitando, em muitos casos, as redes de pedreiros-livres, ilegalizadas por Alexandre em 1822, às quais muitos deles pertenciam. Todos eles defendiam uma constituição liberal e a abolição da servidão, mas dividiam-se quanto à forma de lá chegar. Uns, queriam esperar que o czar morresse, após o que recusariam jurar lealdade ao seu sucessor, caso este não introduzisse reformas. Mas outros achavam que a espera seria demasiado longa. Alexandre estava com 40 anos de idade, apenas, e de boa saúde. Por isso, defendiam a ação revolucionária.

Em 1825, já o coronel Pavel Pestel se afirmara como o mais ousado organizador da insurreição armada. Herói carismático das guerras napoleónicas, contava com um grupo pequeno, mas decidido, de

seguidores no Exército do Sul, e planeavam deter o czar durante uma inspeção das tropas em Kiev, em 1826. Depois, marchariam sobre Moscovo, e, com apoio dos seus aliados no Norte, e dos nacionalistas polacos que se haviam juntado ao movimento em troca da independência, tomariam o poder em São Petersburgo. O manifesto de Pestel, intitulado *Verdade Russa* (1824), era uma estranha mistura de ideias jacobinas e fervor ortodoxo russo. Propunha o regicídio, a instauração de uma república revolucionária (se necessário através de uma ditadura temporária), e a abolição da servidão. Mas também defendia a criação de um Estado-nação para promover os interesses dos Grandes Russos. Os restantes grupos nacionais (finlandeses, ucranianos, etc.) seriam obrigados a «tornar-se russos». Só para os judeus não havia esperança de assimilação. Pestel achava que deviam ser expulsos da Rússia.

O plano de Pestel foi trazido à pressa para a boca de cena pela morte inesperada de Alexandre, vítima de tifo, em 19 de novembro de 1825. Alexandre não deixara filhos, pelo que o herdeiro natural seria o Grão-Duque Constantino, seu irmão. Mas Constantino tinha renunciado ao trono por se ter casado com uma polaca sem sangue real, e o irmão mais novo, Nicolau só em 12 de dezembro anunciaria a decisão de o substituir. Pestel resolveu aproveitar a oportunidade de revolta, e correu para São Petersburgo para a organizar com os seus pares – os Dezembristas, como ficariam conhecidos. O levantamento, viam-no como um golpe militar, instigado a ordens dos oficiais, sem sequer pensarem se os soldados (que não davam quaisquer sinais de disposição para uma revolta armada) os seguiriam. Feitas as contas, os Dezembristas conseguiram o apoio de 3000 soldados em São Petersburgo, muito longe dos 20 000 que haviam esperado, mas ainda assim talvez bastantes para forçar uma mudança de governo, se tudo fosse feito com organização e decisão. Mas não foi.

Em 14 de dezembro, em todas as guarnições da cidade, os soldados foram mandados formar para a cerimónia de juramento de lealdade ao novo czar, Nicolau I. Os 3000 amotinados recusaram fazê-lo, e marcharam para a Praça do Senado, onde se aglomeraram em redor do Cavaleiro de Bronze, clamando por «Constantino e uma Constituição». O grão-duque era muito popular entre os soldados, a quem os comandantes tinham dito que Nicolau lhe usurpara o trono, o que talvez os convencesse a lutar. Mas poucos tinham a menor ideia do que era isso da constituição (alguns

soldados julgavam que era a mulher de Constantino). Os soldados ficaram ali durante horas, sob temperaturas gélidas, até que Nicolau, assumindo o comando das tropas leais, mandou abrir fogo sobre os amotinados. Tombaram sessenta; os restantes fugiram. Em poucas horas, os líderes do levantamento foram detidos e encarcerados na Fortaleza de Pedro e Paulo. No seu julgamento – primeiro julgamento-espetáculo da história da Rússia – 121 conspiradores foram julgados culpados de traição, despojados dos respetivos títulos nobiliárquicos, e condenados a trabalhos-forçados na Sibéria. Pestel e outros quatro foram enforcados no paço da fortaleza, apesar de a pena de morte ter sido oficialmente abolida na Rússia. No cadafalso, posto o laço no pescoço dos quatro e abertos os alçapões, três dos condenados provaram ser pesados demais para as cordas, e caíram vivos no fosso. «Que país desgraçado!», gritou um deles. «Nem sabem enforcar como deve ser!»[158]

*

Nicolau tinha 29 anos quando subiu ao trono. Alto e imponente, grande cabeça a ameaçar calvície, longas suíças e bigode de oficial, todo ele era um militar sem tirar nem pôr. Desde muito pequeno que desenvolvera um interesse obsessivo por assuntos militares. Sabia de cor os nomes de todos os generais de seu irmão, desenhava uniformes, e assistia a desfiles e exercícios com um entusiasmo infantil. Não tendo cumprido o sonho de rapaz de combater na guerra contra Napoleão, preparou-se para uma vida de soldado, e em 1817 recebeu a primeira colocação como inspetor-geral dos Engenheiros. Adorava a rotina da vida do exército: diziam muito ao seu caráter severo e pedante, bem como aos seus gostos espartanos. Durante toda a vida fez questão de dormir numa cama de campanha. Via no exército o modelo ideal para o seu Estado: ordeiro, disciplinado, baseado no dever de obediência e subordinação ao objetivo único estabelecido pela autocracia. Encheu o governo de homens das forças armadas (só um dos ministros do Interior não tinha patente de general) e tratava os funcionários como soldados. Os nobres ao serviço do Estado eram obrigados a usar uniforme.

A estranhos, Nicolau parecia frio e severo, a personificação da força autocrática, mas à imperatriz Alexandra e aos cortesãos que o conheciam bem, a sua firmeza e a insistência em ações decisivas tinham por base, não

a confiança, mas a insegurança. Todo o seu reinado, viveu-o no medo de uma revolução na Rússia. A revolta Dezembrista havia de assombrá-lo durante muito tempo. Vindo, como viera, desse exército que ele tanto reverenciava, deixou-lhe uma suspeita em relação à sociedade, e em particular em relação àqueles que iam buscar as ideias à Europa. Nunca tinha a certeza de quantos dezembristas mais preparavam algum levantamento caso ele abrandasse o controlo policial. Durante anos exigiu relatórios periódicos sobre as atividades dos dezembristas exilados na Sibéria. Mantinha sob vigilância os familiares e os amigos deles, sempre em busca de algum sinal de nova revolta. O menor questionamento da autocracia era por ele considerado subversivo.

Para apanhar potenciais revolucionários Nicolau organizou uma nova polícia política. Geralmente conhecida como Terceiro Departamento (a designação oficial era Terceiro Departamento da Chancelaria Privada de Sua Majestade Imperial) foi criada em 1826, sob a direção do Conde Alexandre Benckendorff, um general de origem alemã do Báltico, que desempenhara papel destacado na supressão dos dezembristas. Embora contasse com um pequeno gabinete central, o Terceiro Departamento tinha ao seu dispor uma força de investigação do Corps de Gendarmes, que tinha cerca de 2000 funcionários, além de poderes para espiar todos os aspetos da vida das pessoas (violar o correio, seguir-lhes os movimentos, atuar segundo denúncias de informadores, etc.). Era o início de uma longa tradição de policiamento na Rússia.

Não confiando na sua própria burocracia, Nicolau rodeou-se de forças de segurança, que alimentavam os seus receios fornecendo-lhe relatórios sobre sociedades jacobinas e grupos secretos na Rússia, particularmente entre os jovens nobres, com ligações a revolucionários estrangeiros. Os Polacos eram frequentemente destacados como os principais intermediários entre Paris e São Petersburgo.[159]

Não é de admirar, por isso, que Nicolau reagisse com tanto pânico às revoluções que eclodiram, em 1830, em Paris, na Bélgica e em Varsóvia. Receava que se alastrassem à Rússia se não fossem controladas pelas suas forças. Quando a revolução belga rebentara contra os Holandeses, Nicolau mobilizara o exército russo e, em face da oposição inglesa, tê-lo-ia provavelmente usado para repor o rei holandês no trono, se não tivesse

ocorrido ao mesmo tempo a revolta polaca, que exigia a sua atenção em primeiro lugar.

A revolta começara em novembro, depois de o vice-rei da Polónia, o grão-duque Constantino, ter mobilizado as tropas polacas para suprimir a revolução na Bélgica. Um grupo de oficiais polacos revoltou-se contra esta ordem, tomou o palácio de Belveder e, com a ajuda de soldados e civis polacos, obrigou as tropas russas a saírem de Varsóvia. O príncipe Adam Jerzy Czartoryski, agora um rebelde contra o czar reacionário, foi designado chefe do governo provisório, foi convocado e a independência da Polónia declarada em janeiro de 1831. Dias depois, o exército russo atravessou a fronteira polaca e avançou para Varsóvia, que caiu ao fim de oito meses de combates ferozes. Os russos perpretaram uma série de atrocidades contra civis – uma retribuição da participação da Polónia na invasão da Rússia por Napoleão.

Alexandre continuou a punir os Polacos, que via como principal ameaça revolucionário ao seu regime. A constituição liberal de 1815 que os regia foi substituída pelo Estatuto Orgânico de 1832, que tornava a Polónia «parte indivisível» do Império Russo. O estatuto prometia liberdades civis, sistemas jurídicos separados, governo local e direitos da língua polaca. Mas eles raramente foram honrados pelo novo vice-rei, o marechal-de-campo Paskevich, líder da guerra dos Russos contra Varsóvia, que governava a Polónia com mão de ferro, fechando universidades, confiscando as propriedades dos rebeldes, e impondo o russo como única língua autorizada em liceus e gabinetes. Nicolau estava obcecado com os rebeldes polacos que tinham conseguido fugir para o estrangeiro. Em Münchengratz, em 1833, conseguiu celebrar um acordo com Austríacos e Prussianos para a troca de informações e a conjugação de esforços policiais contra esses «bonapartistas», como Benckendorff lhes chamava na correspondência assídua trocada com o conde Metternich, chanceler austríaco, durante os quinze anos subsequentes.[160]

A revolta tornara evidente que o império necessitava de uma ideologia para contrapor à influência subversiva das ideias revolucionárias e nacionalistas do Ocidente. Em 1833, o ministro da Educação Sergei Uvarov definiu essa ideologia em circular enviada a todas as escolas, com instruções para que ensinassem o povo «no espírito de Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade».[161] Esta trindade de princípios – a resposta de

Uvarov a «Liberté, égalité, fraternité» – haveria, segundo proclamava, de salvar a Rússia da autoridade monárquica e da erosão dos valores cristãos pelas ideias seculares. Conhecida como «nacionalidade oficial», esta nova ideologia baseava-se no velho mito de que os Russos se distinguiam dos Europeus pela força da sua devoção a Igreja e czar, e pela sua capacidade de sacrifício ao serviço de mais altos objetivos patrióticos.

Os eslavófilos, um círculo intelectual que emergiu na Moscovo do tempo, desenvolveram conceções semelhantes sobre o caráter e missão dos Russos no mundo. Se a ideologia nacionalista de Uvarov buscava raízes nas instituições de Igreja e Estado, a conceção de identidade nacional dos eslavófilos baseava-se na cultura popular campesina. Tinham uma ideia romântica da comuna de aldeia como instituição singularmente russa, para lá da qual não era preciso ir para encontrar princípios éticos norteadores. «Uma comuna», declarava Konstantin Aksakov, um dos líderes dos eslavófilos, «é uma união das gentes que renunciaram ao egoísmo, à individualidade, e que expressam um comum entendimento; trata-se de um ato de amor, um nobre ato cristão».[162]

A chave desta harmonia comunitária, defendiam os eslavófilos, era o princípio da *sobornost,* uma união espiritual (de *sobor,* termo russo para «catedral» e «assembleia») em que o indivíduo encontrava um propósito moral no coletivo – um conceito estranho ao Ocidente individualista. Sendo que a *sobornost* tinha de ser uma comunhão voluntária, os camponeses tinham de ser livres para se lhe juntarem segundo o espírito adequado, e era essa a base da posição dos eslavófilos em favor da abolição da servidão.

Os eslavófilos opuseram-se às reformas ocidentalizantes iniciadas por Pedro, *o Grande*. Temiam que tais mudanças, impostas por um Estado que era «estrangeiro» para os camponeses resultasse na perda do caráter nacional da Rússia, dos seus costumes e tradições nativos. Estes, defendiam eles, baseavam-se em princípios mais altos – na harmonia cristã, na humildade e na disponibilidade para o sacrifício que, segundo pensavam, animara a sociedade moscovita antes do reinado de Pedro. A doutrina dos eslavófilos assentava no mito de uma Rússia defensora dos valores cristãos contra o materialismo secular do Ocidente, o mesmo mito desenvolvido pela «nacionalidade oficial». Embora estivesse atrasada em relação ao Ocidente no desenvolvimento material, a Rússia era superior a

ele nos valores espirituais. A «alma russa», simples e camponesa era mais genuinamente cristã do que o espírito egocêntrico do cidadão burguês ocidental.

Nas obras de ficção de Nikolai Gogol (e nas mais tardias de Dostoievsky), o ideário eslavófilo dava origem a uma conceção mística da alma russa – um espírito universal e inato de amor cristão e irmandade exclusivo do povo russo, cuja missão providencial era salvar o mundo do egoísmo, da ganância, e de todos os outros pecados ocidentais. Presente aqui, neste mito da alma russa, estava uma conceção messiânica da Rússia como império da ortodoxia sem fronteiras territoriais, um elo a ligar Moscovo, a Terceira Roma, a Constantinopla e Jerusalém. Para eslavófilos como Fedor Tiutchev, diplomata e poeta, era a alma da Rússia que a distinguia do Ocidente, essa alma indecifrável em quaisquer termos ocidentais, como escreveu numa famosa quadra, que quase todos os russos sabem de cor:

> A Rússia não pode ser entendida pela mente,
> Nenhum padrão haverá de a medir,
> Pois ela é de tipo diferente –
> A Rússia é apenas para o crente.

Gogol tentou desenvolver esta ideia num romance em três partes intitulado *Almas Mortas,* em que pretendia revelar, por fim, o plano providencial para a Rússia. As imperfeições grotescas da Rússia provinciana expostas no primeiro volume (de 1842, e único acabado) – em que o aventureiro Chichiko viaja pelos campos a vigarizar uma série de fidalgos moribundos, comprando-lhes as almas de servos já falecidos[163] – haveriam de ser transcendidas no segundo e terceiro volumes, em que Gogol traçaria um retrato sublime da alma russa, habitante de uma irmandade cristã. O problema foi que Gogol não conseguiu retratar essa Rússia idealizada sob forma humana viva. Gogol, o mais pictórico de todos os escritores russos, não conseguiu compor uma imagem da verdadeira Rússia que satisfizesse os seus ideais eslavófilos. A forma como lia a realidade era tal que não conseguia evitar sobrecarregar todos os personagens com defeitos e imperfeições derivadas do seu meio

natural. Como o próprio escritor escreveria, desesperado, «tudo isto é um sonho e ela esfuma-se tão cedo mudamos para aquilo que a vida na Rússia é realmente».[164]

*

Pressentindo que falhara no seu empreendimento ficcional, procurou, em alternativa, inculcar a mensagem com *Passagens Selecionadas da Correspondência com Amigos* (1846), um sermão moral sobre a natureza divina da Rússia, em que pregava que a salvação estava na reforma espiritual de cada cidadão individualmente. Nada dizia sobre a reforma da servidão ou do Estado autocrático, proclamando que eram ambos moralmente aceitáveis se combinados com valores cristãos. A *intelligentsia* ficou indignada.

«Intelligentsia» é uma palavra de origem russa. Na Rússia referia-se a um estrato culto da sociedade que partilhava determinados princípios – nomeadamente, a oposição à autocracia e a defesa da «causa do povo». A *intelligentsia* russa tinha raízes nas instituições e ideias da nobreza do século XVIII; mas o seu ideário político ia buscá-las à revolta de 1825. Depois da supressão dos dezembristas, a entrada no serviço militar ou do Estado tornou-se praticamente impossível para os filhos de nobres que partilhassem os mesmos valores democráticos. Enquanto a classe dos pais fora definida pelo serviço prestado ao Estado, já os filhos pretendiam ser definidos pelo serviço prestado à sociedade. Agudamente conscientes de que a sua riqueza e privilégios tinham sido conseguidos através da exploração dos servos de seus pais, procuravam redimir as culpas tornando-se médicos, professores, estatísticos ou agrónomos para melhorarem a vida das gentes, ou então, escritores, jornalistas e críticos, cuja missão seria a de consciencializar o público letrado dos males sociais da Rússia. A missão da literatura não era entreter, mas sim retratar a Rússia como ela era realmente, para que os leitores pudessem mudá-la. O realismo era o credo que unia todos os escritores, entre eles Dostoievsky e Turgueniev, surgidos na cena literária dos anos de 1840 – a «década extraordinária», como lhe chamou o crítico Pavel Annenkov.[165]

O seu guia intelectual e inspiração era o crítico literário Vissarion Belinsky, que fez mais do que ninguém para definir os princípios morais da literatura russa. Na sua «Carta a Gogol» (1847), uma rejeição

apaixonada das *Passagens Seleccionadas*, Belinsky escreveu algo que bem poderia servir de manifesto *da intelligentsia* pró-ocidental. Na ausência de um Parlamento, escrevia Belinsky, o público esperava dos escritores a liderança moral contra a autocracia, e era nessa base que julgava os seus escritos: «Eis o que explica porque toda a chamada tendência liberal, por mais pobre de talento, é recompensada com a atenção universal, e porque a popularidade de grandes talentos que sincera ou insinceramente se entregam ao serviço de ortodoxia, autocracia e nacionalidade declina tão celeremente». Gogol tinha traído o dever moral do escritor ao alinhar com Igreja e Estado contra a reforma. Era o que explicava o seu insucesso literário:

> Haveis deixado de compreender que a Rússia vê sua salvação não em misticismo ou ascetismo ou pietismo, mas nos sucessos de civilização, iluminismo e humanidade. Aquilo de que carece não é de sermões (já os ouviu bastantes!) ou orações (já as repetiu, demasiadas vezes!), mas do despertar no povo de um sentido da sua dignidade humana perdida durante tantos séculos por entre sujidade e refugo; necessita de direitos e leis conformes não à pregação da Igreja mas a senso comum e justiça, e delas a observância mais estrita possível. Em vez do que nos apresenta o lastimoso espetáculo de um país em que os homens traficam homens, sem terem sequer a desculpa tão insidiosamente explorada pelos proprietários americanos de plantações que declaram que o Negro não é um homem; um país onde as pessoas se chamam não por seu nome, mas por alcunhas como Vanka, Vaska, Steshka, Palashka; um país onde não só não existem quaisquer garantias de individualidade, honra e propriedade, mas sequer ordem pública, e onde nada há senão vastas corporações de ladrões e gatunos de várias descrições.[166]

Palavras que ainda hoje valem.

*

O medo que o czar nutria de revoluções conheceu novas alturas em 1848, outro ano de revoluções por toda a Europa. Começaram em Paris, onde a monarquia foi substituída pela república em finais de fevereiro, seguindo-se revoltas em Viena, Berlim, Dresden, Leipzig, Milão, Praga, Budapeste e Bucareste. Em toda a parte as multidões exigiam liberdades civis, parlamentos democráticos, e a libertação nacional do jugo dos impérios.

A República Francesa era uma ameaça direta aos princípios legitimistas estabelecidos no Congresso de Viena e perfilhados pela Santa Aliança. Os principais líderes republicanos logo declararam o seu apoio a uma Polónia

independente e à libertação do Norte de Itália do domínio Habsburgo. Nicolau não tinha dúvidas de que a revolução de 1789 se tinha «erguido das cinzas», como disse ao rei da Prússia, e que seriam necessárias medidas militares para impedir que alastrasse para o Leste.[167] Duas semanas depois de receber notícias de Paris, já ele mobilizara 400 000 homens, que ocuparam as fronteiras ocidentais do império, mais vulneráveis à revolução, e onde foi decretada lei marcial. Juntamente com o exército, os guardas do Terceiro Departamento começaram a assaltar casas numa busca desenfreada de armas, literatura ilegal ou quaisquer outros sinais de atividade revolucionária.[168]

Nicolau não tencionava enviar tropas para França ou Itália, mas estava disposto a usá-las contra revoluções na Áustria ou na Prússia se para tal solicitado pelos respetivos soberanos, por terem fronteiras com a Rússia. Onde ele interveio com grande rapidez foi, porém, na Moldávia e na Valáquia, pouca consideração mostrando pela soberania do Império Otomano. Os principados haviam ganho autonomia em 1829, mas desde então tinham caído sob domínio russo, e era contra este que se erguiam as revoluções de 1848. Em Bucareste, um governo republicano proclamou a República Valaquiana, e os seus líderes pretendiam a união dos principados num Estado nacional unificado (Roménia). Alarmado com tais desenvolvimentos, Nicolau enviou um exército de 14 000 homens para ocupar a Moldávia, e mais 30 000 para ocuparem Bucareste e esmagarem a revolução. «Foi criado aqui um serviço de espionagem», relatava o cônsul britânico em Bucareste. «A ninguém é permitido falar de política. Os jornais alemães e franceses estão proibidos.»[169]

A intervenção na Roménia encorajou Nicolau a fazer o mesmo na Hungria. A revolução húngara eclodira em Budapeste em março de 1848. Inspirados pelos acontecimentos na Alemanha e na França, os seus líderes formaram um parlamento e um governo democráticos, declararam a independência em relação à Áustria, e aprovaram uma série de reformas que aboliam a servidão, repunham a liberdade de imprensa, e em que os Húngaros assumiam o controlo das suas próprias unidades no seio do exército dos Habsburgo. O governo imperial austríaco declarou guerra aos Húngaros, os quais, com Eslovacos, Rutenianos e outras minorias que se opunham ao domínio Habsburgo, mostraram ser um osso duro de roer

para as forças austríacas. Francisco José, o imperador de 18 anos que acabara de subir ao trono, apelou ao czar para que interviesse.

A defesa de «autoridades legítimas» era causa bastante de intervenção nos termos dos princípios da Santa Aliança. Mas para Nicolau era muito mais do que isso que estava em jogo. O czar não podia ficar à margem, mero espetador da expansão de movimentos revolucionários na Europa Central, os quais poderiam conduzir a novo levantamento na Polónia. O exército húngaro tinha muitos polacos nas suas fileiras. Alguns dos melhores generais eram polacos, nomeadamente o general Jozef Bem, um dos principais líderes militares da revolta polaca de 1830, e depois, em 1848-49, comandante das forças vitoriosas húngaras na Transilvânia. Se a revolução húngara não fosse esmagada, era grande o risco de que alastrasse à Galícia, um território maioritariamente polaco controlado pela Áustria, o que, por sua vez, poderia reacender o problema polaco na Rússia. A Galícia também tinha uma substancial minoria ucraniana, os «Rutenianos», como os austríacos lhes chamavam, com um florescente centro de cultura ucraniana na capital, Lemberg (a que os Ucranianos chamavam Lviv). Nicolau tinha, portanto, todas as razões para temer que uma revolução na Galícia pudesse ser a mola impulsionadora de um mais amplo movimento nacionalista na Ucrânia czarista. Em junho de 1849, cerca de 190 000 soldados russos, sob comando de Paskevich – o líder da campanha punitiva de 1831 contra os Polacos – atravessaram a fronteira húngara. Em grande inferioridade numérica, a maior parte do exército húngaro rendeu-se em agosto, mas cerca de 5000 homens fugiram para o Império Otomano, onde, sob pressão de Britânicos e Franceses, o sultão lhes deu santuário. Em Londres e Paris, os rebeldes húngaros foram celebrados como combatentes da liberdade contra a tirania russa. Entre os seus campeões contava-se um tal Karl Marx, então exilado em Londres, que numa série de artigos na imprensa atacou a Rússia como inimiga da liberdade.

Entretanto, Nicolau desencadeou uma guerra sem trégua a todo e qualquer sinal de potencial oposição interna, fosse real ou imaginária. Os cidadãos estrangeiros eram vigiados pela Polícia; as universidades estavam proibidas de ensinar Filosofia ou Direito Constitucional; e embora o regime não impedisse a imprensa de relatar acontecimentos externos, ordenava a prisão de quem os discutisse, ainda que só em casa,

não fossem algumas dessas conversas dar ideias erradas aos criados, como Nicolau explicou à nobreza de São Petersburgo. O Corpo de Guardas do Terceiro Departamento foi enormemente aumentado, e os seus agentes trajavam à civil, em vez de com o uniforme azul normal, para se infiltrarem nos círculos suspeitos de tendências revolucionárias.

A única «conspiração» que detetaram foi a de uma reunião semanal de estudantes, professores e funcionários públicos menores, em casa de um jovem funcionário do Ministério dos Estrangeiros, de nome Mikhail Petrashevsky, em São Petersburgo. Os escritores Dostoievsky e Saltykov-Shchedrin eram presença normal nestas reuniões de sexta-feira, iniciadas em 1846, em que as obras de socialistas estrangeiros, além de outras ideias reformistas eram abertamente discutidas bem como outras ideias de reforma. Em abril de 1849, o grupo foi encarcerado na Fortaleza Pedro e Paulo sob falas acusações de preparativos para uma revolução em várias cidades do império. Vinte e um dos acusados, incluindo Petrashevsky e Dostoievsky, foram condenados à morte; cinquenta outros, enviados para o exílio ou integrados no exército como civis. Antes mesmo da execução na Praça Semenevsky, os homens foram poupados por Nicolau, que planeara aqueles cruéis momentos de tortura. Uns, foram enviados para a prisão; outros, para trabalhos forçados na Sibéria. Dostoievsky passou quatro anos no campo de trabalho de Omsk, onde conviveu com os criminosos mais brutais. Essa experiência formou a sua visão da psique humana retratada em *A Casa dos Mortos* (1862), uma memória ficcionada dos anos de prisão.

O crime de Dostoievsky consistira em ler em voz alta a carta de Belinsky a Gogol que, entretanto, se tornara famosa, também por ter sido proibida. As revoluções na Europa serviram para a aprovação de legislação de censura ainda mais apertada. A lista mensal de livros proibidos pelo Terceiro Departamento aumentou de 150 títulos, antes de 1848, para 600 nesse ano. O czar nomeou um novo gabinete de censores, o Comité Buturlin, com largos poderes de censura preventiva. O vasto exército de censores examinava cada manuscrito submetido a aprovação. Tinham ordens para assinalar qualquer obra que pudesse de alguma forma ser considerada subversiva, ainda que não tivesse sido essa a intenção do autor. Os resultados saldaram-se, em muitos casos, por uma farsa. Um dos censores proibiu a nova edição da peça de Shakespeare, *Ricardo III,*

porque lidava com temas que eram «perigosos num sentido moral». Outro, proibiu a reedição das cartas de Catarina, *a Grande*, para Voltaire. Neste sentido, e como observava um dos censores, «até a Oração do Senhor podia ser interpretada como discurso jacobino».[170]

Um livro que escapou à sanha dos censores haveria de ter forte efeito na mudança das atitudes em relação à servidão, a mais importante e explosiva questão do tempo. O livro *Esboços do Caderno de Um Caçador* (1852) fora aprovado para publicação. A maior parte das histórias já tinham sido publicadas no jornal *O Contemporâneo*, pelo que decerto o censor terá pensado que não havia problema em aprová-los. Não havia em nenhuma delas uma frase sequer que pudesse ser interpretada como uma crítica frontal ao sistema czarista ou à servidão. Mas todo o livro estava imbuído de uma subtil condenação de ambos. Pela primeira vez, os camponeses eram retratados não como «figuras rústicas», mas como indivíduos complexos, pensantes e com sentimentos. Através da mera observação de como a servidão moldava as suas vidas, Turgueniev suscitara a indignação moral dos leitores de forma mais eficaz do que poderia ter feito qualquer manifesto socialista. Publicados no mesmo ano de *A Cabana do Pai Tomás*, os *Esboços* tiveram um impacto tão grande na mudança da opinião sobre a servidão na Rússia, como o livro de Harriet Beecher Stowe teve para o movimento anti-escravatura na América. Furioso devido à publicação dos *Esboços*, Nicolau mandou prender Turgueniev, invocando como causa, não o livro, mas um obituário de Gogol que ele posteriormente publicara num jornal de Moscovo. Turgueniev foi encarcerado, e depois colocado sob prisão domiciliária. Certa noite, ainda na prisão, foi visitado pelo chefe da Polícia, que tinha curiosidade de conhecer o famoso escritor. O visitante levou-lhe *champagne,* e, após alguns copos e uma conversa amigável, propôs um brinde: «A Robespierre!»[171]

A sombra de Napoleão regressou sob forma do seu sobrinho, Luís Napoleão, eleito presidente de França em dezembro de 1848. Quatro anos depois, um referendo nacional fê-lo imperador dos franceses, como Napoleão III. Nicolau foi o único soberano europeu a não reconhecer o novo Napoleão. Os imperadores, declarou ele, eram feitos por Deus, não eleitos em plebiscito. E para demonstrar o seu desprezo, dirigia-se a Napoleão por «mon ami», em vez de «mon frère», fórmula

consuetudinária entre soberanos. Alguns conselheiros do imperador francês recomendavam-lhe que aproveitasse o insulto para um corte de relações com a Rússia, mas Napoleão arrumou a questão com um comentário: «Deus dá-nos irmãos, mas somos nós que escolhemos os amigos».[172]

Napoleão III ambicionava devolver a França à posição de respeito e influência externa, senão à glória do reinado de seu tio, mediante a revisão do acordo de 1815 e a reformulação da Europa como uma família de Estados-Nação liberais, nos termos imaginados por Napoleão I. A Rússia era o maior obstáculo a essa ambição. A sua derrota seria a vingança por 1812.

Uma antiga disputa na Terra Santa precipitou o conflito. A disputa envolvia a Igreja da Natividade, em Belém, e a Igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém, então sob soberania otomana, e tinha que ver com saber qual dos lados deveria controlá-las, se os ortodoxos, apoiados pelos Russos, ou os católicos, defendidos pelos Franceses. Os Otomanos, a quem a questão pouco importava, podiam ser aliciados para um ou outro dos lados por pressões francesas ou russas. Os Russos estavam em posição mais favorável desde o Tratado de Kuchuk Kainarji (1774), que, segundo reivindicavam, lhes outorgara o direito de representar os interesses ortodoxos no seio do Império Otomano. Mas tudo mudou em 1851, quando o marquês de la Valette, católico fervoroso, foi nomeado por Napoleão, desejoso de conquistar o favor da Igreja, como embaixador francês em Constantinopla. La Valette declarou que as reivindicações latinas tinham ficado «claramente estabelecidas», e ameaçou com uma guerra contra os Turcos se recusassem implementá-las.[173] E os Turcos cederam às exigências francesas em novembro de 1852.

Nicolau ficou furioso. Mais do que qualquer outro czar, ele tinha colocado a defesa dos ortodoxos no centro da sua política externa. Era um devoto da Igreja Russa, que enviava à Terra Santa mais peregrinos do que qualquer outra Igreja, e partilhava a sua intensa paixão por locais sagrados. Como muitos russos, via na Terra Santa uma extensão da Santa Rússia, uma ideia mística que nunca fora definida por fronteiras territoriais, e estava disposto a entrar em guerra contra toda a Europa, se necessário fosse, para proteger os interesses ortodoxos. Assim, mobilizou tropas para uma ofensiva-relâmpago contra Constantinopla, a fim de

forçar os Turcos a reverter a decisão tomada em favor dos católicos, e enviou à frente o Príncipe Menshikov, veterano das guerras contra os Franceses, para impor um tratado ao sultão. Mas, incentivados pelos Britânicos, os Turcos ignoraram as ameaças bélicas de Menshikov. Grandes multidões em fúria saíram às ruas da capital turca a exigir uma guerra santa contra a Rússia.

O falhanço da missão de Menshikov fez que o czar decidisse enviar mais uma vez as suas tropas para a Moldávia e Valáquia muçulmanas. A invasão começou em junho de 1853. Nicolau contava com levantamentos dos eslavos do sultão para facilitar o avanço das tropas russas. Julgava que os eslavos festejariam a chegada dos russos, seus irmãos de fé, como libertadores do jugo turco. «Não há outra forma de avançarmos», escrevia o czar em novembro, «senão através de um levantamento popular pela independência na mais larga e geral escala».[174]

O seu pensamento estava agora muito distante da mera defesa de autoridades legítimas. O que reivindicava era uma revolução balcânica que contribuísse para os seus objetivos contra os Turcos, uma ideia que, do seu ponto de vista, era justificada pela natureza religiosa daquela guerra. Era seu dever sagrado libertar os ortodoxos do jugo muçulmano. De qualquer forma, o sultão não podia ser considerado soberano legítimo, visto não ser cristão. As ideias pan-eslavas também influenciavam o seu pensamento. Era particularmente relevante um memorando escrito em dezembro de 1853 pelo principal ideólogo pan-eslavo, Mikhail Pogodin, e que inspirara manifestamente Nicolau, que tinha em comum com Pogodin o sentimento de que o papel da Rússia como protetora da ortodoxia não fora nem reconhecido nem compreendido por Franceses e Britânicos, e de que a Rússia tinha de parte do Ocidente um tratamento injusto. Nicolau perfilhava em particular a seguinte passagem, em que Pogodin arenga contra os padrões dúplices das potências ocidentais, que conquistavam colónias distantes, mas proibiam a Rússia de intervir em países vizinhos para proteger os seus irmãos de fé. Vale a pena fazer esta citação mais extensa, porque ela diz muito sobre os agravos da Rússia contra o Ocidente.

> A França toma a Argélia à Turquia, e quase todos os anos a Inglaterra anexa outro principado indiano: nada disto perturba o equilíbrio de poder; mas quando a Rússia ocupa a Moldávia e a

> Valáquia, embora apenas temporariamente, isso perturba o equilíbrio de poder… Os Ingleses declaram guerra aos Chineses [as Guerras do Ópio] que, ao que parece, os ofenderam: ninguém tem o direito de intervir; mas a Rússia é obrigada a pedir autorização à Europa se tem um conflito com um vizinho. A Inglaterra ameaça a Grécia para apoiar as falsas pretensões de um miserável judeu e queima a sua frota [referência ao Incidente Don Pacífico]: é uma ação legítima; mas a Rússia exige um tratado para proteger milhões de cristãos, e considera-se que isso reforça a sua posição no Oriente a expensas do equilíbrio de poder. Nada podemos esperar do Ocidente senão ódio cego e malícia, que nada compreendem e nada querem compreender (*comentário à margem de Nicolau I: «Está aqui toda a questão»).*
>
> Quem são os nossos aliados na Europa? (*comentário de Nicolau I: «Ninguém, e não precisamos deles se colocarmos nossa confiança em Deus, incondicional e voluntariamente»*). Os nossos únicos verdadeiros aliados na Europa são os Eslavos, nossos irmãos de sangue, língua, história e fé…
>
> Se não libertarmos os Eslavos e os trouxermos sob nossa proteção, então os nossos inimigos, os Ingleses e os Franceses… o farão em nossa vez (*comentário de Nicolau I*: «Absolutamente certo»).[175]

Mas as tropas russas avançaram rumo a Constantinopla, e não houve revolta nenhuma entre os eslavos dos Balcãs. O amor que teriam à Rússia não passava de um mito pan-eslavo. Mas a invasão desencadeou uma reação britânica. O ímpeto de intervir veio do ministro do Interior, Lorde Palmerston, defensor loquaz de uma ofensiva que pusesse a Rússia de joelhos, e que mereceu o forte apoio da imprensa russófoba britânica. Há anos que a imprensa vinha apresentando a Rússia como uma ameaça para os «princípios britânicos» – liberdade, comércio livre e civilização –, e para os interesses do império na Índia. Uma vez que os Britânicos se haviam decidido pela guerra, Napoleão concluiu que a melhor aposta seria juntar-se a eles para não perder os despojos do confronto.

Era o início da Guerra da Crimeia. Os Aliados planeavam destruir a base naval de Sebastopol para forçar os russos a retirar dos principados, embora Palmerston tivesse o objetivo mais ambicioso de desagregar o Império Russo dando a independência aos territórios que havia conquistado ao longo do passado século e meio. As forças aliadas desembarcaram na península da Crimeia no dia 8 de setembro de 1854. Depois de infligirem uma derrota pesada aos Russos no Monte Alma, montaram cerco a Sebastopol, iniciando um bombardeamento de escala industrial das defesas da cidade, cuja intensidade só viria a ter par na Primeira Guerra Mundial. Em setembro de 1855, as forças aliadas irromperam pelo Reduto

Malakhov, chave da defesa da cidade, forçando os Russos, exaustos, a deixar Sebastopol e pedir paz. Palmerston propôs continuar a guerra no Cáucaso e no Báltico para libertar esses territórios dos Russos, mas os Franceses deram-se por satisfeitos.

Nos termos do Tratado de Paris (1856), os Russos renunciaram a todas as reivindicações sobre Moldávia e Valáquia, que foram postas sob proteção das potências europeias, e acederam a desmantelar a Frota do Mar Negro, o que era uma humilhação para a Rússia. Nunca um desarmamento compulsivo fora alguma vez imposto a uma grande potência derrotada. Nem a França fora desarmada depois das Guerras Napoleónicas. A forma como a Rússia foi tratada não tinha precedente no Concerto da Europa, que se supunha que fosse norteado pelo princípio de que nenhuma grande potência devia ser humilhada pelas outras. Mas os aliados não consideravam que no caso da Rússia estivessem a lidar com uma potência realmente europeia. Equiparavam-na à China, a que tinham imposto condições igualmente humilhantes depois da Primeira Guerra do Ópio.[176]

Essa humilhação haveria de deixar um profundo e duradouro ressentimento em relação ao Ocidente, e ele perdura ainda hoje. Todo o discurso de Putin sobre os «padrões dúplices» e a «hipocrisia» do Ocidente, sobre a «russofobia» e o desrespeito pelo país, remontam a esta história. Nos anos de 1860 tais queixas foram amplificadas por escritores como Tiutchev, Danilevsky e Leontiev, que deturparam antigas ideias eslavófilas sobre o papel da Rússia como protetora dos valores cristãos contra o materialismo do Ocidente, para concluírem que este constituía uma ameaça. Em *A Rússia e a Europa* (1869), Danielsky argumentava que a Europa «não é apenas estranha, mas até hostil a nós; os seus interesses não podem ser os mesmos que os nossos, e em muitos casos serão opostos aos nossos».[177] Putin haveria de desenvolver estas e outras ideias semelhantes sobre o conflito da Rússia com o Ocidente liberal no rescaldo da Guerra da Crimeia.

Os defensores de Sebastopol tinham combatido com bravura e tenacidade, como Tolstoi revelou em *Relatos de Sebastopol* (1854-55), escrito quando era oficial do exército. Esses contos deram-lhe nome como escritor. Duzentos e cinquenta mil russos tinham dado a vida, e os seus cadáveres enchiam valas comuns a toda a volta de Sebastopol. O seu

heroísmo iria permitir aos nacionalistas russos proclamar uma vitória moral na Crimeia, ao reinventarem a história da guerra como lenda de uma Rússia a combater sozinha contra todas potências da Europa em defesa da sua fé ortodoxa. O espírito irredutível da cidade tornou-se central no mito da Rússia como derradeiro defensor dos valores genuinamente cristãos contra o materialismo do Ocidente.

A guerra expusera de forma brutal as múltiplas debilidades do país: a corrupção e incompetência dos comandos; o atraso tecnológico de exército e marinha; a rede rodoviária deficiente e a falta de caminhos de ferro, que explicavam os crónicos problemas de abastecimento; a pobreza dos servos mobilizados para o exército; a incapacidade da economia para sustentar um estado de guerra contra potências industriais; a debilidade das finanças nacionais; e os falhanços da autocracia. Os críticos concentraram-se no czar, cujas políticas arrogantes e voluntaristas – como agora eram vistas – tinham conduzido o país à derrota e ao sacrifício de tantas vidas. Até entre a elite governante, o fracasso do sistema de Nicolau começava a ser reconhecido. «Meu Deus, tantas vítimas», escrevia o censor czarista Alexandre Nikitenko no seu diário. «Tudo a mando de um querer louco, ébrio de poder absoluto… De que serviu tudo isso?»[178]

Nicolau morreu em 2 de março de 1855. Estivera de cama com gripe, mas saíra sem um casaco com temperaturas gélidas para inspecionar as tropas. Morreu de pneumonia. Correram rumores de que o czar se matara. Embora provavelmente falsos, os seus inimigos acreditaram neles, e neles viram o reconhecimento dos seus pecados. Fossem ou não verdadeiros, o facto é que Nicolau estava moralmente destroçado, cheio de remorsos pelo desastre militar que provocara. Ao longo de todo o reinado lutara contra a sombra de Napoleão, dando guerra às forças liberais do Ocidente em que via uma ameaça à sua amada Santa Rússia, para acabar por descobrir que essa era uma luta que não podia ganhar. A Santa Rússia era um mito.

O novo czar, Alexandre II, estava menos empenhando na autocracia, mas, ao contrário de seu pai, compreendia que eram necessárias reformas para a salvar. A derrota na Crimeia convencera-o de que a Rússia não conseguiria competir com as potências europeias enquanto não abolisse a servidão. Em termos económicos o sistema era indefensável; a fidalguia nunca aprendera a tirar lucro das suas próprias propriedades. Estava fortemente endividada para com o Estado, e este, por sua vez, estava

falido devido à guerra, mas consciente de que a abolição da servidão era essencial para uma economia de mercado de base agrária. Em termos morais, também não havia defesa para a servidão. Já ninguém tinha vontade de defender a servidão, muito menos a classe nobre ao serviço do Estado, imersa como estava nos valores culturais e éticos da Europa.

Além de todos estes argumentos havia a necessidade urgente de evitar outra Pugachevshchina, outra guerra de servos contra o Estado. Os soldados que haviam combatido na Guerra da Crimeia tinham sido levados a crer que seriam libertados; quando tal não aconteceu organizaram revoltas – cerca de 500 nos primeiros cinco anos do reinado de Alexandre.[179] Em março de 1856, pouco tempo decorrido desde a assinatura do Tratado de Paris, o novo czar advertiu os nobres: «Bem sabeis por vós mesmos que a ordem vigente de mandar em almas vivas não pode deixar de ser mudada. Melhor é abolir a servidão a partir de cima do que esperar o dia em que ela começará a abolir-se por si mesma a partir de baixo.»[180] Mas a abolição da servidão bastaria para resolver os problemas do campesinato?

---

153. M. Heller, *Histoire de la Russie et de son empire*, Paris, 1997, p. 616.

154. A. Czartoryski, *Mémoires et correspondance avec l'empereur Alexandre Ier*, 2 vols., Paris, 1887, vol. 1, p. 979.

155. Ver M.-P. Rey, *AlexAnder I: The Tsar Who Defeated Napoleon*, De Kalb, Ill., 2012, cap. 7.

156. Ibid., edição Kindle, loc. 6079.

157. ILR RAN, f. 57, op. 1, n. 63, l. 57 (Sergei Volkonsky).

158. A. Ulam, *Russia's Failed Revolutions: From the Decembrists to the Dissidents*, Nova Iorque, 1981, p. 5.

159. A. Sergeyev, «Graf A. Kh. Benkendorf o Rossii v 1827–30gg. (Yezhegodnyye otchoty tret'yego otdeleniya i korpusa zhAndarmov)», *Krasnyi Arkhiv* , vol. 37, 1929, pp. 131-74.

160. P. Squire, «The Metternich–Benckendorff Letters, 1835–1842», *Slavonic and East European Review*, vol. 45, n.º 105, julho de 1967, pp. 368-90.

161. N. Riasanovsky, *Nicholas I and Official Nationality in Russia*, Berkeley, 1959, p. 74.

162. K. Aksakov, *Polnoe sobranie sochinenii,* 2 vols., São Petersburgo, 1861, vol. 2, p. 292.

163. Baseado na lenda de que Pedro, *o Grande*, cobraria imposto por cada alma, imposto que no caso dos servos seria pago pelo amo, mesmo depois da morte do servo e até ao próximo censo. Era com essas almas que Chichikov pretendia fazer negócios duvidosos. (*N. do T.*)

164. N. Gogol, *Pis'ma*, 4 vols., São Petersburgo, s.d., vol. 2, p. 508.

165. P. Annenkov, *The Extraordinary Decade: Literary Memoirs*, Ann Arbor, 1968.

166. V. Belinskii, *Polnoe sobranie sochinenii*, 13 vols., Moscovo, 1953–9, vol.10, p. 212.

167. A Presniakov, *Emperor Nicholas I of Russia: The Apogee of Autocracy, 1825–1855*, Gulf Breeze, Fla., 1974, p. 56.

168. S. Monas, *The Third Section: Police And Society in Russia under Nicholas I*, Cambridge, Mass., 1961, p. 240.

169. AN, FO 195/332, *Colquhoun to Stratford Canning, 2 July 1849*.

170. W. Bruce Lincoln, *Nicholas I: Emperor And Autocrat of All the Russias*, De Kalb, Ill., 1989, p. 321; Monas, *The Third Section* pp. 142, 194.

171. J. e E. Goncourt, *Journal: Mémoires de la vie littéraire,* ed. Robert Ricatte, 3 vols., Mónaco, 1956, vol. 2, p. 499.

172. A. Taylor, *The Struggle for Mastery in Europe, 1848–1918*, Oxford, 1959, p. 49.

173. O. Figes*, Crimea: The Last Crusade*, Londores, 2010, p. 8.

174. A. Zaoinchkovskii, *Vostochnaia voina, 1853–1856,* 3 vols., São Petersburgo, 2002, vol. 2, p. 523.

175. Ibid., vol. 1, pp. 702-8.

176. Figes, *Crimea*, p. 442.

177. N. Danilevskii, *Russia And Europe: The Slavic World's Political and Cultural Relations with the Germanic-Romn West*, trad. S. Woodburn, Bloomington, Ind., 2013, p. 107.

178. A. Kelly, *Toward Another Shore: Russian Thinkers between Necessity and Chance*, New Haven, 1998, p. 41.

179. AHER, f. 914, op. 1, d. 68, ll. 1–2.

180. *Materialy dlia istorii uprazdneniia krepostnogo sostoianii pomeshchich'ikh krest'ian v Rossii v tsarstvovanii Imperatora Aleksandra II*, 3 vols., Berlim, 1860–2, vol. 1, p. 114.

7

UM IMPÉRIO EM CRISE

O Decreto de Emancipação foi proclamado em 19 de fevereiro de 1861. Só seria lido aos camponeses em 7 de março, primeiro dia da Quaresma, em que, segundo se pressupunha, eles o ouviriam num estado de espírito sereno e submisso comunicado pelos seus padres, a quem fora confiada tal missão. As expetativas eram muito altas. O campesinato pensava que ia obter a liberdade em relação aos terratenentes: já não teriam de trabalhar para eles ou pagar-lhes taxas, porque todas as terras lhes seriam dadas. Como as autoridades bem sabiam, o Decreto ficou muito aquém dessas esperanças utópicas. A fidalguia empenhara-se em limitar as reformas a cada estágio do processo legislativo, desde a Comissão Editorial de 1859 até ao Conselho de Estado de 1861. O resultado foi um compromisso que não satisfazia ninguém, e o campesinato menos que todos.

O decreto libertava os camponeses do vínculo aos terratenentes, mas atava-os juridicamente à comuna, que recebia parte das terras da fidalguia em propriedade comum. Os camponeses não recebiam a terra gratuitamente, como tinham esperado, mas mediante uma soma que a comuna tinha de pagar através de uma espécie de hipoteca ao Estado. As famílias membros da comuna eram solidariamente responsáveis por saldar tais pagamentos, bem como pelo pagamento de todos os impostos. Nove anos correriam sem que o *statu quo* se alterasse, enquanto comités de fidalgos locais iam decidindo que terras seriam transferidas para as comunas.

Quando as disposições do decreto foram lidas pelos padres, os camponeses levaram as mãos à cabeça, perplexos. Onde é que estavam as terras e a liberdade? Na aldeia de Bezdna, perto de Kazan, como em

muitas outras, os camponeses concluíram que o facto de os padres não terem falado neles queria dizer, ou que não tinham lido bem, ou que haviam recebido instruções da fidalguia para não mencionar essas disposições. Então, os camponeses foram em busca de leitores mais fiáveis. E encontraram um num camponês semiletrado e Velho Crente chamado Andrei Petrov. Depois de analisar a proclamação durante três dias, Petrov conseguiu interpretar as disposições de uma forma que dava aos camponeses o que eles sempre queriam ter ouvido. As novas da sua descoberta correram rapidamente. Acorreram camponeses vindos de todos os lados para ouvirem as tão desejadas «regras de ouro», nos termos das quais terras e liberdade lhes eram outorgadas pelo *czar-batiushka,* que no imaginário popular continuava a ser essa figura divina e paternal, a encarnação dos ideais de justiça, invocados e personalizados pelos líderes cossacos rebeldes de antanho. Os proprietários de terras ficaram alarmados. As tropas enviadas para Bezdna depararam com 5000 camponeses, seis vezes a população da aldeia, a defender a casa de Petrov para evitar a sua prisão. Os camponeses não quiseram saber das exigências do oficial do exército para que entregassem Petrov. Entoando *«volia,volia»* (liberdade, liberdade), responderam que antes a morte. Após várias advertências, os soldados abriram fogo contra a multidão: morreram 71 pessoas e centenas mais ficaram feridas antes que Petrov se rendesse.[181]

Houve distúrbios semelhantes em outras províncias. Entre março e maio, foram enviadas tropas para 718 povoações para esmagar manifestações de camponeses.[182] O perigo de uma revolução depressa passou, mas a desilusão dos camponeses deu um golpe mortal nesse mito do *czar-batyushka* que estiolou até à morte ao longo dos 50 anos subsequentes, período que cobrimos neste capítulo. Acresce que, depois da Emancipação, nunca mais os camponeses reconheceram verdadeiramente a propriedade fundiária da fidalguia. De tal forma se atrasaram no pagamento das hipotecas – um sinal de rejeição do que estava disposto, tanto como resultado de pobreza – que o governo acabou por cancelar a dívida no ano revolucionário de 1905.

A comuna emergiu da Emancipação como unidade administrativa básica nas zonas rurais. A *mir*, como era chamada, palavra que também significa «mundo» e «universo», regia todos os aspetos da vida dos camponeses: decidia sobre a rotação de culturas (o sistema de faixas de cultura em

campos abertos exigia uniformidade); administrava os bosques e as pastagens; tratava da manutenção de estradas e pontes; estabelecia sistemas de segurança social para viúvas e pobres; tratava do recrutamento militar; mantinha a ordem pública; e aplicava a justiça segundo o direito consuetudinário.

Na região agrícola central, em que a terra estava sobrepovoada, a comuna tentou reparti-la equitativamente redistribuindo de tantos em tantos anos as faixas de terra arável entre as famílias camponesas, em função da sua dimensão (normalmente determinada pelo número de «bocas», e outras vezes pelo de homens adultos trabalhadores). As origens desta prática igualitária estarão talvez relacionadas com o pagamento coletivo de impostos, e terá começado mais provavelmente com o imposto por cabeça introduzido em 1718.[183] Fazia sentido para a comuna atribuir mais terra às famílias maiores, que tinham de pagar uma fatia maior do imposto coletivo, e que tinham mais bocas a alimentar. As mudanças ocorridas ao longo do tempo no seio de cada família exigiam mudanças na distribuição de faixas aráveis para otimizar a capacidade da comuna de pagar impostos e de se bastar. Se as suas origens são de natureza prática, a repartição era, além disso, um reflexo da ideologia camponesa, uma forma primitiva de socialismo, que haveria de guiar as revoluções de 1905 e 1917.

Esta ideologia camponesa centrava-se em três ideias, que podem ser reconhecidas no direito consuetudinário, codificado por juristas em 1861. A primeira, era o conceito de propriedade familiar, a ideia de que todos os ativos da família (gado, alfaias, colheitas e edifícios, mas não os dotes das mulheres casadouras) se mantinham em propriedade comum, herdada por todos os filhos, com provisões especiais para filhas solteiras ou viúvas. A pertença à família camponesa era definida pela participação na sua vida económica («comer da panela comum»), mais do que por sangue ou relação de parentesco. A segunda ideia era o princípio trabalhista – basicamente, uma versão camponesa da teoria do valor-trabalho. Os camponeses atribuíam direitos ao trabalho na terra. Criam num vínculo sagrado entre os dois. A terra pertencia a Deus, não podia ser propriedade de alguém individualmente. Mas todas as famílias camponesas deveriam ter direito a alimentar-se com o fruto do respetivo trabalho na terra. Segundo este princípio, os terratenentes não tinham a propriedade legítima

da terra, e os camponeses com fome podiam a justo título reivindicar o direito a cultivá-la. Daqui resultava, portanto, uma batalha constante entre o direito escrito do Estado e o direito consuetudinário do campesinato, que este invocava para justificar as transgressões contra a propriedade dos terratenentes.

A terceira ideia tinha que ver com a forma como os camponeses aplicavam a lei consuetudinária, julgando os méritos do caso conforme a posição das partes litigantes. Deste ponto de vista, roubar a um homem rico era menos grave do que roubar a um homem que mal conseguisse sustentar a família. Vigarizar um vizinho era imoral, mas ludibriar um terratenente ou um funcionário do Estado não estava sujeito a censura ética segundo o direito consuetudinário. O campesinato rejeitava o Estado e o seu direito. Séculos de servidão tinham alimentado nele uma desconfiança profunda de toda a autoridade exterior à sua *mir*.[184]

A Emancipação não conseguiu resolver a questão fundamental: como poderia a crescente carência de terras por parte do campesinato ser reconciliada com o direito de propriedade dos terratenentes? O problema era especialmente agudo na região agrícola central, onde historicamente se situavam as grandes propriedades. A prática da partilha comunal incentivava os camponeses a terem famílias mais numerosas, principal critério para receber terras. O rápido crescimento da população campesina (dos 50 milhões de 1861 para os 79 milhões de 1897) resultou numa acentuada escassez de terras. No virar do século, já eram 7 por cento as famílias camponesas da região central que não tinham terra nenhuma, e uma em cada cinco tinha menos de um hectare. Embora a área média atribuída a cada família (de 2,9 hectares em 1900) fosse comparável em dimensão à dos minifúndios típicos de França e Alemanha, a agricultura do camponês russo era muito menos intensiva, com produtividades de searas de cerca de metade das conseguidas pelos agricultores da Europa. A charrua leve de madeira usada pelos russos, e puxada por um cavalo ou um par de bois era muitíssimo inferior às charruas metálicas pesadas, puxadas por duas ou três parelhas de cavalos, usadas na Europa ocidental.[185]

Na falta de capital para modernizar as respetivas explorações, a forma mais fácil que os camponeses tinham para se bastar era lavrar mais terras, a expensas do pousio e das pastagens. Mas isto só piorava a situação, pois

se traduzia na redução das cabeças de gado (principal fonte de fertilizantes) e no esgotamento dos solos. Em 1900, uma em cada três famílias camponesas não tinha um cavalo.[186] Eram eles próprios que puxavam as charruas para arar as terras.

Era tal a procura de terras por parte dos camponeses que estes se dispunham a pagar rendas excessivas aos proprietários. As rendas ficaram sete vezes mais caras entre 1861 e 1900.[187] O lucro fácil que obtinham com o arrendamento das terras desinteressou os proprietários de as explorarem eles próprios. De qualquer forma, o preço dos cereais baixara em todo o mundo. Mas tudo mudou nos anos de 1890, altura em que os preços subiram em flecha, encorajando a fidalguia a retomar para si a exploração da terra. Nas férteis estepes do sul, onde vias férreas e navios a vapor abriam rotas de exportação através do mar Negro, começaram a aparecer grandes herdades industriais que recorriam a nova maquinaria, em vez de mão-de-obra camponesa. O impacto no campesinato foi desastroso. Atingiu-o mais duramente numa faixa de províncias que ia de Saratov até Voronezh, Kursk e Poltava, entre o centro sobrepovoado a as novas explorações agrícolas do Sul da Rússia – por outras palavras, áreas em que os camponeses sofriam tanto de escassez de terras como da perda de trabalho em favor das máquinas. Foi nessas regiões que a revolta camponesa foi mais violenta em 1905 e 1917.

*

A Emancipação foi a primeira de uma série de reformas dos anos de 1860, as chamadas Grandes Reformas. O seu objetivo principal era a concessão de garantias dentro da moldura da autocracia. Um dos problemas do sistema czarista era a ausência de instituições provinciais a que pudesse confiar a afirmação da sua influência e a governação local. Já analisámos este problema, mais recentemente a propósito do reinado de Catarina, *a Grande*, quando as debilidades dos governos provinciais ficaram bem patentes com a Revolta de Pugachev. As Grandes reformas visavam evitar que isso voltasse a acontecer.

Uma lei de 1864 instituiu um novo sistema de autodeterminação na maior parte das províncias russas, os conselhos rurais ou *zemstvos*. Sendo a eleição subordinada ao património dos candidatos, os *zemstvos* (cujo nome derivava da palavra russa para terra, *zemlia)* eram dominados pelos

proprietários de terras. Os conselhos tinham atribuições apenas de nível provincial e distrital (abaixo disso as comunas camponesas autogeriam-se sob supervisão informal de magistrados da fidalguia e inspetores de polícia). As reformas judiciais introduzidas nesse mesmo ano criaram um sistema judicial independente com julgamentos com júri. Nova legislação veio conceder maior autonomia às universidades (1863), alargar o ensino primário (1864), aliviar a censura (1865) e introduzir o serviço militar obrigatório (por períodos de até sete anos), em vez do antigo sistema de recrutamento exclusivo de servos (1874). O objetivo destas reformas era, nas palavras de um jurista progressista, «repor em pé uma sociedade reprimida e humilhada e deixá-la exercitar os músculos».[188]

Tivesse o espírito dos anos de 1860 continuado a informar o trabalho do governo, e talvez a Rússia se tivesse tornado uma sociedade mais liberal. Durante o reinado de Alexandre (1855-81) também se registou um aumento da «esfera pública» (para adotar o conceito de Jürgen Habermas).[189] A sociedade civil começou a organizar-se e a ter representação através de instituições de sua iniciativa – organizações profissionais, sociedades de voluntariado e beneficência, corpos de *zemstvo,* universidades e uma imprensa florescente, incluindo «jornais espessos», os parlamentos literários da *intelligentsia*, por meio dos quais a opinião pública se tornava uma força que o Estado não podia ignorar. A Rússia ia desenvolvendo, por fim, as instituições civis de que qualquer país necessita para construir uma democracia política.

O maior potencial para este desenvolvimento liberal estava nos *zemstvos*. Geridos por esse tipo de fidalgos que enche os livros de Tolstoi e Tchekov – homens bem-intencionados que sonhavam trazer a civilização aos campos –, os *zemstvos* fundavam escolas e hospitais, providenciavam serviços veterinários e agrícolas, financiavam créditos rurais, e realizavam todo o tipo de análises estatísticas sobre todos os aspetos da economia agrícola, com o objetivo de melhorar a condição do campesinato.

O «liberalismo de pequenos feitos» dos *zemstvos* provinciais não constituía ameaça para o Estado central. Aliás, tendo em conta que a debilidade central do sistema czarista era a subgovernação local, ele era uma contribuição decisiva. O Estado deixou de estar presente nas oitenta e nove províncias. Nem as capitais distritais, nem as povoações *volost* rurais tinham quaisquer funcionários permanentes do czar. Havia apenas uma

série de magistrados que apareciam de tempos em tempos para alguma missão específica, normalmente para resolver conflitos locais, e que logo desapareciam. A imagem comum do regime czarista como omnipresente e todo-poderoso era em grande medida uma invenção de revolucionários que passavam a vida no temor, e na clandestinidade. A realidade era muito diferente. Para cada 1000 habitantes do império russo havia apenas quatro funcionários do Estado na viragem para o século XX, em comparação com os 7,3 de Inglaterra e País de Gales, os 12,6 da Alemanha, e os 17,4 de França. Para uma população rural de 100 milhões de pessoas, a Rússia não tinha em 1900 mais do que 1852 sargentos de polícia e 6874 agentes. Em média, cada agente era responsável pelo policiamento de 50 000 pessoas em dezenas de povoamentos espalhados por 5000 quilómetros quadrados.[190]

Em tal espaço, os *zemstvos* tinham uma enormidade de trabalho a fazer. Estavam, porém, condicionados pelo valor de impostos que conseguiam cobrar dos proprietários de terras locais, cujos membros mais reacionários se recusavam a pagar o bem-estar do campesinato. Defrontavam, além disso, crescente oposição por parte do Ministério do Interior, que via neles terreno fértil para revolucionários. A principal preocupação eram os empregados dos *zemstvos* (professores, médicos, especialistas de estatística, engenheiros e agrónomos), apelidados de Terceiro Elemento. Ao contrário dos dois primeiros elementos, os administradores e os responsáveis eleitos, na sua maioria proprietários, estes empregados vinham maioritariamente das cidades. Muitos deles tinham até sido exilados para os campos por envolvimento em manifestações de estudantes ou outras atividades radicais. Através do seu trabalho nos *zemstvos* esperavam servir a causa do povo.

Foi este o ambiente em que o populismo emergiu como ideologia. Assentava numa visão do campesinato e dos seus costumes igualitários como modelo para uma sociedade socialista, que, criam os populistas, poderia vingar na Rússia, a qual não teria de sofrer os efeitos negativos do capitalismo experimentados no Ocidente.

No cerne dessa visão estava um novo mito reformulador da história: o povo simples da Rússia como veículo dos ideais socialistas. A *intelligentsia* populista idolatrava os camponeses. Enchia as suas bibliotecas com livros sobre folclore, estudava os mitos, os provérbios e as

canções camponesas, e as suas leis consuetudinárias. Afligidos da culpa do privilégio, dedicavam a vida ao serviço da causa do povo.

A partir desta ideologia de contornos indefinidos, o populismo evoluiu para um movimento político, o primeiro movimento realmente socialista da Rússia. Os estudantes assumiram a vanguarda. Durante o «verão louco» de 1874, milhares de estudantes viraram costas às salas de aulas e rumaram aos campos, na esperança de converter os camponeses à luta revolucionária. Vestidos como camponeses, aprenderam ofícios rurais para serem mais úteis aos camponeses, e levaram consigo livros para os ensinar a ler. Os estudantes foram acolhidos com desconfiança pelos aldeões. «O socialismo», escreveria mais tarde um dos populistas, «ricocheteia nos camponeses como ervilhas numa parede. Ouviam a nossa gente como ouvem os padres, respeitosamente, mas sem que isso tenha a menor influência no seu pensamento ou nos seus actos».[191] A maioria dos ativistas foi levada pela Polícia, algumas vezes por denúncia dos próprios aldeões.

Estes encontros deram que pensar e provocaram uma cisão no movimento. Uns, continuaram empenhados na tarefa de converter os camponeses através de propaganda e «pequenos feitos». Era a única forma, diziam eles, de construir um movimento democrático e social, a única garantia contra o uso de violência. Outros, receavam que esse processo fosse demasiado moroso, e que a Polícia sempre estivesse em vantagem, e defendiam uma estrutura partidária mais restrita que organizasse a revolta política, atos de terror e um golpe de Estado. Só quando o Estado policial ficasse paralisado é que os camponeses se juntariam à sua causa.

Um dos principais teóricos desta estratégia golpista, Petr Tkachev, viria a ter enorme influência sobre Lenine, que lhe ficou a dever tanto como a Marx. Depois do fracasso do movimento «Ao Encontro do Povo», como os acontecimentos de 1874 ficaram conhecidos, Tkachev concluiu que aqueles métodos eram demasiado lentos. Antes que se conseguisse organizar uma revolução social, e em resultado do desenvolvimento capitalista, ainda surgiria uma classe de camponeses mais ricos, com interesse no *statu quo*, e que afirmaria o seu domínio sobre os campos. Tkachev propunha um golpe de estado realizado por uma vanguarda disciplinada, que instituiria uma ditadura que daria guerra civil aos ricos,

antes de tratar da engenharia da criação de uma sociedade socialista. Proclamava que a situação estava madura para a realização desse golpe, visto que, para além de uma débil classe terratenente, não existia qualquer força social preponderante decidida a defender a monarquia. Adiar seria fatal, argumentava Tkachev, porque cedo apareceria uma tal força, a burguesia, apoiada pela pequena-burguesia campesina, e gerada pelas novas forças de mercado da Rússia.

A consequência imediata desta viragem para métodos golpistas foi uma onda de ataques terroristas contra figuras do governo, muitos deles por um grupo, o Vontade do Povo (Narodnaya Volia), que matou o czar em 1881. Já antes fizera uma série de atentados contra a vida de Alexandre quando um dos seus agentes atirou uma bomba contra a carruagem do monarca em São Petersburgo, matando um dos cavaleiros cossacos que a flanqueava. Quando o imperador surgiu, ileso, outro agente lançou uma segunda bomba que lhe arrancou as pernas e rasgou o abdómen. Levado numa maca para o Palácio de Inverno, próximo do local, morreu pouco depois vítima dos ferimentos.

É difícil pensar em momento mais decisivo na história da Rússia. No dia em que foi morto, 1 de março, o czar tinha aprovado uma reforma que incluiria representantes eleitos dos *zemstvos* e dos conselhos urbanos numa nova assembleia consultiva. Embora fosse uma reforma modesta, de forma alguma indiciadora da criação de uma monarquia constitucional, ela mostrava, ao menos, que Alexandre se dispunha a envolver o público no exercício da governação. Em 8 de março, a proposta foi rejeitada pelo filho e herdeiro, Alexandre III, numa reunião de grão-duques e ministros. O crítico mais influente e reacionário, Konstantin Pobedonostsev, procurador do Santo Sínodo, advertiu que a aceitação daquela reforma representaria um primeiro passo decisivo na via de um governo constitucional. Naquele tempo de crise, defendeu ele, a Rússia precisava, não de «conversa fiada», mas sim de ações firmes de governação. Desde esse momento, o novo czar, que reinaria de 1881 a 1894, tomou um rumo inflexível de reação política para restaurar o princípio autocrático.

Alexandre era um homem de aspeto gigantesco que adorava entreter os companheiros de bebida a arrombar portas e a torcer colheres entre os dedos. Tinha exatamente a figura que se esperaria de um czar, severo e feroz, com uma espessa barba a emoldurar um rosto quadrado. Nutria um

desprezo evidente não apenas por *zemstvos*, mas por todos os níveis da hierarquia, que considerava barreiras entre o czar e o povo. Introduziu uma série de «contrarreformas» para fortalecer as formas de poder pessoal («verticais de poder», como Putin lhes chamaria) e debilitar os organismos representativos. Os governadores provinciais receberam novos poderes sobre os *zemstvos* e os conselhos urbanos, a que reduziram os orçamentos e cujas atividades obstruíram ao sujeitarem-nos a frequentes rusgas policiais, com detenção de muitos dos funcionários por suspeita de serem revolucionários. Os governadores nomearam capitães da fidalguia local, que governaram as terras como «pequenos czares». Entre os seus amplos poderes estava o direito de anular as decisões das comunas, de demitir funcionários eleitos pelo campesinato, e de intervirem como juízes nas disputas comunais. Até 1904, tiveram até competência para mandar flagelar camponeses por delitos menores. Não é possível exagerar o impacto que tiveram esses castigos corporais – décadas após a Emancipação. Eles mostraram aos camponeses que a violência era a base do poder do Estado, e que a violência era a única forma de libertação. Certo camponês escreveu que os homens da sua aldeia tinham visto a nomeação dos capitães da terra como «um regresso aos tempos da servidão, quando o fidalgo e dono tudo podia na aldeia». Não teria sido possível inventar forma menos eficaz de afirmar a soberania do czar nos campos.

O mesmo pode dizer-se das políticas do regime para as minorias étnicas. Até 1881, o governo implementou políticas diferenciadas em relação às nacionalidades. Elas iam do controlo informal até à russificação em grande escala. A Finlândia, por exemplo, beneficiava de maior autonomia governativa e cultural do que qualquer outra parte do império (mais, até, do que os Irlandeses sob o Império Britânico), porque ao conquistarem a Suécia, em 1808-9, os Russos tinham confirmado o grosso dos direitos e privilégios antes concedidos aos Finlandeses pelos Suecos. Nas províncias bálticas, a lealdade das elites alemãs foi recompensada pelos czares, que defenderam os seus direitos contra os movimentos nacionalistas embrionários na Estónia e na Lituânia. Na Ásia Central, conquistada pelos Russos na década de 1860, o governo imperial teve igual cuidado em não ofender as sensibilidades muçulmanas. Governava através de instituições, mesquitas e madrassas islâmicas, e incorporou na lei os costumes tribais, o

que lhe permitiu governar de forma relativamente pacífica.[192] No Cáucaso, ao contrário, a população muçulmana nunca foi pacificada depois da conquista gradual da região no tempo de Catarina, *a Grande*, e os Russos viram-se em guerra permanente contra as tribos das montanhas. Também a Polónia era um cenário de guerra, sobretudo depois do levantamento polaco de 1863, altura em que Alexandre III intensificou a russificação das províncias ocidentais, áreas onde os proprietários de terras polacos se mantinham fortemente nacionalistas. A língua russa foi tornada obrigatória em escolas e serviços públicos. Os alunos polacos da universidade de Varsóvia tiveram de suportar a indignidade de estudar a sua literatura nacional em traduções russas. Nas estações de caminho de ferro, nos restaurantes e nas lojas polacas havia sinais a proibir o uso da língua polaca.

O assassinato do czar levou a novas medidas repressivas. Agora, mais do que nunca, algumas nacionalidades (polacos, arménios, judeus) eram consideradas desleais, identificadas com o movimento revolucionário e sujeitas a limitações e proibições linguísticas que se tornaram ainda mais absurdas. Na escola religiosa de Gori, que Estaline começou a frequentar em 1888, os rapazes eram obrigados a falar russo em todas as situações, e eram vergastados pelos mestres caso lhes fugisse a boca para o georgiano. Durante a epidemia de cólera de 1907 na região de Kiev, os médicos estavam proibidos de redigir em ucraniano os avisos para não beber águas não tratadas. Mas os camponeses não sabiam ler russo, e muitos morreram em consequência disso.

De todas as minorias nacionais do império, quem mais sofreu foram os judeus, que estavam na base da hierarquia racial do império. Desde a incorporação na Rússia resultante da partição da Polónia, os judeus tinham sido sujeitos a um conjunto abrangente de restrições e discriminações, que em finais do século XIX já somavam 1400 estatutos e regulamentações diferentes. Estavam proibidos de ter propriedade de terras, e de desempenhar cargos públicos ou servir como oficiais do exército; havia quotas limitadas de admissão em universidades e estabelecimentos de ensino superior; e estavam obrigados por lei a viver nas quinze províncias imperiais do ocidente que constituíam a Zona de Assentamento. Culpados por «patriotas» russos pelo assassinato de Alexandre II, os judeus foram vítimas de centenas de *pogroms* no ano de 1881. Haveria de haver muitos

mais, sobretudo em 1905-6 e 1917-21, quando a violência antijudaica se tornou parte substancial da atividade contrarrevolucionária. Os dois últimos czares encorajavam essas ações. Nicolau II, sobretudo, via os *pogroms* como demonstrações de lealdade de parte do «povo simples e bom» da Rússia. E tornou-se patrono da União do Povo Russo, formada em 1905, e que viria a instigar mais do que um *pogrom*.

Não surpreenderá, portanto, que os judeus tivessem lugar destacado entre o movimento revolucionário clandestino. O movimento marxista era particularmente atrativo para os judeus. A Liga Trabalhista Judaica foi o primeiro partido de massas marxista da Rússia. Criado em 1897, em 1905 contava já 35 000 membros. Os judeus ocupavam posições destacadas na liderança de mencheviques e bolcheviques, as duas principais fações do Partido Trabalhista Social-Democrata (os SD). O que mais atraía os judeus na causa marxista era a sua natureza europeia. Enquanto o populismo propunha um socialismo assente na Rússia camponesa, terra dos *pogroms*, o marxismo baseava-se numa visão moderna e ocidental da Rússia. Prometia assimilar os judeus num movimento universal de libertação humana, baseado no internacionalismo.

Mas não foram apenas os judeus a radicalizar-se depois de 1881. Através de todo o império, as campanhas de russificação empurraram os não-russos para a criação de partidos nacionalistas: os Sociais Democratas, na Finlândia e nos territórios bálticos; os Socialistas, na Polónia; o Partido Revolucionário Ucraniano; os Sociais-Democratas Georgianos (com o jovem filiado Estaline); e os Dashnaks, na Arménia. Em todas essas sociedades, as divergências nacionais eram acentuadas pelas diferenças de classe: a classe operária e o campesinato indígenas estavam maduros para serem atirados contra os estrangeiros proprietários de terras, ou homens de negócios ou representantes da autoridade. Os movimentos nacionalistas mais bem-sucedidos combinavam as lutas dos camponeses por terra, especialmente onde ela era propriedade de estrangeiros, com as reivindicações de direitos linguísticos indígenas, que permitissem ao campesinato pleno acesso a escolas, tribunais e governo. Esta combinação foi a chave do êxito do movimento nacionalista ucraniano, que organizou os camponeses contra os proprietários de terras estrangeiros (russos e polacos, sobretudo). Não é coincidência que os primeiros levantamentos camponeses de 1905 tenham eclodido em

primeiro lugar nas regiões da Ucrânia em que o movimento nacionalista estava mais avançado.

*

Em 1903, foi realizado um inquérito muito revelador nas escolas das aldeias russas. Os investigadores perguntaram às crianças o que queriam ser quando fossem grandes. Foram menos de 2 por cento os que responderam que queriam ser camponeses, como a maior parte dos pais. Quase metade deles estava decidida a ter um trabalho na cidade. «Quero ser empregado de balcão», respondeu um dos rapazes, «porque não gosto de andar com os pés na lama. Quero ser como aquelas pessoas da cidade que andam de roupas limpas».[193] O desejo que tinham de ascensão social era sinónimo de um emprego na cidade. Praticamente qualquer trabalho na cidade lhes parecia preferível comparado com as agruras e rotinas da vida de camponês.

Milhões de camponeses afluíram às cidades, uns levados pela ambição, outros forçados a deixar os campos devido à sua sobrepopulação. De 1861 a 1914 a população urbana do império aumentou de 7 para 28 milhões de pessoas. Primeiro, vieram os jovens, depois os homens casados, depois as raparigas solteiras, que trabalhavam sobretudo em serviços domésticos, e, por fim, as mulheres casadas com os respetivos filhos. Os migrantes rurais tentavam manter ativas as suas explorações agrícolas tanto tempo quanto possível, mediante trabalhos pagos na cidade. Enviavam o que ganhavam para as aldeias de origem, a que eles próprios regressavam no tempo das colheitas. Como em todas as sociedades em desenvolvimento, havia um constante vaivém entre cidade e campo.[194]

As condições de trabalho nas fábricas eram atrozes. Segundo o conde Witte, ministro das Finanças que supervisionava o crescimento das indústrias nos anos de 1890, o operário, «criado nos hábitos frugais da vida rural» deixava-se «muito mais facilmente satisfazer» do que os seus pares na Europa ou na América do Norte, pelo que «os baixos salários pareciam uma dádiva afortunada da Rússia empresarial».[195] Era escassa a regulamentação do trabalho fabril. Os benefícios obtidos pelos operários britânicos dos anos de 1840, e pelos alemães na década de 1880, continuavam fora do alcance dos operários russos no dealbar do século. Os dois diplomas legais mais importantes sobre indústria fabril – um, de

1885, proibindo o trabalho noturno para mulheres e crianças, e outro, de 1897, limitando o trabalho diurno a onze horas e meia – tiveram de ser arrancados a ferros. As pequenas oficinas estavam excluídas dessa legislação, embora empregassem a maior parte da mão-de-obra, sobretudo a feminina. As zonas de trabalho mal arejadas acumulavam emanações tóxicas, os chãos de fábrica enchiam-se de maquinaria perigosa. As greves eram ilegais. Os sindicatos, proibidos. E, no entanto, havia mais greves na Rússia do que em qualquer outro país da Europa.

Muitas dessas greves eram organizadas por trabalhadores com ligações aos círculos de propaganda marxista, a maioria deles formados por intelectuais. Foi nesse contexto que Lenine – ou Ulianov, como então era conhecido – entrou na ação política revolucionária.

Ao contrário do que diz o mito soviético, segundo o qual era um teórico marxista desde a infância, Lenine chegou tarde à atividade política. Nascera em 1870 no seio de uma família respeitada e próspera de Simbirsk, uma típica cidade de província do Volga. O pai era inspetor das escolas primárias do distrito de Simbirsk. No último ano do ensino secundário, num liceu de classe média, Lenine foi altamente elogiado pelo reitor, que, por uma dessas estranhas coincidências históricas, era pai de Alexandre Kerensky, o primeiro-ministro que Lenine viria a derrubar em outubro de 1917. O Kerensky-*père* descrevia Lenine como um «aluno exemplar… nunca dando motivo de insatisfação, por palavras ou atos, às autoridades escolares», e atribuía isso à sua «educação moral e religiosa». O jovem foi admitido como lente de Direito na Universidade de Kazan. Tudo indicava que seguiria as pisadas de seu pai, conseguindo uma carreira distinta na burocracia imperial.[196]

A vida encantada de Ulianov teve um fim abrupto em 1887, quando o seu irmão mais velho, Alexandre, foi executado por envolvimento numa conspiração falhada para matar o czar. A conspiração era obra de 72 estudantes da Universidade de São Petersburgo, onde Alexandre estudava Ciências desde 1883. Fora ele quem fizera as bombas que planeavam atirar contra a carruagem do czar no dia 1 de março, sexto aniversário do assassinato de Alexandre II pelo grupo Vontade do Povo, uma organização que ele idolatrava. A conspiração pôs fim às esperanças de Lenine de licenciar-se em Direito (foi expulso da Universidade de Kazan), e catapultou-o para o movimento revolucionário de São Petersburgo.

Tal como o irmão, a sua primeira inclinação foi adotar os métodos violentos do Vontade do Povo. Quadravam bem com a sua personalidade, que era amarga, feroz e dogmática, e endurecida pelo ódio ao sistema czarista ou a quem quer que o aceitasse. Fora este mesmo homem que certo dia, após ouvir em concerto a *Sonata Apassionata* de Beethoven, dissera que não podia ouvir música muitas vezes, porque «nos dá vontade de dizer coisas bondosas e estúpidas, e afagar as cabeças das pessoas, quando o que temos a fazer agora é bater-lhes na cabeça, bater-lhes sem piedade».[197] Lenine chegou até Marx já armado de algumas ideias feitas. Todos os elementos principais da sua ideologia – a tónica na necessidade de uma «vanguarda» disciplinada; a crença de que a ação (o «fator subjetivo») conseguiria alterar o curso da história; a defesa do terror e da ditadura; o desprezo por democratas (e pelos socialistas que se aliassem a eles) – resultavam não apenas de Marx, mas de Tkachev e do Vontade do Povo. Lenine injetou uma dose carateristicamente russa de política conspirativa numa dialética marxista que, não fora isso, poderia ter-se mantido passiva, enleada na disposição de esperar pela revolução para se desenvolver na sociedade, em vez de o conseguir através da intervenção política. Não foi o marxismo que fez de Lenine um revolucionário, mas sim Lenine que tornou revolucionário o marxismo.

Há pelo menos uma dúzia de anos que existiam grupos marxistas, quando o Partido Social-Democrata Russo, os SD, foi formado em 1898. Era um partido liderado por intelectuais, e que concentrava esforços na formação de uma vanguarda politicamente educada da classe operária, que organizaria os trabalhadores das fábricas para a luta revolucionária. O problema era que os operários letrados tendiam a preocupar-se mais com negociações para melhores salários e condições de trabalho do que com a atividades políticas, e eram representados por um grupo de marxistas chamados Os Economistas. Lenine atacou-os com o tipo de violência que haveria de ser marca registada da sua retórica, declarando que aquelas táticas pacíficas acabariam por minar o movimento revolucionário, que assentava num partido dos trabalhadores que estivesse pronto para o combate.

Que tipo de partido tinha Lenine em mente, foi coisa que ele revelou em 1902 num panfleto intitulado *Que Fazer?* O que queria eram seguidores que devotassem toda a vida à causa do Partido. Tinha de ser um partido

pequeno e clandestino composto de revolucionários convictos (fossem eles trabalhadores, ou, mais provavelmente, intelectuais) que compreendessem a «bela arte de não ser preso».[198] Ao tempo, ninguém compreendeu completamente o alcance deste princípio. Ele só se tornaria claro no Segundo Congresso do Partido SD, realizado em Londres, em 1903. O partido estava dividido sobre quais eram as obrigações dos seus membros. Lenine queria que todos os membros fossem ativistas, enquanto Yuli Martov, seu aliado na luta contra Os Economistas, defendia que qualquer pessoa podia aderir ao partido desde que subscrevesse as suas orientações políticas. Eram duas posições opostas sobre o que o partido deveria ser: uma organização conspirativa ou um partido parlamentar com larga base, como os partidos trabalhistas do Ocidente. Lenine ganhou por escassa maioria, o que permitiu que a sua fação passasse a designar-se Bolcheviques (Maioritários). Os adversários ficaram conhecidos como Mencheviques (Minoritários). Foi um erro da parte dos mencheviques aceitarem aquelas classificações, que os classificavam desde logo como perdedores.

Outros partidos iam nascendo por essa altura. A grande fome de 1891 politizara a sociedade, enfurecida com a incapacidade do governo para lidar com a crise, que muitos atribuíam aos impostos excessivos sobre o campesinato. Os *zemstvos* alargaram as suas atividades para lidarem com a catástrofe. Assumindo um papel de governo-sombra, exigiram a formação de uma assembleia nacional para participar na elaboração das políticas nacionais. As profissões, por seu lado, formaram sindicatos, os primeiros sindicatos da Rússia (que a partir daí seriam chamados *profsiuzy,* ou sindicatos profissionais), e exigiram maior participação nas políticas públicas. As universidades foram abaladas por manifestações de estudantes entre 1899 e 1901. Estudantes e professores filiaram-se na União da Libertação, constituída em 1903 para fazer campanha por uma constituição, e da qual nasceria em 1905 o partido dos DK (Democratas Constitucionais). Outros, juntaram-se ao Partido Socialista Revolucionário (SR), criado em 1901. Os SR perfilhavam a tradição populista, mas propunham-se liderar a «mão-de-obra pobre», ou seja, operários e camponeses.

Nicolau II não estava disposto a aceder a essas reivindicações de reformas políticas. Em 1894, aquando da subida ao trono, jurara fazer

cumprir os princípios autocráticos de seu pai. Era firme crente no mito medieval do czar como instrumento de Deus, ungido divinamente para governar a Rússia como seu domínio pessoal. Com o tutor, o arquirreacionário Pobedonostsev, aprendera a ver a sua soberania como absoluta, sem quaisquer limites impostos por hierarquia, parlamento ou opinião pública, e guiada apenas pela sua consciência perante Deus. E não via necessidade alguma de adaptar a governação às exigências do mundo moderno.

Aqui estavam as raízes da crise revolucionária, neste crescente conflito entre uma cultura e uma sociedade dinâmicas, por um lado, e, por outro, uma monarquia reacionária, fossilizada no seu conceito de autocracia, e que haveria de resistir, até ser demasiado tarde, a quaisquer exigências dessa esfera pública emergente de maior participação na governação.

No domingo, 9 de janeiro de 1905, uma grande multidão de trabalhadores marchou rumo ao Palácio de Inverno para entregar uma petição ao czar, um costume do povo russo que remontava há séculos, como antes vimos. Eram chefiados por um padre, de nome Gapon, que ganhara fama como pregador nos distritos fabris de São Petersburgo. O padre Gapon dissera aos seus seguidores, em linguagem simples, que o *czar-batiushka,* o czar-paizinho, corresponderia aos seus pedidos se a ele se dirigissem como suplicantes, pois era essa a sua obrigação perante Deus. A petição pedia humildemente uma melhoria das condições de trabalho, que se tinham tornado intoleráveis: «SIRE», começava a súplica, «Nós, trabalhadores e habitantes de São Petersburgo, de várias condições, nossas esposas, nossos filhos, e nossos idosos e indefesos pais, acorremos a VÓS, SIRE, em busca de justiça e proteção. Estamos empobrecidos, estamos oprimidos, estamos sobrecarregados de labor excessivo, e somos tratados com desprezo [por nossos empregadores]».[199]

Acontece que o czar estava ausente da capital. Fora para o palácio de Czarkoe Selo [Vila do Czar] para o habitual descanso de fim-de-semana, com passeios pelo campo e jogos de dominó em família. A ordens suas, os soldados bloquearam os principais acessos ao centro da cidade, e dispararam contra a multidão para a fazer retroceder. Na Praça do Palácio, foi posicionado um enorme corpo de cavalaria e montados vários canhões em frente do Palácio de Inverno para travar os que conseguissem passar, ainda cerca de 60 000 manifestantes. Os soldados tentaram dispersar a

multidão a golpes de chicote. Nada conseguindo, tomaram posições de fogo. Os manifestantes caíram de joelhos descobriram a cabeça, e benzeram-se. Soou um clarim e os disparos começaram. Cerca de mil pessoas foram abatidas ou feridas nesse Domingo Sangrento, como a ocasião ficaria conhecida.

Quando o tiroteio por fim cessou, e os sobreviventes olharam em redor os mortos e feridos estendidos no chão, esse foi um momento decisivo da verdade, o ponto de partida de qualquer revolução, a altura em que o estado de espírito muda da incredulidade para a ira e o ódio. Nesse exato momento, o mito popular do czar-paizinho, que sustentara a monarquia durante séculos, foi finalmente destruído.[200] O povo acabara de descobrir que não havia santo czar nenhum.

A sociedade ficou escandalizada com o massacre. Os estudantes transformaram as universidades em bastiões de oposição ao governo, e o governo fechou-as. As organizações profissionais organizaram uma União de Sindicatos nacional, a que aderiram os primeiros sindicatos operários. Por toda a parte rebentaram greves e manifestações. Montaram-se barricadas em Varsóvia e Lodz, e os nacionalistas aproveitaram a oportunidade para organizar uma revolta contra o jugo russo. Também os camponeses tentaram a sorte: atacaram várias propriedades, saqueando bens, lançando fogo às mansões dos proprietários e pondo-os em fuga. Foram destruídas quase 3000 mansões, a maior parte na região agrícola central, durante essa *jacquerie* camponesa de 1905.

O exército foi mobilizado para esmagar as revoltas, mas as melhores tropas estavam na Manchúria, a travar uma guerra desastrosa contra o Japão, iniciada em 1904 devido às reivindicações das duas potências sobre Manchúria e Coreia. Os reservistas que tinham ficado eram inexperientes, eram, muitos deles, filhos de camponeses, e opuseram-se a serem utilizados contra os seus pares, recusando cumprir as ordens. Os motins alastraram a todo o exército, e rebentaram depois no mar Negro, em junho, com a célebre revolta dos marinheiros do couraçado *Potemkin.*

Com o envolvimento dos socialistas, as greves foram-se tornando mais organizadas e reivindicativas. Em setembro, houve uma greve geral, iniciada pelos trabalhadores da imprensa de Moscovo, a que logo se juntaram os trabalhadores ferroviários e milhões mais de outros – empregados de balcão, bancários e trabalhadores de escritório,

professores, lentes, até os atores do Teatro Imperial de São Petersburgo. Era uma greve nacional contra o governo. Em São Petersburgo, a greve foi dirigida por um Soviete de representantes dos Trabalhadores, um conselho de socialistas e trabalhadores formado *ad hoc*, dominado pelos mencheviques e chefiado por Leão Trotsky (ao tempo um menchevique), que publicava um jornal próprio, o *Izvestiia.*

Até então, o regime reagira à crise com incompetência, e cego à realidade. Nicolau recusava-se a reconhecer o perigo em que estava. Pensava que os protestos tinham sido organizados por revolucionários estrangeiros, e não tinham o apoio do povo russo, o qual, evidentemente, lhe era leal. Mas a greve geral obrigou-o, por fim, a dar ouvidos aos seus ministros, que o avisaram de que perderia o trono se não fizesse reformas políticas. Em 17 de outubro, relutantemente, o czar aceitou subscrever um manifesto redigido pelo conde Witte, primeiro-ministro, que concedia liberdade de expressão, reunião e culto religioso, e criava um parlamento legislativo, a Duma. A lei eleitoral para a Duma, aprovada em dezembro, dava direito de voto à maioria dos homens (mas não às mulheres) maiores de 25 anos, mas criava seis colégios eleitorais para fazer pender a votação em favor dos proprietários de terras.

O anúncio do Manifesto foi recebido com júbilo nas ruas. Houve uma sensação de união nacional, um sentimento de que todas as classes sociais se uniriam com esta «vitória do povo», bem expresso no quadro de Repin, *O Manifesto de 17 de Outubro.*[201] Mas esse sentimento era ilusório, e a unidade do povo não passava de mais um mito. Para as elites proprietárias, cujos interesses eram políticos, o Manifesto era, de facto, um grande passo, talvez mesmo o fim da sua luta. Mas para os operários e camponeses, as reformas não traziam qualquer solução para os respetivos agravos. Onde estavam as oito horas diárias de trabalho, e o melhor tratamento que mereciam? Onde estava a terra para os camponeses? A luta deles estava apenas no começo.

*

A era parlamentar da Rússia iniciou-se com uma cerimónia comemorativa da criação da Duma realizada no Sala da Coroação do Palácio de Inverno, em 27 de abril de 1906. A um lado do salão, perfilavam-se os grandes e melhores da Rússia autocrática: ministros, conselheiros de Estado, velhos

e encanecidos dignitários da corte, todos eles ostentavam os seus brilhantes uniformes de gala. Frente a eles perfilavam-se os deputados da Duma, uma coleção sortida de profissionais, camponeses de camisa de algodão e túnica, mas praticamente nenhum operário. Os dois lados olhavam-se com hostilidade. Esse confronto era uma amostra do que aí vinha. O chamado período da Duma, de 1906 a 1917, deve ser entendido como uma batalha entre os princípios antagónicos de autocracia e controlo parlamentar. Muito dependia da disposição de Nicolau II para atribuir mais poderes à Duma, e da disposição da Duma para cooperar com o governo na feitura das reformas necessárias para estabilizar o país. Foi uma prova em que os dois lados falharam.

Nicolau recusava aceitar o Manifesto de Outubro como limitação da autocracia. Concedera-o com relutância a fim de salvar o trono, mas não o reconhecia como uma constituição que outorgasse direitos à Duma. Não havia nem no Manifesto nem nas Leis Fundamentais de 1906 qualquer menção de uma constituição que desse forma oficial às relações entre coroa e Parlamento. Essa omissão eliminou qualquer hipótese de os KD colaborarem com o governo; antes manterem-se na oposição, do que comprometerem os seus valores constitucionalistas. As Leis Fundamentais davam plenos poderes ao czar. Era ele que nomeava o primeiro-ministro e o Conselho de Ministros; e, nos termos do Artigo 87, podia dissolver a Duma e governar por decreto de emergência. Sendo, embora, uma assembleia legislativa, a Duma não podia aprovar leis sem o aval de czar e Conselho de Estado, dominado pelos responsáveis da corte e pela aristocracia.

A Duma era mais radical do que o governo esperava quando redigira a lei eleitoral. Logo desde a sessão de abertura, no Palácio Tauride, em São Petersburgo, ela revelou-se uma tribuna revolucionária, exigindo reformas políticas radicais, nomeadamente a responsabilidade dos governos perante a Duma, a abolição do Conselho de Estado e o sufrágio universal para homens adultos. Os dois maiores partidos, os KD e os Trudovik – agremiação populista formada para concorrer às eleições de 1906, após o boicote de SR e SD – convergiram na necessidade de uma reforma agrária em que as propriedades seriam expropriadas pelo Estado para satisfazer as carências do campesinato (ao contrário dos Trudovik, os KD propunham

indemnizações aos proprietários). Recusando tais exigências, o czar dissolveu a Duma em 8 de julho.

Duas semanas depois, Nicolau nomeou Piotr Stolypin como seu novo primeiro-ministro. Stolypin foi um dos melhores estadistas que a Rússia alguma vez teve. Os seus cinco anos no cargo foram a melhor oportunidade do regime para evitar a catástrofe. Alto, imponente e inteligente, destemido no uso da autoridade, chamara a atenção do czar enquanto governador de Saratov, cujos camponeses eram os mais rebeldes de toda a Rússia em 1905. Stolypin restaurara a ordem mediante medidas repressivas (enforcamentos e exílios em massa para a Sibéria), o que o tornou uma figura odiada pela esquerda. Mas também compreendeu que a questão da terra só poderia ser resolvida com uma reforma profunda. O modelo, colheu-o em Kovno, uma província polaco-lituana onde servira durante 13 anos. Como as restantes províncias ocidentais do império, Kovno não tinha uma comuna camponesa. Os camponeses eram proprietários das terras, e, consequentemente, trabalhavam-nas mais eficazmente do que os camponeses da Rússia central, onde a comuna lhes retirava todo o incentivo para melhoria da exploração. A solução de Stolypin para a questão da terra foi contribuir para que os camponeses cortassem laços com a comuna e consolidassem as respetivas explorações como propriedade privada.

Por lei de 9 de novembro de 1906, o chefe de família masculino de uma família camponesa recebia o direito de converter a sua terra numa exploração agrícola privada e delimitada *(khutor),* ou em propriedade urbana, se dentro da cidade *(otrub)*. O Estado usou de todo o seu poder para promover a reforma, recorrendo a milhares de agrónomos e concedendo empréstimos através do banco camponês, para ajudar quem o desejasse a comprar e consolidar terras comunais. Stolypin chamava a essa política «uma aposta nos capazes». Só com a criação de uma nova classe de camponeses proprietários conseguiria o Estado evitar nova revolução nos campos.

Em fevereiro de 1907 reuniu uma segunda Duma. Stolypin nutrira esperanças de que os Outubristas, um «partido da ordem estatal» baseado no Manifesto de Outubro, obtivessem a maioria. O governo esperava ter o seu apoio. Mas os 54 deputados outubristas, ainda que contassem com o apoio dos 98 KD, estavam em minoria perante os socialistas, que tinham

222 lugares, e saíam agora reforçados com os SR e os SD, que tinham uma maioria clara para uma reforma agrária baseada na expropriação de terras sem pagamento de indemnização. Em 3 de junho, mais uma vez, o czar encerrou a Duma. Desta vez usou poderes de emergência para fazer aprovar uma nova lei eleitoral, visando garantir que a próxima assembleia fosse dominada por conservadores. O peso eleitoral de camponeses, operários e minorias nacionais foi reduzido, enquanto a representação da fidalguia ficou ainda mais exagerada do que antes. KD e socialistas chamaram àquilo um golpe. Na Terceira Duma, que reuniu em novembro de 1907, os partidos pró governamentais controlavam 287 dos 443 lugares. A oposição chamava-lhe a «Duma dos Lordes e Lacaios».

Mesmo com esse apoio parlamentar, porém, Stolypin poucos progressos conseguiu no seu abrangente programa de reformas. A proposta de criação de um *zemstvo volost* foi bloqueada pela Nobreza Unida, uma organização de proprietários de terras com fortes apoios na corte e no Conselho de Estado, que receava que os *zemstvos* fossem invadidos pelos camponeses. Quanto à proposta de alargar o sistema de ensino primário foi travado pela Igreja, que tinha as suas próprias escolas paroquiais. A reforma agrária perdeu ímpeto. Só 15 por cento de camponeses viriam a optar por parcelas privadas, na maior parte dos casos perante azeda oposição do resto da comuna.

Os camponeses tinham boas razões para se oporem à fragmentação das comunas, que havia séculos eram centrais nas suas vidas. Temiam que, com a concessão a alguns do direito de privatizar as suas parcelas, os restantes ficariam privados dos direitos consuetudinários de acesso a terra, que era o seu meio essencial de subsistência. Que aconteceria se o chefe de família cedesse a terra ao primogénito, ou a vendesse, simplesmente? Os filhos e filhas mais novos teriam de abandonar a agricultura. Os camponeses receavam que os responsáveis do governo dessem aos camponeses que quisessem separar-se mais do que a justa parcela de terras. Nunca tinham aprendido a calcular a área de determinada terra, apenas a dividiam em faixas, com compensações grosseiras segundo a qualidade, e os métodos modernos dos agrimensores do governo suscitavam-lhes desconfiança. Como fariam, depois, os ajustamentos? Como dividiriam colinas, bosques e rios, que eram propriedade comum? Stolypin não avaliara bem o apego do campesinato ao *mir*. Pressupusera

que era por causa do *mir* que eram pobres, quando, na realidade, era ao contrário: a comuna servia para partilhar o fardo da pobreza, e enquanto fossem pobres não havia razão para a deixarem.

Stolypin foi assassinado em 1 de setembro de 1911. Um estudante revolucionário deu-lhe um tiro à queima-roupa na Ópera de Kiev. Conta-se que ao saber da sua morte, o czar terá dito: «Agora, acabou-se a conversa das reformas.» A imperatriz ficou aliviada com o desaparecimento de Stolypin, tenaz adversário desse «santo homem» de nome Rasputine, em quem ela depositava toda a sua fé para a cura do filho hemofílico, o czarevich Alexei, fé que nunca foi abalada pelas provas cada vez mais evidentes da vida de deboche de Rasputine. Ignora-se se a morte de Stolypin foi aprovada, facilitada ou até organizada pela Polícia.

Ao tempo do seu assassinato, já as reformas de Stolypin estavam num impasse e pouco poderiam ter avançado. Tinha hostilizado as velhas elites ao comprometer-lhes antigos interesses, bem como os liberais, com as suas táticas autoritárias na Duma. Como todos os estadistas reformistas da Rússia (Alexandre II e Gorbachev são paralelos óbvios), Stolypin estava demasiado dependente de um reduzido segmento reformista do aparelho de Estado, e nunca conseguiu mobilizar uma base social de apoio mais larga. Houve um Stolypin, mas nenhum stolypinista.

*

Depois dele, nenhum outro primeiro-ministro conseguiu travar a deriva do império para a catástrofe. Todas as ideias de reformas foram abandonadas. Vladimir Kokovtsov, primeiro-ministro até 1914, recebia ordens da corte e marginalizava a Duma. Grupos de direita exigiam a redução dos poderes do Parlamento – alguns queriam mesmo aboli-lo – e só por pressões ocidentais é que o czar não os satisfez.

Nicolau ia-se alheando cada vez mais da realidade política, retirado numa fantasia de autocracia popular, de comunhão com Deus, de czar e povo, como imaginava que existira na Moscóvia medieval. Por isso tolerava Rasputine, apesar dos rumores de aventuras sexuais. Via nele «um russo bom, religioso, e simples», capaz de guiar a sua consciência perante Deus.

A fantasia estava bem patente nas celebrações do tricentenário da dinastia Romanov, em 1913. A família imperial apareceu perante os

súbditos e abriu igrejas nos locais ligados à fundação da dinastia. No Mosteiro Ipatiev de Kostroma, onde Mikhail Romanov se refugiara dos invasores polacos, em 1612, receberam uma delegação de camponeses, que se vergou até ao chão perante Nicolau, e posou com ele para uma fotografia juntamente com os descendentes dos boiardos que haviam viajado até Moscovo para oferecer a coroa aos Romanov, em 1613. Em Moscovo, estiveram presentes num grande baile de gala em que todos os convidados trajavam réplicas das vestes da corte do século XVII. Para simbolizar a união entre czar e povo o jubileu deu o centro do palco ao culto de Ivan Susanin, um camponês da propriedade dos Romanov em Kostroma, o qual, rezava a lenda, sacrificara a vida para salvar Mikhail da captura pelos Polacos. O mito de Susanin foi contado vezes sem fim, mais famosamente na ópera de Glinka, *A Vida pelo Czar,* que foi à cena em teatros por toda a Rússia no tricentenário. Jornais militares publicaram artigos sobre Susanin, cuja história, dizia-se, «deveria inspirar todos os soldados sobre como servir o seu czar e a sua Pátria».[202]

Crescia, entretanto, a ameaça de guerra na Europa. A eclosão de movimentos nacionalistas nos Balcãs, sobretudo o dos Sérvios, desestabilizava o Império Austro-Húngaro, criando tensões entre a Rússia e as potências alemãs, pois Berlim apoiava as políticas anti eslavas de Viena. Durante a maior parte do século XIX, a Rússia defendera os seus interesses na Europa através de uma aliança com a Alemanha e a Áustria, mas o crescente poderio alemão empurrara a Rússia para uma aliança com a França em 1894. Treze anos mais tarde, era formada a Tríplice Entente com a Grã-Bretanha a servir de dissuasora da expansão alemã.

Deixara de ser possível limitar a discussão da política externa aos círculos restritos da corte, aos ministros do czar e aos diplomatas. Com a Duma e a imprensa, a opinião pública ganhara importância. O sentimento pan-eslavo era especialmente poderoso. Gozava do apoio de importantes membros da corte, e tinha um porta-voz no *Novoe Vrenia* (Novos Tempos), principal jornal conservador do país. As exigências de que a Rússia assumisse posições pró eslavas mais duras aumentaram de tom em 1908, quando os austríacos anexaram a Bósnia, parte do Império Otomano, para evitar que os sérvios obtivessem ganhos territoriais. Os pan-eslavos ficaram escandalizados por a Rússia não se ter oposto à Áustria, e igualmente determinados a não a deixar abandonar os Sérvios.

Acreditavam que a Europa caminhava para um confronto inevitável e decisivo entre teutões e eslavos. Viam o *Drang nach Osten*, a Viragem para Leste, como parte de um programa alemão mais vasto para minar a civilização eslava, concluindo que, a menos que se declarasse firme defensora dos seus aliados nos Balcãs, a Rússia sofreria um longo período de declínio imperial e subjugação à Alemanha. «Nos últimos vinte anos», declarava um editorial de 1914 do *Novoe Vremia,* «o nosso vizinho ocidental cravou firmemente os dentes nos recursos vitais para o nosso bem-estar e como um vampiro vem sugando o sangue do camponês russo».[203] A riqueza dos alemães que se haviam fixado na Rússia, a sua proeminência na governação, e o aumento constante das suas exportações nos mercados externos da Rússia aumentavam este sentimento de ameaça existencial por parte da Alemanha.

Não era nada claro, porém, que os interesses da Rússia fossem mais bem servidos pela decisão de ir em auxílio dos eslavos dos Balcãs. Apesar do mito pan-eslavo, os Eslavos nunca tinham demonstrado grande interesse na proteção da Rússia; se alguma coisa demonstravam, era interesse pelas práticas do Ocidente. É claro que, se a Áustria alargasse o seu poder nos Balcãs, isso constituiria uma ameaça para a Rússia, caso se traduzisse no crescimento do nacionalismo ucraniano, não apenas na Galícia, onde os austríacos o alimentavam, mas também na própria Rússia, cujas oito províncias ucranianas produziam um terço do trigo do império, dois terços do carvão e mais de metade do aço. Se perdesse a Ucrânia, a Rússia deixaria de ser uma grande potência. Mas o império russo também se expandia na Sibéria, que podia desenvolver sem conflitos com a Europa, e tinha interesses substanciais na região do mar Negro, que podiam ser defendidos sem entrar em guerra com a Alemanha. Verosimilmente, os Dardanelos eram mais importantes para a segurança russa do que os Balcãs. Era, pelo menos, a opinião do czar, sobretudo depois de terem transpirado notícias de que os Turcos estavam a comprar à Alemanha navios couraçados pesados, superiores aos da marinha russa. A perspetiva de a Turquia se tornar um protetorado militar alemão alarmava a Rússia, e consolidava a ideia de que os Alemães estavam a cercar o Império russo pelo sul.

Nicolau não desejava a guerra. Nem os seus comandos militares, que lhe diziam que as forças armadas precisavam de tempo para se recomporem

depois da derrota às mãos do Japão. O czar esperava que a Tríplice Aliança servisse de dissuasor contra Áustria e Alemanha, ao menos enquanto a Rússia recuperava o poderio militar. Mas tudo mudou com o assassinato do arquiduque Francisco Fernando por nacionalistas sérvios em 28 de junho de 1914. A morte do herdeiro do trono Habsburgo fez que a Áustria declarasse guerra à Sérvia. Pressionado, Nicolau acedeu à mobilização parcial das suas tropas, e apelou a seu primo, o kaiser, para que contivesse os austríacos. Mas a Alemanha apoiava a Áustria, e preparava-se para uma guerra contra a Rússia que precisava de travar depressa, ou então nunca. Os Alemães esperavam derrotar a França numa guerra-relâmpago (*Blitzkrieg*), antes que a Rússia conseguisse mobilizar o exército – um processo que demorou muitas semanas mais, devido à dimensão do país e aos transportes deficientes.

As notícias dos preparativos alemães obrigaram o czar a aceder à mobilização geral em 31 de julho, uma decisão que poderia desencadear a guerra com a Alemanha. Nicolau estava sob enorme pressão dos seus generais e ministros, dos líderes da Duma e da imprensa para entrar em guerra. Sergei Sazonov, o ministro dos Negócios Estrangeiros, disse-lhe que «a menos que cedesse à exigência popular de guerra e empunhasse a espada em nome dos Sérvios, correria o risco de uma revolução, e talvez da perda do trono». Nicolau empalideceu. «Pense tão só na responsabilidade que me aconselha a assumir», respondeu ele. Mas estava demasiado enfraquecido para discutir mais.[204][23]

Nicolau e seus conselheiros previam uma guerra de curta duração, e o czar tinha fé na lealdade das suas tropas. «Bem vê» – disse ele ao tutor dos filhos depois de aparecer à varanda do Palácio de Inverno perante uma multidão que o celebrava e agitava bandeiras, e que ali se juntara para saudar a declaração de guerra, «teremos agora um movimento nacional na Rússia como o que conhecemos na grande guerra de 1812».[205] Mas eram esperanças irrealistas. Nicolau tornara-se vítima da propaganda do seu próprio regime sobre a devoção que por ele tinha o povo «simples». Só que esse mito fora destruído, não menos por ação das suas tropas naquela mesma praça no Domingo Sangrento de 1905. Não havia unidade nacional alguma, nem amor à Rússia suficientemente forte para remendar a fratura entre classes sociais exposta por esse ano revolucionário. A multidão ululante do Paço era formada por homens e mulheres bem vestidos da

classe média, escriturários, lojistas e artesãos, e não pelos camponeses, que eram, afinal, quem ia combater.

Os soldados, na sua maioria, eram estranhos ao sentimento de patriotismo. Com escasso conhecimento direto do mundo para além das suas aldeias, não tinham mais do que uma débil noção da sua identidade enquanto russos. Consideravam-se nativos de uma aldeia ou de uma região. «Somos daqui e ortodoxos», respondiam eles às perguntas sobre a sua nacionalidade. Enquanto os Alemães não ameaçassem invadir a sua região, não viam razão para os combater. «Somos homens de Tambov», queixavam-se os recrutas. «Os Alemães não chegam à nossa aldeia.» Um agente agrícola ouviu comentários assim a recrutas camponeses em Smolensk:

> «Que diabo é que trouxe esta guerra contra nós? Andamos a meter-nos nos problemas dos outros.»
>
> «Já falámos disso entre nós. Se os Alemães querem ser pagos, mais vale pagar dez rublos por cabeça do que matar gente.»
>
> «Não é tudo a mesma coisa sob que Czar vivemos? Não pode ser pior sob um que seja alemão.»
>
> «Eles que vão e combatam lá entre eles. Depois acertamos contas com eles.»[206]

Homens mais sábios tinham já alertado o czar para os perigos de uma guerra, entre eles Petr Durnovo, ministro do Interior, que em fevereiro de 1914 lhe rogara que não arrastasse o país para uma guerra desnecessária com a Alemanha. Aquele conflito ia ser longo, avisara ele, uma guerra de desgaste, na qual o principal fardo recairia sobre a Rússia que teria de romper as defesas alemãs. Economicamente, o país estava demasiado fraco para combater durante muito tempo. O governo perderia autoridade, e seguir-se-ia a revolução social:

> Os problemas começarão com a culpabilização do governo por todos os males… O exército derrotado, perdidos os seus homens de mais confiança, e embalado na onda do desejo de terra por parte do camponês primitivo, ver-se-á demasiado desmoralizado para servir de baluarte da lei e da ordem. As instituições legislativas e os partidos da oposição intelectual, carecendo de genuína autoridade aos olhos do povo, serão impotentes para travar a maré popular por eles próprios desencadeada, e a Rússia ver-se-á mergulhada em anarquia sem fim, cujo desenlace é impossível prever.[207]

Mas ninguém prestou atenção à profecia.

---

181. Para mais sobre o incidente Bezdna: Daniel Field, *Rebels in the Name of the Tsar*, Nova Iorque, 1976.

182. T. Emmons, «The Peasant qnd the Emancipation», in W. Vucinich (ed.), *The Peasant in Nineteenth-Century Russia*, Stanford, 1968, p. 54.

183. Ver J. Blum, *Lord And Peasant in Russia: From the Ninth to the Nineteenth Century*, Princeton, 1961, pp. 512-14.

184. Discuto a ideologia camponesa em mais pormenor em *A People's Tragedy: The Russian Revolution, 1891–1924*, Londres, 1996, pp. 98-102; e *Peasant Russia, Civil War: The Volga Countryside in Revolution, 1917-1921*, Oxford, 1989, cap. 3.

185. Figes, *A People's Tragedy*, p. 105.

186. T. Shanin, *The Awkward Class*, Oxford, 1972, p. 48.

187. A. Anfimov, *Zemel'naya arenda v Rossii v nachale XX veka*, Moscovo, 1961, p. 15.

188. D. Saunders, *Russia in the Age of Reaction and Reform*, Londres, 1992, p. 213.

189. J. Habermas, «The Public Sphere», *New German Critique*, n.º 3, 1974, p. 49.

190. Figes, *A People's Tragedy*, p. 46.

191. F. Venturi, *Roots of Revolution: A History of the Populist and Socialist Movements in Nineteenth-Century Russia*, Nova Iorque, 1960, p. xxvi.

192. Ver R. Crews, *For Prophet And Tsar: Islam And Empire in Russia And Central Asia*, Cambridge, Mass., 2009.

193. J. Brooks, *When Russia Learned to Read: Literacy And Popular Literature,1861–1917*, Princeton, 1985, pp. 55-6.

194. Para uma análise da Rússia como «sociedade em desenvolvimento» nesta época T. Shanin, *Russia as a «Developing Society»*, vol. 1: *Roots of Otherness: Russia's Turn of Century*, Londres, 1985. Sobre padrões similares de migração rural para as cidades na Índia do século XX, ver R. Chandavarkar, «The Making of the Working Class: E. P. Thompson and Indian History», *History Workshop Journal,* n.º 43, 1997, pp. 185-7.

195. T. von Laue, «A Secret Memorandum of Sergei Witte on the Industrialization of Imperial Russia», *Journal of Modern History*, vol.26, 1954, p. 71.

196. D.Volkogonov, *Lenin: Life and Legacy*, Londres, 1991, pp. 8-9.

197. L. Fischer, *The Life of Lenin*, Londres, 1965, p. 329.

198. L. Lih, *Lenin Rediscovered: What Is to Be Done? In Context*, Chicago, 2008, p. 447.

199. W. Sablinsky, *The Road to Bloody Sunday: Father Gapon And the St. Petersburg Massacre of 1905*, Princeton, 1976, p. 344.

200. Sobre sinais precoces de atitudes mais hostis do campesinato em relação ao czar baseados em relatórios policiais da detenção de camponeses denunciados por atividades anti czaristas após o assassinato de Alexandre III em 1881, ver D. Beer, «"To a Dog, a Dog's Death!": Naive Monarchism and Regicide in Imperial Russia, 1878–1884», *Slavic Review ,* vol. 80, n.o 1, 2021, pp. 112-32.

201201. Ver, por exemplo, https://www.flickr.com/photos/artimageslibrary/6589659537/ (*N. do T.*)

202. *Voennaya Gazeta*, 13 de junho de 1913, p.2.

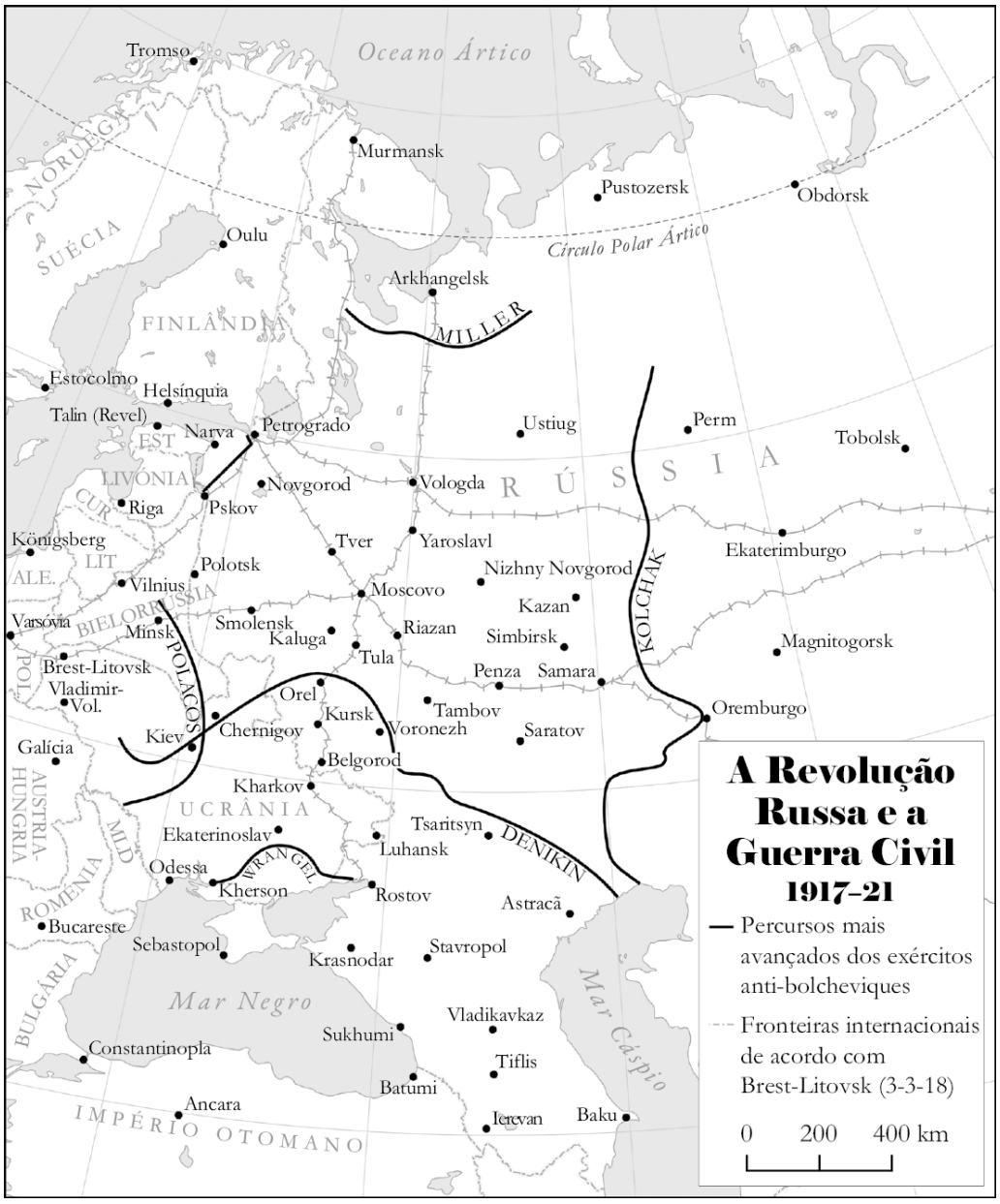
203. *Novoe Vremia*, 6 de março de 1914.

204. Figes, *A People's Tragedy***,** p. 251.

205. P. Gilliard, *Thirteen Years at the Russian Court*, Londres, 1921, p.111.

206. A. Brusilov, *A Soldier's Notebook, 1914–1918*, Londres, 1930, p. 39.

207. F. Golder, *Documents on Russian History, 1914–1917*, Nova Iorque, p. 21.


Oceano Ártico
Tromso
NORUEGA
Murmansk
Pustozersk
Obdorsk
SUÉCIA
Oulu
Círculo Polar Ártico
Arkhangelsk
MILLER
FINLÂNDIA
Estocolmo
Helsínquia
Talin (Revel)
Narva
Petrogrado
EST
Ustiug
Perm
Tobolsk
LIVÔNIA
Novgorod
Vologda
R Ú S S I A
CUR
Riga
Pskov
Königsberg
Tver
Yaroslavl
Ekaterimburgo
LIT
ALE.
Polotsk
Nizhny Novgorod
KOLCHAK
Vilnius
Moscovo
Kazan
BIELORRÚSSIA
Varsóvia
Minsk
Smolensk
Kaluga
Riazan
Simbirsk
Magnitogorsk
POLACOS
Brest-Litovsk
Tula
Penza
Samara
POL
Vladimir-
Vol.
Orel
Kursk
Tambov
Oremburgo
Kiev
Chernigov
Voronezh
Saratov
Galícia
Belgorod
AUSTRIA-
HUNGRIA
Kharkov
UCRÂNIA
Tsaritsyn
DENIKIN
Ekaterinoslav
Luhansk
MLD
WRANGEL
Odessa
Kherson
Rostov
Astracã
ROMÉNIA
Bucareste
Sebastopol
Krasnodar
Stavropol
BULGÁRIA
Mar Negro
Mar Cáspio
Vladikavkaz
Sukhumi
Constantinopla
Tiflis
Batumi
Ancara
Ierevan
Baku
IMPÉRIO OTOMANO
A Revolução Russa e a Guerra Civil
1917–21
Percursos mais avançados dos exércitos anti-bolcheviques
Fronteiras internacionais de acordo com Brest-Litovsk (3-3-18)
0
200
400 km

8

A RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA

O aviso de Durnovo cedo provou justificar-se. Sob pressão de Britânicos e Franceses, os Russos atacaram os Alemães na Prússia Oriental para os forçar a retirar tropas da Frente Ocidental. Após derrotas pesadas às mãos dos Alemães nas batalhas de Tannenberg e dos Lagos Masurianos, em agosto e setembro de 1914, os russos recuaram e entrincheiraram-se para a longa guerra defensiva de posições fixas de artilharia, em que as debilidades do país começaram a revelar-se.

A Rússia não estava preparada para uma guerra de desgaste. O seu grande e único trunfo, a reserva aparentemente inesgotável de soldados-camponeses, não era uma vantagem tão grande quanto os aliados tinham imaginado ao falar do «rolo compressor russo» em movimento imparável até Berlim. Uma grande proporção da população era mais nova do que a idade mínima de recrutamento. Enquanto a Alemanha pudera mobilizar 12 por cento da população para o serviço militar, a Rússia só conseguira recrutar 5 por cento. Mais grave ainda era a fraqueza das reservas russas. Para poupar dinheiro, o exército pouco treino ministrara ao segundo recrutamento, que cedo se viu chamado para a frente. Em outubro, recordaria o general Brusilov, que então comandava o 8.º Exército na Galícia, os homens enviados para colmatar as baixas das primeiras batalhas desastrosas «não sabiam nada senão marchar… muitos nem sabiam municiar as espingardas, e, quanto a pontaria, quanto menos se disser, melhor. Aqueles homens não podiam sequer ser considerados soldados».[208]

À medida que a guerra se arrastava pelo inverno fora o exército começou a sofrer carências terríveis de material. O sistema de transporte

não conseguia garantir a entrega de munições, alimentos e produtos médicos às frentes de batalha. O Ministério da Guerra cortara os gastos nas indústrias de armamento antes da guerra, e agora tinha de encomendar no estrangeiro os obuses e as espingardas, que levavam tempos sem fim a chegar. Em 1915, já os novos recrutas treinavam sem espingardas. Atirados para o meio dos combates, exigiam-lhes, então, que recuperassem as armas dos homens abatidos à sua frente na linha de combate.

A moral e a disciplina do exército entraram em queda. No verão de 1915, quando os Alemães e os Austríacos romperam a linha da frente russa, um milhão de homens rendeu-se ao inimigo. Parte do problema foi a perda de oficiais. Nos primeiros meses da guerra morreu enorme número deles. Os oficiais milicianos que vieram substituí-los eram jovens camponeses e operários, cujas simpatias estavam inequivocamente com os soldados, que relutavam em combater por um regime em que não acreditavam. Esses oficiais milicianos viriam a tornar-se líderes do exército revolucionário no ano de 1917.

O colapso da disciplina também resultava dos rumores postos a correr sobre traição na corte. Dizia-se que a imperatriz e Rasputine trabalhavam para os Alemães, que estavam a preparar uma paz separada (um mito alimentado pela imprensa alemã, que publicava notícias falsas de negociações com o governo russo). A corte não fazia ideia de como contrariar rumores tão perniciosos. Nunca dera a menor importância à opinião pública, e nunca aprendera a geri-la. Para propagandear as suas virtudes patrióticas, a família real organizou uma sessão fotográfica com imperatriz e filhas trajando fardas da Cruz Vermelha. Tinham visitado os feridos nos hospitais militares de Petrogrado, como São Petersburgo fora rebatizada no início da guerra para soar menos alemã. O que ignoravam era que uma encomenda de fardas de enfermeiras tinha caído nas mãos das prostitutas da cidade, que as vestiam para trabalharem na rua.[209]

O sentimento antialemão facilmente descambava para a violência. Quando os Alemães romperam a linha da frente, multidões moscovitas em fúria incendiaram e pilharam lojas e empresas alemãs. Na Praça Vermelha gritaram insultos à «mulher alemã», como chamavam à imperatriz, e exigiram que fosse fechada num convento. Era difícil dizer quanta dessa fúria tinha motivações patrióticas, e quanta resultava do ódio às classes

urbanas ricas em que os alemães eram tão proeminentes. O ambiente revolucionário era de natureza nacionalista.

Em setembro de 1915, numa tentativa desesperada para restaurar a moral das tropas, Nicolau assumiu o comando supremo, substituindo o grão-duque Nikolai. Julgava que a sua presença na frente motivaria os soldados, que se não combatiam pela Rússia decerto combateriam pelo santo czar. Foi um erro terrível. A partir desse momento, Nicolau passou a ser culpado por cada derrota, desencadeando novos rumores, não só sobre a sua incompetência (o czar não tinha qualquer experiência militar), mas também por traição na condução da guerra. Como explicação da série interminável de derrotas, dizia-se que Nicolau informava o kaiser do movimento das tropas, e que a imperatriz, deixada ao leme, na capital, trabalhava para os Alemães, e assim por diante.

Não havia a menor verdade em tais rumores, mas a questão não era essa. A questão era que o facto de o povo se dispor a acreditar neles os tornava muito perigosos. Numa crise revolucionária o que conta são as perceções e as convicções, e não a realidade. Sem informação fiável de fontes oficiais ou da imprensa, os rumores ganhavam grande credibilidade na sociedade russa. Os políticos acreditavam neles, e até os diplomatas. Através da sua capacidade de mobilizar uma oposição e dar relevância aos protestos enquanto comportamentos patrióticos contra a corte «alemã», todos eles contribuíram para o clima revolucionário.

O público, como os soldados, culpava o governo pelos reveses na frente de batalha. Reagira à crise de abastecimentos lançando uma série de iniciativas próprias através da Duma e da Zemgor, uma nova rede nacional de organismos públicos formados pela União de Zemstvos e a União das Cidades. Liderada pelo príncipe Lvov, um veterano ativista dos *zemstvos*, a Zemgor aliou-se ao Bloco Progressista da Duma, formado em 1915 por dois terços dos deputados, para exigirem um «ministério de confiança nacional», ou seja, um governo nomeado pelo czar, mas apoiado pela Duma. O Bloco tinha o apoio de vários generais e de alguns membros do governo que compreendiam a necessidade de envolver o público na campanha militar. Mas tinha a oposição dos ministros mais reacionários, incitados pela imperatriz, que acusava o Bloco de querer instaurar um governo da Duma. Pressionado por sua mulher («Mostre o punho, mostre

quem é o Autocrata»)[210], o czar dissolveu a Duma e despediu todos os ministros que dessem qualquer sinal de colaborar com o Bloco.

Em outubro de 1916, já a confiança em Nicolau descera tão baixo que eclodiram várias conspirações no alto comando do exército, em círculos da Duma e na corte, que tinham por objetivo substituí-lo pelo seu irmão mais novo, o grão-duque Mikhail, ou qualquer outro Romanov capaz de trabalhar com um governo da Duma. A única iniciativa que teve êxito foi o assassinato de Rasputine, em 16 de dezembro, por um grupo de conspiradores que incluía dois grão-duques e um dos mais nobres príncipes da Rússsia, Felix Yusupov. Atraindo Rasputine às caves do Palácio Yusupov, os conspiradores deram-lhe um tiro no coração, e, ao que parece, vendo que se recusava a morrer, deram-lhe mais quatro tiros, o último à queima-roupa na cabeça, após o que embrulharam o corpo num casacão e o atiraram ao rio. Tinham esperança de, ao livrarem-se dele, salvarem a monarquia da catástrofe iminente. Mas o ato não mudou nada.

A escassez de alimentos apressou a catástrofe. Com as temperaturas gélidas, o sistema de transporte deixou de entregar combustíveis e farinha à capital. À porta das padarias formavam-se longas bichas. Os preços dispararam. As greves operárias tornaram-se comuns. As reivindicações de melhores salários cedo deram lugar a exigências políticas. As fábricas foram fechando e as greves tornaram-se mais violentas. Na fábrica de maquinaria Nobel&Lessner de Petrogrado os grevistas envolveram-se em luta com a Polícia. As tropas do quartel mais próximo receberam ordens para sufocar a greve, mas, em vez disso, juntaram-se aos grevistas, a atirar pedras e tijolos à Polícia.

Em 23 de fevereiro de 1917, Dia Internacional da Mulher, uma grande multidão de mulheres, na maioria empregadas de balcão e de escritório desfilou pelo centro da capital a exigir melhores rações para as famílias dos soldados. Juntaram-se-lhes operários, e houve confrontos com a Polícia, após o que a manifestação dispersou ao anoitecer. No dia seguinte mais manifestações vieram às ruas. Houve um comício enorme na Praça Znamenskaya. Sob o olhar da Polícia, vários oradores falaram à multidão instalados no pedestal da estátua de Alexandre III, que tinham decorado com bandeiras vermelhas e escrevinhado com o *graffito* «Hipopótamo», a alcunha popular daquele monumento obeso à inamovível autocracia. A multidão exigia a queda da monarquia. O movimento de protesto cresceu.

Em 26 de fevereiro, já o centro de Petrogrado estava transformado num campo militarizado. Havia soldados e polícias por todo o lado. Por volta do meio-dia, mais uma vez, formaram-se nos distritos fabris multidões de operários que marcharam para o centro. Na Nevsky Prospekt foram recebidos por polícias e soldados que fizeram fogo real contra eles. O incidente mais sangrento teve lugar na Praça Znamenskaya, onde mais de 50 pessoas foram abatidas por um destacamento de recrutas do Regimento Volynsky.

Os soldados, na maioria adolescentes, ficaram abalados com a ocorrência. Um deles disse que tinha visto a mãe no meio da multidão contra a qual tinham disparado. Na manhã seguinte, quando receberam ordens para dispersar a multidão novamente, os soldados mataram o oficial e juntaram-se ao povo. O motim cedo foi imitado por outros regimentos. Os soldados trouxeram às multidões o poderio e a organização militares. Atacaram a Polícia, os derradeiros defensores da monarquia, e chefiaram a tomada do arsenal, de centrais telefónicas, estações ferroviárias, e de esquadras de Polícia e prisões, que queimaram. As suas ações transformaram as manifestações numa revolução de grande escala.

No Palácio Tauride, os líderes da Duma formaram um Comité Temporário para a Restauração da Ordem e proclamaram ser a autoridade. Um Soviete de Representantes dos Operários e Camponeses de Petrogrado foi, entretanto, formado no mesmo edifício. Poderia ter tomado o poder, mas acedeu, em vez disso, à formação de um governo provisório chefiado pelo príncipe Lvov e composto por membros da Duma. Os líderes soviéticos, na sua maioria mencheviques, consideravam, em sintonia com a doutrina marxista, que a Rússia era demasiado atrasada para avançar imediatamente para um governo socialista. Marx ensinara-lhes que aquilo de que agora necessitavam era de um período de afirmação «burguês e democrático», com liberdade para que as massas se organizassem em sindicados, partidos políticos, etc. Era com base nesses princípios democráticos que davam o seu apoio ao Governo Provisório. Acresce que, como socialistas, os líderes soviéticos receavam suscitar uma contrarrevolução, caso formassem governo. A Rússia mergulharia numa guerra civil. Os líderes da Duma, pensavam eles, teriam mais facilidade

em persuadir os generais a não enviar tropas contra a capital revolucionária.

Nicolau ordenara o envio de tropas da Frente Norte, mas a intervenção dos líderes da Duma convenceu, de facto, os generais a revogarem essa ordem, e a insistirem com o czar para que abdicasse. Era a única forma de restaurar a ordem, salvar o exército e continuar a travar a guerra, recomendaram os altos comandos. Nicolau acedeu a abdicar em favor do filho, mas logo foi recordado de que Alexei não viveria muito tempo, por ser hemofílico, e que, caso renunciasse para lhe entregar o trono, teria de partir para o estrangeiro. Ficaria separado da família. Decidido a ficar com os familiares, independentemente do que acontecesse à Rússia, Nicolau resolveu, então, entregar a coroa ao irmão mais novo, o grão-duque Mikhail.

Homem tímido e recatado, ainda menos inteligente do que Nicolau, Mikhail relutou em aceitar a coroa. Tinha havido protestos violentos quando fora anunciado à multidão reunida frente ao Palácio Tauride que o czar abdicaria em favor dele. Mikhail não estava disposto a arriscar a vida. Barricado na mansão da princesa Putiatina, não muito longe do Palácio de Inverno, encontrou-se com os líderes da Duma no dia 3 de março. O líder dos KD, Pavel Miliukov, que ainda se preocupava com questões de legitimidade, tentou persuadi-lo a aceitar a coroa argumentando que era necessário ter uma monarquia como símbolo de autoridade que sancionasse juridicamente a transferência de poderes para o Comité da Duma. Sem isso, dizia, o Governo Provisório seria «um vaso sem condições de navegabilidade destinado a naufragar no oceano da agitação popular».[211] Mas ninguém poderia garantir a segurança pessoal do grão-duque se ele se tornasse czar. E foi isto que fez Mikhail decidir-se. O manifesto de abdicação, que pôs fim a 300 anos de soberania Romanov, foi redigido por dois juristas numa carteira de escola no escritório da filha de Putiatina, e depois copiada para um dos cadernos escolares dela.

O fim da monarquia foi assinalado com manifestações de júbilo por todo o império. Multidões delirantes desceram às ruas de Petrogrado e Moscovo. Bandeiras vermelhas apareceram dependuradas nos edifícios. Em Helsingfors, Kiev, Tiflis e outras capitais, hastearam-se também bandeiras nacionais. As multidões arrancaram de edifícios e monumentos

todos os símbolos da monarquia – brasões e armas dos Romanov, águias de duas cabeças, etc.

A monarquia estava morta. Todas as instituições que a apoiavam tinham ruído praticamente de um dia para o outro. E ninguém tentou ressuscitá-la. Nenhum dos exércitos contrarrevolucionários da Guerra Civil (a tentativa de arrancar os bolcheviques do poder depois de 1917) fazia da monarquia a sua causa, embora muitos dos oficiais fossem monárquicos. Fazê-lo só garantiria a derrota. Eis o que valia o mito de que a Rússia precisava de um czar, ou, como escreveu Trotsky na sua história da revolução, «o país vomitara tão radicalmente a monarquia que ela jamais conseguiria rastejar pela garganta do povo adentro».[212]

Mas embora morta politicamente, a monarquia estava ainda viva num sentido mais lato, nessa psicologia que deixou o povo tão recetivo a posteriores cultos soviéticos do Líder. «Ah, sim, temos de ter uma República», disse um soldado ao embaixador britânico, George Buchanan, «mas temos que ter um bom czar à cabeça».[213] Várias cartas escritas por soldados refletiam o mesmo equívoco: «Queremos uma república democrática e um *czar-batyushka* durante três anos».[214] A ideia de Estado estava demasiado confundida com a pessoa do czar na mente do russo comum para que conseguissem imaginar um novo Estado sem um monarca à cabeça. Um membro do Soviete dos Operários de Moscovo foi fazer agitação a um comício regimental perto de Vladimir, em março:

> Havia uma plataforma no meio da parada. Estavam dois ou três soldados em cima dela, e uma multidão de milhares à volta. Estava negro de tanta gente. Eu falei, é claro, sobre a guerra e a paz, sobre terra – «a terra para o povo» –, e sobre as vantagens da república em relação à monarquia. Mas quando terminei, e cessaram os infindáveis «hurras» e aplausos, uma voz gritou bem alto: «Queremos eleger-te para nosso novo czar», após o que os soldados irromperam em aplausos. Recusei a coroa dos Romanov, e saí dali com a pesada noção de como seria fácil a qualquer aventureiro ou demagogo tornar-se senhor deste povo ingénuo e simples.[215]

Mantida sob prisão domiciliária em Czarkoe Selo, a família real foi evacuada para a Sibéria em agosto de 1917, por receios quanto à segurança das suas pessoas. A intenção inicial fora de enviá-la para Inglaterra, mas Jorge V retirou o convite, por medo de desencadear um

levantamento contra a monarquia britânica. Então, os Romanov foram enviados para as lonjuras da província de Tobolsk, para bem longe das multidões revolucionárias. Ali viveram em condições confortáveis até à primavera, altura em que, perante rumores de uma conspiração para os resgatar, foram enviados para Ekaterimburgo por ordens de Lenine. Toda a família foi executada na noite de 16 para 17 de julho de 1918. Informada do assassinato pela imprensa, «a população… recebeu as notícias com surpreendente indiferença», segundo Robert Bruce Lockhart, agente britânico em Moscovo.[216]

*

Os líderes do Governo Provisório consideravam-se um governo de salvação nacional em tempo de guerra, acima de partidos ou interesses. Ninguém os tinha elegido. Tinham tomado o poder através de um golpe parlamentar apoiado pelos Sovietes sob condição de respeito dos princípios democráticos. Na sua perspetiva, o papel que lhes cabia era conduzir o país até à cessação da guerra e à eleição de uma Assembleia Constituinte, que só ela poderia resolver legitimamente as questões fundamentais da revolução, como, por exemplo, a quem deveria pertencer a terra, que tipo de constituição haveria, como decidir a questão das nacionalidades, se os territórios do império deveriam manter-se unidos ou antes se devia permitir aos povos abandoná-lo. Esta posição era razoável, mas dificilmente conseguiria satisfazer as expetativas urgentes desencadeadas pela revolução de fevereiro. Não tardou que camponeses, operários fabris e soldados tomassem essas questões nas suas próprias mãos.

No mundo rural, os camponeses formaram comités próprios e *ad hoc* (alguns chamaram-lhes Sovietes) e apropriaram-se das terras da fidalguia, primeiro as alfaias e o gado, e, depois, também os campos, que a comuna distribuiu segundo os princípios consuetudinários (normalmente, de acordo com o número de «bocas» de cada casa). Estes confiscos de terras foram «legalizados» por assembleias distritais e provinciais de camponeses, e depois confirmados pela Primeira Assembleia Camponesa de Toda a Rússia, que reuniu de 4 a 25 de maio.

Entretanto, os operários impunham as suas exigências às administrações das fábricas. Sindicatos e Sovietes recomeçaram onde tinham ficado em

1905, mas juntavam-se-lhes, agora, dois novos organismos dominados pelos bolcheviques: os comités de fábrica, que supervisionavam a gestão (chamam-lhe «controlo operário»), para evitar o encerramento de fábricas e *lay-offs*; e os Guardas Vermelhos, formados por operários para defender as fábricas.

Os soldados formaram comités que supervisionavam as relações com os oficiais e discutiam as ordens militares. Em algumas unidades, recusavam combater mais do que oito horas por dia, reivindicando direitos iguais aos dos operários. Em todo o exército, os soldados exigiam ser tratados como iguais pelos seus oficiais sempre que não estivessem em combate. Esta afirmação do «poder do soldado» era essencial para o «bolchevismo de trincheira» – expressão usada pelos oficiais para classificar a recusa de obediência às ordens – que grassava nas fileiras em 1917.

A guerra era a questão mais fraturante para o Governo Provisório. O meio político de 1917 era uma batalha entre os da esquerda, que viam na revolução um meio de pôr fim à guerra, e os da direita, que viam na guerra uma forma de travar a revolução e repor a ordem. Quando o ministro dos Negócios Estrangeiros, Miliukov, anunciou que a Rússia honraria os compromissos imperiais para com os aliados, apesar da campanha de paz dos Sovietes, dezenas de milhares de operários e soldados armados saíram às ruas de Petrogrado para se manifestarem, e entraram em confrontos com grupos «patrióticos» que exigiam a continuação da guerra até à vitória final.

Para reforçar a autoridade do governo e evitar que o país resvalasse para uma guerra civil, em maio juntaram-se ao executivo seis líderes dos mencheviques e dos SR. A coligação assentava numa política chamada Defensismo Revolucionário, ou seja, continuar a guerra, não para ganhos imperiais, mas apenas para defesa da revolução e da Rússia. A derrota às mãos dos Alemães, criam eles, traria a restauração da dinastia Romanov («alemã»), enquanto combater em defesa da revolução restauraria a unidade nacional. Foi nesse estado de espírito que cederam a pressões aliadas para lançarem uma ofensiva de verão.

Kerensky, agora ministro da Guerra, fez um périplo pela frente para reforçar o moral das tropas. Vestia uniforme militar e trazia um braço ao peito, embora não houvesse notícia de qualquer ferimento. Mas Kerensky era um político-ator, feito para o palco revolucionário, onde os seus

discursos incendiados, cheios de gestos teatrais e até desmaios, emocionavam as multidões. Em pé no seu Renault descapotável, Kerensky apelou às tropas reunidas para que colocassem o seu «dever cívico» acima dos interesses de classe. «Como "todos os cidadãos", também eles tinham de fazer sacrifícios pela nação. Os soldados tinham cumprido essa obrigação para com o velho regime, pelo que deviam fazer o mesmo para a defesa da liberdade da Rússia.» «Ou será que», perguntava ele, depois, numa frase carregada de sentido e emoção para os soldados camponeses, «ou será que o primeiro estado livre russo é afinal um estado de escravos revoltosos?»[217] Era uma pergunta que trazia intrínseco todo o peso da história do país.

Onde quer que fosse, era aclamado como herói. Os soldados com quem falou – cuidadosamente selecionados pelos oficiais – «beijavam-lhe a mão, o uniforme, o carro, o chão que pisava», segundo contava uma enfermeira inglesa, que comparava o culto de Kerensky à antiga adoração dos czares. «Muitos dos soldados caíam de joelhos a rezar; outros choravam».[218] A adulação de que era alvo dava a ideia de que comandos e fileiras estavam sedentos de batalha. Na realidade, à medida que se aproximava a data da ofensiva, aumentava em flecha o número de deserções. A ofensiva teve início em 16 de junho, e os Russos avançaram durante dois dias, tendo na vanguarda o Batalhão Feminino da Morte, constituído em 1917 com mulheres voluntárias, para que os homens se enchessem de vergonha e combatessem. Mas quando os Alemães lançaram uma contraofensiva, os Russos recuaram em pânico.

O governo de coligação colapsou. Os soldados da guarnição de Petrogrado prepararam uma revolta armada para transferir o poder para os Sovietes – uma política que os bolcheviques tinham acabado por apoiar desde que Lenine regressara do exílio em abril. O Primeiro Regimento de Metralhadoras, a mais pró-bolchevique de todas as unidades, tomou a dianteira quando recebeu ordens para avançar para a frente. Receberam o apoio dos marinheiros de Kronstadt, de pendor fortemente bolchevique, «maximalista» ou anarquista, que tinham proclamado uma república soviética em maio. Em 3 e 4 de julho, ocuparam a capital. Tivessem eles recebido uma ordem clara dos bolcheviques e decerto teriam feito um golpe. Mas Lenine não conseguia decidir-se sobre se era tempo de «tentar o poder».[219] Quando os marinheiros e os homens das metralhadoras em

armas se juntaram em frente da sede dos bolcheviques a fim de receberem instruções, Lenine não lhes deu nenhuma. Confundidos com as vagas palavras de apoio que lhes dirigiu, dirigiram-se ao Palácio Tauride, onde exigiram que a liderança soviética tomasse o poder. O pedido foi rejeitado por SR e mencheviques, que ainda controlavam o Soviete, o que deixou os insurretos sem saberem que fazer. Estavam cansados e com fome, chovia torrencialmente, e, portanto, dispersaram.

A revolta falhada desencadeou uma reação da direita. O Ministério da Justiça publicou um folheto em que dizia que os bolcheviques eram agentes alemães, uma ideia baseada em provas concretas (era indubitável que, em 1917, os bolcheviques tinham recebido dinheiro e apoio logístico dos Alemães), mas que lançava o perigoso mito de que o poder soviético era imposto à Rússia por alemães, judeus e outros inimigos estrangeiros. Lenine – era agora revelado – chegara em abril vindo da Suíça num comboio «selado», ou que não fora inspecionado, posto à disposição pelos Alemães a fim de fomentar a oposição à guerra. A sede dos bolcheviques foi assaltada, e centenas de membros do partido presos. Lenine fugiu para a Finlândia, disfarçado com roupas de operário. Recusava ser julgado por traição, declarando que o governo se transformara, então, numa «ditadura militar» empenhada numa «guerra civil» contra o proletariado.[220] A única forma de o combater era com a tomada do poder.

Kerensky formou um novo governo de coligação de SR, mencheviques e KD. Instituiu restrições aos ajuntamentos públicos, restaurou a pena de morte na frente de combate, concordou em restringir a influência dos comités de soldados a fim de repor a disciplina, e nomeou o general Kornilov para comandante supremo. Herói da direita, Kornilov tentou instaurar uma ditadura militar, julgando que tinha Kerensky do seu lado. Mas quando despachou uma força cossaca para ocupar a capital e desarmar a guarnição, Kerensky condenou-o e mobilizou o Soviete para resistir à tentativa de golpe de Estado. Mas nem chegou a haver combates, porque a meio do caminho para Petrogrado foi ter com os Cossacos uma delegação soviética do Norte do Cáucaso, que os convenceu a depor as armas.

O Caso Kornilov destruiu todo o apoio a Kerensky e ao seu governo. A maioria dos soldados suspeitavam de que os seus oficiais tinham apoiado Kornilov. A disciplina colapsou. A percentagem de deserções subiu em

flecha. Os soldados regressaram às respetivas aldeias, por ser temporada de colheitas, e assumiram o controlo da revolução camponesa, que sob a liderança dos soldados se tornou mais violenta, deitando fogo às mansões para afugentar a fidalguia. Também os operários se radicalizaram. Abandonando os mencheviques, que se recusavam a cortar com o governo Kerensky, viraram-se para os bolcheviques, o único partido que se mantinha firme na defesa de «todo o poder aos Sovietes», e deram-lhes uma clara maioria nos Sovietes de Moscovo, Petrogrado e outras grandes cidades industriais.

No Segundo Congresso dos Sovietes, em outubro, era quase certa a aprovação pelos delegados de uma resolução exigindo a entrega do poder aos Sovietes. Isso traduzir-se-ia num governo composto por todos os partidos do Soviete de Toda a Rússia. Os bolcheviques seriam, provavelmente o maior partido, mas teriam de partilhar o poder com os SR e os mencheviques. Até 24 de outubro, a maioria dos líderes bolcheviques aceitavam esse desenlace, mas Lenine tinha outras ideias. Não queria partilhar o poder. Do seu esconderijo na Finlândia, vinha exigindo uma revolta armada *antes* que o Congresso reunisse. O partido «pode e *tem de*», tomar o poder, defendia ele numa série de cartas impacientes ao Comité Central bolchevique. Dizia «pode» porque o partido tinha apoios suficientes para ganhar uma guerra civil, o que, naquele ponto, era mais importante do que ganhar eleições. E «tem de» porque a espera pela votação no Congresso daria a Kerensky tempo para organizar uma força contrarrevolucionária, e encerrar o Soviete.[221]

Sob pressão de Lenine, que regressara a Petrogrado em 10 de outubro, o Comité Central concordou em preparar uma revolta, embora não fosse claro quando ela ocorreria. Em 16 de outubro decidiu que chegara a hora. As massas de Petrogrado não sairiam à rua por mera ordem do partido, diziam os militantes locais, antes «teriam de ser espicaçadas por alguma coisa, como uma rutura na guarnição em apoio da revolta».[222] Lenine ficou furioso. Um golpe de estado não precisava de mais que uma pequena força. Estava na disposição de realizar o golpe, se necessário, sob forma de invasão militar da Finlândia, onde contava com o apoio dos regimentos do Báltico.

Mas Kerensky jogou a seu favor. Confiante de que conseguiria esmagar os bolcheviques, cujos planos de revolta haviam sido revelados, ordenou

que os soldados da guarnição de Petrogrado fossem enviados para a Frente Norte, onde havia um rápido avanço dos Alemães em direção à capital. Era o pretexto de que Lenine estava à espera, e que lhe permitiu mobilizar apoios para uma revolta sob o *slogan* «A revolução em perigo!» Para evitarem a transferência para a frente, os soldados formaram um Comité Militar Revolucionário (CMR) que tomou o comando da guarnição em 21 de outubro. Ao longo dos dias seguintes, à medida que iam chegando os delegados para o Congresso dos Sovietes, o CMR organizou a defesa da capital tomando o controlo de estações ferroviárias, correios e telégrafos, centrais telefónicas e de eletricidade, e enchendo as ruas de soldados.

Era este o cenário na noite de 24 de outubro, quando Lenine, disfarçado, atravessou a capital até ao Instituto Smolensk, a antiga escola da aristocracia, onde o Congresso reuniria no dia seguinte. O edifício rebrilhava de luzes, e estava fortemente defendido por carros blindados e metralhadoras. Na sala 36, sede dos bolcheviques, Lenine atazanou os seus camaradas para que desencadeassem a revolução. Queria vê-la terminada antes de o Congresso votar a transferência do poder. Após um dia de adiamentos por questões técnicas, o cruzador *Aurora* disparou um tiro de sinal, e os bolcheviques irromperam pelo Palácio de Inverno para deter os principais ministros de Kerensky, os quais se tinham barricado numa pequena sala de jantar, onde se sentavam por entre os pratos da última refeição (borscht, peixe ao vapor, e alcachofras). Kerensky não estava lá. Partira nessa manhã para a Frente Norte, numa tentativa desesperada de encontrar tropas leais. Por essa altura, era tal a aflição do seu governo que nem sequer de um carro dispunha: Kerensky partira num Renault roubado à Embaixada Americana.

A prisão dos ministros foi anunciada ao Congresso dos Sovietes no salão cheio de fumo do Instituto Smolny. Os 670 delegados – na maioria operários e soldados, trajando as respetivas túnicas e casacos cinzentos – tinham aprovado por unanimidade uma resolução proposta pelo menchevique Martov para a formação de um governo socialista com base em todos os partidos do Soviete. Quando a tomada do poder foi anunciada, a maioria dos delegados mencheviques e dos SR denunciaram a «aventura criminosa», e abandonaram a sala em protesto. O plano de Lenine resultara. A tomada do poder era tanto uma provocação contra os SR e os mencheviques, como um golpe contra o Governo Provisório. Ao

abandonarem o Congresso, mencheviques e SR entregavam o Soviete aos bolcheviques. Trotsky lançou mãos à oportunidade. Denunciando a resolução de Martov, lançou o seu veredito sobre os renegados: «Não passam de míseros insolventes, o vosso papel esgotou-se; vão para onde devem ir: para o caixote do lixo da História!» depois, propôs uma resolução condenando as tentativas «traiçoeiras» de matar o poder do Soviete à nascença.[223] Os delegados, que mal compreendiam o que faziam, ergueram as mãos em apoio. O resultado do seu gesto foi dar o selo de aprovação ao uma ditadura bolchevique.

*

Não que alguém julgasse nessa altura que fossem ficar muito tempo no poder. Os bolcheviques tinham fraco apoio na capital – onde funcionalismo público, banca pública, correios e telégrafo, todos eles saíram em greve de protesto contra eles –, e, pior, nenhum nas províncias. Não tinham meios para alimentar Petrogrado, nem forma de enviar forças para Moscovo, onde travavam dura luta contra tropas leais a Kerensky. Tinham perdido o controlo dos caminhos de ferro devido a uma greve do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários (Vikzhel), que exigia que os bolcheviques formassem um governo de coligação com os outros partidos socialistas, e os obrigou a iniciar conversações com eles. Ainda que conseguissem sobreviver a tais dificuldades, ainda faltavam as eleições para a Assembleia Constituinte, o verdadeiro órgão da democracia, na medida em que seria eleita por todos os cidadãos adultos. Nisto colocavam todas as suas esperanças os partidos da oposição.

Mas eram esperanças ingénuas. Os bolcheviques recusavam jogar com as regras normais na consolidação da sua ditadura. Desde o primeiro dia no poder, emitiram ordens através do Conselho dos Comissários do Povo (Sovnarkom), o meio de governação preferido de Lenine, em vez de através do Soviete, em que restavam os SR de esquerda, os anarquistas e um pequeno número de mencheviques de esquerda a título de travão parlamentar do poder executivo. Baniram a imprensa da oposição, e mandaram prender centenas de KD, SR de direita e mencheviques através do CMR, que depressa foi substituído pela Cheka (sigla da Comissão Extraordinária para a Luta contra a Contrarrevolução e a Sabotagem), nova polícia política de Lenine. Os bolcheviques tomaram o controlo do

banco central, prenderam funcionários grevistas, e, uma vez conquistada Moscovo, abandonaram as conversações Vikzhel, como sempre fora sua intenção. Permitiram a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, em novembro, porque pensavam que as ganhariam; mas quando os SR saíram confirmados como maior partido, declaram que o resultado era injusto. O poder soviético, declarou Lenine, era mais alto princípio democrático do que «os direitos formais de um parlamento burguês». E mandou encerrar por guardas armados a Assembleia que acabara de ser aberta no Palácio Tauride, em 6 de janeiro de 1918.

Entretanto, às massas populares, os bolcheviques deram rédea solta para o «saque dos saqueadores» – com julgamentos populares, linchamentos, roubos violentos e requisições contra quem quer que ostentasse o menor vestígio de riqueza ou privilégio. Os socialistas que, como o escritor Gorki, esperavam que a revolução realizasse os seus ideais humanistas e aproximassem a Rússia do Ocidente viram nesses atos de vingança uma explosão terrível da «selvajaria asiática» do povo russo. «Desconfio especialmente dum russo», escreveu ele no seu jornal *Novaya Zhizn* (Nova Vida), «quando fica com o poder nas mãos. Ainda há não muito tempo um escravo, torna-se o mais incontido dos déspotas mal tem oportunidade de tornar-se senhor de seu vizinho».[224]

Mas Lenine via no «saque dos saqueadores» uma forma de aprofundar a «luta de classes», forma necessária de guerra civil. Em «Como Organizar a Competição?», escrito em dezembro de 1917, recomendava que cada povoação desenvolvesse a suas formas de:

> limpar a terra da Rússia de todos os insetos nocivos, das pulgas vigaristas, dos ricos percevejos, etc., etc. Num lugar, meterão na cadeia uma dezena de homens ricos… Noutro, serão postos a limpar latrinas. Num terceiro, ser-lhes-ão dados crachás amarelos depois de um período no cárcere… Num quarto, serão fuzilados quatro de cada dez. Quanto mais variedade melhor.[225]

Os funcionários do Soviete, munidos de mandatos incoerentes, visitavam as casas da «burguesia» – os odiados *burzhooi*, como lhes chamavam – confiscando tudo o que julgassem útil «para a revolução». Lançaram impostos sobre os *burzhooi* e fizeram reféns entre eles, ameaçando fuzilá-los se o imposto não fosse pago. O terror que praticavam era tirado do

velho libreto da *krugovaya poruka*, a responsabilidade solidária, agora aplicada a toda uma classe social. E a esse terror chamavam a «frente interna» da Guerra Civil.

Muita dessa violência era instigada pelos soldados que regressavam aos milhões das várias frentes, depois do Decreto Bolchevique de Paz, aprovado em 26 de outubro de 1917. Os soldados tomaram o Decreto como uma licença para desmobilizarem por livre vontade e dirigirem-se à estação ferroviária mais próxima. Depois, formavam milícias, ou Guardas Vermelhos, para promover a revolução nas respetivas vilas e aldeias.

Sem um exército que continuasse a combater, os bolcheviques viram-se obrigados a encetar conversações de paz com o alto comando alemão em Brest-Litovsk. Mas estavam divididos quanto à estratégia. Para os da ala esquerdista do partido, como Bukharin, uma paz separada com a Alemanha «imperialista» representaria uma traição à causa internacionalista. Poria fim a toda a esperança de que a revolução alastrasse ao Ocidente, o que consideravam crucial para a causa. A Revolução Russa por si só, pensavam eles, não poderia sobreviver sem o apoio de sociedades industriais mais avançadas. Com base neste raciocínio, defendiam que as conversações com os Alemães fossem arrastadas durante o maior período possível, e, se necessário, que se combatesse contra eles com Guardas Vermelhos e milícias (naquilo a que chamavam uma «guerra revolucionária»), na esperança de inspirar o proletariado europeu. Lenine, ao contrário, queria celebrar uma paz separada, e o mais cedo possível, para conseguir um «espaço de respiração» para a revolução na Rússia. «É agora apenas uma questão de como defender a mãe-pátria», defendia ele enquanto porta-voz de uma pequena minoria no Comité Central, em 11 de janeiro de 1918. Não valia a pena arriscar uma derrota da Rússia na hipótese de que uma revolução eclodisse na Alemanha, coisa que Lenine duvidava que acontecesse. «A Alemanha está apenas prenha de revolução, mas nós já demos à luz uma criança completamente saudável.» A Guerra Civil exigia uma paz imediata, ou, como Lenine dizia na sua habitual brutalidade, «A burguesia tem de ser esganada e para isso precisamos de ambas as mãos livres».[226]

Devido a essas divisões, os negociadores bolcheviques, liderados por Trotsky, esforçaram-se por ganhar tempo em Brest-Litovsk. Trotsky dedicou-se a entreter os diplomatas e os generais alemães, submetendo

cada frase do rascunho de tratado a longas dissertações abstratas. Por fim, os Alemães perderam a paciência e assinaram um tratado separado com a Ucrânia, e no Parlamento de Kiev os líderes nacionalistas declararam a independência da Ucrânia em 22 de janeiro, para logo pedirem auxílio alemão na luta contra os Guardas Vermelhos, baseados no Leste do país, onde os russos étnicos eram maioria. Assinado em 9 de fevereiro, o tratado transformou a Ucrânia num protetorado alemão, abrindo o caminho para a ocupação por alemães e austríacos. Depois de separarem os ucranianos dos russos, os Alemães ficaram em posição de aumentar as exigências em Brest-Litovsk. Mas nem assim Lenine conseguiu os votos de que necessitava no Comité Central. Seria só em 23 de fevereiro, já com os alemães a bombardearem Petrogrado, que levou a sua avante, e os bolcheviques aceitaram os termos de paz dos Alemães – agora muito piores do que teriam sido em janeiro. Nos termos do Tratado de Brest-Litovsk, a Rússia foi obrigada a ceder a maior parte dos antigos territórios imperiais no continente europeu. Polónia, Finlândia, Estónia e Lituânia obtiveram independência nominal sob proteção da Alemanha. As tropas soviéticas foram evacuadas da Ucrânia, que depressa foi ocupada por meio milhão de soldados austríacos e alemães, que se entregaram a saquear tudo o que pudessem do campesinato ucraniano, à medida que iam empurrando os Guardas Vermelhos de volta ao Leste. No total, a República Soviética perdeu 34 por cento da sua população (55 milhões de pessoas), 32 por cento da terra cultivável, 54 por centro da capacidade industrial, e 89 por cento das minas de carvão, o que fez que turfa e madeira passassem a ser as suas principais fontes de combustível.[227] Como potência europeia, a Rússia foi reduzida a uma condição par da Moscóvia do século XVII. A transferência da capital soviética para Moscovo, em 12 de março, era simbólica dessa retirada da Europa. São Petersburgo sempre fora uma cidade europeia, «a janela da Rússia para o Ocidente»; Moscovo, ao contrário, era um memorial físico das tradições asiáticas. Enquanto movimento internacional, a revolução sofrera um pesado golpe. A Revolução Russa, porém, fora, entretanto, salva.

Os exércitos da Guerra Civil estavam a ser formados. As forças anti bolcheviques, chamadas os «Brancos» (nome derivado dos penachos brancos que os anti jacobinos usavam nos chapéus durante as guerras revolucionárias francesas) eram um grupo heterogéneo sem outra

ideologia clara além de derrubar os «Vermelhos» do poder e restaurar a «Velha Rússia». Mas o que essa Rússia deveria ser – monarquia ou república, império ou federação, um sistema baseado na propriedade privada ou uma sociedade socialista – era questão que os dividia.

No Sul da Rússia, formou-se um Exército Voluntário. Mobilizado por Kornilov no Don, após o golpe bolchevique, era constituído sobretudo de oficiais, cujas políticas direitistas criavam conflitos com os cossacos do Don, com quem contavam para combater. Acontecia que muitos dos cossacos mais jovens queriam uma república socialista própria, e não a restauração do Império Russo, aquilo que os comandos do Exército Voluntário manifestamente preferiam. O general Anton Denikin, que assumiu o comando à morte de Kornilov, em abril de 1918, absteve-se de enunciar um objetivo político. A experiência de 1917 ensinara-o a manter o exército fora da política, e confiar antes em *slogans* simples, como «Rússia Una e Indivisível», que, no entanto, nada fizeram para o tornar mais querido de cossacos e outras minorias nacionais.

No Volga, entretanto, uma Legião Checa era a força principal de suporte do Komuch, um governo dos SR sediado em Samara, e que combatia pela restauração da Assembleia Constituinte e o regresso à guerra. Desamparados atrás das linhas alemãs, os checos estavam desejosos de retomar o combate na frente ocidental para conseguirem a independência em relação ao Império Austro-Húngaro. Politicamente débil, sem grande apoio dos camponeses, o Komuch cedo ficou dependente do Exército Siberiano sediado em Omsk, onde um grupo de oficiais de direita empossou o almirante Kolchak, comandante da frota czarista do mar Negro, como líder supremo de uma ditadura militar que se dedicou a recrutar camponeses para a guerra contra os bolcheviques. As potências ocidentais apoiavam todos esses exércitos contrarrevolucionários na esperança de conseguir que a Rússia se juntasse à guerra (era essa, ao menos, a justificação que davam para o seu envolvimento na Guerra Civil), e era com base nisso que forneciam a maior parte do equipamento, incluindo tanques e aviões, e enviavam tropas para ajudar no combate contra os Vermelhos.

O Exército Vermelho foi formado na frente do Volga. No início, era constituído pelos Guardas Vermelhos, uma milícia de operários, cujo zelo revolucionário não bastava, porém, para compensar a falta de disciplina

militar contra os experimentados soldados checos. A facilidade das primeiras vitórias checas tornou bem evidente para Trotsky, comissário de Guerra, que o Exército Vermelho tinha de ser reformulado segundo o modelo do exército imperial, com unidades recrutadas, em vez dos Guardas Vermelhos, oficiais experientes (da era czarista) e comando centralizado. Muitos dos comandantes e soldados contestaram estas reformas, por verem nelas uma restauração da velha ordem militar, e, nos oficiais ex-czaristas um obstáculo à sua promoção. Assim nasceu uma Oposição Militar, baseada neste ressentimento das classes baixas contra os oficiais profissionais e outros «especialistas burgueses». O seu baluarte era a Frente de Czaritsyn, onde Estaline, conhecido pelos seus métodos brutais, fora enviado a requisitar cereais, mas onde cedo assumiu o comando militar, espalhando o caos com a prisão em massa dos oficiais czaristas de Trotsky.

A mobilização geral foi decretada em junho. O Exército Vermelho já recrutara um milhão de homens em 1919, três vezes mais em 1920, e 5 milhões em 1921. Era um padrão que já antes fora visto, em que se pretendia colmatar com quantidade a falta de qualidade, devida ao atraso do país. As forças armadas cresceram muito mais depressa do que uma economia afligida pela guerra conseguia abastecê-las de munições, meios de transporte, alimentação e vestuário. A moral dos soldados colapsou e houve deserções aos milhares, sobretudo durante a temporada das colheitas, altura em que as povoações precisavam dos seus braços. Os novos recrutas eram atirados para o combate sem qualquer treino, o que tornava mais provável a sua deserção. Assim se estabeleceu um círculo vicioso, em que a mobilização geral conduzia a carência de equipamentos e deserções maciças, e que mergulhou a economia soviética num sistema – Comunismo de Guerra, como ficaria conhecido – cujo objetivo era canalizar toda a produção para as necessidades do exército.

O monopólio dos cereais era uma resposta ao êxodo dos trabalhadores das cidades nos primeiros seis meses do regime, em que não havia nem comida nem combustíveis. Fugiram para os campos um milhão de trabalhadores, que assim melhor podiam alimentar-se. As fábricas fecharam por falta de combustível. A revolução corria o risco de morrer de fome – o mesmo destino sofrido, em 1871, pela Comuna de Paris, cuja derrota há muito servia de alerta para os bolcheviques. O fracasso da

Comuna ensinara-lhes que, para sobreviverem nos respetivos baluartes urbanos, tinham de travar uma guerra de alimentação nos campos.

A raiz da crise estava na relutância dos camponeses em vender os excedentes por papel-moeda sem valor – um problema que remontava aos anos da guerra, em que a produção industrial caíra e houve uma acentuada subida de preços. Cedo se instalara uma economia de permuta, em que os «homens do saco» apanhavam o comboio na cidade para irem ao campo trocar roupas e apetrechos domésticos por cereais. Os agentes da Cheka, nos seus blusões de couro, rondavam para tentar acabar com esse comércio, a que chamavam «especulação», mas não chegavam para o número enorme de «homens do saco». Então, foram decretadas novas medidas coercivas. Nos termos do monopólio dos cereais, todos os excedentes dos camponeses se tornavam propriedade do Estado. Os bolcheviques organizaram brigadas armadas nas fábricas, que depois enviavam para os campos a requisitar cereais à força. Quando não encontravam nada, partiam do princípio de que estavam a ser escondidos pelos «kulaks» (essa classe-fantasma de camponeses «capitalistas» que os bolcheviques inventaram. E assim deflagrou uma desigual «batalha dos cereais». As brigadas espancavam e torturavam os aldeões e queimavam aldeias até que lhes fosse entregue tudo quanto tinham, e que muitas vezes eram os derradeiros alimentos e as sementes para a próxima temporada. Houve centenas de revoltas camponesas (uma «contrarrevolução dos *kulaks*», segundo os bolcheviques) na retaguarda das frentes vermelhas da Guerra Civil.[228]

A Guerra Civil foi uma experiência formativa para o regime bolchevique, cujos métodos de coação, de jugo armado, se cristalizaram nesses anos. A emergência militar fortaleceu a ditadura. Foi utilizada pelos bolcheviques para justificar o Terror Vermelho, com as detenções em massa, com o abate a tiro dos «inimigo de classe, com o alargamento dos poderes centralizadores do Partido-Estado, que sob o Comunismo de Guerra impôs o seu controlo sobre todos os aspetos da economia e da vida social. Chegado o ano de 1920, a burocracia soviética empregava 3 milhões de pessoas. Não era uma Ditadura do Proletariado, mas sim uma Ditadura da Hierarquia.

A adesão ao partido era a forma mais segura de subir na hierarquia. Mais de um milhão de pessoas se lhe juntou durante a Guerra Civil. E

muitas mais foram recrutadas pelo Exército Vermelho, que ensinava aos recrutas a ler, e a falar e agir como bolcheviques. Como poderiam evitar que fosse invadido por carreiristas, motivados tão só pelas regalias dos membros (melhores empregos, melhores rações de comida e combustível, acesso a lojas especiais, etc.)? Como saber quem eram realmente se todos se escondiam atrás da máscara do partido? Chamavam-lhes «rabanetes», vermelhos por fora, brancos por dentro. E todos os anos havia purgas entre os membros. Esses receios perdurariam como fonte de insegurança até aos anos de 1930 e ao desencadeamento das purgas estalinistas.

Com o crescimento do partido, os seus membros acabaram por dominar os Sovietes, transformando-os, de organismos revolucionários locais controlados por uma assembleia, em órgãos do partido-Estado. Nas cidades de província e em algumas capitais de distrito, os executivos soviéticos eram nomeados por Moscovo a partir de um grupo central de bolcheviques, que não tinham necessariamente qualquer vínculo com a região sob seu comando. Mas nas zonas rurais havia demasiados Sovietes *volost* para que fosse possível preenchê-los com nomeações centrais, e, aí, os bolcheviques que assumiam o controlo eram jovens camponeses, muitos deles soldados regressados das guerras, recém-habilitados nas técnicas e organização militares, letrados, e versados em ideias socialistas.[229] Como as crianças das aldeias do censo de 1903, não queriam regressar à vida agrícola, antes viam no partido uma forma de conseguir empregos de escritório. Por todo o mundo camponês tem havido regimes comunistas erigidos sobre a ambição dos filhos de camponeses de se juntarem à classe burocrática.

*

Chegada a primavera de 1920, os bolcheviques tinham a Guerra Civil praticamente ganha. O exército de Kolchak fora derrotado na Sibéria. O de Denikin retirara para Crimeia, onde o que restava dos Brancos, sob comando do general Wrangel, estabeleceram o bastião derradeiro. Em novembro, também eles haviam sido derrotados. Milhares de soldados vencidos embarcaram à pressa em navios aliados, rumo ao exílio, para fazerem uma outra «Rússia» em Berlim, Paris ou Nova Iorque.

Qual foi a chave do êxito dos bolcheviques? Tinham a disciplina e organização do partido. Tinham um objetivo unificador (a defesa «da

revolução»), e símbolos claros (a Bandeira Vermelha, e o emblema do Exército Vermelho, a Estrela Vermelha) capazes de conquistar o apoio das massas. Os bolcheviques eram mestres da propaganda, que usavam de todas as formas – cartazes, panfletos, jornais gratuitos, filmes e peças de agitação –, e enviavam para todas as frentes em comboios especiais de agitação, equipados de impressoras, bibliotecas, grupos de teatro (que usavam vagões abertos de mercadorias como palco), e até cinemas dentro de carruagens.

A propaganda bochevique estava sabiamente sintonizada com os antigos mitos de justiça social e liberdade que há tanto tempo inspiravam as revoltas populares. Era comunicada de forma visualmente simples e icónica, facilmente acessível e compreensível por uma população com baixos níveis de literacia e fraca compreensão do discurso político. Os panfletos para os pobres das zonas rurais comparavam o socialismo à obra de Cristo. O culto de Lenine, que arrancou em agosto de 1928, data de um atentado de que saiu ferido, mas com vida, tinha claras tonalidades religiosas. Lenine era retratado como uma figura semelhante a Cristo, pronto a morrer pela causa do povo, e, visto que sobrevivera, abençoado com poderes milagrosos.

Até a Estrela Vermelha tinha conotações religiosas com raiz no folclore. Um folheto do Exército Vermelho explicava aos soldados por que razão tinham a Estrela Vermelha nos bonés e nas fardas. Era um símbolo da deusa Pravda, que tinha uma estrela vermelha ardente na testa a iluminar todo o mundo e a trazer-lhe verdade e justiça, significado dúplice do seu nome. Certo dia, a estrela vermelha fora roubada por Krivda (que significa falsidade), cujo jugo trouxera as trevas e o mal ao mundo. Por fim, o povo invocara Pravda, que se erguera contra Krivda e recuperara a estrela. Os «bravos rapazes» do Exército Vermelho, concluía o panfleto, estavam a «combater contra Krivda e seus apoiantes maléficos para que a verdade governasse o mundo».[230]

O poder desses mitos folclóricos não foi a única razão do êxito dos bolcheviques. A geografia também foi importante. Os bolcheviques tinham o controlo da Rússia central, onde vivia o grosso da população e se situava a maior parte da rede ferroviária, que convergia para Moscovo como os fios de uma teia de aranha, facilitando a transferência de forças e recursos de uma frente para outra, conforme o sítio em que os Brancos

atacavam. Os Brancos, ao contrário, tinham de combater em várias frentes, e, não dispondo de uma rede de comunicações, era-lhes difícil coordenar as operações contra os Vermelhos. Estavam, além disso, dependentes dos aliados para a maior parte dos abastecimentos.

Mas no cerne da derrota dos Brancos estava um falhanço político, o de recusarem propor políticas capazes de conquistar o apoio das massas. Falharam completamente na adaptação às novas realidades revolucionárias. Só no último ano da Guerra Civil – e ainda então só a insistência dos aliados – é que dedicaram alguns recursos apreciáveis ao trabalho de propaganda, e até essa foi dirigida mais aos aliados do que ao povo. A recusa dos Brancos de reconhecerem os movimentos de independência foi desastrosa, pois lhes custou o apoio de Polacos, Ucranianos, Estónios e Finlandeses – quaisquer dos quais teriam alterado o equilíbrio militar em seu favor – e complicou a relação com os Cossacos, que desejavam mais autonomia em relação à Rússia do que aquela que os Brancos estavam dispostos a conceder.

A causa principal da derrota dos Brancos, porém, está em não terem aceitado a revolução camponesa nas terras. Alienou-os da população rural da zona agrícola central, campo de batalha decisivo da Guerra Civil, onde os camponeses tinham obtido maiores ganhos de terras no ano de 1917. Este erro fatal ficou bem ilustrado com a ofensiva de 1919 de Denikin contra Moscovo. Em julho, os Brancos avançaram para Norte, a partir das bases na Ucrânia e no Baixio Volga. Avançaram com rapidez numa jogada de tudo-ou-nada para romperem até Moscovo. Em meados de outubro, tomaram Orel, não muito longe de Tula, principal arsenal do Exército Vermelho, então a braços com greves operárias que, caso fossem avante, dariam aos Brancos vantagem decisiva na batalha de Moscovo. Por uma vez, os Brancos tinham conseguido fazer coincidir uma ofensiva na frente sul com outra contra Petrogrado, comandada pelo general Yudenich, chegado através da Estónia. Os bolcheviques estavam em pânico. Pensavam que Moscovo estava prestes a cair. Muitos deles fizeram as malas e fugiram para o estrangeiro. Havia planos secretos para a evacuação da capital soviética. Mas no momento crucial, quando o combate por Tula estava numa fase de equilíbrio, 250 mil camponeses dessa área – desertores do Exército Vermelho, todos eles – regressaram voluntariamente para combater os Brancos.[231] Por muito que detestassem o

regime bolchevique, com as suas brigadas de cereais e os seus comissários, preferiam alinhar com eles contra os Brancos em defesa da revolução nas terras.

Uma vez derrotados os Brancos, os camponeses viraram-se contra os bolcheviques, cujas requisições os haviam levado ao limiar da inanição. No outono de 1920, já a maior parte do país estava mergulhada em revoltas camponesas. Eram pequenas revoltas, na sua maioria, mas também as houve com grandes exércitos, por vezes chamados os Verdes, como o de Makhno, na Ucrânia, ou o de Antonov, em Tambov, que chegaram a proclamar governos camponeses. Em toda a parte os seus objetivos eram basicamente os mesmos: restaurar a autodeterminação camponesa de 1917. Era o que alguns queriam dizer com o *slogan* «Sovietes sem Comunistas!»

O poder bolchevique deixou de existir na maior parte do território rural. A requisição de cereais para as cidades ficou gravemente afetada. E os operários entraram em greve. Não eram apenas as carências que os enfureciam. Protestavam contra a perda de direitos por que tanto haviam lutado em 1917. Questionavam a subordinação quase militar dos sindicatos à hierarquia industrial do Partido, uma política implementada em 1920 por Trotsky como comissário dos transportes, e opunham-se àquilo que consideravam o declínio da democracia no seio do Partido, onde eram cada vez mais frequentes as decisões isoladas por parte da liderança, que depois as impunha às fileiras. Encontraram uma voz na Oposição Operária, como foi chamada por Lenine, um grupo de bolcheviques liderados por Alexandre Shliapnikov e Alexandra Kollontai, que exigia mais poderes para os sindicatos e o regresso a uma democracia soviética. As greves eclodiram em Moscovo, e depressas alastraram a Petrogrado, onde essas proclamações desceram à rua em 27 de fevereiro, quarto aniversário da revolução. Era uma nova chamada às armas:

> Os operários e os camponeses precisam de liberdade. Não querem viver por decretos dos bolcheviques. Querem controlar os próprios destinos. Exigimos a libertação de todos os socialistas e tarabalhadores sem partido; a abolição da lei marcial; liberdade de expessão, imprensa e reunião para todos os que trabalham; eleições livres para os comités de fábrica, os sindicatos e os sovietes.[232]

Nesse dia a revolução alastrou à base naval de Kronstadt. Em 1917, Trotsky chamara aos marinheiros de Kronstadt «o orgulho e glória da Revolução Russa». Tinham desempenhado papel decisivo na tomava do poder de outubro. Mas, agora, os marinheiros exigiam o fim da ditadura bolchevique. Depois de elegerem um novo soviete, reivindicavam liberdade de expressão e reunião, «rações iguais para todo o povo trabalhador», e o fim das requisições.[233] Trotsky assumiu o comando do esmagamento do motim. O ataque começou com o bombardeamento da base naval em 7 de março, o próprio dia em que o Décimo Congresso do Partido reunia em Moscovo.

Aí, Lenine introduziu um imposto em espécie para substituir as requisições. Pago esse imposto, os camponeses estavam autorizados a vender os excedentes no mercado livre. Isto era necessário, defendia ele, para travar os levantamentos camponeses, que eram «muito mais perigosos» do que todos os Brancos somados, e para estabelecer uma nova aliança (*smychka*) com o campesinato. A media traduzia-se no abandono do Comunismo de Guerra, e no lançamento dos alicerces de uma Nova Política Económica (NPE), em que o comércio privado e as indústrias de pequena escala eram autorizadas no seio do sistema socialista. Muitos dos bolcheviques temiam que aquilo conduzisse ao regresso do sistema capitalista. Mas Lenine insistia em que, desde que o Estado controlasse «os cumes de comando da economia» (a indústria pesada, os serviços públicos e os recursos naturais) não havia perigo em autorizar a agricultura privada, o comércio de retalho e o artesanato para satisfazer as necessidades de consumo.

Para reforçar a unidade do partido e suprimir a Oposição Operária, Lenine também introduziu uma proibição de fações dentro do Partido. A decisão seria fatal. Dali em diante, o Comité Central passaria a administrar o Partido segundo as mesmas linhas ditatoriais com que o Partido controlava o país; nenhum grupo podia questionar as decisões sem se expor a acusações de «fracionismo», que podiam levar à expulsão do Partido.

A NPE viria a ser um recuo temporário em relação ao sonho de construção do socialismo por decreto, a essência do modelo do Comunismo de Guerra. Consistia em gerir a Rússia tal como ela era – um país de pequenas parcelas de terra camponesas –, e em forjar políticas para

aliciar os camponeses para o sector socialista através do mercado. «Só nos países de capitalismo avançado» seria possível «uma transição imediata para o socialismo», declarou Lenine perante o Congresso. Era o que os mencheviques diziam em 1917. Agora, Lenine adotava a sua abordagem, apelando aos bolcheviques para que se dedicassem à tarefa de «construir o comunismo com mãos burguesas». Teria de haver um novo *modus vivendi* com a Igreja, com a iniciativa privada, com a *intelligentsia* e a sua cultura «burguesa», entidades que, sob o comunismo, todas elas tinham sido atacadas e condenadas como «inimigos de classe». Os bolcheviques teriam de mudar de métodos para que a visão de Lenine se realizasse. Não podiam já governar ameaçando o povo com armas. Agora, advertia Lenine, tinham de «avançar mais lentamente». Precisavam da educação e da cultura ocidentais, para «aprenderem a governar» adequadamente.[234] Mas estariam eles dispostos a fazê-lo?

---

208. A. Brusilov, *A Soldier's Notebook, 1914–1918*, Londres, 1930, pp. 93-4.

209. O. Figes e B. Kolonitskii, *Interpreting the Russian Revolution: The Language and Symbols of 1917*, New Haven, 1999, p. 24.

210. B. Pares (ed.), *Letters of the Tsaritsa to the Tsar, 1914–1916*, Londres, 1923, p. 157.

211. O.Figes, *A People's Tragedy: The Russian Revolution, 1891-1924*, Londres, 1996, p.345.

212. L. Trotsky, *The History of the Russian Revolution*, Londres, 1977, p.193.

213. G. Buchanan, *My Mission to Russia and Other Diplomatic Memoirs,* 2 vols., Londres, 1923, vol.2, p. 86.

214. DM BNR f. 152, op. 1, d. 98, l. 34.

215. St Antony's College, Oxford, Russian and East European Centre, G. Katkov Papers, «Moskovskii sovet rabochikh deputatov (1917-1922)», p. 10.

216. R. Lockhart, *Memoirs of a British Agent*, Londres,1933, p.304.

217. R. Browder e A. Kerensky (eds), *The Russian Provisional Government 1917: Documents*, 3 vols., Stanford, 1961, vol.2, pp. 913-15.

218. F. Farmborough, *Nurse at the Russian Front*, Londres, 1977, pp. 269-70.

219. G. Zinoviev, «Lenin i iiul'skie dni», *Proletarskaya Revoliutsiia*, n.º 8-9, 1929, p. 62.

220. V. Lenine, *Collected Works*, 47 vols., Londres, 1977, vol. 25, pp. 176-9.

221. Ibid., vol. 26, pp. 19, 21.

222. *he Bolsheviks and the October Revolution: Minutes of the Central Committee of the Russian Social-Democratic Labour Party (Bolsheviks),* agosto de 1917 – fevereiro de 1918, trad. A. Bone, Londres, 1974, p.98.

223. Figes*, A People's Tragedy*, pp. 489-91.

224. M. Gorky, *Untimely Thoughts: Essays on Revolution, Culture, and the Bolsheviks, 1917–1918*, trad. Herman Ermolaev, New Haven, 1995, p. 95.

225. V. Lenin, *Polnoe sobranie sochinenii*, 55 vols., Moscovo, 1958-65, vol. 35, p. 204.

226. AERHSP, f. 17, op. 1, d. 405, l. 1–13.

227. J. Wheeler-Bennett, *Brest-Litovsk: The Forgotten Peace*, Nova Iorque, 1938, p. 269.

228. O. Figes, *Peasant Russia, Civil War: The Volga Countryside in Revolution, 1917–1921*, Oxford, 1989, pp. 150 ss..

229. O. Figes, «The Village and Volost Soviet Elections of 1919», *Soviet Studies*, vol. 40, n.º 1, 1988, pp. 21-45.

230. Figes e Kolonitskii, *Interpreting the Russian Revolution*, p. 152.

231. O. Figes, «The Red Army and Mass Mobilization during the Russian Civil War», *Past & Present*, vol. 129, edição 1, 1990, pp. 206-9.

232. *Kronshtadtski miatezh: sbornik statei, vospomiannii i dokumentov*, Leninegrado, 1931, p. 26.

233. Ver I. Getzler, *Kronstadt, 1917–1921: The Fate of a Soviet Democracy,* Cambridge, 1983.

234. Lenine, *Collected Works*, vol. 33, pp. 487-502.

9

A GUERRA À VELHA RÚSSIA

A restauração do mercado devolveu vida à economia soviética. O comércio privado reagiu instantaneamente à escassez crónica que alastrara durante sete anos de guerra mundial, revolução e guerra civil. Floresceram as feiras ambulantes. Os camponeses trouxeram os seus produtos para os mercados. Por todo o lado despontaram cafés, lojas e restaurantes privados. Luxos há muito esquecidos (manteiga, queijo e carne, pastelaria e doçaria) eram exibidos nas montras, mas a preços muito acima das posses da gente comum. Cedo surgiu uma nova classe de comerciantes privados, os «homens da NPE». Vestiam esposas e amantes de diamantes e peles, circulavam em enormes automóveis importados, e gabavam-se em voz alta em bares de hotel onerosos das fortunas que tinham perdido nas pistas de cavalos e casinos recém-abertos. Para isto servira a revolução? Era o que muitos perguntavam. Trabalhadores aos milhares deitaram fora o cartão do Partido, indignados com a NPE, a que chamavam Novo Proletariado Explorado.

A oposição urbana à NPE era exacerbada pela escassez de alimentos nas lojas do Estado. A raiz do problema estava, como antes, na falta de bens de consumo que pudessem ser trocados com os camponeses. A indústria fora gravemente atingida pela Guerra Civil. Demorou mais tempo a recuperar do que as explorações camponesas, que tiveram boas colheitas em 1922 e 1923. O resultado, foi o alargamento do fosso (a «crise das tesouras») entre os preços deflacionados da agricultura e os preços fortemente inflacionados dos bens de consumo. À medida que ia aumentado o preço dos bens manufaturados, o campesinato ia reduzindo as entregas aos depósitos estatais. Os valores de aquisição estabelecidos

pelo Estado eram demasiado baixos para permitir aos camponeses ganhar o suficiente para comprarem os produtos domésticos de que necessitavam. Os bolcheviques estavam divididos sobre a forma de lidar com o problema. Os da ala mais esquerdista do partido, como Trotsky, defendiam que a grande prioridade era aumentar a produção de bens manufaturados. Preferiam que os preços agrícolas se mantivessem baixos, recolhendo os cereais se necessário pela força, e aumentar a produção industrial de grande escala mediante planeamento estatal. Os da ala direita, como Bukharin, advogavam o aumento dos preços de aquisição de produtos agrícolas, ainda que isso implicasse a diminuição do ritmo de acumulação de capital para a industrialização. Os preços mais altos serviriam de estímulo para que os camponeses produzissem mais cereais e preservariam a *smychka,* a aliança do Estado com o campesinato, em que assentava a sobrevivência da revolução.

Havia divergências, ainda, sobre as consequências internacionais da NPE. Ao tomarem o poder, todos os bolcheviques pressupunham que a revolução cedo alastraria às sociedades industrialmente mais avançadas. Na sua opinião, o socialismo era insustentável isoladamente na Rússia por carecer das indústrias de que necessitava, de construção de máquinas e de munições, para se defender das potências capitalistas hostis. Sonhavam com uma revolução a espalhar-se a todo o mundo como força libertadora. Por isso tinham constituído o Comintern, a Internacional Comunista, para organizar os comunistas dos outros países sob a direção de Msocovo. A fundação do Comintern era uma rutura fundamental em relação à posição dos partidos socialistas da Segunda Internacional, que se dissolvera em 1916 por entre conflitos sobre se os socialistas deviam ou não apoiar o esforço de guerra dos respetivos países. Para assinalar a sua oposição ideológica aos sociais-democratas, alguns dos quais haviam apoiado os seus governos do tempo de guerra, em 1918, os bolcheviques tinham mudado o nome de SD para Partido Comunista. Essa divergência era acentuada com a criação do Comintern, conhecido como Terceira Internacional, cujas «Vinte e Uma Condições», aprovadas em 1920, obrigavam os partidos-membros a rebatizarem-se como comunistas, e a combater os «sociais patriotas» dos partidos socialistas parlamentares, e prestar apoio leal à república soviética, a qual, enquanto única sede legítima do comunismo no mundo, era a sua verdadeira pátria. Através do

Comintern, a Rússia ganhava nova posição no cenário internacional. O comunismo outorgava-lhe um novo papel messiânico. No mito medieval da Terceira Roma, Moscovo fora ungida como trono do santo salvador do mundo. Agora, à cabeça da Terceira Internacional, assumia a missão da libertação mundial da opressão capitalista. Os comunistas ocidentais que se juntavam ao Comintern faziam-no com vénia à liderança da Rússia.

Em 1924, já se tornara, porém, evidente que uma revolução no Ocidente era coisa improvável. A instabilidade do período imediato do pós-guerra passara. Em Itália, os fascistas tinham tomado o poder. Na Alemanha, as greves organizadas por comunistas não tinham conseguido desencadear mais amplos levantamentos. Abandonando o objetivo de exportar a revolução no futuro imediato, Estaline e Bukharin adotaram a política de «socialismo num país». Era uma viragem drástica na estratégia revolucionária do partido. Em vez de aguardar que chegassem apoios de Estados industrializados, a União Soviética, formada em 1922 pelas repúblicas soviéticas russa, transcaucasiana, ucraniana e bielorrussa, visava agora tornar-se autossuficiente, e defender-se através da constituição de indústrias com capitais extraídos da própria economia. Exportaria cereais e matérias-primas, com que pagaria as ferramentas e maquinaria importadas do Ocidente.

Os debates sobre a NPE ficaram resumidos a uma questão de calendário. Quanto tempo levaria a União Soviética a industrializar-se através dos mecanismos de mercado da NPE? Seriam esses meios suficientemente céleres para a construção das indústrias de defesa de que a União Soviética precisava antes de uma guerra com os Estados capitalistas, a qual, como todos concordavam, era inevitável? Foram estes medos que alimentaram a subida ao poder de Estaline com o lançamento do Plano Quinquenal.

*

Na sua brilhante crónica de 1917, o memorialista menchevique Nikolai Sukhanov fez uma descrição célebre de Estaline como uma «mancha cinzenta, que cintilava obscuramente e não deixava traço».[235] Estaline aparecera em Petrogrado nesse mês de março após muitos anos de atividade clandestina na sua Geórgia natal e no Cáucaso, que haviam terminado com o seu exílio e prisão na Sibéria. Durante a Guerra Civil

ocupara-se de muitas tarefas que a outros haviam parecido demasiado vulgares. Foi comissário para as Nacionalidades, comissário do Rabkrin (Inspetorado dos Operários e Camponeses), membro do Politburo e do Orgburo (gabinete organizativo), e presidente do Secretariado de gestão do partido. Consequentemente, amealhara uma reputação de mediocridade modesta e industriosa.

De baixa estatura, com um braço deformado e rosto marcado da varíola, falante de um russo com sotaque georgiano, Estaline sentia a condescendência dos líderes metropolitanos do partido. Capaz de ofender-se com pouco, mas perene nos ressentimentos, arquitetou a sua vingança construindo uma base de poder nas faixas inferiores do partido. Todos os líderes bolcheviques o subestimaram. Lenine foi tão culpado quanto os outros. Durante demasiado tempo tolerou a brutalidade de Estaline, a sua violência e criminalidade, por considerar tais métodos úteis à causa. Em abril de 1922, fê-lo secretário-geral do partido. Pensava que a disciplina implacável de Estaline o ajudaria a impor a proibição de fações e a livrar o partido da Oposição Operária, que continuava a atrair os trabalhadores que se opunham à NPE. Foi, como o próprio Lenine viria a descobrir, um erro terrível.

A chave do poder crescente de Estaline foi o controlo do aparelho partidário e a utilização secreta que fazia da OGPU, como a Cheka fora rebatizada, para afastar do partido os seus inimigos. Como secretário-geral, e como único membro do Politburo com assento no Orgburo, conseguia promover os seus seguidores aos postos-chave regionais do partido, assim garantindo maioria no Congresso do Partido e no Comité Central. No ano de 1922, apenas, foram nomeados pelo Orgburo mais de mil altos responsáveis partidários, incluindo 42 patrões provinciais do partido.[236] Era o núcleo da *nomenklatura*, a lista de cargos preenchidos pelo Comité Central segundo uma hierarquia de estatuto, privilégio e relevância, algo semelhante ao sistema de *mestnichestvo,* mediante o qual príncipes e clãs boiardos eram ordenados na classe de serviço fechada e minuciosamente hierarquizada da Moscóvia medieval. Esses nomeados tornaram-se leais apoiantes de Estaline na luta pela liderança. Como ele, eram de origens humildes, a maioria não tinha mais do que uns poucos anos de escola. Tinham uma noção vaga da ideologia marxista, que haviam aprendido em cartilhas, e uma desconfiança em relação a

intelectuais como Trotsky e Bukharin, cujo trabalho teórico os ultrapassava. Preferiam depositar a sua confiança em Estaline e na sabedoria de pés na terra que ele sabia exprimir em termos simples.

Não que Estaline alguma vez se tenha sentido seguro. Desconfiado por natureza, sempre o obcecava a ideia de que as células locais do partido escondessem «oposicionistas» (restos dos partidos dos mencheviques e dos SR, dos Oposicionistas Operários e apoiantes de Trotsky). Através do controlo da secretaria-geral e do respetivo Orgburo, Estaline pressionava os secretários regionais do partido para que denunciassem atividades oposicionistas (que poderiam consistir na mera formulação de críticas à liderança do partido). E media a qualidade desses líderes regionais pela qualidade da informação transmitida à Comissão Central de Controlo, responsável pela disciplina partidária, que chefiou até 1923, altura em que a confiou ao seu aliado Valerian Kuibyshev.

Além dos mecanismos de controlo e punição do partido, Estaline também contava com a OGPU, que respondia perante ele diretamente, enquanto secretário-geral. Estabeleceu uma forte aliança com Félix Dzerjinski, chefe da OGPU, que foi amealhando crescentes poder e recursos através da denúncia de grupos «antissoviéticos» no partido e na sociedade. Estaline servia-se da polícia política para espiar responsáveis do partido, e coligir ou fabricar provas incriminatórias *(kompromat)* que pudesse usar contra eles, se necessário. Desta forma foram purgados do partido milhares de potenciais adversários, e tão cedo fossem expulsos, logo podiam ser presos, até assassinados, sem que alguém fizesse perguntas incómodas. Estaline também gostava de espiar ele próprio os seus camaradas. Tinha na Secretaria-Geral um «departamento secreto» cujo pessoal encheu um escritório de *dossiers* de líderes partidários, com relatos pormenorizados das suas fraquezas e receios, colhidos em correspondência intercetada ou escutas telefónicas feitas pela Polícia. Numa gaveta da sua secretária, Estaline guardava um telefone secreto no qual podia ouvir as conversas privadas dos mais altos responsáveis do governo no Kremlin. Conhecia todas as fraquezas dos camaradas – as amantes, o uso de cocaína, a homossexualidade – e sabia como explorá-las.[237]

Como secretário-geral, Estaline era responsável pelos cuidados médicos de Lenine quando este sofreu a primeira série de acidentes vasculares

cerebrais em maio de 1922. Com Lenine fora de ação, Estaline formou um triunvirato (com Lev Kamenev e Gregório Zinoviev) de oposição a Trotsky, que todos consideravam o mais perigoso rival para a sucessão. Com crescente desconfiança em relação a Estaline, entre 23 de dezembro de 1922 e 4 de janeiro de 1923, Lenine ditou uma série de notas soltas para o próximo Décimo Segundo Congresso do Partido (mais tarde conhecidas como Testamento de Lenine), nas quais era fortemente crítico de Estaline, e recomendava a sua remoção do cargo de secretário-geral.

Lenine ficara chocado com a forma como ele lidara com os bolcheviques da Geórgia que se haviam oposto ao plano de Estaline, enquanto comissário das Nacionalidades, de formação de uma federação como base da União Soviética. Nesse plano, as nações não-russas juntar-se-iam à Rússia como repúblicas «autónomas», sendo-lhes negado o direito de secessão dessa União, como Lenine preconizara, antes de a doença o incapacitar, nos seus próprios planos para uma federação de repúblicas soviéticas iguais. Sergo Ordshonikidze, diretor do Gabinete Caucasiano de Moscovo e mais próximo aliado de Estaline no Cáucaso, vinha impondo o seu controlo centralizado à República da Geórgia, purgando «nacionalistas» e «divisionistas» das fileiras do partido. Certa vez, durante uma discussão em privado, esbofeteara um bolchevique georgiano que se opunha ao plano de Estaline. Lenine ficou indignado ao saber do episódio. Compreendia agora que Estaline era um «chauvinista da Grande Rússia», capaz tão só de atormentar e subjugar as pequenas nações, quando o mais necessário agora era «profunda cautela, sensibilidade e abertura ao compromisso». A baixa conta em que tinha Estaline foi acentuada em março quando soube de outro incidente feio, no qual Estaline tinha submetido Krupskaya, a mulher de Lenine, «a uma tempestade de ofensas grosseiras», e até a ameaçara.[238] De tal forma o incidente o afetou que Lenine caiu novamente doente. Três dias depois teve novo acidente vascular cerebral, que lhe roubou a fala.

O Décimo Segundo Congresso do partido reuniu finalmente em abril de 1923. O Testamento não foi lido aos delegados, como Lenine pretendera, pois Krupskaya guardou-o na esperança de que o marido recuperasse. Só após a morte de Lenine, em janeiro de 1924, é que ela apresentou as notas ditadas ao Secretariado, pedindo que fossem publicadas e entregues aos delegados do Décimo Terceiro Congresso do partido, em maio de 1924. O

Testamento não foi dado a conhecer a todos os congressistas, mas foi lido aos chefes de delegação numa pequena reunião previamente orquestrada, em que o triunvirato conseguiu convencer os delegados a aceitarem as promessas de Estaline de que mudaria os seus métodos.

Trotsky estava demasiado enfraquecido para contestar a forma como o Testamento foi tratado (na votação para o Comité Central ficara apenas trigésimo quinto), antes hesitando entre a conciliação com os inimigos em nome da unidade do partido ou apresentar-se como campeão das fileiras anónimas contra o «regime policial» do triunvirato. Trotsky conseguiu o apoio de um «Grupo dos Quarenta e Seis», bolcheviques notáveis que concordavam com a ênfase que a NPE punha na industrialização. Mas isto só o expôs a acusações de fracionismo (um crime contra o partido, desde que Lenine banira as fações). Classificado como oposicionista e acusado de ambições «bonapartistas», Trotsky foi condenado por um plenário do partido em outubro de 1923. Kamenev e Zinoviev queriam a sua expulsão, mas Estaline, sempre desejoso de parecer mais brando do que realmente era, opôs-se. De qualquer forma, Trotsky estava acabado enquanto força política. Demitido do cargo em 1925, seria expulso do partido dois anos depois, exilado para o Cazaquistão e por fim deportado da União Soviética em 1929.

Lenine pedira para ser enterrado ao lado do túmulo da mãe, em Petrogrado. Mas Estaline queria embalsamar o corpo e pô-lo em exposição. Na tradição ortodoxa russa um corpo incorrupto era sinal de santidade. Trotsky ficou horrorizado com a ideia, que comparava aos cultos religiosos dos Rus medievais: «Antes, havia as relíquias de Sergius de Radonezh e de Serafim de Sarov; agora querem substituí-las pelas relíquias de Vladimir Ilich.» Mas Estaline impôs o seu plano ao Politburo, e o corpo de Lenine foi exposto num mausoléu de madeira temporário que abriu uma semana apenas após a sua morte. Ao vê-lo, muitos dos enlutados dobravam-se perante o corpo, caíam de joelhos e rezavam orações ao novo deus.[239]

Estaline beneficiou deste culto, mais do que qualquer outro dirigente bolchevique. Em 26 de janeiro de 1924 fez um discurso perante o Congresso dos Sovietes da União Soviética no qual, em tom de evangelista, jurou repetidamente continuar a obra de Lenine, rematando cada uma das sucessivas loas dos valores e feitos do líder defunto com o

mesmo juramento sagrado: «Nós vos juramos, camarada Lenine, que cumpriremos o vosso mandado com honra!» O discurso do «Grande Juramento», como ficou conhecido, consagrou Estaline como principal apóstolo da doutrina leninista.

*

Com a derrota de Trotsky e seus seguidores (chamados Oposição de Esquerda), a abordagem pró-camponesa da NPE pareceu ficar assente para muitos anos. Embora Zinoviev e Kamenev tivessem alinhado tardiamente com a posição de Trotsky, as suas críticas à NPE (que fortalecia o setor privado em prejuízo da economia estatal) pouco peso tiveram. Bukharin tinha o apoio de Estaline nas medidas para incentivar as quintas camponesas a venderem mais produtos alimentares ao Estado. Houve progressos consideráveis. Em 1926, a produção agrícola recuperara e atingira os números ímpares de 1913, altura em que a Rússia fora um dos maiores exportadores mundiais de produtos alimentares. Através de cooperativas, que lhes proporcionavam melhor acesso a bens de consumo, as propriedades camponesas comercializavam mais cereais na economia socializada; aumentavam a produtividade, graças ao apoio de agrónomos que as cooperativas facultavam (na reorganização de terras, na irrigação, no melhoramento de alfaias e adubação, etc.). Incentivadas pelas políticas fiscais do governo, muitas povoações formavam até explorações coletivas, chamadas TOZ, em que a terra era cultivada em comum, mas em que gado e alfaias continuavam a ser propriedade privada. Com mais tempo as TOZ poderiam ter formado um substancial sector agrícola coletivo no seio das estruturas de mercado da NPE.

Mas a NPE estava a ficar sem tempo. Uma temporada pobre em 1927 provocou uma queda brutal das entregas de cereais ao Estado, no preciso momento em que a imprensa estava cheia de falsos relatórios (explorados por Estaline, senão mesmo de sua autoria) segundo os quais o governo nacionalista polaco de Józef Pilsudski planeava invadir a Ucrânia e a Bielorrússia soviéticas com apoio do governo britânico, cujas relações com a União Soviética eram tensas há muitos anos.[240] Estaline exigiu o regresso à requisição. Só os métodos da Guerra Civil poderiam salvar o país das potências capitalistas e seus aliados, os *kulaks*, os quais, segundo declarava, retinham os cereais para impedir o progresso do país para a

industrialização socialista. Enquanto a NPE assentava na ideia de que a «ameaça *kulak*» perdia força, como todas as forças «anti-soviéticas», perante o avanço socialista do país, já Estaline introduzia uma nova teoria – provavelmente nascida da sua mentalidade paranoica e do cálculo de que eram necessárias crises constantes para a consolidação do seu Estado policial –, segundo a qual a luta contra os *kulaks* se intensificaria à medida que a revolução se aproximasse da vitória final. Segundo esta ideia, perante a perspetiva de derrota, os elementos «contrarrevolucionários», como os *kulaks,* lutariam com crescente desespero através de atos de terror e conspirações. Permitir que o partido desarmasse na luta contra os *kulaks,* como Bukharin sugeria, era, como advertia Estaline numa clara ameaça ao antigo aliado, jogar a favor dos «inimigos» da revolução. Contra as objeções de Bukharin, que tentava manter vivos os mecanismos de mercado da NPE, a requisição foi retomada na campanha agrícola de 1928. Desta vez, foi endurecida com a aplicação do Artigo 107 do Código Criminal, que permitia às brigadas de cereais prender camponeses e confiscar as suas terras caso não pagassem a quota de cereais determinada. O relativo sucesso dessa campanha, chamada Método Urais-Siberiano, convenceu Estaline a avançar com medidas mais radicais para quebrar a «greve *kulak*», controlando a produção de cereais na própria origem, nas explorações coletivas.

Embora as pequenas explorações coletivas, como as TOZ, se tivessem vindo a desenvolver consistentemente, Estaline insistia agora em que os camponeses fossem obrigados a juntar-se a explorações coletivas maiores (os *kolkhozes*), em que não só a terra, mas também alfaias e cabeças de gado seriam coletivizadas. A partir do verão de 1919 foram enviadas para os campos brigadas armadas para organizarem explorações agrícolas coletivas. Reforçadas com unidades do exército e da polícia, as brigadas entravam nas povoações com instruções rigorosas para não regressarem antes de estar criado um *kolkhoz.*

Muitos dos camponeses receavam abandonar um modo de vida que as respetivas famílias adotavam havia anos, uma vida baseada na propriedade familiar, na comuna camponesa, na aldeia e na igreja, tudo coisas que agora seriam varridas como legados «do atraso». Em muitas aldeias houve manifestações e motins, ataques contra comunistas, ataques contra os bens dos *kolkhozes* e protestos contra o encerramento de igrejas, muitas vezes

iniciativa das mulheres camponesas. Era quase um regresso à situação do fim da Guerra Civil, em que as guerras camponesas tinham obrigado os bolcheviques a desistir da requisição. Só que desta vez o regime estava suficientemente forte para esmagar a resistência. Vendo-se numa posição de fraqueza, os camponeses fugiam ou chacinavam todo o gado para evitar que fosse confiscado e entregue a explorações coletivas. O número de cabeças de gado na União Soviética caiu 30 por centro nos anos de 1929 e 1930, e 50 por cento de 1928 a 1933.

Qualquer camponês que resistisse levava o ferrete de *«kulak»* e era enviado para «estabelecimentos especiais» controlados pela OGPU, onde eram obrigados a trabalhar como lenhadores ou mineiros. O Politburo estabeleceu à OGPU o objetivo de envio de um milhão de famílias *kulak* para esses estabelecimentos penais. A OGPU, por sua vez, aumentou esse objetivo para um número entre 3 e 5 milhões de todas as famílias camponesas, e impôs quotas às organizações provinciais, as quais excediam muitas vezes o objetivo para darem provas de militância.

A guerra contra os *kulaks* foi um desastre económico, para além dos seus enormes custos humanos. Privou as novas explorações coletivas dos camponeses mais competentes e trabalhadores (pois era isso o que os *kulaks* eram realmente) e levou em última análise ao declínio terminal da economia soviética. O sistema de *kolkhozes* foi um falhanço confrangedor. Nos primeiros anos eram poucas as explorações coletivas que dispunham de tratores para substituir os cavalos chacinados pelos camponeses. E eram mal geridas por gente que fora nomeada por questões de lealdade. Sob pressão de redução de custos, pagavam uns poucos rublos uma ou duas vezes por ano aos respetivos trabalhadores, esperando que sobrevivessem com uma pequena ração alimentar, suplementada pelos produtos de courelas privadas, onde lhes era permitido ter uma vaca, umas galinhas, e cultivar fruta e legumes. Vinculados à exploração coletiva por um sistema de passaportes internos, os camponeses reconheciam nestes trabalhos forçados a restauração da servidão.

Cerca de metade do campesinato soviético – cerca de 60 milhões de pessoas de 100 000 povoações – encontrava-se integrada em explorações agrícolas coletivas no final de 1931. Praticamente tudo o que as novas explorações produziam era levado pelo Estado, que agora não tinha quaisquer obstáculos, como as comunas de camponeses, para travar a

rapacidade das requisições. O resultado foi a fome generalizada de 1932-33. É difícil calcular o número de mortes, mas os demógrafos apontam para um número de até 8,5 milhões de pessoas vítimas de inanição e doença. As áreas mais afetadas foram as da Ucrânia, onde as requisições nas explorações coletivas eram particularmente altas. Foi o que levou diversos historiadores a defender que a «fome-terror» era uma política intencional de genocídio contra os ucranianos, embora tal seja de prova difícil.[241] Do que não há dúvida, é que a fome, ou *Holodomor* (ucraniano para «matar pela fome») deixou um amargo legado de ódio à Rússia entre os descendentes dos ucranianos vítimas das políticas soviéticas.

Embora a produção agrícola total tenha sofrido uma enorme redução, as novas explorações coletivas entregavam ao Estado uma quantidade maior de produtos alimentares comparativamente com as explorações camponesas que tinham vindo substituir. E foi nessa base que Estaline proclamou que a coletivização era um sucesso. Ainda que os camponeses dos *kolkhozes* morressem de fome, o governo conseguia da exportação de cereais o capital de que necessitava para a importação de maquinaria. Fora para isso que ele combatera Bukharin em 1928 e 1929: para pôr fim à dependência do Estado em relação aos mecanismos de mercado do campesinato, para poder maximizar o investimento no Plano Quinquenal.

Na versão original, o Plano estabelecera objetivos otimistas, mas não completamente irrealizáveis, de crescimento industrial que poderiam ser atingidos no âmbito das estruturas da NPE. Mas Estaline exigia metas mais altas. No outono de 1919, o Plano Quinquenal apontava para o triplo do investimento, o dobro da produção de carvão e o quádruplo da produção de ferro. No âmbito da NPE, eram taxas de crescimento utópicas.

O Plano criou mais caos do que organização no setor industrial. As estatísticas eram falsificadas em todos os níveis de produção, desde as fábricas até aos ministérios económicos, a fim de esconder os insucessos dos responsáveis ou assegurar maiores investimentos centrais. Os números oficiais da economia planificada não tinham, portanto, qualquer relação com a realidade. Sob intensa pressão para atingirem os objetivos estabelecidos, os gestores eram obrigados a «acelerar» a produção o que se traduzia a trabalhar 24 horas por turnos, a pagar os trabalhadores segundo resultados, e a organizá-los em brigadas de choque. As fábricas

concorriam entre si para cumprirem as normas, o que incentivava os administradores a açambarcarem provisões, criando engarrafamentos ou distorções na economia planificada. O sistema de trabalho de choque encontrou o seu herói num mineiro do Donbass chamado Alexei Stakhanov, que bateu todos os recordes em 1935 ao minerar 102 toneladas métricas de carvão (catorze vezes a sua quota) em seis horas. O seu nome foi dado a um movimento de massas criado pelo Estado. Os stakhanovistas eram recompensados com bens de consumo, melhores habitações, salários mais altos, e, muitas vezes, com promoções à cadeia de gestão ou à hierarquia estatal. E tornaram-se estalinistas fervorosos. Mas a aceleração da produção conduzia a fricções com os gestores quando a escassez de combustível ou matérias-primas desacelerava o ritmo de trabalho das brigadas de choque e fazia baixar os respetivos salários. Os trabalhadores acusavam os gestores de «sabotagem» ou «destruição». Não compreendiam que a escassez era provocada pelos objetivos fantásticos que tinham conduzido ao açambarcamento de provisões e aos engarrafamentos do sistema. O que lhes diziam era que «os destruidores e sabotadores burgueses» eram os culpados. Era a única forma que o regime tinha para explicar o caos provocado pelo planeamento.

As taxas de crescimento que Estaline exigira no Plano Quinquenal não poderiam ter sido atingidos sem o recurso a trabalho forçado, sobretudo nas regiões frias e remotas do Extremo Norte e da Sibéria, onde estavam situados tantos dos mais preciosos recursos da União Soviética (diamantes, ouro, platina e níquel, petróleo, carvão e madeira), mas para onde ninguém queria ir de sua livre vontade. O Gulag foi a chave da colonização dessas áreas. Vasta economia escrava organizada pela Polícia, o Gulag (acrónimo de Administração Central dos Campos e Colónias de Trabalho Correcional) supervisionava o processo de detenção e «inimigos» e o seu envio para campos de prisioneiros onde eram obrigados a trabalhar até à morte na construção de edifícios, de caminhos de ferro e canais, na mineração manual de carvão e ouro, e no abate de florestas inteiras da região ártica. Essa mão-de-obra deu um contributo incalculável para o crescimento económico do país – muito mais alto do que quaisquer números possam transmitir, devido ao benefício suplementar da colonização de regiões inóspitas, cheias de recursos preciosos.

O protótipo do sistema do Gulag foi o canal do mar Branco (Belomorkanal), um curso de água de 227 quilómetros entre o mar Báltico e o mar Branco, no qual trabalhavam, em 1932, 100 000 prisoneiros. Era um projeto utópico, a escala nunca vista desde a construção de São Petersburgo. Os prisoneiros eram munidos de utensílios primitivos (machados, serras e martelos improvisados) e obrigados a trabalhar até à exaustão sob frio enregelante. Estima-se que terão morrido 25 000 prisioneiros no primeiro inverno. Os cadáveres foram atirados para os alicerces do canal, onde as ossadas ainda hoje estão.

Em agosto de 1933, o canal foi inaugurado por Estaline. Semanas depois, foi explorado por uma «brigada» dos principais escritores soviéticos, que lhe cantaram loas num volume encomendado pela OGPU para celebrar a construção. Editado por Gorki, recentemente regressado de exílio voluntário no Ocidente para vir apoiar as políticas de Estaline, o tema principal do livro era a forma como o trabalho correcional conseguia «refundir» seres humanos, transformando criminosos em leais cidadãos soviéticos. Era uma grande mentira… e uma vitória da propaganda. O Belomorkanal foi saudado como símbolo do progresso conseguido pelo Plano Quinquenal. Novas fábricas, novas barragens e canais, novas centrais elétricas, cidades inteiras como Magnitigorsk, eram construídas a ritmo extraordinário. Com o mundo capitalista em depressão, esses sinais de progresso levaram grande número de pessoas a nutrir uma fé sem limites no sistema soviético. Teriam pensado assim se soubessem que o canal fora construído sobre ossadas?

*

A velocidade das mudanças no início da década de 1930 era estonteante. Eram tantos os sinais de progresso no país – ou assim parecia, a julgar pela imprensa soviética e por outros meios de propaganda – que as pessoas acreditavam no mito da construção de um novo mundo.

Moscovo era o símbolo dessa realização. Em poucos anos, fora transformada de cidade de igrejas, quase provinciana e meio arruinada, em capital imperial de estilo arquitetónico monumental, com novos blocos de apartamentos, centros comerciais, palácios de cultura, parques e centros desportivos. As ruas foram desimpedidas e deram lugar a largas avenidas para os automóveis que saíam das linhas de produção. O Metro de

Moscovo era o marco da alvorada de uma vida melhor. As estações eram como catedrais. Com espaçosos átrios, chão e paredes de mármore, grandes arcos, lustres, mosaicos e baixos-relevos a retratarem as realizações do Plano Quinquenal. O esplendor de tais espaços públicos – em tão gritante contraste com os esquálidos «espaços de vida» dos apartamentos comunitários, em que várias famílias partilhavam alguns quartos e uma cozinha – contribuiu para alimentar uma crença popular nos valores e objetivos públicos da ordem soviética. Milhões de pessoas foram convencidos a crer – algumas com fervor religioso – que as agruras da sua vida quotidiana eram um sacrifício que valia a pena para a construção do paraíso dos trabalhadores. O trabalho esforçado de hoje seria recompensado amanhã.

Os Planos Quinquenais contribuíram decisivamente para esta projeção utópica. Pretendiam acelerar a cadência de toda a economia. «O Plano Quinquenal em Quatro Anos!», era o seu *slogan*. Os Planos reconfiguravam o próprio tempo segundo uma série de objetivos estratégicos no caminho para uma utopia comunista. Neste sentido, exploraram o anseio milenar do povo russo de uma forma mais alta de existência, que sempre estivera no cerne do seu imaginário religioso, sobretudo a crença na possibilidade de construir uma utopia em solo russo. A génese da fé no sistema soviético exigia a substituição dos objetivos sagrados por objetivos seculares, suficientemente tangíveis para motivar as pessoas, mas também capazes de satisfazer a visão escatológica da psique coletiva russa. Ao aclamar os feitos dos Planos Quinquenais, a propaganda visava alimentar a fé de que a utopia estava iminente, que ela podia ser alcançada com um derradeiro esforço coletivo. A promessa era renovada a cada Plano Quinquenal, dos quais houve doze, mas a utopia nunca foi alcançada.

A fé era mais forte entre os jovens. Para os que tinham sido doutrinados no sistema escolar soviético, a utopia comunista não era um sonho distante, mas uma realidade, que veriam em vida. Nina Kaminskaya, jovem estudante de Direito nos anos de 1930, recorda uma canção que ela e os seus amigos costumavam cantar:

> Crer no nosso país é tão fácil,

Respirar no nosso país é tão livre:
Nossa gloriosa, bem-amada terra do Soviete…
Nossa vida de Soviete é tão boa e gloriosa
Que as crianças em eras vindouras
Chorarão talvez em seus leitos à noite
Por não terem nascido em nosso tempo.[242]

Esta ideia de um paraíso a chegar era transmitida nas imagens de propaganda de felizes operários e trabalhadores de *kolkhozes* que passavam por arte realista socialista. As pinturas não pretendiam retratar um futuro longínquo. Representavam, sim, realidades quotidianas, reconhecíveis pelas massas, mas de forma mítica e ideal para simbolizar uma utopia comunista próxima. Eram imagens de um presente em vias de transformar-se em futuro. Como os ícones da Igreja Russa, que davam a perceber aos crentes o sagrado neste mundo material, aqueles quadros visavam deixar perceber a quem os via a presença desse paraíso para que progrediam sob a liderança de Estaline. A aceitação dessa visão era o ponto de partida para a fé comunista. Mas essa fé tinha raízes profundas no imaginário religioso ortodoxo, em que o divino não estava confinado aos céus, antes era imanente na existência terrena.

O culto de Estaline era essencial para esta fé no futuro comunista. Nos retratos do «Grande Líder», do «Professor», do «Pai» da Nação, que começaram a aparecer por toda a parte, o olhar de Estaline fixa-se mais além, para lá da moldura, num futuro que só ele consegue ver. Tem uma aparência calma e confiante, segura dos feitos heroicos que o povo soviético estava a realizar sob a sua sábia liderança. Enquanto no culto de Lenine este surgia como deus humano ou santo, guia sagrado de um partido órfão após a sua morte, o culto de Estaline representava-o como um czar, o «paizinho czar» ou *czar-batyushka* do folclore, que protegeria o seu povo, como filhos seus, e o conduziria a uma vida melhor. «Os russos precisam de um czar», dizia Estaline em muitas ocasiões.[243]

Nos anos de 1930, enquanto sofria tanta violência às mãos do Estado, tanta miséria e incerteza, ainda o povo se agarrava à fé em Estaline. Em nenhuma outra altura da história do país seria tão verdadeira e adequada a observação de Cherniavsky sobre os mitos russos: quanto mais dura se

torna a vida, mais os russos buscam esperança e salvação em mitos que transcendem as realidades quotidianas. Isto explica por que razão as vítimas de Estaline continuavam a crer na sua bondade.

Nascido em 1917, Dmitry Steletsky era o mais velho de quatro filhos de uma família camponesa da região de Kurgan, nos Urais. Em 1930, a família foi despojada de todos os seus magros pertences e deportada para um campo de trabalho. O Soviete da aldeia, que recebera ordens do comité distrital do partido para nomear dezassete famílias *kulak* para deportação, tinha escolhido a dele para preencher a quota. Sobreviveram durante anos em condições terríveis, em campos de trabalho e colónias penais. Dmitry foi um aluno aplicado, mas não pôde entrar na universidade ou ter um emprego decente devido às suas origens *kulak*. E, no entanto, nunca deixou de acreditar em Estaline, e era, ele próprio e nas suas próprias palavras, «um estalinista fervoroso». Recordando a sua vida, muitas décadas depois, afirmava em entrevista: «Era mais fácil para nós [os reprimidos] sobreviver aos nossos castigos se continuássemos a acreditar em Estaline, a pensar que Estaline fora enganado por inimigos do povo, do que perder a esperança nele… Talvez fosse uma forma de auto-engano, mas psicologicamente tornava a vida mais fácil de suportar, acreditar na justiça de Estaline. Tirava-nos o medo.»[244]

*

Estaline enfrentou uma crise em 1932. O ano começara com greves generalizadas. Os operários protestavam contra os cortes nas rações alimentares, o aumento do horário de trabalho e a queda dos salários reais, que haviam passado a valer metade desde 1928. «Sacrifícios hoje para uma vida melhor amanhã» – esse fora o mantra do Plano Quinquenal. Mas quem fazia o sacrifício eram eles. «Não há pão, não há carne, não há toucinho… não há nada nas lojas», confessava um oficial das OGPU ao embaixador britânico, num momento de descuido.[245]

Havia agitação e descontentamento no partido. Formavam-se fações anti-estalinistas. A mais perigosa delas fora organizada por Martemyan Riutin, um velho bolchevique, apoiante de Bukharin, cuja tese de 200 páginas intitulada «Estaline e a Crise da Ditadura do Proletariado» teve grande circulação entre a hierarquia e as fileiras do partido. Mais conhecida por «Plataforma Riutin», o documento era uma crítica feroz das

políticas e personalidade de Estaline, e denunciava-o como teórico medíocre, «intriguista sem escrúpulos» e «coveiro da revolução» com as suas políticas catastróficas, que, ao imporem a coletivização, tinham traído os princípios voluntaristas de Lenine.[246] Riutin e os membros do seu círculo foram presos e exilados. Outros houve que foram expulsos do partido por simplesmente terem conhecimento da existência daquele grupo e não o denunciarem à OGPU. O episódio deixou a Estaline uma crença paranoica de que havia «inimigos» por todo o lado.

Essa convicção foi acentuada com o suicídio da mulher de Estaline, Nadezhda Allilueva, em 8 de novembro. Estaline fora malcriado com ela durante um jantar no Kremlin para comemorar o décimo quinto aniversário da Revolução de Outubro. Sabia que ela simpatizava com Bukharin (cuja mulher era a sua melhor amiga), e que ficara horrorizada com o que soubera da coletivização através dos outros alunos seus colegas na Academia Industrial. Estaline propusera um brinde à destruição dos «inimigos do Estado», mas Nadezhda não ergueu o copo. Estaline repreendeu-a e exigiu que dissesse porque não bebia. E atirou-lhe cascas de laranja e beatas de cigarro por sobre a mesa. Então ela gritou-lhe «Cala-te!» e correu dali para fora. Recolheu ao quarto e matou-se com um tiro de pistola. Entre as coisas dela, foi encontrada uma nota para Estaline na qual dizia que discordava de tudo o que ele estava a fazer. Também encontraram um exemplar da Plataforma Riutin.

Estaline ficou impávido perante o suicídio da mulher, que só reforçou o seu medo dos inimigos. Em abril de 1933 anunciou uma purga geral no partido. Foram expulsos quase um em cada cinco dos 3,2 milhões de membros – não apenas «elementos socialmente estranhos», como em purgas anteriores, mas também os considerados «não fiáveis». É chocante que ao fim de 15 anos desde que tomara o poder a liderança continuasse tão insegura. Estaline não conseguia confiar na hierarquia e nas fileiras do partido. Como Ivan, *o Terrível*, com os seus boiardos, sentia a necessidade de testar constantemente a sua lealdade. Queria criar a sua própria elite de trabalhadores promovidos desde o chão da fábrica *(vydvizhentsy),* que o recompensariam em obediência. Ensinados em cursos noturnos de engenharia ou gestão, os *vydvizhentsy* dos anos de 1930 tornaram-se o esteio do regime de Estaline. A sua promoção foi possibilitada pelas purgas desses anos, em que os patrões eram afastados abrindo vagas mais

qualificadas. Em 1952, estes *vydvizhentsy* constituíam metade da liderança soviética (57 dos 115 ministros mais importantes do governo soviético), e entre eles estavam Khrushchev, Brejnev, Gromiko e Kossygin.

Em 1934, já Estaline considerava ter derrotado todos os adversários. A sua ditadura pessoal parecia segura. Os seus seguidores mais leais chamavam-lhe *khoziain*, «o Patrão», um termo patrimonial usado para os czares. Em 26 de janeiro, Estaline disse na sessão de abertura do Décimo Sétimo Congresso do Partido que os grupos da oposição «anti-leninista» tinham sido derrotados. Bukharin e outros que haviam questionado as políticas de Estaline todos se retrataram dos seus «erros». O *Pravda* classificou a reunião como «Congresso dos Vitoriosos».

Na realidade, o Congresso marcou a derradeira revolta contra Estaline oriunda do seio do partido. Durante a votação secreta de eleição do Comité Central correram rumores de que Estaline recebera pelo menos 150 votos negativos (o costume nas eleições partidárias era votar a favor ou contra cada um dos candidatos). Os boletins de voto foram destruídos, e só ficaram registados oficialmente três votos contra ele. Mas era manifesto que a oposição às suas políticas ia aumentando entre as secretarias regionais do partido, algumas das quais procuravam substituir o secretário-geral por Sergei Kirov, o popular patrão de Leninegrado (como Petrogrado fora rebatizada), que obtivera melhor votação do que Estaline. Ignora-se se Kirov tinha ou não conhecimento desta conspiração. Desde a morte da mulher de Estaline que Kirov se tornara muito próximo do líder, praticamente um membro da família. Mas Estaline suspeitava toda a gente de traição – uma paranoia agravada pela votação secreta –, e receava ter Kirov como opositor.

Em 1 de dezembro, Kirov foi assassinado no Instituto Smolny, em Leninegrado, por um membro ressabiado do partido, identificado como ameaça, mas que a Polícia permitiu que entrasse armado e fosse procurar Kirov no seu gabinete. Não é possível determinar qual foi o papel de Estaline no assassinato, mas não há dúvida de que costumava recorrer a esse meio de eliminar inimigos políticos.

Poucas horas depois do assassinato, Estaline assumiu o controlo da investigação e emitiu um decreto de emergência para o julgamento sumário e a execução de suspeitos de «terrorismo». Os membros da «antiga gente» da cidade (como as elites dos tempos czaristas eram

chamadas) foram detidos aos milhares. Nenhum deles alguma vez constituíra uma ameaça real, mas eram convenientes como bodes expiatórios. Na purga de 1935, foram expulsos 250 000 membros do partido, a maior parte deles foi investigada pela NKVD (como a OGPU fora rebatizada em 1934) e acusada de ser «anti-leninista». O apertado envolvimento da NKVD numa purga partidária era algo de novo. Mas serviu de padrão para o Grande Terror.

Estaline foi a força impulsionadora dessa campanha. Quando Genrikh Yagoda, chefe da NKVD, se queixou de que os seus oficiais estavam incomodados com a detenção de tantos camaradas de partido, Estaline recomendou-lhe que fosse mais vigilante, senão «deitamo-lo abaixo». Em 1936, Yagoda foi substituído por Nikolai Yezhov, um carrasco sem escrúpulos, que alimentava os temores paranoicos de Estaline. Foi ele que promoveu a ideia estapafúrdia de que, a ordens vindas do estrangeiro, Trotsky, Zinoviev e Kamenev tinham organizado uma conspiração terrorista para assassinar Estaline e outros membros da liderança soviética. Os dois bolcheviques já tinham sido julgados secretamente em 1935, mas Estaline queria um julgamento-espetáculo para «provar» a existência dessa conspiração, e encarregou Yezhov de «organizar o caso». Os suspeitos foram detidos e torturados até fazerem as necessárias confissões, e concordaram recitar na sala de audiência os textos escritos para eles. Em agosto de 1936, Zinoviev, Kamenev e catorze outros líderes partidários foram levados a julgamento. Foram todos fuzilados.

Um segundo julgamento-espetáculo, em janeiro de 1937, permitiu testemunhar a condenação de Piatakov, Radek e quinze outros antigos apoiantes de Trotsky. Depois, em maio, oito dos mais altos comandos militares, nomeadamente o marechal Tukhachevsky (vice-comissário para a Defesa), o general Uborevich (comandante do Distrito Militar bielorrusso) e o general Yakir (comandante do Distrito Militar de Kiev) foram detidos, brutalmente torturados, e julgados secretamente num tribunal militar do Supremo Tribunal soviético, onde foram condenados por participarem numa «conspiração trotskista-direitista anti-soviética», além de por espionagem em benefício da Alemanha nazi. Poucas horas depois da leitura da sentença todos eles foram fuzilados. O exército fora a única instituição capaz de opor-se a Estaline na sua busca de poder absoluto (e por essa razão o julgamento dos generais fora feito em

segredo). Agora a liderança do exército estava praticamente destruída: dos 767 membros do alto comando, 512 foram fuzilados, 29 morreram na prisão, 3 cometeram suicídio e 59 continuavam prisioneiros quando a guerra com a Alemanha começou em 1941.

No derradeiro e maior dos julgamentos-espetáculo, em março de 1938, Bukharin, Yagoda e Rykov, juntamente com treze outros bolcheviques, foram condenados à morte por fuzilamento por conspirarem com a «organização terrorista Trotsky-Zinoviev» para assassinarem líderes soviéticos e espiarem em benefício dos Estados fascistas.

Os julgamentos-espetáculo enviaram uma mensagem a todos os membros do partido. Recomendou-lhes que denunciassem suspeitos de oposicionismo, qualquer pessoa com ligações, por mais antigas ou remotas que fossem, com «inimigos do povo». Quando algum líder era detido, a NKVD investigava todas as suas relações. A cidade de província típica era governada por uma clique de altos responsáveis – o chefe distrital do partido, o chefe de Polícia, e os diretores das fábricas locais, das explorações agrícolas coletivas e das prisões –, cada um deles com a sua rede clientelar nas instituições que controlavam. Enquanto o seu círculo de poder se mantivesse, estes altos responsáveis protegiam-se uns aos outros. Mas a detenção de um deles conduzia inevitavelmente à detenção de todos os restantes membros da clique reinante, bem como dos seus fiéis, logo que a NKVD começava a investigar as relações entre eles.

O terror alastrava de cima para baixo pelas fileiras do partido, das instituições soviéticas e da sociedade. Havia milhões de pessoas a denunciar colegas, vizinhos, amigos e por vezes até familiares, alguns com motivações de dolo, vingança, ciúmes, outros por mera expetativa de ganho material ou promoção. Outros, ainda, davam credibilidade à propaganda sobre «espiões» e «inimigos», e agiam movidos por um sentimento de dever patriótico. Mas a maioria dos denunciantes tinham simplesmente medo de que fosse preso alguém de quem suspeitavam, e depois se constatasse que não tinham denunciado essa pessoa. Era crime esconder os contactos tidos com «inimigos do povo».

O dever de denunciar era um princípio há muito instituído na governação da Rússia. Como vimos, datava já do século XVI. Estava relacionado com as obrigações da *krugovaya poruka*, o princípio medieval de responsabilidade solidária, que vimos reconhecendo como faceta

recorrente da história do país. Durante o Grande Terror, como as detenções maciças de 1937-38 ficaram conhecidas, esta tradição refletia-se no quase universal cumprimento das instruções da NKVD por parte das instituições públicas, a fim de se livrarem dos «inimigos» que albergavam. Quer se tratasse de coletivos fabris, de institutos ou comités de sovietes locais, logo todas davam ansiosa prova de vigilância na erradicação desses indivíduos suspeitos para evitar que todo o grupo fosse punido pelos pecados deles. A prova de culpa era desnecessária. Bastava a suspeita. O conceito de «culpabilidade objetiva» aplicava-se aos crimes contra o Estado. Ou seja, uma pessoa podia agir com intenções nobres e inocentes e ainda assim servir a contrarrevolução com o seu comportamento. Era a consequência objetiva (o «significado») dos atos da pessoa que determinava a culpa ou a inocência.

A maior parte das detenções era feita, não em consequência de denúncia, mas segundo listas elaboradas pela polícia e destinadas à repressão de todo um grupo determinado de pessoas. A «operação kulak» (Ordem 00447) foi responsável por quase metade das detenções (670 000) e mais de metade das execuções (376 000) de 1937-38. As vítimas eram na sua maioria antigos *kulaks* e respetivas famílias regressados do cumprimento de penas de entre três e cinco anos nos estabelecimentos especiais e nos campos de trabalho do Gulag.

Se havia algum elemento racional nesta Grande Purga, ele estaria no receio que Estaline tinha de que se formasse uma Quinta Coluna na guerra que se avizinhava, que ele considerava inevitável. Tinha plena consciência dos perigos enfrentados pelos governos de tempo de guerra (os próprios bolcheviques tinham tomado o poder mediante a exploração da campanha de guerra da Rússia). Estaline tinham um especial receio de que «*kulaks* mal-intencionados», regressados cheios de azedume dos campos de trabalho, representassem uma ameaça em tempo de guerra. Considerava inevitável, ainda, que determinados grupos étnicos se mostrassem indignos de confiança em tempo de guerra, e as «operações nacionais» ou as deportações em massa que desencadeou foram responsáveis por 350 000 detenções e 200 000 mortes.[247]

«Para ganhar uma batalha», advertia Estaline em 1937, «são necessários vários cadáveres de soldados. Mas para comprometer uma vitória na frente bastam uns quantos espiões no Quartel-General do exército».

Segundo este raciocínio, caso se constatasse que apenas 5 por cento dos detidos eram realmente inimigos, «isso», dizia Estaline, «seria um bom resultado».[248]

Como interpretavam as pessoas este tipo de loucura? Como reconciliavam a fé no sistema soviético com a prisão de familiares e amigos cuja culpa lhes parecia improvável? As pessoas não se atreviam a questionar as detenções. Suprimiam as dúvidas, ou encontravam formas de as racionalizar a fim de preservarem as estruturas básicas da sua identidade soviética. Diziam a si próprias que os seus familiares tinham sido detidos por «engano». Era normal, pensavam eles, que a Polícia cometesse alguns erros, quando havia tantos inimigos na clandestinidade. Não era culpa de Estaline. Decerto que ele corrigiria as coisas se lhe escrevessem, como tantas pessoas faziam, retomando a antiga tradição de peticionar o czar para que emendasse os abusos dos seus subordinados. Até que ponto as pessoas se dispunham a alargar esta lógica a outras famílias é coisa difícil de dizer. Talvez só acreditassem na inocência dos amigos mais próximos, das pessoas que conheciam bem. Mas pensariam o mesmo acerca de conhecimentos ocasionais? Talvez esses fossem culpados de crimes de que não podiam ter conhecimento. Afinal não há fumo sem fogo. E assim a sociedade se ia atomizando. As pessoas tinham medo de contactar com familiares de «inimigos do povo». Atravessavam para o outro lado da rua para os evitar. As solidariedades do local de trabalho e da vizinhança – que poderiam ter servido para diminuir as detenções ou mitigar os estragos por elas provocados – dissolveram-se neste ambiente tóxico de suspeita generalizada, ansiedade e medo.

Mas durante quanto tempo seria possível continuar as detenções sem minar a confiança do povo na justiça soviética? Ao ritmo que vigorava em 1937, altura em que eram fuzilados em média 1500 cidadãos soviéticos por dia, não tardaria a que se levantassem dúvidas. Em janeiro de 1938, Estaline advertiu a NKVD para que não detivesse mais pessoas apenas com base em denúncia, e sem verificar a sua veracidade. O poder de Yezhov foi sendo gradualmente limitado. Em novembro, foi substituído por Lavrenty Beria, que anunciou a revisão completa de todas as detenções do reinado de Yezhov. Ao longo do ano subsequente, 370 000 prisioneiros foram libertados dos campos de trabalho e das colónias do Gulag. O próprio Yezhov foi desmascarado como «inimigo do povo».

Alegava-se que tentara minar o governo espalhando o descontentamento mediante prisões arbitrárias. Foi mais tarde fuzilado numa cave perto da Lubianka, sede do NKVD. A revisão de casos decidida por Beria teve como efeito firmar a fé na justiça das purgas. As pessoas passaram a julgar que as prisões em massa tinham sido culpa de Yezhov, e que Estaline corrigira os erros dele. E, sendo assim, os que tinham sido deixados nos campos, bem como os que haviam sido presos desde então, eram seguramente culpados de algum crime contra o Estado.

---

235. N. Sukhanov, *The Russian Revolution, 1917: A Personal Record,* ed. J. Carmichael, Oxford, 1955, p. 230.

236. S. Kotkin, *Stalin*, vol. 1: *Paradoxes of Power*, *1878–1928*, Londres, 2014, p. 432.

237. Ibid., pp.433-43; B.Bazhanov, *Bazhanov and the DamAnation of Stalin*, trad. D. Doyle, Athens, Oh., 1990, p. 40. Ver ainda, N. Rosenfeldt, «"The Consistory of the Communist Church": The Origins and Development of Stalin's Secret Chancellery», *Russian History,* 9, 1982, pp. 308-24; J. Harris, «Stalin as General Secretary: The Appointments Process and the Nature of Stalin's Power», *in* S. Davis e J. Harris, *Stalin: A New History*, Cambridge, 2005, pp. 63-82.

238. *Izvestiia TsK,* n.º 12, 1989, pp. 193, 198.

239. N. Tumarkin, *Lenin Lives! The Lenin Cult in Soviet Russia*, Cambridge, Mass., 1997, pp. 139-49, 160-4; O. Velikanova, *Making of an Idol: On Uses of Lenin*, Göttingen, 1996, pp. 33-4.

240240. O Partido Conservador Britânico ganhara as eleições de 1924 graças, em grande parte, à publicação no *Daily Mail* da falsa «Carta de Zinoviev a sugerir que o Comintern, por ele liderado, tinha infiltrado o governo trabalhista e estava a usá-lo para provocar uma revolução leninista na Grã-Bretanha e nas colónias.

241. Ver R. Conquest, *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization And the Terror-Famine*, Oxford, 1986, e A. Applebaum, *Red Famine: Stalin's War on Ukraine*, Nova Iorque, 2017.

242. N. Kaminskaya, *Final Judgment: My Life as a Soviet Defence Attorney*, Nova Iorque, 1982, pp. 18-21.

243. Sobre tais declarações e sua proveniência ver D. Brandenberger e A. Dubrovsky, «"The People Need a Tsar": The Emergence of National Bolshevism as Stalinist Ideology, 1931–1941», *Europe-AsiaStudies*, vol. 50, n.º 5, 1998, p. 873.

244. O. Figes, *The Whisperers: Private Life in Stalin's Russia*, Londres, 2007, p. 275.

245. J. Haslam, «Political Opposition to Stalin And the Origins of the Terror in Russia, 1932–1936», *Historical Journal,* vol. 29, n.º 2, 1986, p. 396.

246. J. Getty e O. ANumov, *The Road to Terror: Stalin and the Self Destruction of the Bolsheviks, 1932–1939*, New Haven, 1999, pp. 54-7.

247. H. Kuromiya, «Accounting for the Great Terror», *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas*, New Series, vol. 53, n.º 1, 2005, pp. 86-101.

248. O. Khlevniuk, *Master of the House: Stalin And his Inner Circle*, New Haven, 2009, p. 174; *Istochnik,* n.º 3, 1994, p. 80.

10

MÃE-PÁTRIA

A antestreia de *Alexandre Nevsky* foi no dia 1 de dezembro de 1938. Foram feitas oitocentas cópias do filme. No primeiro dia, só em Moscovo, foi exibido em sete cinemas e visto por 45 000 pessoas.[249] O lançamento foi acompanhado de uma enorme campanha de publicidade a explicar como esse obscuro príncipe de Novgorod salvara a Rússia dos Cavaleiros Teutónicos no século XIII. Estaline ficou encantado com o filme. A mensagem patriótica de unidade nacional contra uma invasão estrangeira era transmitida com tremendo poder emocional pela arte cinematográfica de Eisenstein e a música programática de Prokofiev. Numa altura em que a União Soviética se preparava para a guerra contra a Alemanha nazi, o paralelo contemporâneo era evidente. «Queremos que o nosso filme mobilize o povo na luta contra o fascismo», declarou Eisenstein.[250] Planeara começar o filme com uma citação de *Mein Kampf,* em que Hitler invocava a memória dos Cavaleiros Teutónicos para apelar à expansão da Alemanha (*Drang nach Osten)* em direção aos territórios eslavos. Depois, abandonara essa ideia, mas o filme incluía várias advertências visuais sobre a ameaça alemã. A infantaria teutónica é apresentada com capacetes semelhantes aos Stahlhelm usados pelos soldados alemães na Primeira Guerra Mundial. As mitras dos seus bispos têm inscritas a cruz gamada.

Nevsky não foi o único soberano do passado czarista a ser celebrado nos ecrãs soviéticos. Em 1937, fora exibida uma epopeia biográfica de *Pedro, o Grande*, e Eisenstein juntaria ao triunfo de Nevsky a história de *Ivan, o Terrível*. Estaline encabeçava esta reabilitação dos czares. Tinham feito «muitas coisas más», declarou ele no discurso comemorativo do vigésimo aniversário da Revolução de Outubro, «mas é verdade que fizeram uma

coisa boa – montaram um Estado enorme».[251] A si próprio, via-se como um líder nacional no molde combinado de Nevsky, Pedro e Ivan, uma opinião de si mesmo que estes filmes refletiam.

A ordens de Estaline, a história retomou uma posição proeminente nos *curricula* escolares a partir de 1934. Os novos manuais davam mais atenção às realizações positivas dos czares, sobretudo «na unificação de todas as terras *Russas* [sic]», como rezavam as instruções de Estaline. Era um grande corte com a forma como o tema fora ensinado nos anos de 1920, em que o principal livro utilizado no ensino, a *História da Rússia* de Mikhail Pokrovsky, dava a primazia à luta de classes internacional. Pokrovsky fora o precursor da escola marxista de História. Mas depois da sua morte, em 1932, passou a ser criticado por ter dado demasiado ênfase às forças sociais, em prejuízo de heróis patrióticos como Nevsky. A História devia ensinar a devoção à mãe-pátria.

Estaline compreendeu que o orgulho patriótico era uma base mais sólida para a fé popular do que a ideologia marxista. Depois das revoltas de massas contra o Plano Quinquenal, reconheceu a necessidade de unir o país em torno de símbolos e ideias nacionais familiares. Isto ligava-se a um recuo generalizado em relação às políticas utópicas da década de 1920, durante a qual os bolcheviques haviam lançado uma revolução cultural para quebrar amarras com o passado czarista e promover uma cultura mais internacional e proletária. Tinham atacado a Igreja Russa, bem como a «família burguesa-patriarcal», a mais popular de todas as instituições, cuja influência opressiva procuravam minar com a abertura de jardins-escolas, lavandarias e cantinas destinadas a libertar as mulheres da escravatura doméstica e contribuir para que entrassem no mercado de trabalho. Sob Estaline, os bolcheviques continuaram com as suas campanhas ateístas contra a Igreja, mas adotaram novas «políticas pró-familiares» (por exemplo, a ilegalização do aborto, o reforço do apoio estatal à natalidade, a perseguição dos homossexuais) para aumentar a taxa de natalidade, que caíra drasticamente desde o lançamento do Plano Quinquenal. Como a Itália fascista e a Alemanha nazi, a Rússia de Estaline precisava de mais gente nova para as suas forças armadas.

A nova ênfase nacionalista traduzia-se, também, numa viragem de 180º nas políticas relacionadas com as nacionalidades não-russas. Durante os anos de 1920, o partido incentivara o desenvolvimento de culturas

nacionais nas repúblicas soviéticas («nacionais na forma, socialistas no conteúdo», era a fórmula). O objetivo era libertar os não russos do «chauvinismo da Grande Rússia» caraterístico do império czarista (essa «prisão de povos», como Pokrovsky lhe chamara). Nos termos da nova política de *korenizatsiia* (indigenização), basicamente uma forma de ação afirmativa para os não-russos, todas a nacionalidades teriam de ter a sua autonomia territorial e o direito de usarem as línguas nativas em livros, jornais, escolas, universidades e serviços públicos. O resultado foi o crescente domínio das elites indígenas na administração estatal de tais territórios.[252]

Estaline reverteu estas políticas. Quanto mais apertava o controlo sobre as estruturas partidárias, maior era a sua desconfiança em relação aos líderes territoriais não-russos, que passou a purgar como «nacionalistas burgueses» sempre que se desviavam da linha de Moscovo, nomeando russos para os mesmos cargos. Na «família de povos» soviéticos, os russos eram agora indubitavelmente os primeiros. «O povo da Grande Rússia liderou a luta do povo soviético em prol da felicidade da humanidade. São os primeiros entre iguais», proclamava o jornal *Bolchevique* em 1938.[253] A partir desse ano, a aprendizagem do russo tornou-se obrigatória nas escolas soviéticas. Passou a ser a única língua de comando no Exército Vermelho, onde, por essa mesma altura, foram abolidas as unidades étnicas. Estaline receava as fronteiras não-russas em caso de guerra. As «operações nacionais» do Grande Terror tinham ceifado comunidades soviéticas inteiras de polacos, letões, estónios, finlandeses, chineses e coreanos (todos reclassificados como «nacionalidades de governos estrangeiros»), que Estaline receava que se tornassem espiões.

Em 1939, Estaline tinha consciência de que a guerra estava iminente, e duvidava de que as potências ocidentais estivessem preparadas para combater as potências do Eixo (Alemanha, Japão e Itália). Não tinham atuado contra a ocupação alemã da Renânia, da Áustria e da Checoslováquia. Pareciam empenhadas numa política de apaziguamento, na esperança de que a agressão militar nazi fosse dirigida para o Leste, contra a União Soviética. Foram estas as considerações invocadas para justificar a celebração de um Pacto de Não Agressão entre União Soviética e Alemanha nazi, assinado em Moscovo no dia 23 de agosto por Molotov

e Ribbentrop, ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países. O país precisava de mais tempo para organizar as forças armadas. As tropas soviéticas já estavam envolvidas num conflito fronteiriço com os Japoneses na Mongólia e na Manchúria. Não podiam combater em duas frentes.

Estas mesmas razões têm sido dadas por sucessivos governos russos para justificar este pacto chocante, uma traição óbvia dos valores soviéticos. O «papel liderante» da URSS na «luta contra o fascismo» – a base na qual os socialistas do mundo inteiro alinhavam com Moscovo – revelava-se, afinal, uma mentira. A entrada da União Soviética na guerra, em 1941, reavivaria aquele mito na mente da maioria dos russos, justificando o pacto como medida necessária à sobrevivência do país. Mas Estaline tinha outros objetivos que não a mera defesa nacional. Tinha, além disso, um plano de longo prazo. Em 7 de setembro, revelou ao seu círculo íntimo que iriam aguardar que potências ocidentais e Alemanha nazi se esgotassem numa longa guerra, para só depois se juntarem ao conflito para «desequilibrar a balança» e surgirem como vencedores. O sistema capitalista (no qual incluía os Estados fascistas) sairia debilitado, permitindo que o Exército Vermelho exportasse a revolução soviética à medida que fosse marchando pela Europa.

O Pacto Nazi-Soviético continha um protocolo secreto, que só seria revelado em 1945, de partição da Polónia entre os dois Estados, dando à União Soviética o controlo dos Estados Bálticos, Finlândia e parte da Roménia, territórios que o Império Russo perdera em 1917. Nenhum deles era necessário para a sobrevivência da União Soviética – o motivo que foi dado para aquele pacto. Tratava-se, sim, de ganhos territoriais, preço que Estaline exigia para colaborar com Hitler, e a que esperava juntar o controlo dos Estreitos Turcos mediante a conquista da Bulgária.

Quando os Alemães lançaram a invasão da Polónia pelo ocidente, em 1 de setembro, o Exército Vermelho entrou na Polónia pelo Leste. Nos dezoito meses subsequentes, os invasores soviéticos prenderam e deportaram cerca de 400 000 polacos considerados hostis ao regime de Moscovo. Executaram 15 000 prisoneiros de guerra polacos e 7000 outros prisoneiros «burgueses» na floresta de Katyn, perto de Smolensk. A invasão soviética dos Estados Bálticos foi acompanhada de idêntica repressão – uma «operação de limpeza» de «elementos antissoviéticos»

em que o Exército Vermelho matou ou deportou 140 000 letões, estónios e lituanos. Mas, na Finlândia, os russos depararam com resistência local numa Guerra de Inverno para a qual o Exército Vermelho não estava preparado. Foram mortos ou feridos cerca de 250 000 soldados soviéticos antes que os Finlandeses fossem dominados.

Após a assinatura do pacto com a Alemanha, o filme *Alexandre Nevsky* foi retirado dos cinemas. Fora visto por 50 milhões de pessoas na União Soviética, e por muitas mais no estrangeiro. Mas a mensagem antialemã deixara de estar sintonizada com a política de Estaline de entendimento com a Alemanha. Nos termos do pacto, a URSS comprometia-se a enviar para a Alemanha milhões de toneladas de material bélico (rações, combustível, algodão, minerais), mais de metade do total das suas exportações entre a assinatura do Pacto e a invasão alemã da União Soviética em junho de 1941.

*

Estaline fora ludibriado. Convencido de que Hitler não invadiria a União Soviética antes de ter derrotado os Britânicos, ignorou relatórios dos serviços secretos de preparativos militares alemães no Leste, que descartou como estratagema britânico para fazer a URSS entrar na guerra. «Pode mandar a sua "fonte" no quartel-general da aviação alemã para a puta que o pariu. Isto é desinformação, não é "fonte"», escreveu ele ao comissário para a Segurança do Estado, que em 17 de junho o alertara para uma ofensiva iminente.[254] Quando, quatro dias mais tarde, os Alemães lançaram, de facto, a invasão, chamada Operação Barbarossa, as defesas soviéticas estavam completamente impreparadas, e retiraram em desordem. Em 28 de junho, seis dias desde o início da invasão, já as forças alemãs haviam avançado num movimento de pinça para tomarem Misnk, 300 quilómetros para o interior do território soviético, e avançavam para Moscovo, enquanto a norte atravessavam os Estados Bálticos e se aproximavam de Leninegrado.

Hitler tinha três objetivos principais nesta «guerra de corrida»: destruir o «regime judaico bolchevique»; transformar a União Soviética em fornecedor gratuito de matérias-primas para o Terceiro Reich; e, depois de abatidos ou mortos à fome todos os judeus e mais 30 milhões de outros soviéticos, transformar a população sobrevivente em escravos. Hitler

queria a destruição da Rússia. Considerava que os Russos, tal como os Eslavos, eram sub-humanos, gente incapaz de construir uma civilização. Certa vez, dissera, em termos que relembravam os antigos historiadores alemães da Rússia que encontrámos no primeiro capítulo, que «a menos que outros povos, a começar pelos Vikings, tivessem importado alguns rudimentos de organização para a humanidade russa, os russos ainda estariam a viver como coelhos».[255]

Estaline ficou abalado com o colapso da frente soviética. Só em 3 de julho faria o primeiro discurso de guerra ao país através da rádio. Com pausas frequentes, dirigiu-se aos ouvintes não como «camaradas», mas como «irmãos, irmãs, amigos», e chamou-os a unirem-se nesta «guerra de toda a nação soviética».[256] Era um tom completamente diferente dessa linguagem divisionista e de luta de classes dos anos de antes da guerra, um tom a sugerir que partilhava o sofrimento do povo. Um milhão de pessoas de Leninegrado e Moscovo – muitas delas estudantes, ainda – voluntariaram-se prontamente para irem para a frente. Tinham pouco treino, nenhum apoio médico, e só metade iam armadas. Cedo foram formadas Milícias Populares para defender cidades e fábricas. Foi apenas devido ao espírito patriótico do povo soviético, e não ao partido, que o país conseguiu escapar à derrota em 1941.

No início de setembro, já as forças alemãs tinham montado cerco a Leninegrado. Pretendendo poupar as tropas do Norte para a batalha decisiva de Moscovo, Hitler deu ordens para que a cidade fosse morta de fome, em vez de conquistada. Em termos militares o destino de Leninegrado não era decisivo para o resultado da guerra. Mas, como berço da revolução, a cidade tinha uma importância simbólica que tornava impossível abandoná-la. Estaline enviou o seu melhor comandante, o general Zhukov, para defendê-la. A evacuação da população da cidade foi mal organizada. Apenas 400 000 pessoas conseguiram sair antes que os alemães fechassem as vias de saída, mas muitos escolheram ficar e combater. Um milhão de habitantes de Leninegrado (um terço da população da cidade) morreu de frio, fome ou doença até o cerco ser levantado em janeiro de 1944.

Entretanto, os alemães penetraram na Ucrânia, cuja agricultura, carvão e indústria eram essenciais para a sua máquina de guerra, enquanto a força principal avançava para Moscovo. Em 10 de outubro, dia em que Zhukov

regressou de Leninegrado para tomar o comando da defesa da capital, já os alemães tinham chegado aos arredores. Estaline ordenou a evacuação do governo para Kuybishev. O pânico alastrou com a intensificação do bombardeamento da cidade. Nas estações ferroviárias havia cenas feias entre as multidões que tentavam apanhar comboios para leste. Estaline fez uma comunicação radiofónica jurando defender a cidade até ao fim, e o povo correspondeu. Cerca de 250 000 moscovitas cavaram trincheiras nos extremos da cidade, levaram provisões para a frente, e recolheram em casa os soldados feridos para os tratar. Muitos combatiam ao lado das unidades do exército compostas improvisadamente com as forças destroçadas da Frente Ocidental e reforços vindos da Sibéria.

Este novo espírito de determinação ficou simbolizado pela ousada decisão de Estaline de realizar o habitual desfile militar do Dia da Revolução (7 de novembro) na Praça Vermelha. Tomou a decisão ao arrepio dos conselhos dos comandantes da força aérea, que receavam que os alemães aproveitassem para um bombardeamento aéreo das forças em desfile (dias antes, a aviação alemã atingira diretamente o Kremlin, matando 41 pessoas e ferindo 146).[257] No discurso feito do cimo do Mausoléu de Lenine, Estaline incitou os soldados a tomarem como exemplo os heróis militares dos «nossos grandes antepassados» na defesa da «nossa gloriosa mãe-pátria» – e nomeou Alexandre Nevsky, Demétrio Donskoi, Minin e Pozharsky, Suvorov e Kutuzov, os generais que haviam combatido Napoleão.[258][10] Da Praça Vermelha, os soldados marcharam diretamente para a frente.

O discurso teve um efeito decisivo. Empolgados com o espírito patriótico, os russos combateram com férrea determinação pela sua capital. Gradualmente, sobrepuseram-se às tropas alemãs, que não vinham preparadas para o inverno russo, e estavam fatigadas de seis meses de combates sem descanso. A defesa de Moscovo era de importância vital. A conquista da capital por Hitler não teria significado o fim dos combates (o Exército Vermelho podia recuar para os Urais e mais além), mas poderia ter derrubado o regime soviético, e levado a uma guerra mais prolongada de defesa da Rússia com milhões de vítimas mais.

Ninguém pode negar a extraordinária coragem demonstrada pelo povo soviético na guerra. Mas como explicá-la? Por que razão tantos soldados soviéticos combateram com tal determinação e espírito de sacrifício? Os

estrangeiros ficavam perplexos. «A frente abunda de exemplos de heroísmo pessoal, e tenacidade inabalável, e iniciativa do soldado comum», escrevia Milovan Djilas, um comunista jugoslavo, em visita à Frente Ucraniana, em 1943. «A Rússia era toda ela resistência e privação sem limites, e fome de vitória final».[259] Haveria alguma coisa no caráter russo que explicasse esse sacrifício, como defendiam alguns comentadores mais ingénuos? Ou seria ela o resultado da disciplina imposta por um Estado totalitário?

O terror e a coação não podem explicar tudo. No limiar do colapso soviético, em 28 de julho de 1942, perante a ameaça alemã contra Estalinegrado, Estaline emitiu a Ordem 227 («Nem um Passo Atrás»), incitando as tropas a combaterem até á morte e a não retirarem. Para reforçar a ordem, foram enviadas unidades de operações especiais para inspecionarem as frentes de combate, abatendo quaisquer soldados que se deixassem ficar para trás. Mas o impacto deste sistema de terror foi limitado. A Ordem 227 foi usada em momentos de desespero, como a Batalha de Estalinegrado, mas, de resto, foi geralmente ignorada pelos comados, que sabiam por experiência militar que a eficácia militar não fica mais bem servida com a sujeição a castigos drásticos.

O culto do sacrifício foi um fator mais importante do que o terror. Era a principal vantagem do sistema soviético sobre as sociedades liberais do Ocidente, em que a perda de vidas humanas pesava mais nas decisões dos comandos militares. Desde o lançamento do Plano Quinquenal que era dito ao povo soviético que era necessário o sacrifício, hoje, para construir a utopia comunista. Em 1941, os Russos estavam mais preparados do que outros povos para as agruras da guerra – o brutal declínio de padrões de vida, o desmembramento das famílias, a morte ou desaparecimento de familiares –, porque já haviam passado por tudo isso na década de 1930. Os sacrifícios mais generosos vinham dos adolescentes. Educados nas lendas dos heróis soviéticos – dos pilotos e dos stakhanovistas que batiam recordes, dos bravos soldados da Guerra Civil, dos comunistas que foram combater para Espanha –, voluntariavam-se em grandes números. Entre eles, estava Rita Kogan, uma de entre um milhão de mulheres soviéticas que combateram no Exército Vermelho e em milícias partidárias. Nascida numa família judia da Bielorrússia, Rita estava no último ano do liceu quando a guerra rebentou:

> Eu tinha apenas 18 anos em 1941…Via o mundo em termos dos ideais dos meus heróis soviéticos, esses pioneiros altruístas que faziam grandes coisas pela mãe-pátria… Não tinha a menor ideia do que a guerra era realmente, mas queria tomar parte nela, porque era isso que um herói fazia… Não pensava nisso como «patriotismo» – via-o como meu dever… Poderia ter trabalhado simplesmente na fábrica de munições e ali passado a guerra, mas eu era uma ativista… Não pensava na morte e não tinha medo dela, porque, como os meus heróis soviéticos, eu combatia pela minha mãe-pátria.[260]

A geração dela combateu com bravura temerária. Só 3 por centro dos recrutas de 18 anos mobilizados em 1941 estavam vivos em 1945.

A economia planificada soviética era feita para a guerra. A sua capacidade de organizar a produção para a campanha militar – de mudar e construir novas fábricas de um dia para o outro, de sujeitar os trabalhadores a lei marcial e a trabalhar até à morte os escravos do Gulag na mineração de petróleo de minérios – deu-lhe vantagem sobre os nazis, que não conseguiam exigir tanto dos Alemães. Não havia praticamente limite para o número de vidas que o regime estalinista estava disposto a sacrificar para alcançar os seus objetivos militares. Ia muito além da tradicional prática do exército russo de empregar grandes números de soldados para derrotar o inimigo. Só tendo em conta este brutal desprezo pela vida humana é possível explicar o chocante número de baixas do Exército Vermelho – cerca de 12 milhões de soldados mortos de 1941 a 1945 –, três vezes o número das baixas militares alemãs de 1939 a 1945.[261]

A derrota do nazismo foi acima de tudo uma vitória do povo soviético. Combatiam não pelo comunismo – «por nós», como dizia Estaline ao enviado dos EUA, Averell Harriman – mas «pela sua mãe-pátria».[262] Estaline e o Partido estavam reveladoramente ausentes da propaganda soviética do tempo de guerra. Os símbolos revolucionários eram substituídos por antigos símbolos da Mãe Rússia (*Rodina-Mat*, literalmente Mãe-pátria), que tinham muito mais peso junto dos soldados. A «Internationale» comunista foi substituída por um novo hino nacional soviético, cuja letra celebrava a união dos povos nos laços da Grande Rus. As novas medalhas soviéticas traziam gravados os nomes de heróis militares do passado czarista: Nevsky, Suvorov, Kutuzov, Nakhimov, herói-mártir de Sebastopol durante a Guerra da Crimeia. *Alexandre Nevsky*, o filme de Eisenstein, voltou aos cinemas e foi exibido vezes sem

conta ao logo da guerra. Mais importante ainda, talvez, a perseguição à Igreja Ortodoxa Russa foi interrompida temporariamente, e celebrado um acordo com o novo patriarca, eleito em setembro de 1943, ao fim de 18 anos de proibição bolchevique. Em troca da lealdade e apoio do patriarca, Estaline ordenou a libertação de milhares de padres presos, permitiu a reabertura das igrejas e restaurou as propriedades da Igreja, incluindo a Lavra da Trindade de São Sérgio, centro da Igreja Russa, fechada pelos bolcheviques em 1920, e que desde então servia para os fins mais variados, entre eles o treino de engenheiros de radiocomunicações.

Que entendiam os soldados por «mãe-pátria»? A palavra *rodina*, normalmente traduzida por «mãe-pátria», pode ser utilizada na Rússia para referir uma família, um grupo de familiares, uma aldeia, vila ou cidade, ou mais geralmente a nação. Os soldados do Exército Vermelho eram, na maioria, filhos de camponeses. Quando escreviam da frente para casa não estabeleciam qualquer distinção entre combater pela Rússia, sua *Rodina,* e combater pelas respetivos lugares e famílias. A propaganda de guerra jogava com estas emoções. O póster mais famoso da guerra – «A Mãe Rússia Chama» – mostra uma mulher de meia-idade empunhando um formulário de alistamento, apelando a seus filhos para que a defendam do inimigo. Simbolizava a mãe por quem cada soldado cria combater.

Muitos soldados encontravam a expressão dos seus sentimentos patrióticos no poema narrativo de Alexandre Tvardovsky, *Vasily Terkin,* publicado na primeira página dos jornais durante todo o tempo de guerra. Terkin é um rapaz do campo. Nem uma vez menciona o partido ou Estaline. O seu apego à Mãe-Pátria tem que ver apenas com a sua aldeia de Smolensk. Mas também nutre o sentimento de que luta pela Rússia e pela libertação do mundo.

> Hoje respondemos pela Rússia,
> Pelo povo,
> Por tudo neste mundo
> Desde Ivan a Foma,
> Mortos e vivos,
> Todos juntos estamos,
> O povo, a Rússia.[263]

O ódio ao inimigo também era parte destas emoções patrióticas. Os alemães tinham cometido tantas atrocidades em solo soviético que não era difícil alimentar o desejo popular de vingança. Segundo um estudo sobre as fileiras do Exército Vermelho, era o ódio aos Alemães, mais do que qualquer outra coisa, que fazia os soldados quererem combater. O poema «Mata-o!», de Konstantin Simonov era lido pelos oficiais aos soldados antes de partirem para a batalha:

> Se prezas a tua mãe,
> Que te alimentou ao peito
> Em que o leite há muito secou,
> E em que teu rosto pode apenas repousar;
> Se é intolerável o pensamento,
> De que o Fascista junto a ela
> Possa agredir seu rosto enrugado,
> Torcendo suas tranças em suas mãos;
> …
> Então mata o Alemão – trata de matar um!
> Mata-o tão cedo possas!
> A cada vez que o vires,
> Trata de o matar a cada vez![264]

Estalinegrado tornou-se o símbolo deste espírito patriótico. Mesmo com a cidade reduzida a ruínas pelo bombardeamento dos tanques, artilharia e aviões alemães, os soldados soviéticos combatiam por cada rua, como se defendessem as próprias casas. Não pararam de combater durante três meses, de agosto a novembro de 1942, altura em que o Exército Vermelho, sob o comando de Zhukov, lançou uma contraofensiva e fez os Alemães retirar para o Don. Esses meses de combate foram o ponto de viragem de toda a guerra. Do Don, o exército soviético avançou para Kursk, onde concentrou 40 por cento da infantaria e três quartos das forças blindadas para derrotar o grosso do exército alemão em julho de 1943. Kursk pôs fim a qualquer esperança alemã de vitória em solo russo.

Do mesmo passo que empurrava os Alemães de volta às fronteiras ocidentais, o Exército Vermelho foi travando uma segunda guerra contra

os nacionalistas ucranianos, muitos deles seguidores de Stepan Bandera, cujos bandos de guerrilheiros haviam sido utilizados pelos nazis para combates na retaguarda das linhas soviéticas. Unidades da NKVD arrebanharam civis nas áreas em que as milícias de Bandera tinham estado ativas, e numa política de limpeza étnica enviaram-nos para Leste, para os campos do Gulag. Foram lançadas campanhas semelhantes na Polónia e nos Estados Bálticos. Houve ainda deportações maciças de grupos étnicos soviéticos (Kalmys, Chechenos, Ingushes, e Tártaros da Crimeia), considerados coletivamente responsáveis pelos poucos entre eles que haviam colaborado com os Alemães.

Os homens do Exército Vermelho marcharam para as fronteiras ocidentais como conquistadores imperiais, animados por um forte sentimento, inculcado pelo topo da hierarquia, do direito da Rússia a dominar a população não-russa desses territórios. Ao entrarem em solo alemão, as tropas soviéticas iam movidas pelo ódio aos Alemães e pelo desejo de vingança, impulso que culminaria na violação das mulheres alemãs ao longo da marcha final para Berlim. Estima-se que 2 milhões de alemãs foram violadas pelos soldados soviéticos, cujas ações nunca eram punidas pelos comandantes. Quando, durante um jantar, Djilas confessou a sua preocupação com as centenas de relatos de violações por soldados do Exército Vermelho na Jugoslávia, Estaline interrompeu-o.

> «Sim, certamente que leu Dostoievsky? Compreende como é complicada a alma humana, a psique do homem? Pois bem, imagine um homem que combateu desde Estalinegrado até Belgrado – ao longo de milhares de quilómetros da sua própria terra devastada, por entre os cadáveres dos seus camaradas e entes mais queridos! Como pode um homem assim reagir normalmente? E que há de tão horrível em divertir-se com uma mulher depois de tais horrores?[265]

Em 24 de maio de 1945, numa receção aos comandantes do Exército Vermelho no Kremlin, Estaline brindou «à saúde do nosso povo soviético, e em primeiro lugar, aos Grandes Russos. *(Fortes e longos aplausos e gritos de «Hurrah!»)*... Proponho um brinde à saúde do povo russo porque ganhou nesta guerra reconhecimento universal como força principal da União Soviética entre todos os povos do nosso país».[266]

A vitória de 1945 deu origem a um novo tipo de nacionalismo russo, mais imperial do que antes. Na opinião de Estaline, a Rússia emergiu da guerra como líder inquestionável dos povos soviéticos. Djilas notou que ele falava da Rússia (Rossiia), e não da União Soviética.[267] A primazia que dava aos «Grandes Russos» (expressão que Estaline apreciava) justificava as políticas de pós-guerra de russificação das repúblicas não-russas e dos territórios recém-anexados da Ucrânia, Moldávia e Báltico, tal como viria a justificá-las nos satélites soviéticos da Europa de Leste. Em todos esses territórios a língua russa tornou-se obrigatória em escolas e universidades, e a fluência nela condição para praticamente todos os cargos que exigissem educação superior. Os livros e os filmes russos, a música russa, os nomes russos das ruas, a história russa, eram impostos em toda a parte.

Esse triunfalismo estava bem patente nos padrões arquitetónicos que dominavam os planos de reconstrução das cidades depois de 1945. O estilo «Império Soviético» copiava os motivos neoclássicos e góticos do modelo imperial russo, que florescera no rescaldo de 1812. Ele é mais claramente reconhecível nas «Catedrais de Estaline», as sete estruturas monumentais em forma de bolo de noiva surgidas por toda a Moscovo depois de 1945 (por exemplo, o Ministério dos Estrangeiros e o conjunto da Universidade de Moscovo). Mas também era visível em palácios de cultura, cinemas e circos, até em estações de Metro como a de Konsomolskaya, na linha circular. O descomunal Átrio da Vitória da estação subterrânea de Konsomolskaya, concebido como monumento aos heróis militares russos do passado, é uma curiosa mistura de barroco e bizantino.

Embora o Comintern tivesse sido dissolvido durante a guerra, a Rússia descobria-se num novo papel messiânico. Como primeira e única sociedade socialista, a sua sobrevivência fora vista pelos comunistas de todo o mundo como principal objetivo da guerra. Com a derrota da Alemanha nazi, o prestígio da Rússia atingia o auge, emprestando mais força à ideia de exportar a revolução para os países ocupados pelo Exército Vermelho, como Estaline pretendia ao assinar o pacto com Hitler em 1939. Ninguém melhor do que os bolcheviques compreendia a dinâmica entre guerra e revolução. Tinham usado as forças revolucionárias desencadeadas pela Primeira Guerra Mundial para tomarem o poder em

1917. Agora, viam uma oportunidade de fazer o mesmo nos territórios devastados pela guerra que haviam libertado de Hitler.

Estaline via na vitória sobre Hitler o prelúdio da expansão internacional da Rússia. «Esta guerra não é como as do passado», explicou ele a Djilas, durante um jantar no início de 1945. «Todos impõem o seu sistema tão longe quanto o seu exército consegue alcançar.» Estaline acreditava que a União Soviética demonstrara ser invencível, e que sob liderança russa era suficientemente forte para libertar o mundo capitalista. Até à rutura com Tito e os Jugoslavos, em 1948, abraçou uma política pan-eslava, tal como tinham feito os czares de finais do século XIX, convicto como estava de que a unidade eslava manteria os Alemães controlados e alargaria o poderio russo até ao centro da Europa. «Se os Eslavos se mantiverem unidos e mantiverem a solidariedade», explicava ele a Djilas, «ninguém no futuro poderá sequer levantar um dedo. Nem um dedo!» E sublinhava o último ponto, recordava Djilas, «rasgando o ar com o indicador».[268]

A presunção trajava um novo mito imperial da Rússia como salvadora do género humano. Nascido da vitória de 1945, o mito era relacionado pelos propagandistas a antigos episódios históricos em que a Europa fora «salva» pelo sacrifício altruísta da Rússia – em Kulikovo, quando os moscovitas tinham derrotado os Mongóis, ou na guerra contra Napoleão. Os mortos da guerra eram mobilizados para a construção deste mito messiânico, e a sua morte invocada como prova, não da ineficácia soviética e seu cruel desrespeito pela vida humana, mas do sacrifício da Rússia, do preço que pagava para salvar a humanidade. De início, Estaline não autorizou o anúncio de mais do que 7 milhões de mortos, cerca de um quarto do número de vítimas estimado pelos historiadores atuais.[269] Seria apenas na década de 1960, altura em que já era possível dar uma imagem real das baixas, que a estatística constantemente repetida dos «20 milhões de mortos» entrou na propaganda soviética, como símbolo do sacrifício ímpar do país para a libertação do mundo.[270]

E, de facto, nenhum outro país sacrificara tanto para a derrota do nazismo. Além dos milhões de mortos na guerra, as cidades e vilas da Rússia haviam sido destruídas. A economia estava num caos. As explorações agrícolas coletivas tinham perdido metade das cabeças de gado de antes da guerra e 38 por cento dos braços masculinos.[271] Na zona

agrícola central houve fome generalizada em 1946. Para reerguer o país cedo foi imposto um novo Plano Quinquenal.

Em fevereiro de 1946, num discurso que marcava o regresso à economia planificada, Estaline declarava que a guerra pusera à prova o sistema soviético, e que a vitória demonstrara a superioridade do Estado soviético multinacional, do Exército Vermelho, e da economia planificada, sem o que «a bravura das nossas tropas» não teria bastado para derrotar o inimigo.[272] Por outras palavras, a vitória era um feito do partido, e sem a liderança partidária o povo teria ficado indefeso. Ao longo dos quarenta anos subsequentes, este mito seria usado para legitimar o sistema soviético, justificando tudo o que fizera desde 1917.

Estaline ainda tinha dúvidas de que o povo soviético combatesse pelo sistema se houvesse uma nova guerra com o Ocidente. Mantinha-se fiel à ideia de que combateria, sobretudo, pela mãe-pátria. Por essa razão o nacionalismo russo foi insistentemente promovido pelo regime soviético do pós-guerra. O principal objetivo era impermeabilizar o país à influência ocidental durante a Guerra Fria. A imprensa soviética passou a publicar proclamações absurdas da grandeza da Rússia. «Ao longo da sua história», declarava o *Pravda,* «o povo da Grande Rússia enriqueceu a tecnologia mundial com extraordinárias descobertas e invenções».[273] O avião, a máquina a vapor, o rádio, a lâmpada incandescente… não havia praticamente invenção pela qual os russos não fossem responsáveis. Timofei Luysenko, diretor do Instituto Soviético de Genética chegou a proclamar ter descoberto um novo tipo de trigo que podia ser cultivado no Ártico – uma pretensão falsa que viria a ser responsável por milhões de mortes na China maoista, onde a pseudociência foi adotada nos anos de 1950. O orgulho na cultura russa não conhecia limites. Música e literatura eram «grandemente superiores» às suas homólogas ocidentais, declarava o diretor de Cultura de Estaline, Andrei Zhdanov, «porque refletem uma cultura muitas vezes superior».[274]

Estaline serviu-se deste programa nacionalista para apertar o controlo ideológico do regime sobre os meios intelectuais, de cuja reverência pelo Ocidente suspeitava. Não tardou a combater as ideias de reforma vindas à tona durante a guerra, altura em que o país ficou exposto a livros e filmes importados ao abrigo do Acordo de Empréstimo-Arrendamento com a América. Zhdanov presidiu à purga de tendências ocidentais

(«antissoviéticas») em todas as artes e ciências (razão por que o controlo ficou conhecido como Zhdanovshchina). Começou em agosto de 1946, com a publicação de um decreto do Comité Central a censurar os jornais *Zvezda* e *Leninegrad* por publicarem as obras de dois grandes escritores de Leninegrado, Mikhail Zoshchenko e Anna Akhmatova. Zoshchenko era o último humorista soviético, uma tradição literária que os ditadores não podem tolerar. Quanto a Akhmatova, adquirira enorme estatura moral durante a guerra, durante a qual a sua poesia, raramente publicada na União Soviética, circulara amplamente em cópias manuscritas, até entre as tropas. Estaline invejava-lhe a autoridade.

Estes ataques foram seguidos de uma série de medidas repressivas contra «elementos antissoviéticos» em todos os domínios das artes e ciências. O Museu Estatal de Arte Moderna Ocidental foi encerrado. Uma campanha contra o «formalismo» e outras «influências ocidentais decadentes» na música soviética teve como desenlace a proibição de Shostakovitch, Khachaturian e Prokofiev, entre outros compositores. Em julho de 1947, o Comité Central publicou um ataque a dois cientistas soviéticos, Nina Kliueva e seu marido, Grigory Rosking, por partilharem informação sobre a sua investigação sobre o cancro durante uma visita aos EUA. Acusados de «servilismo» perante o Ocidente, foram submetidos a um «tribunal de honra», uma nova instituição destinada à análise de atos «antipatrióticos», onde tiveram de responder a um questionário hostil em frente de 800 espetadores.

Também houve ataques aos judeus soviéticos, cujos destinos estavam ligados ao alinhamento com Israel na Guerra Fria. Estaline apoiara a ideia de um estado judaico na Palestina, esperando transformá-lo num satélite soviético. Quando Israel alinhou com a América, Estaline passou a recear os sentimentos pró-israelitas dos 2 milhões de judeus soviéticos. Em 1948, Solomon Mikhoels, popular diretor do Teatro Judaico de Moscovo, foi morto pela MVD (como a NKVD fora rebatizada), e o seu corpo posteriormente atirado para uma estrada e atropelado por um camião, a fim de disfarçar o assassinato como acidente. O ano seguinte assistiu ao lançamento de uma campanha contra os «cosmopolitas» (ou seja, os judeus) em novas esferas culturais, com expulsões do partido, da União dos Escritores, de universidades e institutos de investigação. A campanha antissemita atingiu o auge com a Conspiração dos Médicos, em 1952.

A ideia de que havia uma conspiração tinha origem em 1948, altura em que Lidiia Timashuk, médica do Hospital do Kremlin, escrevera uma carta, dois dias antes da morte de Zhdanov, declarando que o pessoal médico fora incapaz de reconhecer a gravidade do seu estado. A carta foi ignorada e arquivada, mas seria usada quatro anos depois por Estaline, agora completamente paranoico, para acusar os médicos do Kremlin de pertencerem a uma «conspiração sionista» para assassinar Zhdanov e o resto da liderança. Centenas de médicos e funcionários foram presos e torturados até fazerem falsas confissões de pertença a uma vasta conspiração internacional dos judeus soviéticos em ligação com Israel e EUA. O país regressava ao ambiente de 1937, agora com os judeus no papel de «inimigos do povo».

Em dezembro de 1952, Estaline declarou em reunião do Comité Central que «todos os judeus são potenciais espiões dos Estados Unidos». Milhões de judeus foram detidos, expulsos dos respetivos empregos e habitações, e deportados como «parasitas sem raízes» das grandes cidades para as regiões mais remotas da União Soviética. Estaline mandou construir uma ampla rede de campos de trabalho no Extremo Oriente, para onde os judeus foram enviados. Não fora a sua morte, no auge da histeria, e bem poderia ter havido novo holocausto em solo soviético.

*

Estaline sofrera um acidente vascular-cerebral e esteve inconsciente durante 5 dias, até que morreu em 5 de março de 1953. Poderia ter sobrevivido se a assistência médica tivesse sido chamada a tempo. Mas no meio do pânico da Conspiração dos Médicos ninguém do círculo próximo de Estaline se atreveu a tomar a iniciativa. Acabou por ser a vítima final do seu sistema de terror.

Multidões enormes acorreram ao Salão das Colunas, perto da Praça Vermelha, onde o corpo esteve em exposição. Morreram centenas de pessoas esmagadas no ajuntamento. Houve cenas de desgosto e histeria coletivos. Durante 30 anos as pessoas tinham visto em Estaline o seu ponto de referência moral, o seu professor, o seu líder nacional, a garantia de justiça e ordem. Tinha sido o seu czar, um deus na terra, a encarnação de todas as esperanças e ideais, haviam sentido a necessidade de acreditar nele ao longo dos duros tempos que tinham atravessado. O desgosto de

que davam mostras era uma reação natural ao medo e confusão que tendiam a sentir perante o seu falecimento.

Foi uma liderança coletiva que assumiu o poder. Beria era a figura dominante. Mas os altos responsáveis do partido e das Forças Armadas opunham-se ao seu programa, que incluía o desmantelamento do Gulag e a distensão das políticas soviéticas na Ucrânia ocidental, na região do Báltico e na Alemanha Oriental. Em 26 de junho, Beria foi detido num golpe de Estado organizado por Krushchev com apoio de altos comandos militares. Julgado em segredo, foi depois fuzilado.

Nikita Krushchev emergiu do golpe como cabeça da liderança coletiva. Personagem extravagante e tempestuosa de humildes origens camponesas, subira na hierarquia como leal executor das políticas de Estaline. Estava profundamente implicado nas repressões da década de 1930, primeiro como chefe do partido em Moscovo, e depois na Ucrânia, onde fora responsável pela prisão de duzentos e cinquenta milhões de cidadãos. Terá sido talvez a culpa que o levou a expor os crimes do reinado de Estaline no seu «Discurso Secreto» de 1956.

A população do Gulag atingira o auge em 1952, altura em que havia cerca de 2 milhões de prisioneiros nos respetivos campos de trabalho e colónias. Depois da morte de Estaline, os prisioneiros começaram a ser libertados – primeiro, os criminosos com penas mais leves; depois os «políticos», cujos casos eram revistos pela Procuradoria Soviética, num longo e complexo processo constantemente obstruído pelas autoridades, relutantes em reconhecer os próprios erros. Com tantos prisoneiros a regressar, o regime tinha de arranjar uma explicação para o que se passara. Mas em que medida poderia a verdade ser revelada? Todos os líderes receavam o que poderia acontecer se a plena dimensão do terror fosse revelada. Não seriam responsabilizados? Não perguntariam as pessoas por que razão não tinham impedido as prisões em massa?

Nomeada uma comissão para inquirir da repressão contra membros do partido entre 1935 e 1940, o Politburo ficou tão chocado com as conclusões que decidiu reportá-las (mas não a dimensão total do terror no conjunto do país) ao Vigésimo Congresso do Partido, o primeiro desde a morte de Estaline, em fevereiro de 1956. O texto foi elaborado coletivamente e lido por Krushchev. O discurso dava pormenores das purgas do partido e dos erros de Estaline no decurso da guerra, atribuindo

ambas as coisas ao desvio do ditador em relação aos princípios leninistas, e ao «culto da personalidade», que tornara impossível qualquer oposição às suas políticas. Colocando a ênfase no facto de a atual liderança só agora ter tido conhecimento destes pormenores através da comissão, Krushchev tentava a absolvê-la, e fazer recair a culpa sobre Estaline. Não se podia culpar a liderança do partido. Todo o discurso tinha como objetivo restaurar a confiança no partido, apresentando o estalinismo como uma aberração dos ideais da Revolução de Outubro.

Krushchev terminou com uma súplica para que as suas revelações não fossem divulgadas fora do partido. Mas o texto do discurso foi lido a milhares de membros do partido em reuniões por toda a União Soviética, e enviado aos governos comunistas da Europa de Leste. Publicado pelos Polacos, acabou por sair impresso no *New York Times*. E, a partir do Ocidente, voltou a infiltrar-se na União Soviética. No ambiente de «Degelo» proclamado por Krushchev, em que a censura foi gradualmente atenuada, o discurso incentivou uma avaliação mais generalizada do historial do partido pelos meios intelectuais soviéticos. «O Congresso pôs fim ao nosso solitário questionamento do sistema soviético», recordava Liudmilla Alexeeva, que viria a tornar-se uma bem conhecida dissidente, mas que ao tempo era apenas uma aluna da Universidade de Moscovo. «Homens e mulheres jovens começaram a perder o medo de trocar impressões, informação, opiniões e perguntas. Todas as noites reuníamos em apartamentos lotados para recitar poesia, ler prosa «ilícita» e trocar relatos que, no seu conjunto, traçavam uma imagem realista do que acontecia no nosso país».[275] O partido enfrentava uma crise de autoridade moral. Pela primeira vez na sua história, admitia que tinha errado – não erros de pormenor, mas erros catastróficos – e que sempre mentira sobre eles. Como conseguiria restaurar a credibilidade?

O degelo começara na literatura, um sucedâneo da política na história da Rússia moderna. Uma vez removida a mão do conformismo estalinista, os escritores esforçaram-se por retratar a vida soviética com maior sinceridade. O romance de Ilya Ehrenburg, *O Degelo* (1954), conta a história de uma mulher oprimida pelo seu marido, um patrão fabril despótico, que por fim encontra coragem para o deixar durante o degelo da primavera. O ponto mais alto deste renascimento literário chegou em 1962, com o romance *Um Dia na Vida de Ivan Denisovich*, de Alexandre

Soljenítsin, primeira obra sobre o tema dos campos de trabalho de Estaline, publicado no jornal *Novy Mir* (Novo Mundo). Foi lido por milhões. Mas se a condenação do Gulag era permitida, já a Revolução de Outubro estava para além dos limites da contestação. *Doutor Jivago*, o romance épico de Boris Pasternak que decorre num cenário de revolução e guerra civil, foi rejeitado por vários jornais em 1956, incluindo pelo progressista *Novy Mir,* a pretexto de ser «antissoviético». Contrabandeado para Milão, onde foi publicado em italiano, o romance depressa se tornou campeão de vendas mundial. Pasternak foi nomeado para o Prémio Nobel em 1958. Mas por pressão do governo soviético foi obrigado a recusá-lo.

O Degelo contemplava a abertura parcial da sociedade soviética ao Ocidente. Chegaram os primeiros grupos de turistas estrangeiros. O governo de Krushchev via no turismo uma forma de obter dólares, do mesmo passo que ia mostrando ao mundo as realizações soviéticas (o programa de exploração espacial do Sputnik tivera início nessa mesma altura). Em 1957, Moscovo foi anfitriã do Festival Mundial da Juventude. O objetivo do Kremlin era conquistar as simpatias da juventude ocidental para o modo de vida soviético. Mas o resultado foi o oposto. Com os seus *jeans* e os seus modos descontraídos, foram os visitantes que converteram a juventude soviética ao modo de vida ocidental. O *rock and roll* e as suas modas complementares encantaram uma geração de estudantes soviéticos demasiado sofisticados para a cinzenta e conformista cultura do Komsomol, a Liga da Juventude Comunista. Essa geração formou a sua ideia do Ocidente através de Hollywood, cujos filmes, exibidos em cinemas soviéticos ao abrigo do degelo, tiveram enorme influência. Segundo o poeta Joseph Brodsky, os filmes de *Tarzan* «fizeram mais pela desestalinização do que todos os discursos de Krushchev ao Vigésimo Congresso do Partido, e os mais que depois fez».[276]

Em 1960, mais de metade da população era menor de 30 anos. A Revolução de Outubro não lhes dizia nada – era história antiga, para eles – e a Grande Guerra Patriótica era uma coisa que os pais tinham vivido. Era complicado aliciar esta geração para os valores e crenças do sistema.

Krushchev tentou fazê-lo através do Komsomol. Atribuía grande importância à participação de massas em campanhas políticas, destinadas a recuperar o entusiasmo dos primeiros anos da Revolução. Na campanha das Terras Virgens de 1954-63, dezenas de milhares de rapazes e raparigas

do Komsomol voluntariaram-se para trabalhar em novas explorações agrícolas coletivas nas estepes virgens do Cazaquistão. Quarenta milhões de hectares de terras áridas tinham passado a ser produtivas em 1963. A produção de cereais aumentou. Mas a produtividade variava e foi diminuindo persistentemente depois de 1958, porque o solo era demasiado pobre para o cultivo do trigo.

Krushchev foi afastado em 1964. Para além do falhanço da campanha das Terras Virgens, era responsabilizado pela escassez de alimentos que em 1962 tinha conduzido a revoltas operárias em Novocherkassk, no Sul da Rússia, as quais tinham sido esmagadas pelo exército com a morte de dezenas de manifestantes. As reformas políticas de Krushchev tinham alienado os quadros regionais do partido, ao reduzirem os seus poderes económicos e os sujeitarem a eleições periódicas para o Comité Central, um órgão que no tempo de Estaline ocupavam como uma espécie de direito natural, o que lhes permitia formar as suas próprias redes clientelares nas províncias. A liderança errática de Krushchev, a tendência para agir por impulso e depois atacar os críticos, a intromissão em assuntos para os quais carecia de conhecimentos e o perigoso confronto com os EUA na Crise dos Mísseis de Cuba – tudo isso lhe fez perder o apoio de camaradas do partido que desejavam um estilo de governo mais estável e coletivo.

Leonid Brejnev emergiu como *primus inter pares* do regime anódino que lhe sucedeu. Tinha uma aparência de «liderança coletiva» – um mito a que recorreram todos os líderes soviéticos para darem uma ideia de assunção de responsabilidade, de vontade de impor a disciplina partidária, e, no caso de Brejnev, de reconquistar a confiança dos quadros mediante a promessa de estabilidade. A partir de então, as decisões do Politburo passaram a ser tomadas colegialmente, e os nomes dos membros colocados por ordem alfabética. Mas, lentamente, Brejnev ganhou preponderância. Era uma criatura do sistema, um funcionário cinzento e medíocre. Até as suas paixões eram medíocres: automóveis desportivos, caça, mulheres e futebol. Como tantos outros *apparatchiks* promovidos durante as purgas de Estaline e a guerra, tinha aptidões mais práticas do que intelectuais (segundo o mais dotado dos seus ministros, Alexandre Yakovlev, o seu principal talento era uma incrível capacidade «para reconhecer rigorosamente quem era seu amigo e quem era seu

inimigo»).[277] Era bom no estabelecimento de alianças e redes políticas de apoio entre os líderes partidários regionais, muitos deles seus camaradas desde os anos de 1930, durante os quais ascendera do chão da fábrica a chefe de propaganda da organização do partido em Dnepropetrovsk, na Ucrânia. O que os unia era a preservação do *statu quo*. Todos queriam evitar a renovação partidária iniciada por Krushchev, e restaurar uma estabilidade do sistema que os mantivesse no topo. Enquanto Brejnev esteve no poder, os líderes puderam envelhecer nos respetivos cargos. A média de idades do Politburo subiu dos 60 anos, em 1960, para mais de 70, em 1982.

Ao contrário do governo de Krushchev, que apelara ao ideário leninista nos seus esforços para restabelecer a autoridade, o governo de Brejnev virou-se para o nacionalismo russo a fim de cimentar uma base de apoio político. Foi nesse momento que o regime passou a promover o culto oficial da Grande Guerra Patriótica, cuja memória era antes menosprezada. Até 1965, o Dia da Vitória nem sequer fora feriado nacional soviético. A organização de comemorações ou paradas fora deixada aos grupos de veteranos. Mas a partir do vigésimo aniversário da vitória, o dia 9 de maio passou a ser celebrado com uma enorme exibição de poderio militar, na presença de todos os líderes alinhados no cimo do Mausoléu de Lenine, a saudarem as formações cerradas do Exército Vermelho a marcharem pela Praça Vermelha. Dois anos depois, o Túmulo do Soldado Desconhecido foi erigido na muralha do Kremlin – um local sagrado onde dignitários estrangeiros (e jovens noivos soviéticos) prestam homenagem aos «20 milhões de mortos». Em Volgograd (antes Estalinegrado) ficou concluído no mesmo ano um monumental complexo de luto, no centro do qual uma estátua colossal, *A Mãe Rússia Chama*, ergue a espada convocando o povo para a ação.

O governo Brejnev incentivou dois ramos principais de nacionalismo, ambos com reflexos no domínio literário. Um, representado por um grupo de «prosadores da aldeia», entre os quais se contavam Fedor Abramov, Valentin Rasputin e Soljenítsin (este, até cair em desgraça e ser exilado pelo regime para o Ocidente depois da publicação no estrangeiro, em 1973, do seu *Arquipélago Gulag*). O grupo aparecera na era Krushchev, sobretudo no jornal *Novy Mir*. Os seus artigos serviam de condenação dos legados da coletivização – a destruição da aldeia e sua igreja, o

despovoamento dos campos, a deflorestação, a poluição, o declínio dos padrões de vida rurais – e como lamento pelos antigos valores e tradições russos do campesinato. Uma segunda e mais assertiva corrente de nacionalismo surgiu no jornal *Molodaya Guardiia* (Jovem Guarda), órgão oficial do Komsomol, que gozava do apoio da ala neoestalinista da liderança do partido, nomeadamente de Mikhail Suslov, principal ideólogo de Brejnev. O jornal perfilhava as mesmas preocupações dos prosadores da aldeia, mas também se servia da proteção do Politburo para defender políticas mais agressivas. Os seus autores estavam unidos por uma mesma visão autoritária da história, segundo a qual a Rússia se caraterizava por um Estado forte e autoritário e tradições antiocidentais. Incentivados por Suslov, defendiam que o partido adotasse o nacionalismo russo como ideologia fundamental, a par do marxismo-leninismo. Quando Alexandre Yakovlev, diretor do Departamento de Propaganda do partido, criticou os pontos de vista nacionalistas do jornal, considerando-os anti leninistas, foi demitido do cargo e enviado de castigo como embaixador soviético para o Canadá. Regressaria dez anos depois, após a morte de Suslov em 1982, e viria a ser o principal ideólogo das reformas de Gorbachev.

Estes e outros grupos nacionalistas tinham a proteção da liderança do partido. O nacionalismo era considerado um antídoto para a crescente influência das ideias e cultura ocidentais. Ajudava a justificar as despesas militares, que em 1982 já atingiam cerca de 1/6 do PNB do país, em grande medida devido à invasão do Afeganistão, destinada a consolidar um regime comunista periclitante, e à corrida aos armamentos com os Estados Unidos da América. O apoio dos nacionalistas era importante, também, para as políticas de Brejnev de reverter o declínio das condições de vida nos campos, a que ele dava a maior prioridade. De 1965 a 1970 os subsídios estatais às explorações agrícolas coletivas quadruplicaram.

Mas não havia nível de investimento que pudesse reverter o destino das explorações coletivas. A maquinaria era de má construção, e avariava constantemente, ficando por vezes anos à espera de reparação. Preocupado com o que se passava, em 1980 Brejnev ordenou por fim uma investigação, que descobriu que menos de 1 por cento das máquinas agrícolas novas haviam sido fabricadas segundo os requisitos técnicos.[278] Os trabalhadores dos *kolkhozes* não tinham qualquer incentivo naqueles setores em que o Estado ficava com toda a colheita (cereais, beterraba

sacarina, algodão, linho e pecuária). Apesar do aumento dos preços fixados pelo Estado, continuavam muito mal pagos. Muitos viviam em absoluta esqualidez, sem água corrente nem eletricidade em instalações negligenciadas pela gestão do *kolkhoz*. Concentravam todas as energias nas suas pequenas courelas, derradeiro refúgio da economia camponesa, onde cultivavam fruta e vegetais, ou criavam porcos e galináceos, que vendiam à beira da estrada ou em mercados de camponeses nas cidades. O governo Brejnev levantou as restrições à área das parcelas privadas, para aumentar a produção de bens alimentares. Em finais da década de 1970, essas parcelas privadas já ocupavam 4 por cento da terra arável do país, mas eram responsáveis por 40% da carne de porco e criação, 42 por cento da produção frutícola, e mais de metade da produção de batata.[279] Os preços dos produtos nos mercados camponeses eram demasiado altos para a maioria das pessoas, exceto em ocasiões especiais.

Nas lojas estatais havia escassez de tudo. Formavam-se longas filas quando por acaso aparecia algum produto difícil de encontrar (e podia ser praticamente tudo). As pessoas sentiam-se desencantadas, e reagiam com cinismo à propaganda do regime. Não temendo já a repressão, desabafavam contando anedotas:

> Um homem entra numa loja e pergunta: «Não tem carne nenhuma?» «Não», responde o vendedor, «aqui não temos peixe nenhum. A loja do outro lado da rua é que não tem carne nenhuma».

O único produto de que nunca havia escassez era o álcool. O consumo mais que duplicou durante os anos de Brejnev. No início da década de 1980, cada família dos *kolkhozes* gastava em média 1/3 do orçamento em vodka. O alcoolismo era uma doença nacional. Tinha impacto acentuado na taxa de criminalidade (todos os anos a polícia detinha 10 milhões de pessoas por embriaguez) e na esperança de vida masculina, que desceu dos 66 anos de 1964 para apenas 62 em 1980. Os filhos de Brejnev eram ambos alcoólicos. Mas o seu governo pouco se importava. Aumentava a venda de vodka para cobrar dinheiro à população, que pouco mais podia comprar. Mais valia ter bêbedos do que gente a protestar contra a escassez de produtos.

Foram as exportações de petróleo que salvaram o regime de prováveis motins contra a escassez de alimentos e talvez a queda nos anos de 1970. Foram elas que deram algum alento à economia soviética, que teria ficado em graves dificuldades se o preço do crude não tivesse quintuplicado em consequência da crise provocada pelo embargo dos países árabes à venda de petróleo aos Estados pró-israelitas durante a Guerra do Yom Kippur de 1973 (entre Árabes e Israelitas). A União Soviética duplicou a produção de petróleo nos anos de 1970, sobretudo através da abertura de novos campos na Sibéria. Com a receita em dólares da venda de petróleo e gás, o governo pôde comprar bens de consumo e produtos alimentares ao Ocidente. Antes da revolução, a Rússia era uma grande exportadora de produtos agrícolas. Sessenta anos depois de 1917 tornara-se o maior importador mundial de produtos alimentares. Um terço dos produtos de padaria eram feitos com cereais estrangeiros. A criação de gado assentava inteiramente em rações importadas.

Chega sempre um momento em qualquer velho regime em que as pessoas começam a dizer: «Não podemos continuar a viver assim.» Esse sentimento despontou nos anos de 1970. Mas não havia nenhuma força social capaz de desencadear a mudança. As pessoas estavam demasiado apáticas, demasiado passivas, demasiado conformistas para fazerem alguma coisa que remediasse os seus males. Muito poucos se envolviam com os dissidentes – os promotores dos direitos humanos, os judeus a quem fora recusada autorização para emigrar, os padres dissidentes e os intelectuais liberais como Andrei Sakharov, Nobel da Física, que constituiu um ativo grupo clandestino através de *samizdat* (publicação do autor) e *tamizdat* (publicação no estrangeiro). As perseguições e a vigilância do KGB (como a MVD fora rebatizada) desencorajavam os que com ele simpatizavam – talvez a maior parte dos intelectuais – de terem qualquer contacto com os dissidentes.

O ímpeto de mudança veio do único sítio de onde poderia vir: a liderança do partido. Mikhail Gorbachev era um de muitos bolcheviques – todos eles filhos do Vigésimo Congresso do Partido – que acreditava na visão de Krushchev de uma renovação leninista para revitalizar o projeto soviético. Todos eles haviam passado os anos de Brejnev a trabalhar em institutos de investigação ligados ao Comité Central, e a discutir uma *perestroika* (um programa de reformas estruturais), palavra de ordem da

era Gorbachev, desde o período de Krushchev. Também a *glasnost* (abertura) era um conceito que remontava aos círculos do partido dos anos de 1960, altura em que era usado para defender que o trabalho de governação fosse aberto aos *media*.

Gorbachev nascera em 1931 numa família camponesa de Stavropol, no sul da Rússia. O avô paterno fora enviado para o exílio na Sibéria por ter falhado o plano de sementeiras de 1933 – um ano de fome em que três dos seus seis filhos e metade da população da sua aldeia morrera de inanição. O outro avô, diretor de um *kolkhoz*, fora preso como «trotskista» em 1937. Gorbachev escondeu a sua «biografia manchada» até 1990, mas é indubitável que o seu empenho em ultrapassar os legados do estalinismo tinha raízes no estigma da repressão.

Com um bom historial académico e boa avaliação do Komsomol, Gorbachev foi agraciado com a admissão ao curso de Direito da Universidade de Moscovo. Foi o primeiro líder soviético com uma licenciatura universitária. Ao tempo em que aderira ao partido, em 1952, as suas convicções estalinistas eram bastante ortodoxas. Ainda não tinha estabelecido a ligação entre o sofrimento da sua família e as políticas de Estaline. Mas a sua visão do mundo foi transformada pelo Discurso Secreto de Khrushchev. Um dos seus amigos mais íntimos na universidade, Zdenek Mlynar, outra grande influência sua, haveria de tornar-se figura central do governo socialista reformista de Alexandre Dubček, derrubado pela invasão soviética da Checoslováquia em agosto de 1968.

Em 1970, com 39 anos de idade, Gorbachev tornou-se secretário do partido para a região de Stavropol, o mais jovem líder partidário de toda a União Soviética. Era uma posição útil na escada para o topo. Famosa pelas suas termas, Stavropol era um local onde os patrões do Kremlin vinham passar férias. Gorbachev tirou pleno proveito da oportunidade de os impressionar com a sua eficiência, inteligência e simpatia. Yuri Andropov, chefe do KGB, era visita frequente, e recomendou Gorbachev a Brejnev, o qual o chamou a Moscovo, para lhe entregar o cargo de coordenação das políticas agrícolas.

À morte de Brejnev, em 1982, Andropov tornou-se o novo líder do partido, anunciando a sua intenção de apertar a disciplina nos locais de trabalho, combater a corrupção na administração, e descentralizar a

economia soviética a fim de aumentar a produtividade. Andropov era um modernizador que acreditava que o sistema poderia tornar-se funcional se fosse gerido de forma mais racional, como um Estado policial. Os jovens reformistas, recompensou-os, promovendo Gorbachev e Nikolai Ryzhkov para contrabalançar a influência de Konstantin Chernenko, líder da velha guarda brejnevista. Após 15 meses no cargo, apenas, Andropov morreu de doença incurável. Nomeara Gorbachev como sucessor, mas foi Chernenko que tomou o seu lugar. Ao fim de poucas semanas, também ele foi vítima de doença terminal. Os bolcheviques estavam a morrer de velhice.

A escolha de Gorbachev como sucessor de Chernenko, em março de 1985, não parecia à primeira vista tão radical quanto era. Não podendo contar com uma maioria reformista, Gorbachev estava bem consciente da necessidade de agir cautelosamente para evitar o destino de Khrushchev. No primeiro ano de mandato, limitou-se a falar de uma «aceleração» da economia *(uskorenie)*, algo que tinha ecos da abordagem de Andropov. Só no Plenário do Comité Central de janeiro de 1987 é que Gorbachev anunciou o lançamento do seu programa de *perestroika*, que descreveu como uma «revolução», com a reestruturação radical da economia planificada e do sistema político. E invocava Lenine para legitimar a ousadia da decisão. Era um leninista sincero. Enquanto outros líderes partidários só deitavam Lenine da boca para fora, Gorbachev acreditava que as ideias dele, em particular as relativas à NPE, ainda eram úteis para os desafios que o país enfrentava.

Economicamente, a *perestroika* tinha muito em comum com a NPE. Assentava no pressuposto de que os mecanismos de mercado podiam ser incorporados na economia socialista para estimular a produção e satisfazer as necessidades de consumo. Em 1987, o controlo estatal de salários e preços foi aliviado. No ano seguinte, foram autorizadas as cooperativas, o que resultou num florescimento estilo NPE de cafés, restaurantes e pequenas lojas e quiosques, sobretudo de venda de vodka, cigarros e vídeos de pornografia importados do estrangeiro. Mas as novas medidas não conseguiram remediar a escassez de alimentos e utensílios domésticos. Só o desmantelamento da economia planificada poderia ter resolvido a crise. Mas a reforma estava longe de ser possível em 1987, e veio tarde demais em agosto de 1990, data em que foi introduzida uma transição de 500 dias para uma economia de mercado.

A *Glasnost* era o elemento verdadeiramente revolucionário das reformas de Gorbachev, o instrumento mediante o qual o sistema se desembaraçaria ideologicamente. Com ela, o líder soviético pretendia trazer transparência à governação e quebrar a oposição às reformas por parte dos conservadores brejnevistas. A necessidade de *glasnost* saíra reforçada do vergonhoso encobrimento do desastre nuclear de Chernobyl, em abril de 1986. Mas as suas consequências depressas ficaram fora do controlo de Gorbachev. Com o abrandamento da censura, a *glasnost* fez que o partido perdesse o controlo dos *media,* os quais passaram a revelar problemas sociais que antes eram silenciados pelo governo (condições deficientes de habitação, criminalidade, catástrofes ecológicas). Essas revelações minavam a confiança do público no sistema, e o mesmo efeito tiveram as revelações sobre a história soviética. Um por um, os mitos de legitimação do regime – das realizações da industrialização soviética, da criação de uma sociedade socialista, do papel liderante do Partido na derrota do nazismo, a própria ideia do apoio de massas à Revolução de Outubro – foram sendo postos em causa, com a revelação de factos a partir dos arquivos a que fora aberto acesso, e de livros estrangeiros traduzidos.

A *Glasnost* politizou a sociedade. Nasceram associações públicas. Em março de 1989, eram já 60 000 os grupos e clubes «informais» na União Soviética. Aí estavam os primeiros fermentos de uma sociedade civil, algo de que o país sempre carecera para sustentar a democracia. Grupos diversos manifestavam-se nas ruas, muitos deles a reivindicar reformas políticas, a independência para as repúblicas soviéticas, e o fim do monopólio comunista do poder (consagrado no Artigo 6 da Constituição soviética). As cidades regressavam ao ambiente revolucionário de 1917.

O Estado de partido único começou a desmoronar do mesmo passo que os reformistas no seio do sistema perdiam a vontade de o defender, ou declaravam o seu apoio à oposição. Yakovlev, o arquiteto intelectual das reformas de Gorbachev, começou a falar como um social-democrata europeu. Boris Yeltsin, patrão do partido em Moscovo, apelou ao partido para que renunciasse à herança leninista. E Gorbachev acompanhava a tendência. O seu ideário evoluía à medida que ia constatando a que ponto o sistema era irreformável. Começava a falar da necessidade de controlos e equilíbrios no seio do Estado, a defender a realização de eleições livres,

e a aproximar-se gradualmente dos radicais que exigiam a anulação do Artigo 6.

Os comunistas da linha dura estavam alarmados com a rapidez com que o sistema parecia ruir. O reformismo político ameaçava tornar-se uma verdadeira revolução, capaz de destruir tudo o que o partido conseguira desde 1917. A oposição às reformas de Gorbachev teve como porta-voz Nina Andreeva, leitora de Química na Universidade de Leninegrado, num artigo intitulado «Não Posso Renegar Valores». Com a aprovação de diversos membros do Politburo, o artigo foi publicado no jornal *Sovetskaya Rossiia*, em março de 1988. Atacava o «obscurecimento» da história soviética, defendia as realizações de Estaline «na construção e defesa do socialismo», e apelava aos comunistas do país para que defendessem os seus valores leninistas, «tal como combatemos por eles em pontos de viragem cruciais na história da nossa Mãe-pátria».[280]

Gorbachev decidiu ripostar, avançando com uma série de reformas mais radicais. Numa conferência do Partido de Toda-a-União, em junho de 1988, impôs a introdução de eleições livres para dois terços dos assentos numa nova assembleia legislativa, o Congresso de Deputados do Povo, que reuniria duas vezes por ano e a que caberia a eleição de um Soviete Supremo da União Soviética, o mais alto Parlamento do país, e que seria reformado. Ainda não era uma democracia multipartidária (87 por cento dos deputados eleitos eram comunistas), mas os eleitores podiam remover líderes incumbentes se se unissem contra eles (no início de 1989, as lideranças partidárias inteiras da Letónia e da Lituânia sofreram uma derrota humilhante nas eleições para o Congresso).

O Congresso de Deputados do Povo tornou-se uma plataforma democrática contra o Estado de partido único. As sessões de abertura de finais de maio, transmitidas pela televisão, tiveram uma audiência de 100 milhões. No seio do Congresso, reformistas dos círculos democratas do partido e apartidários formaram um grupo inter-regional cuja principal reivindicação era a revogação do Artigo 6. Gorbachev aprovou a proposta e submeteu-a a aprovação do Politburo em fevereiro de 1990. Lançara as suas reformas com o objetivo de salvar o Estado de partido único, e agora desmantelava-o.

Por todo o lado se desencadearam movimentos nacionalistas. Os países bálticos foram os primeiros a reivindicar a independência, logo seguidos

por elementos da Geórgia e da Arménia, e por setores substanciais das populações da Ucrânia ocidental e da Moldávia (regiões que, como os países bálticos, tinham sido anexadas durante a guerra). A reação foi mais lenta da Ásia central, cujas elites eram altamente dependentes do sistema soviético, e onde a alternativa popular seria provavelmente islâmica.

As reformas de Gorbachev ajudavam os líderes nacionalistas de duas formas. Primeiro, a criação do cargo de presidente soviético, que ocupava desde 1990, incentivava-os a criar um cargo presidencial nas respetivas repúblicas. Ieltsin foi o principal beneficiário. A sua eleição para presidente da Rússia, em junho de 1991, dava-lhe mais autoridade na Rússia do que ao presidente soviético não eleito. Segundo, a introdução de eleições livres para o Soviete Supremo de cada república permitiu aos nacionalistas obter o controlo desses novos parlamentos e servir-se deles para declarar independência em relação a Moscovo. Nos países bálticos, os nacionalistas otiveram a vitória nas eleições de 1990 para o Soviete Supremo.

A repressão policial também alimentou os movimentos nacionalistas da Geórgia e dos países bálticos. Em abril de 1989, em Tbilisi, a polícia soviética matou 18 manifestantes e feriu centenas deles. Na Lituânia e na Letónia foram mortos 17 numa ação repressiva em janeiro de 1991. Estas derradeiras iniciativas repressivas tinham sido instigadas por comunistas da linha dura no seio do KGB e das forças armadas, numa tentativa de provocar reações violentas de parte dos nacionalistas, com as quais pudessem justificar a imposição do estado de emergência e evitar o desmembramento da União Soviética. Mas em vez de confrontar os membros da linha dura e correr o risco de fracionar o partido, Gorbachev resolveu fazer concessões, promovendo dois deles, Boris Pugo a ministro do Interior, e Gennady Yanaev a seu vice-presidente soviético.

Gorbachev precisava do apoio da linha dura para os seus planos de reconstituição da União Soviética. O presidente soviético propunha-se negociar com as repúblicas um novo Tratado de União, nos termos do qual a participação daquelas assentaria em plebiscito. Queria negociar uma estrutura federal que mantivesse íntegra a União Soviética como união voluntária, como Lenine planeara originalmente. Seis das repúblicas estavam determinadas a desvincular-se, e recusaram votar a questão (Geórgia, Arménia, Moldávia, e os três Estados bálticos). Nas restantes

nove repúblicas, onde foram realizados plebiscitos, ¾ dos eleitores votaram pela manutenção do sistema federal da União Soviética. Um projeto de tratado foi negociado entre o governo soviético e os nove líderes das repúblicas (o acordo «9+1»), e assinado em 23 de abril de 1991 em Novo-Ogarevo, perto de Moscovo. Nessas negociações, Ieltsin (em posição de força após a eleição para presidente da Rússia) e Leonid Kravchuk (que manobrava para se tornar presidente da Ucrânia, reinventando-se como nacionalista) extraíram do presidente soviético muitos poderes para as repúblicas.

Em agosto, já oito das nove repúblicas tinham aprovado o projeto de tratado – sendo a única exceção a Ucrânia, que votara em favor da união, mas procurava obter garantias de soberania ucraniana. O projeto de tratado prometia converter a URSS numa federação de Estados independentes, algo semelhante à União Europeia, com presidente, política externa e forças armadas únicos. Chamar-se-ia União das Repúblicas Soberanas Soviéticas (com o «S» de «Soberanas» a substituir o «S» de «Socialistas» no acrónimo original de URSS). No dia 4 de agosto, Gorbachev deixou Moscovo para umas férias em Foros, na Crimeia, tencionando regressar no dia 20 para assinar o novo tratado.

Mas embora o tratado visasse salvar a união, os membros da linha dura receavam que ele encorajasse o desmembramento, e decidiram agir. Em 18 de agosto, uma delegação de conspiradores voou até Foros para exigir uma declaração de estado de emergência, e perante a recusa de Gorbachev de tal ultimato, colocaram-no sob prisão domiciliária. Em Moscovo, um Comité de Estado do Estado de Emergência, autoproclamado e em que se integravam Yanaev e Pugo, declarou ter tomado o poder. Um Yanaev com ar fatigado, as mãos tomadas de tremores alcoólicos, anunciou hesitantemente à imprensa mundial que assumira o cargo de presidente soviético.

Mas os golpistas estavam demasiado hesitantes para terem alguma hipótese de sucesso. Talvez até eles tivessem já perdido a vontade de tomar as medidas necessárias para defender aquele sistema moribundo. Não tendo conseguido deter Ieltsin, este rumou à Casa Branca, sede do Soviete Supremo da Rússia, e ali organizou a defesa do Parlamento. Esqueceram-se de dar ordens claras às divisões blindadas que tinham chamado a Moscovo para resistir ao golpe, sendo que, de qualquer forma,

os altos comandos do exército estavam divididos nas respetivas lealdades. A Divisão Tamanskaya, estacionada no exterior da Casa Branca, declarou lealdade a Ieltsin, que subiu a um dos tanques para falar à multidão. A partir desse ponto, só com um conflito sangrento poderiam os golpistas ter sucesso num ataque à Casa Branca. Mas não tiveram estômago para isso.

O golpe depressa fracassou, e os seus líderes foram detidos em 22 de agosto. Pugo matou a mulher e suicidou-se logo a seguir, antes que o fossem buscar. Gorbachev regressou à capital, mas a sua posição estava debilitada. Havia muito quem pensasse que tinha estado do lado dos golpistas, ou de alguma forma fora cúmplice. E assim caiu vítima do mesmo destino de Kerensky após a tentativa de golpe de Kornilov, em agosto de 1917. O golpe tinha desacreditado o Partido Comunista, e entregara a iniciativa a Ieltsin como presidente da Rússia e «defensor da democracia». Em 23 de agosto, emitiu um decreto que suspendia o partido na Rússia, até realização de uma investigação sobre o seu papel no golpe (acabaria por bani-lo em novembro). A altas horas dessa noite, em Moscovo, uma multidão derrubou a estátua de Dzerjinski, frente à sede do KGB, na Lubianka.

No dia seguinte, Gorbachev renunciou ao cargo de secretário-geral do partido. Pretendia, ainda, retomar as negociações do tratado, mas Ielstsin opôs-se, por ver no desmembramento da União Soviética uma vitória do governo russo a que presidia. As outras repúblicas, especialmente a Ucrânia, estavam agora receosas de qualquer tipo de união com Moscovo, centro de poder do KGB e das forças armadas. Quando as negociações foram reencetadas em meados de novembro, Ieltsin e Kravchuk exigiram mais concessões do presidente soviético. Parecia que a URSS ia ser convertida numa União de Estados Soberanos. Mas em referendo de 1 de dezembro, os Ucranianos votaram por larguíssima maioria pela independência. A saída da Ucrânia deixava uma enorme lacuna no navio do Estado soviético, algo que nunca seria esquecido por aqueles que viram o seu naufrágio como uma tragédia. Uma semana mais tarde, Ieltsin, Kravchuk e o líder da Bielorrússia, Stanislav Shushkevich, encontraram-se na Bielorússia para anunciarem a dissolução da União Soviética. Na realidade, estava-se perante um golpe dos líderes das três repúblicas.

Numa comunicação radiofónica de despedida, transmitida do Kremlin no Dia de Natal, Gorbachev declarou que não podia apoiar a abolição da

União Soviética. Ela não fora ratificada nos termos constitucionais ou sequer por voto democrático. A opinião pública era favorável à União, mas os líderes nacionalistas tinham agido contra a vontade popular.

---

249. *Izvestiia*, 29 de novembro de 1938; *Kino-Gazeta*, 2 de dezembro de 1938.

250. S. Eizenshtein, «Patriotizm – moia tema», in *Izbrannye prozvedeniia v shesti tomakh*, Moscovo, 1964, vol.1, p. 162.

251. D. Brandenberger e A. Dubrovsky, «"The People Need a Tsar": The Emergence of National Bolshevism as Stalinist Ideology, 1931-1941», *Europe-Asia Studies*, vol. 50, n.º5, 1998, p. 880.

252. Ver T. Martin, *The Affirmative Action Empire: Nations And Nationalism in the Soviet Union, 1923–1939*, Ithaca, NI, 2001.

253. Citado em S. Plokhy, *Lost Kingdom: A History of Russian Nationalism from Ivan the Great to Vladimir Putin*, Londres, 2018, p. 255.

254. O. Khlevniuk, *Stalin: New Biography of a Dictator,* trad. N. Favorov, New Haven, 2015, p. 188.

255. T. Snyder, *Black Earth: The Holocaust as History and Warning*, Nova Iorque, 2016, p. 19.

256. *Pravda*, 3 de julho de 1941, p. 1.

257. Khlevniuk, *Stalin*, p. 218.

258. *Vecherniaya Moskva*, 8 de novembro de 1941.

259. M. Djilas, *Conversations with Stalin*, trad. M. Petrovich, Londres, 2014, p. 40.

260. Entrevistas com Rebekka (Rita) Kogan, São Petersburgo, junho, novembro de 2003. Ver O. Figes, *The Whisperers: Private Life in Stalin's Russia*, Londres, 2007, pp. 417-19.

261. Os números das baixas militares são controversos e difíceis de calcular com exatidão. O número dado pelo Ministério da Defesa russo é 8,7 milhões, mas foram estimados números mais altos (de até 14 milhões) a partir de listas de pessoal existentes nos arquivos militares. Adotei a estimativa de Viktor Zemskov, baseada na contagem de prisioneiros de guerra soviéticos que morreram em campos de trabalhos forçados alemães (V. Zemskov, «O Masshtabakh liudskikh poter SSSR v Velikoi Otechestvennoi Voine», *Voenno-Istoricheskii Arkhiv*, vol. 9, 2012, pp. 59-71).

262. R. McNeal, *Stalin: Man and Ruler*, Londres, 1988, p. 241.

263. G. Hosking, «The Second World War dnd Russian National Consciousness», *Past & Present* , vol. 175, edição 1, 2002, p. 177.

264. Figes, *The Whisperers*, pp. 414-15.

265. Djilas, *Conversations with Stalin,* p. 78.

266. <marxists.org/reference/archive/stalin/works/1945/05/24.htm>.

267. Djilas, *Conversations with Stalin*, p. 45.

268. Ibid., pp. 80-1.

269. M. Ellman e S. Maksudov, «Soviet Deaths in the Great Patriotic War: A Note», *Europe-Asia Studies*, vol. 46, n.º 4, 1994, p. 671. A estimativa de 28 milhões foi feita por uma comissão de especialistas nomeada por Gorbachev em 1989.

270. Não foi ainda encontrada ainda na documentação arquivada qualquer explicação para o grosseiro erro de avaliação de Estaline sobre as baixas de guerra. É possível que tivesse em mente uma nova guerra contra o Ocidente e não desejasse que a população soubesse quantos já tinham morrido.

271. <soviet history.msu.edu/1947-2/famine-of-1946-1947/>.

272. I. Stalin, *Speeches Delivered at Meetings of Voters of the Stalin Electoral District, Moscow*, Moscovo, 1950, pp. 19-44.

273. *Pravda*, 9 de janeiro de 1949.

274. *Pravda*, 7 de novembro de 1946.

275. L. Alexeyeva e P. Goldberg, *The Thaw Generation: Coming of Age in the Post-Stalin Era*, Boston, 1990, p.4.

276. J. Brodsky, «Spoils of War», in *On Grief And Reason: Essays*, Londres, 1996, p. 8.

277. S. Schattenberg, *Brezhnev: The Making of a Statesman*, trad. J. Heath, Londres, 2021, p.186.

278. Ibid., p. 217.

279. L. Timofeev, *Soviet Peasants: Or, the Peasants' Art of Starving*, sem local,1985.

280. *The Current Digest of the Soviet Press*, Columbus, Oh., 27 de abril de 1988, pp. 1-6.

11

QUE TIPO DE FIM?

Como será que termina a história da Rússia? Até que ponto será o futuro do país moldado pelo seu passado? Em muitos aspetos o país parece estar prisioneiro num ciclo de repetição da sua história. Por duas vezes no século XX, em 1917 e em 1991, o Estado autocrático ruiu, para logo renascer sob nova forma. As forças sociais libertadas pelo colapso do Estado têm-se revelado demasiado fracas e divididas para sustentar governos democráticos. E o padrão é recorrente ao longo de toda a história da Rússia. Muitas vezes o Estado autocrático foi confrontado por revoltas populares, mas sempre conseguiu restabelecer o seu poder.

Porque se repetiu isto em 1991? Como explicar o insucesso da democracia na Rússia sob Ieltsin, e o regresso da ditadura sob a liderança de Putin? Foram muitas as opiniões expendidas pelos mais variados comentadores. É vasta a literatura sobre o tema, e todos os anos ela ganha novos tomos. Mas a perspetiva é sempre estreita. A maior parte, traduz os pontos de vista dos meios intelectuais de Moscovo e de outras grandes cidades, uma casta pequena e isolada cuja influência nunca foi significativa, ao contrário do que julgam ela própria e os seus aliados no Ocidente. Acresce que os analistas ocidentais têm concentrado excessivamente a atenção em Putin como encarnação da «cleptocracia» ou do «Estado mafioso», o que são caraterizações de um sistema que é demasiado complexo para ser explicado pela mera busca corrupta de riqueza pessoal ou pelas maquinações de um homem e do seu círculo oligárquico. De toda a forma, muito daquilo a que se chama o «sistema Putin» já existia nos anos de Ieltsin.

Problema mais profundo dessa literatura histórica é o seu a-historicismo. A vida política da Rússia contemporânea é demasiadas vezes analisada sem conhecimento bastante da história russa. E, no entanto, o entendimento do passado é indispensável para compreender a evolução do país nos últimos 30 anos. História e mito – e o uso que Putin faz de ambos – têm de ser levados em conta por quem quiser compreender que caminho está a tomar a história da Rússia.

*

Os acontecimentos de 1991 foram, não uma revolução, mas a abdicação do poder por parte do Partido Comunista. Não houve revolta de massas nem movimentos de oposição para derrubar o regime soviético da Rússia. Não houve partidos, nem sindicatos nem grupos civis a lutar pela tomada do poder, como aconteceu nas revoluções da Europa de Leste em 1989. As multidões que saíram em defesa da Casa Branca contra os golpistas não eram tão grandes quanto depois se disse, em relatos que já falavam em 40 000 pessoas perfiladas à chuva na noite de 20 para 21 de agosto para defenderem o governo Ieltsin dos tanques.[281] Na realidade, os defensores não passavam de «um pequeno exército andrajoso» que erguera barricadas, e uns «poucos milhares» dispersos pelas vizinhanças da Casa Branca, segundo os relatos mais fiáveis dos jornalistas das televisões estrangeiras. (Um dos repórteres considerou que havia mais gente na bicha para o novo McDonald`s de Moscovo do que na Casa Branca).[282] Três jovens foram mortos pelos tanques, que, ironicamente, estavam a retirar da capital após receberam ordens para tal. Essas mortes inúteis foram o bastante para quebrar a convicção dos golpistas, até no KGB.[283] Foi no dia seguinte, 21 de agosto, que desceram à rua multidões maiores, *depois* de todos os tanques retirarem; e seriam dezenas de milhares os que mais tarde apareceriam nos comícios de vitória feitos em Moscovo e em outras cidades.

Se se tratava de uma vitória da democracia, ela não seria entendida assim durante muito tempo. Em 1994, apenas 7 por cento dos russos pensavam que a queda do regime soviético fora uma vitória democrática, segundo os números fidedignos da empresa de sondagens de Yuri Levada. Os restantes viam nela uma «luta pelo poder» entre líderes, ou uma «tragédia com efeitos terríveis» para o país.[284]

Sem uma revolução democrática, as velhas elites do país cedo reemergiram no topo do sistema pós-soviético. O KGB rebatizou-se a si próprio como Serviço Federal de Contra-Inteligência (depois alterado para Serviço Federal de Segurança, ou FSB), sem qualquer mudança no pessoal. Ieltsin encheu o seu governo de antigos comunistas e dedicou-se a recuperar para a Rússia as velhas instituições soviéticas (exército, banco do Estado, o assento nas Nações Unidas). Não houve nada que se parecesse com as leis de lustração aprovadas na Europa de Leste e nos países bálticos para barrar o acesso a cargos públicos aos responsáveis dos antigos órgãos repressivos do regime soviético. Até os líderes do golpe de agosto foram amnistiados em fevereiro de 1994. Alguns foram diretamente da cadeia para altos cargos nos maiores bancos e empresas da Rússia.

Também nos negócios, as elites comunistas foram rápidas a tirar partido das lacunas jurídicas criadas pelas reformas de Gorbachev, para emergirem como milionários das ruínas da economia soviética. O programa maciço de privatizações foi um desastre social. Aprovado à pressa em 1992 por dois homens de Ieltsin, os jovens e vorazes fãs do mercado livre Yegor Gaidar, primeiro-ministro, e Anatoly Chubais, seu adjunto, o programa envolvia a entrega à população de *vouchers* que podiam ser utilizados na compra de ações das empresas privatizadas. Mas as pessoas nunca tinham ouvido falar de ações. Andavam mais preocupadas em esticar o dinheiro até ao fim do mês, devido à decisão tomada pelo governo em janeiro de 1992 de acabar com o controlo de preços sobre bens essenciais («terapia de choque»), que resultara na subida em flecha dos preços. Muitas pessoas venderam as suas ações imediatamente, muitas vezes pelo preço de umas quantas latas de conservas ou de uma garrafa e vodka. E como o valor do *voucher* não estava ligado à inflação, as empresas podiam ser tomadas por meia tuta por homens de negócios com acesso ao banco central, que ficava encantado por emprestar dinheiro aos seus amigos na praça. A Gazprom, monopólio russo do gás, tinha um valor em *vouchers* de 228 milhões de dólares, meros 0,1 por cento da avaliação dos bancos ocidentais.[285]

O pior escândalo foi o do esquema de «empréstimos para ações» introduzido em 1995. O governo de Ieltsin desesperava com a falta de meios para pagar aos funcionários públicos, muitos dos quais não

recebiam salários havia meses. Com a perspetiva de reeleição em 1996, o governo corria o risco de perder o poder para um Partido Comunista em recuperação, e que emergira como maior partido nas eleições de dezembro de 1995 para a Duma. As sondagens davam a Ieltsin os números mais baixos de sempre, colocando-o muito atrás do líder comunista, Gennady Zyuganov. As pessoas estavam fartas do colapso da economia, da perda de serviços básicos, do aumento da criminalidade e da corrupção. Chamavam à democracia *(demokratiia)* «merdocracia» *(dermokratiia)*. Então, Chubais reuniu os principais oligarcas e propôs-lhes um negócio que lhes permitia pagar, sob forma de «empréstimos» ao governo de Ieltsin, a «propriedade temporária» do capital de controlo nas empresas públicas de petróleo e minas. As ações foram vendidas mediante leilões viciados para garantir que aqueles ativos nacionais acabavam realmente nas mãos dos magnatas – uma nova classe de boiardos oligarcas, escolhidos a dedo pelo governo Ieltsin. Mikhail Khodorkovsky, que fizera fortuna como funcionário do Komsomol, adquiriu 45 por cento das ações da Yuko, um dos gigantes russos do petróleo, pela pechincha de 159 milhões de dólares. Vladimir Potanin, antigo funcionário comunista do Ministério do Comércio Externo, comprou 38 por cento da Norilsk Nickel, segundo maior produtor mundial de níquel, por apenas 100 milhões mais do que o valor de abertura do leilão, que eram 170 milhões. As aquisições tornaram-se definitivas quando, como toda a gente esperava, o governo entrou em incumprimento do pagamento dos empréstimos.[286]

Através deste esquema, Ieltsin angariou 500 milhões de dólares para a campanha eleitoral. Com ajuda de conselheiros americanos e dos seus magnatas da imprensa preferidos, Vladimir Gusinsky e Boris Berezovsky, donos das duas principais cadeias de televisão, a sua equipa inundou os *media* com histórias de terror sobre os comunistas. Conseguiu uma vitória esmagadora. Mas o verdadeiro poder estava, agora, nas mãos dos oligarcas, que começaram a comportar-se como se fossem eles o governo, exigindo cargos a Ieltsin, que já sofrera vários ataques cardíacos durante a campanha e mal conseguia desempenhar as funções de presidente (e o excesso de bebida não ajudava). O Estado estava em risco de se desmembrar em feudos controlados pelos oligarcas.

Foi neste contexto que Putin foi levado ao poder por manobras do FSB, que considerava ser sua missão «salvar o Estado» mediante a substituição

de Ieltsin por um líder mais forte, e mais sintonizado com os valores estatistas daquele serviço. Putin não foi a primeira escolha. O FSB colocara as suas esperanças no primeiro-ministro, Yevgeny Primakov, que fora diretor dos serviços secretos estrangeiros do KGB antes de 1991. Mas Ieltsin demitiu Primakov em maio de 1999, quando se tornou evidente que Primakov não garantiria imunidade a Ieltsin e sua família, caso fosse eleito presidente na eleição de 2000. Tinha havido um acumular de alegações de corrupção contra Ieltsin e a sua filha por lavagem de dinheiro através de uma empresa com sede na Suíça, a Mabetex. Ieltsin queria um sucessor que o protegesse. A escolha recaiu sobre Putin, o candidato preferido de Berezovsky, que Ieltsin nomeou primeiro-ministro em agosto de 1999, anunciando simultaneamente que desejava que Putin lhe sucedesse na presidência. Um dos primeiros atos de Putin no novo cargo foi conceder imunidade a Ieltsin e sua família.

Putin nasceu em Leninegrado em 1952. A sua família sofrera com a guerra, como tantas outras na cidade. O pai tinha sido ferido gravemente na frente, e o irmão mais velho morrera ainda criança durante o cerco. Putin entrou no KGB com 23 anos e foi enviado para Dresden como espião. Quando o Muro de Berlim foi derrubado, estava na base de umas instalações soviéticas a queimar documentos secretos. Nada no ambiente democrático desses anos o afetou. Sentiu o colapso do sistema soviético como uma humilhação para a sua pátria, e tirou daí a lição de que a democracia descontrolada só pode acabar em caos e no enfraquecimento do Estado. Essa lição haveria de guiá-lo como presidente da Rússia.

Putin regressou a Leninegrado em 1990, e começou a trabalhar para o seu antigo professor de Direito, Anatoly Sobchak, presidente da Câmara de São Petersburgo, como a cidade foi rebatizada em 1991. Era responsável pela concessão de licenças de negócio, e chefiava um programa de exportação de produtos russos em troca de bens alimentares do estrangeiro. Os alimentos nunca chegaram, e Putin foi acusado de receber subornos no valor de milhões de dólares.[287] Graças à proteção de Sobchak as queixas foram retiradas. Muitas das pessoas que o defenderam viriam a desempenhar importantes cargos no seu regime, nomeadamente Dmitry Medvedev, primeiro-ministro e presidente, Sergei Stepashin, ministro da Justiça, e Nikolai Patrushev, diretor do FSB durante os dois primeiros mandatos presidenciais de Putin.

Foi a lealdade de Putin que o recomendou a Ieltsin e aos seus patrões no FSB. Nomeado para o seu primeiro cargo no Kremlin em 1996, ao fim de dois anos já subira a diretor do FSB. O obscuro agente era um desconhecido para os que o elegeram presidente. Mas foi essa a chave do seu êxito. A sua vitória assentou, não na avaliação das suas políticas (ninguém sabia o que defendia), mas na sua imagem nos ecrãs de televisão: sóbria, aprumada, competente, alguém que não envergonharia a Rússia no palco internacional – em suma, o oposto de Ieltsin.

*

As pessoas ficaram inseguras com a perda do comunismo como sistema de valores e prática. Caíram num vazio moral. Para uns, foi a religião a preencher o vácuo. Noutros, o substituto foi a defesa da monarquia. Houve até debates sobre o regresso ao trono dos Romanov. Os cultos de todo o tipo, os hipnotismos com valor curativo mágico, logo conquistaram seguidores. A necessidade de acreditar em alguma coisa, fosse o que fosse, que alimente a esperança, é um elemento constante da história social russa, como já vimos. Quanto mais difícil é a vida na Rússia, mais as pessoas se agarram a credos que lhes ofereçam esperança de salvação.

Os russos foram mais afetados do que as outras nacionalidades pelo colapso ideológico. Ucranianos, países bálticos, Geórgia, Arménia, e até o Cazaquistão conseguiram reconstruir-se como Estados-nação ao verem o colapso soviético como uma forma de libertação do jugo estrangeiro (ou «russo»). Mas os russos não tinham essa saída. Nunca tinham sido um Estado-nação. A sua identidade estivera subsumida no Império Russo, primeiro, e depois na União Soviética, na qual eram considerados a nacionalidade dirigente. A Rússia existira como império durante tanto tempo que pura e simplesmente não conseguia reinventar-se como Estado-nação depois de 1991.

Não havia símbolos nem ideias em torno das quais os Russos pudessem unir-se. Estavam demasiado divididos pela sua história. A tricolor imperial (branco-azul-vermelho) introduzida por Pedro, *o Grande*, foi readotada como bandeira nacional em 1993, mas os nacionalistas preferiam a bandeira negra-amarela-branca de Alexandre II, que se dizia serem as cores de Bizâncio, e os comunistas continuavam fiéis à Bandeira Vermelha. O hino nacional soviético foi substituído pela «Canção

Patriótica» de Glinka, mas que nunca foi popular. Não conseguia inspirar nem atletas nem futebolistas russos, cujas medíocres exibições na cena internacional se tornaram fonte de vergonha nacional. Então, o hino soviético foi recuperado, com nova letra («Rússia – nosso Estado sagrado»). Foram instituídos novos dias feriados. Os da Igreja foram restaurados. Mas os feriados soviéticos continuaram a ser observados. Ideologicamente, era uma confusão. O vazio deixado pelo colapso soviético ia sendo preenchido com destroços de todos os períodos da história russa.

Uma boa ilustração desta atitude eclética em relação ao passado da Rússia está num dos primeiros cartazes políticos de Putin. Foi afixado por toda a Moscovo pelo seu Partido da Rússia Unida no rescaldo das eleições parlamentares de dezembro de 2003. Sobre o fundo da tricolor e do *slogan* «Uma Rússia Forte É Uma Rússia Unida», mostrava o mapa da Rússia cheio dos retratos de 145 figuras nacionais da história do país, uma por cada milhão da população: Alexandre Nevsky, Pedro, *o Grande*, Nicolau II, Stolypin, Tolstoi, Tchaikovsky, Lenine, até Estaline, estavam lá todos. Era mais do que uma mistura inclusiva para agradar a todos.[288] Era a declaração da ideologia de Putin, baseada na leitura que faz da história russa, tema em que se considera uma autoridade.

A visão de Putin da história do país é estatista e conservadora. A leitura que faz diz-lhe que a Rússia tem sido forte quando o povo está unido atrás de um Estado forte; e fraca quando o povo está dividido e perde de vista os «valores russos» que o unem e distinguem. Foi este o conceito que expôs pela primeira vez no seu «Manifesto do Milénio», publicado em dezembro de 1999. As liberdades que a Rússia obtivera desde 1991 eram valores universais, declarava ele, mas a força da Rússia está nos seus «valores tradicionais», o patriotismo, o coletivismo e a submissão ao Estado. «Para os russos», explicava, «um Estado forte não é uma anomalia a combater. Ao contrário, é a fonte e garantia da ordem, o catalisador e a força motriz de qualquer mudança».[289] Embora este conceito de Estado fosse claramente nacionalista (o objetivo declarado era devolver a Rússia ao estatuto de grande potência mundial), ele não estava em sintonia com qualquer ideologia ou período da história russa. Umas vezes, invocava os princípios evolucionários de Stolypin; outras, ia beber aos czares, aos

eslavófilos, aos emigrados Brancos e aos filósofos eurasiáticos, à Igreja Russa ou ao manual do KGB.

A afirmação do papel do Estado anunciada por Putin começou com a recuperação do controlo das estações de televisão propriedade de Gusinsky e Berezovsky, que foram forçados a vender os seus ativos e a fugir para o estrangeiro. Ambas as televisões tinham sido muito críticas da guerra de Putin na Chechénia e da manipulação que fizera da ameaça terrorista chechena para ganhar votos para a eleição presidencial de 2000 (seis meses antes da eleição tinha havido uma série de atentados bombistas contra apartamentos em Riazan e Moscovo, entre outras cidades, cuja autoria o Kremlin atribuiu a terroristas chechenos, embora muitas pessoas defendessem que fora o FSB o responsável pelos ataques). Com o domínio dos *media*, Putin podia agora retratar os adversários como «inimigos da Rússia» ou «inimigos do povo» – frases aterrorizantes vindas da era de Estaline – ou justificar o fortalecimento do poder estatal. Fora das grandes cidades poucas pessoas dispunham de Internet. Oito em cada dez sabiam das notícias pelas televisões.

Outros oligarcas foram afastados das respetivas empresas. Em 2003, Khodorkovsky foi detido, acusado de fraude e evasão fiscal, e mais tarde condenado a nove anos num campo de trabalho da Sibéria. O Kremlin tinha ficado chocado com os planos de Khodorkovsky de vender as suas ações na Yukos à gigante do petróleo Exxon. Embora o governo se tivesse mostrado favorável à reintegração da Rússia no sistema capitalista global, não estava disposto a permitir que uma empresa estrangeira controlasse setores estratégicos da economia como o da energia, crucial para a política de segurança e externa. A Yukos foi estatizada. O grande crime de Khodorkovsky fora ter financiado grupos de oposição, uma violação do pacto informal que Putin celebrara com os oligarcas ao assumir a presidência: convocando os homens de negócios para uma reunião na casa de Estaline, em Kuntsevo, disse-lhes que os deixaria ficar com o dinheiro se não se metessem em política.

Era a reedição do princípio patrimonial que definira as relações do czar com os seus oligarcas desde pelo menos o século XVI. Os boiardos eram autorizados a enriquecer a expensas do povo apenas enquanto o czar o permitisse. O círculo ministerial de Putin estava bem consciente da tradição. Entre eles, chamavam às empresas que deviam proteger os seus

«pastos» (*polianie*) – uma versão moderna do sistema de «alimentação» (*kormlenie*), que remontava à Rus de Kiev, e no qual os membros da autoridade estavam autorizados a «alimentar-se» com dinheiros extraídos das regiões sob seu controlo.

O passo mais importante que Putin tomou a seguir foi o de abolir as eleições para governador regional, cargos que passavam a ser preenchidos por nomeação de Moscovo. Aprovada na sequência de um atentado terrorista contra uma escola de Beslan, na Ossétia do Norte, em setembro de 2004, a reforma foi oficialmente justificada com a necessidade de apertar o controlo do Estado contra futuros atentados dos chechenos, cujo objetivo, declarava-se, era «o desmembramento da Rússia».[290] Entretanto, Putin impôs aquilo a que chamava «poder vertical» – um conceito rico de paralelos autocráticos com o passado da Rússia – para centralizar e fortalecer os seus poderes executivos. O efeito foi o enfraquecimento dos dois potenciais travões à sua autoridade: a autonomia das regiões e o parlamento da Duma. Ieltsin dera início a este processo de centralização em 1993, com o envio de tanques a bombardear a Duma que se opusera às suas reformas constitucionais. Mas Putin completou a sujeição da Duma ao presidente. Racionalizou o sistema partidário de tal forma que, além do seu Rússia Unida, a maioria parlamentar leal, só houvesse três outros partidos com que preocupar-se: os Comunistas; os Liberais Democratas (nome enganador para um partido ultranacionalista); e o Uma Rússia Justa, uma organização partidária falsa montada pelo Kremlin para tirar votos aos comunistas. A Duma funcionava agora como um carimbo dos decretos de Putin.

A nome dado a este autoritarismo foi «democracia soberana», expressão cunhada em 2006 por Vladislav Sukov, principal conselheiro de Putin e seu chefe de gabinete-adjunto, cuja atitude perante as palavras era a mesma do Humpty-Dumpty de *Alice do Outro Lado do Espelho*, de Lewis Carroll: «Quando eu uso uma palavra… ela só significa o que eu decido que significa.» A expressão «democracia soberana» significava, segundo dizia Sukov, que a Rússia devia ser livre de escolher o seu próprio sistema político e chamar-lhe «democracia» (afinal, Putin fora eleito). Qualquer tentativa do Ocidente para analisar esse postulado ou para ditar o significado de democracia (em termos de liberdades cívicas, direitos humanos, primado da lei, respeito da soberania de estados vizinhos, etc.)

era agora descartada como intromissão nos assuntos internos da Rússia. A Rússia propunha-se ter uma forma de democracia «administrada» ou «encenada» em que haveria eleições, mas com resultados previamente conhecidos. O controlo dos *media* pelo Kremlin, a ilegalização ou intimidação da oposição, e a sistemática fraude eleitoral garantiriam que assim fosse.

Para consolidar esta versão «russa» de «democracia», Sukov defendia que era importante para os Russos reivindicarem o passado soviético como experiência positiva. A soberania assentava na própria fé em que o sistema que agora tinham era resultado do passado histórico e de *todas* as suas etapas, e que este era obra sua. Não poderiam ser genuinamente soberanos se pensassem que tinham sido conquistados ou derrotados em 1991, se fossem levados a pensar que tudo o que haviam realizado enquanto cidadãos soviéticos tinha sido em vão.

A campanha do Kremlin para restaurar o orgulho na história soviética começou pelas escolas. Em 2007, numa conferência nacional de professores de liceu, Putin lamentou «a confusão e os equívocos» que identificava no ensino da história soviética, e apelou a que fossem introduzidos «padrões comuns» nas escolas russas. Depois, houve o seguinte diálogo:

> *Um participante na conferência:* Em 1990-1991 desarmámos ideologicamente. [Adotámos] uma ideologia muito vaga, muito abstrata e direitos humanos… É como se voltássemos aos bancos de escola, ou até mesmo ao jardim infantil. Disseram-nos [o Ocidente]: vocês rejeitaram o comunismo e estão a construir a democracia, e nós é que vamos julgar quando e como o fizeram…
> *Putin:* A sua observação sobre alguém que assume a atitude de professor e começa a dar-nos preleções está, é claro, absolutamente correta. Mas gostaria de acrescentar que isso é, também e sem dúvida, um instrumento para influenciar o nosso país. É um truque, e já velho. Se alguém no exterior se prepara para nos dar notas, isso significa que se arroga o direito de nos administrar, e está desejoso de continuar a fazê-lo.

E no discurso de encerramento, Putin ainda disse aos professores de História:

> Quanto a certas páginas problemáticas da nossa história… sim, tivemo-las. Mas que Estado as não tem? E tivemos bem menos dessas páginas do que alguns outros. E as nossas não foram

> tão horríveis quanto as de outros. Sim, tivemos algumas páginas terríveis: lembremo-nos dos eventos iniciados em 1937, é bom que não os esqueçamos. Mas há outros países que não tiveram menos, e tiveram até mais. Em todo o caso, nunca despejámos toneladas de químicos ao longo de milhares de quilómetros, nem largámos sobre um pequeno país sete vezes mais bombas do que durante toda a Segunda Guerra Mundial, como os EUA fizeram no Vietname, por exemplo. Nem tivemos outras páginas negras como o nazismo. Acontecem coisas de todo o tipo na história de todos os Estados. E não podemos permitir que nos albardem de culpa.[291]

*

Quatro dias depois da conferência, a Duma aprovou uma lei que dava poderes ao Ministério da Educação para decidir quais os manuais de história a serem utilizados nas escolas. O manual eleito pelo Ministério (*História Moderna da Rússia, 1945-2006*) fora encomendado pela casa da presidência, que emitira as seguintes linhas de orientação para os autores sobre como deveriam avaliar os líderes de cada período:

> Estaline – bom (fortaleceu o poder vertical, mas não a propriedade privada); Khrushchev – mau (enfraqueceu o poder vertical); Brejnev – bom (pelas mesmas razões que Estaline); Gorbachev e Ieltsin – maus (destruíram o país, mas sob Ieltsin houve propriedade privada); Putin – o melhor governante (fortaleceu o poder vertical e a propriedade privada).[292]

Entretanto, os ideólogos do Kremlin lançaram uma série de ataques contra aquilo a que chamavam «elementos antipatrióticos» (expressão cunhada por Estaline) que tinham tentado «enfraquecer a Rússia» vergando o país ao peso de um sentimento de culpa pela própria história. Implicitamente, quem quer que tentasse sublinhar os crimes de Estaline, ou de outras «manchas negras» da história nacional, era um agente do Ocidente. «A Rússia deixou de ser soberana da sua própria memória histórica, que está agora em perigo de ser tomada por invenções estrangeiras», escreveu Gleb Pavlovsky, conselheiro de Putin, em dezembro de 2008.[293] Nesse mesmo mês, houve uma incursão contra o arquivo da Associação Memorial de São Petersburgo, que havia vinte anos investigava os atos de repressão de Estaline, recolhendo informação sobre agressores e vítimas.[294] O arquivo foi devolvido por ordem judicial, mas o aviso estava feito.

Quatro anos depois, foi aprovada uma lei que exigia que as ONG que recebessem fundos do estrangeiro se registassem como «Agente Estrangeiro», uma expressão prenhe de sentidos retomada da era de

Estaline, altura em que era usada para apontar espiões estrangeiros. A Lei dos Agentes Estrangeiros tem sido aplicada contra organismos como a Associação Memorial, cuja filial de Moscovo foi encerrada em 2021, a pretexto de ter deixado de anunciar a condição de «agente estrangeiro» em alguns *sites* das redes sociais. Novas leis vêm sendo aprovadas para silenciar ou desacreditar individualmente determinados historiadores. Num caso concreto, foram lançadas falsas acusações de pedofilia para deter um investigador da Associação Memorial na Carélia, Yuri Dmitriev, que descobrira uma vala comum datada de 1937, e tentava identificar as 9000 vítimas, bem como os carrascos. Detido quatro anos depois, em 2016, Dmitriev foi condenado a treze anos de cadeia (depois aumentados para quinze). A perseguição fora instigada por um antigo chefe do FSB na Carélia, cujos familiares tinham trabalhado no KGB e no MVD desde os tempos de Estaline.[295]

Não há nenhuma lei que proíba a publicação de estudos históricos sobre a repressão estalinista. Putin nunca o negou. Mas tem defendido a necessidade de equilibrar o seu tratamento com as realizações da União Soviética sob a liderança de Estaline, sobretudo a vitória de 1945, que assume estatuto sagrado na versão de Putin da história russa.

Em 2009, o Partido da Rússia Unida propôs na Duma uma lei de proteção da história da Grande Guerra Patriótica. Aprovada cinco anos depois, a lei introduzia uma adenda ao Código Criminal russo, um novo Artigo 354.1 (Reabilitação do Nazismo), elencando como crime, sujeito a pena de até cinco anos de prisão, «a divulgação de informação intencionalmente falsa sobre a contribuição da União Soviética para a vitória na Segunda Guerra Mundial», nomeadamente qualquer informação que seja «desrespeitosa para a sociedade». A «lei da memória», como é conhecida, foi depois utilizada contra diversos historiadores, jornalistas e *bloggers* cuja único crime fora chamar a atenção para a colaboração da União Soviética com a Alemanha nazi de 1939 até 1941, ou contestar a versão oficial do papel glorioso e heroico do país na Segunda Guerra Mundial. Dos vinte e seis processos-crime levados a julgamento entre 2015 e 2019, só um não resultou em condenação – sendo que a única absolvição foi a de um ativista e escritor que negava o «chamado Holocausto», considerando-o «uma trapaça vergonhosa» perpetrada pelos Judeus.[296]

Putin também usou a memória da guerra como arma contra as potências estrangeiras. Defendeu o Pacto Hitler-Estaline, ofendendo Polónia e países bálticos; comparou os nacionalistas ucranianos a colaboradores dos nazis na guerra; e criticou Britânicos e Americanos por não estarem presentes nas comemorações do 75.º aniversário da vitória contra a Alemanha nazi, realizadas em Moscovo. As palavras agrestes que usou (falou de «desgraça moral» e insulto em várias entrevistas) eram expressão do antigo e profundo ressentimento dos Russos, nascido da ideia espalhada desde a Guerra Fria pelos propagandistas soviéticos, de que os aliados ocidentais nunca tinham reconhecido devidamente a contribuição soviética para a vitória (um ressentimento agravado pelo mito ocidental da Segunda Guerra Mundial em que Britânicos e Americanos surgem como os heróis que derrotaram a Alemanha, enquanto o papel soviético é menorizado).

O auge desta campanha de Estado para controlar a história da Rússia foi alcançado em 2015, com a inauguração em Moscovo do primeiro de vinte parques sob o tema «A Minha História». Espalhados por todo o país, os parques consistem em exibições multimédia com os recursos de Internet largamente usados nas escolas. As salas de exposição estão cheias de grandes número de alunos de liceu, universitários e cadetes das academias militares. Coube à Igreja Russa a ideia inicial de promover uma ideia patriótica da história da Rússia. Em 2011, organizara em Moscovo uma exposição intitulada «Rus Ortodoxa», que serviu de modelo para os parques. O patriarca Cirilo, chefe da Igreja, era forte apoiante da visão histórica de Putin, defendendo que a Rússia não tinha já necessidade de expiar os pecados da era soviética, pelos quais, dizia, já se penitenciara. E Cirilo exprimia a esperança de que os manuais escolares de História ajudassem a ultrapassar essa «síndrome de masoquismo histórico» dos russos – um sentimento de culpa e inferioridade com raiz no passado nacional.[297]

A mensagem principal dos parques «A Minha História» é que a Rússia floresce quando unida por um líder forte, e quando não é assim, em tempos de guerra civil, fica vulnerável a invasão por potências estrangeiras hostis, que receiam uma Rússia poderosa e pretendem mantê-la fraca ou desmantelá-la. A necessidade de um Estado forte para a defesa das fronteiras ganha um significado enorme. A exposição aproveita todas

as oportunidades para recordar aos Russos que ao longo de todo o seu passado – desde os Mongóis, no século XIII, até aos Polacos e aos Suecos, no Tempo de Dificuldades, aos Britânicos e Franceses, no século XIX, à intervenção aliada na Guerra Civil, e à invasão nazi – os inimigos da Rússia sempre tentaram destruí-la invadindo-a.

Todos os capítulos da história do país são contados de forma a justificar as «políticas patrióticas» do governo de Putin. As vitórias de Alexandre Nevsky sobre os invasores suecos e teutónicos servem de lembrança da perene necessidade de «repelir as agressões vindas do Ocidente»; a colaboração com os Mongóis é celebrada, nas palavras de Sergei Lavrov, o ministro dos Negócios Estrangeiros, como «fundação das tradições velhas de séculos da diplomacia russa» de olhar para o Oriente (leia-se, a China) em busca de auxílio quando o país é repudiado pelo Ocidente (leia-se, as sanções ocidentais contra a Rússia).

A necessidade da Rússia de um líder forte é ilustrada nas exposições dedicadas a Ivan IV, Pedro, *o Grande* e Nicolau I, talvez o czar preferido de Putin devido à sua atitude de antagonismo em relação ao Ocidente, em defesa dos «valores tradicionais russos» durante a Guerra da Crimeia. Nesta versão, a história da Rússia moderna é muito fácil de contar: é uma história de grandeza minada por inimigos internos «pró-ocidentais», mas restaurada por grandes líderes. O poder autocrático dos Romanov garantiu o progresso do país durante três séculos, até que, em 1917, os «liberais», incentivados por seus aliados ocidentais, levaram o Império russo à ruína. O povo ficou dividido, destroçado pela guerra civil, mas Estaline uniu-o e tornou a Rússia forte de novo. O ciclo repetiu-se em 1991: o colapso do Estado foi provocado por liberais, Gorbachev e Ieltsin, marionetas do Ocidente, mas sob a liderança de Putin a Grande Rússia foi reconstruída.[298] E assim termina a versão de «A Minha História» da Rússia.

É uma história que muitos russos gostam de ouvir – em particular os maiores de 50 anos, cuja atitude foi moldada pela história que lhes foi ensinada nas escolas soviéticas, e que se ressentiam do «denegrimento» da história do seu país feito no período da *glasnost.* Estavam fartos de ouvir preleções moralistas sobre a «maldade» da era de Estaline. Não eram dessa opinião. O que conheciam era a história da vida dos seus pais, os sacrifícios que tinham feito para dar uma vida melhor aos filhos. A versão

que Putin trazia da história deles permitia-lhes sentir-se outra vez confortáveis como russos. O gosto que tinham no passado soviético seria talvez uma reação natural à perda de fatores de bem-estar e de crescimento económico sentida depois de 1991. O sistema soviético garantia emprego, pensões, habitação e cuidados de saúde, ainda que ao nível mais básico. Mas o orgulho nas realizações soviéticas não está limitado aos que passaram pelas escolas soviéticas. Desde que Putin subiu ao poder tem havido um aumento generalizado de nostalgia da União Soviética, até entre os que ainda não eram nascidos quando ela colapsou. Segundo uma sondagem de 2020 do centro Levada, ¾ dos russos creem que a era soviética foi o «período mais grandioso» da história do país.[299] Ao longo dos últimos vinte anos, as sondagens vêm mostrando consistentemente que cerca de metade da população considera que Estaline foi um «grande líder».[300]

Este tipo de nostalgia está mais generalizadamente ligado à grande perenidade da mentalidade soviética, que foi passada aos mais jovens. Esta foi uma das mais extraordinárias descobertas do grupo de sondagens Levada. Com as várias sondagens realizadas ao longo dos anos, os especialistas constataram que as atitudes que associavam a uma «personalidade soviética» (baixas expetativas materiais, conformismo social, intolerância em relação a minorias étnicas e sexuais, aceitação da autoridade, etc.) não tinham desaparecido, como haviam previsto ao iniciar os seus trabalhos em 1991. Ao contrário, tais atitudes tinham-se tornado mais vincadas e generalizadas entre a população.[301] O *Homo Sovieticus* não desaparecera com o colapso da União Soviética: renascera sob nova forma.

Vemo-lo reincarnado na atitude comum dos Russos em relação à violência estatal na história. De acordo com uma sondagem de 2007, sete em cada dez pessoas consideram que Dzerjinski, o fundador da Checa, tinha «protegido a ordem pública e a vida civil». Só 7 por cento dos inquiridos o consideravam um «assassino e carrasco». Mais perturbadora era a descoberta de que, embora quase toda a gente estivesse bem informada sobre as repressões em massa sob Estaline – com muitas pessoas a reconhecerem que «entre 10 e 30 milhões de vítimas» tinham sido reprimidas injustamente –, no entanto 2/3 dos mesmos inquiridos continuavam a considerar que Estaline tinha sido positivo para o país.

Mesmo tendo conhecimento dos milhões que foram mortos, os Russos continuam, ao que parece, a aceitar a ideia bolchevique de que a violência maciça de Estado pode justificar-se.[302]

No início da década de 2010, milhões de russos assistiram ao programa de televisão «O Tribunal do Tempo» (*Sud vremeni*), em que figuras e episódios da história da Rússia eram julgadas num tribunal fingido, com advogados que apresentavam provas, testemunhas e um júri de espetadores que dava o seu veredito votando através de chamadas telefónicas. Os vereditos a que chegaram não alimentam grandes esperanças de mudança da atitude dos russos. Ouvidos os factos da guerra de Estaline contra o campesinato e os efeitos catastróficos da coletivização, 78 por cento dos espetadores ainda acreditavam que aquelas políticas se justificavam («uma necessidade terrível») para a industrialização soviética; só 22 por cento as consideraram «um crime» contra o campesinato. Em outras questões, os números eram ainda mais enfáticos. Nove em cada dez espetadores consideravam que o programa de industrialização de Estaline tinha salvado o país; só um em cada dez o considerava uma «rutura injustificada» com o passado. Sobre o Pacto Hitler-Estaline, 91 por cento perfilhavam a versão soviética, reabilitada por Putin, de que fora necessário para dar ao país tempo de preparação para a guerra contra Hitler; só 9 por cento consideravam que permitira aos nazis invadir a Polónia, levando assim à Segunda Guerra Mundial. Sobre as reformas de Gorbachev, 93 por cento consideravam-nas uma catástrofe, com ainda maior número a julgar que a política de *glasnost* fora uma «guerra de informação» ocidental. Quanto ao *Homo Sovieticus,* constatou-se que deixara profundas saudades: 94 por cento da audiência considerava que a «personalidade soviética» era «um verdadeiro feito histórico». Só 6 por cento viam nela um mito.[303]

*

Durante o primeiro mandato, Putin procurou reforçar a integração da Rússia no Ocidente. Em várias entrevistas enunciou uma visão do país como «parte da cultura europeia ocidental», e disse que estava aberto à possibilidade de a Rússia aderir à NATO e à União Europeia. Tudo dependia da reação das instituições ocidentais, e de como a NATO, em especial, atuaria em regiões onde os russos tinham interesses de

segurança, vínculos históricos e sensibilidades, os quais, se ofendidos ou ignorados, poderiam provocar uma resposta agressiva de Moscovo. «Esforçar-nos-emos por permanecer onde a geografia e o nosso ânimo nos colocaram, mas se formos expulsos», advertia Putin, «seremos obrigados a procurar outros laços para nos fortalecermos». Era um padrão recorrente que presidia a toda a história da Rússia pelo menos desde o século XVIII. A Rússia queria fazer parte da Europa para ser tratada com respeito. Mas se fosse repudiada pelos líderes ocidentais, ou se eles a humilhassem, a Rússia reconstruir-se-ia e armar-se-ia contra o Ocidente.

A NATO e a UE perderam uma oportunidade de quebrar este ciclo histórico. Em vez de tentarem trazer a Rússia para um novo entendimento de segurança para a Europa, a NATO manteve-a isolada. Os EUA e os seus aliados do Atlântico Norte agiram como se a Guerra Fria tivesse sido «ganha» por eles, e como se a Rússia, a potência «derrotada», não precisasse de ser consultada sobre as consequências do colapso soviético em regiões onde os russos tinham interesses históricos. O efeito da atitude ocidental foi reforçar o ressentimento dos Russos em relação ao Ocidente. Sobre o historial dos anos de propaganda antiocidental do tempo da Guerra Fria, não foi preciso muito para convencer os Russos de que um Ocidente hostil se recusava a reconhecer o seu país como igual, e aproveitava a sua atual fraqueza para o diminuir. Foi com base nisto que Putin construiu a sua ideologia antiocidental. No interior da Rússia, ela apelava aos que mais tinham perdido com o colapso soviético (os funcionários públicos, os quadros médios e baixos, os trabalhadores das antigas indústrias estatais), e que se debatiam com dificuldades na economia de mercado – imposta, criam eles, pelo Ocidente.

Na versão do Kremlin dos acontecimentos, o primeiro insulto ocidental à Rússia foi a intervenção unilateral da NATO, sem apoio da ONU, ao lado dos albaneses do Kosovo na guerra de independência contra a Sérvia, aliado mais próximo da Rússia nos Balcãs, em 1999. Mil e quinhentos sérvios, metade deles civis, foram mortos por bombardeamentos aéreos da NATO entre março e junho. Descartando as justificações da NATO, de que interviera para impedir a limpeza étnica dos albaneses pelo regime sérvio de Milošević, Moscovo acusou a organização de «violação flagrante da Carta das Nações Unidas» para promover os seus interesses nos Balcãs, que a Rússia considerava sua «esfera de influência». A fúria do Kremlin

perante este atentado da NATO contra o seu estatuto nos Balcãs baseava-se no mito do papel pan-eslavo da Rússia, o qual, como vimos, tantas vezes se mostrara ilusório (como na Guerra da Crimeia, por exemplo). Mas esse mito era fator real no lado russo. Ele moldava as atitudes e política do Kremlin. O facto de a NATO não reconhecer esse facto ameaçava azedar as suas relações com a Rússia. A intervenção da NATO abria, além disso, um precedente perigoso, que haveria de ser invocado por Moscovo para justificar as guerras da Geórgia, da Crimeia e da Ucrânia.

A verdadeira rutura com o Ocidente resultou da expansão da NATO para Leste. Segundo o juízo do Kremlin, ela estava ligada à expansão de movimentos democráticos patrocinados pelos EUA na esfera de influência da Rússia, movimentos esses que constituíam uma ameaça à «democracia soberana». Em 1999, aderiram à NATO a República Checa, a Hungria e a Polónia. Cinco anos depois, foram a Bulgária, a Roménia, a Letónia, a Lituânia e a Estónia a juntar-se à Aliança. Moscovo viu nisto a violação de uma promessa verbal feita pelos Americanos aquando da queda do Muro de Berlim de que a NATO não avançaria «nem uma polegada para o Leste». Muitos no lado americano negaram que alguma vez essa garantia tivesse sido dada, ou disseram que a promessa era relativa à Alemanha de Leste, e não a todos os países do Pacto de Varsóvia. E defendiam que os novos Estados independentes da Europa de Leste mereciam a proteção da NATO contra ameaças de agressão russa, ainda que outros líderes ocidentais tivessem feito algum tipo de promessa (em 1991, por exemplo, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Douglas Hurd, garantira a Moscovo que «não havia qualquer plano na NATO para incluir os países da Europa central e de leste na NATO, sob qualquer forma que fosse»).[304] Fosse qual fosse a realidade, o facto é que a expansão da NATO para leste envenenou as relações com a Rússia. George Kennan, que em 1946 configurara a política de Guerra Fria de contenção dos soviéticos, advertiu que seria um «erro trágico» a intrusão em territórios do antigo Pacto de Varsóvia. «Mostra uma tal incompreensão da história russa…», disse ele ao *New York Times,* em 1998. «É claro que vai haver uma reação má da Rússia, e depois [os que querem expandir a NATO] vão dizer, nós sempre dissemos, os russos são assim. Mas isto é, de facto, um erro».[305]

Foi, de facto, assim que as coisas aconteceram. A incorporação pela NATO dos antigos satélites soviéticos fez que a Aliança fosse entendida como anti russa, acentuando os antigos ressentimentos da Rússia em relação ao Ocidente. Putin deu voz a tais ressentimentos num feroz ataque ao domínio global dos EUA e ao uso irrestrito de força nas relações internacionais, em discurso à sessão anual da Conferência de Segurança de Munique, em 10 de fevereiro de 2007. A expansão da NATO para leste era uma «grave provocação» contra a Rússia, e uma violação de acordos internacionais. E advertia que, consequentemente, a Rússia deixaria de obedecer às antigas regras internacionais na prossecução dos seus interesses.[306] Ao provocar a agressão russa, a NATO criara o próprio problema que nascera para contrariar. Era como se necessitasse de uma Rússia agressiva para justificar a sua existência.

A Estónia foi o primeiro país a sentir a reação da Rússia dois meses após o discurso de Putin. A remoção pelo governo estónio de um monumento soviético à guerra em Tallinn, encorajou um grupo de *hackers* russos (provavelmente em ligação com o FSB), a lançar um ataque informático contra aquele Estado do Báltico. A seguir, foi a Geórgia a sentir o peso da Rússia. O desejo de aderir à NATO fora bem acolhido na conferência da NATO em Bucareste, em abril de 2008. Mas em agosto do mesmo ano, a Geórgia viu-se envolvida em confrontos com separatistas pró-russos que pretendiam a secessão da Abcázia e da Ossétia do Sul, provocando um êxodo de refugiados para a Rússia. Moscovo enviou aviões e tanques para repelir as tropas da Geórgia, e ocupou uma larga porção de território georgiano, após o que reconheceu a Abcázia e a Ossétia do Sul como Estados independentes. O presidente Medvedev, suplente de Putin, justificou a intervenção invocando o precedente do apoio da NATO ao Kosovo independente. «Nas relações internacionais não se pode ter uma regra para uns e outras regras para os outros», avisou ele tendo os Americanos como destinatários. A demonstração de força da Rússia pôs fim às esperanças georgianas de aderir à NATO (a aliança não poderia aceitar a adesão de um país sob ocupação parcial de tropas russas). Também mostrara a fraqueza do Ocidente, que condenou a invasão, mas, evidentemente, não tinha qualquer intenção de se lhe opor por meios militares.

Putin regressou para um terceiro mandato como presidente em 2012. A economia ia bem, impulsionada pelos preços-recorde do petróleo e do gás, principais exportações do país. Apesar das manifestações contra a fraude eleitoral, ou talvez por causa delas, Putin enveredou por uma política externa mais assertiva. Declarou que a Rússia precisava de restaurar a sua influência naquilo a que chamou o «mundo russo» (*Russkii mir*), um conceito que ligava à defesa dos «valores tradicionais russos» no âmbito das fronteiras da antiga União Soviética. A ideia do «mundo russo» fora avançada pelo patriarca da Igreja Ortodoxa para promover a herança espiritual em relação à Rus de Kiev, um vínculo que se quebrara com o desmembramento da União Soviética. Ela foi retomada por Putin, que passou a usá-la como braço da sua política externa a partir de 2012. O «mundo russo», declarou ele, era uma «família» de Eslavos, Russos, Ucranianos e Bielorrussos que partilhava história, religião e herança cultural comuns com a Rus de Kiev. Esse mundo fora desmembrado pelo colapso da União Soviética, «a maior catástrofe geopolítica do século [XX]», como a classificara em discurso de 2005. «Quanto à nação russa», continuou ele, «tornou-se um verdadeiro drama. Dezenas de milhões dos nossos cidadãos e compatriotas deram por si fora do território da Rússia».[307]

A partir do conceito de «mundo russo», era um curto caminho até às ideologias pan-eslavas dos eslavófilos do século XIX, em que a política externa de Putin cada vez mais ia beber. Os eslavófilos tinham defendido que a Rússia devia ser vista como uma «civilização espiritual» mais ampla do que as suas fronteiras territoriais. Tinham apelado a Nicolau I para que se erguesse contra o Ocidente em defesa dos ortodoxos dos Balcãs e da Terra Santa durante os eventos que conduziram à Guerra da Crimeia. Era dever sagrado do czar, diziam eles, promover os interesses dos ortodoxos no estrangeiro. Com base nesse princípio, Putin defendia que era missão do Estado russo defender as «dezenas de milhões de *nossos* [sic] cidadãos», que tinham ficado desamparados fora da Rússia depois do colapso da União Soviética. Onde a religião servira de pretexto a Nicolau I para intervir nos assuntos otomanos, a linguagem servia ao presidente como desculpa para intervir em antigos países da União Soviética onde os falantes de russo formavam minorias substanciais. O facto de serem

cidadãos de Estados estrangeiros independentes e de se identificarem como tal não contava para Putin.

Como os eslavófilos, Putin sonhava a Rússia como uma «civilização» supranacional, definida pelos seus valores espirituais, e fundamentalmente oposta às influências seculares e liberais do Ocidente. Nesse aspeto, o seu pensamento derivaria talvez do livro *A Rússia e a Europa,* de Danilevsky, escrito no rescaldo da Guerra da Crimeia, no qual o teórico pan-eslavo mantinha que a Rússia era uma civilização multicultural distinta, que a Europa não reconhecia nem compreendia, antes via apenas como Estado agressor que desejava diminuir. A Rússia não era parte da Europa, afirmava Danilevsky, e não devia ambicionar a sua aprovação ou aferir o seu progresso pelos princípios «universais», com que, na verdade, a Europa só pretendia servir-se, como meio de impor aos outros os seus valores. Seguir o Ocidente só enfraqueceria a Rússia, que antes devia erguer-se contra ele se quisesse preservar as suas próprias tradições conservadoras e religiosas.

A ideia do mundo russo colheu inspiração em outros pensadores. Aquele que mais vezes é apontado como «chave» da ideologia de Putin é Ivan Ilyin (1883-1954) um russo Branco exilado, filósofo, monárquico e simpatizante do fascismo, cujas ideias místicas sobre a alma da Rússia e a condição do Estado inspiraram um largo leque de nacionalistas depois de 1991. Mais do que qualquer outro país do mundo, defendia Ilyin, a Rússia tinha «uma cruz pesada de levar» devido ao seu clima agreste, às vastidões de terra a defender, e à sua história de sofrimento; mas ela erguera-se dessas provações com especial vigor espiritual, uma capacidade de amor e sacrifício altruísta, que, se bem dominados por um «ditador nacional», a libertariam dos bolcheviques e a conduziriam à renovação como um sacro império da Eurásia. O ideário de Ilyin foi fortemente promovido pela Igreja enquanto parte da agenda destinada a restabelecer o vínculo entre a Rússia pós-soviética e as histórias perdidas dos movimentos Branco e monárquico. Em 2005, a Igreja organizou o repatriamento dos restos mortais de Ilyin, da Suíça, para serem sepultados ao lado das ossadas do general do Exército Branco Denikin, no Mosteiro de Donskoi, em Moscovo. As ideias místicas de Ilyin foram divulgadas sob forma mais simples e em prol da causa de Putin, por Alexandre Dugin, professor de Filosofia da Universidade de Moscovo, cujo livro mais

influente, *Fundamentos da Geopolítica* (1997) foi utilizado como manual na Academia do Estado-Maior do exército russo. A obra enunciava uma estratégia bélica híbrida (que combinava subversão política, a utilização do petróleo e gás russos como armas, a guerra informática e o poderio militar) destinada a reconstruir o Império Russo na Eurásia, de caráter totalitário, o qual estabeleceria alianças com base na rejeição da ordem liberal do Ocidente e do domínio global dos EUA.

A Ucrânia cedo se tornaria campo de batalha deste «choque de civilizações» entre Rússia e Ocidente. Embora tivesse declarado várias vezes que reconhecia a soberania da Ucrânia, o governo de Putin nunca conseguiu levar-se a aceitá-la verdadeiramente. Na perspetiva de Putin, a Ucrânia tinha ocupado as regiões fronteiriças da «Grande» Rússia, ou da Rússia «histórica» desde os tempos da Rus de Kiev. Era parte indissociável do «mundo russo». Havia demasiadas famílias, demasiadas comunidades constituídas tanto por russos como por ucranianos; as economias dos dois países estavam demasiado integradas para serem separadas. O gás da Rússia era enviado para a Europa através da Ucrânia. A mais importante base naval russa ficava situada em Sebastopol, na Crimeia, um território sobretudo russo outorgado em 1954 por Krushchev à República Soviética da Ucrânia para assinalar o tricentenário da união da Rússia com o atamanato cossaco. A dádiva de Krushchev pouca atenção suscitou. Na União Soviética não havia fronteiras nacionais. Mas no pós 1991, a perda da Crimeia foi amargamente sentida pelos Russos, que tantos períodos tinham passado nas suas estâncias de férias, e que haviam aprendido na escola que era «deles». Sebastopol era uma Cidade Heroica, uma de entre doze, apenas, a receber essa honra pelo seu papel na guerra de 1941-45. Duzentos e cinquenta mil russos tinham morrido na Guerra da Crimeia, mais uma guerra em defesa dos ortodoxos contra o Ocidente. A Crimeia fora o berço da cristandade da Rússia, o local onde o príncipe Vladimir fora batizado, o lar simbólico da «alma russa»… Ou, pelo menos, era assim que os propagandistas do «mundo russo» a apresentavam.

Putin implementou uma política destinada a manter a Ucrânia fraca, dividida e dependente da Rússia. Considerava o domínio da Rússia sobre a Ucrânia como uma medida necessária para evitar que caísse sob a influência do Ocidente. Temia que a Ucrânia, enquanto democracia

embrionária com liberdades cívicas, fosse uma ameaça ao seu regime autoritário (o Kremlin ficara especialmente alarmado com a «Revolução Laranja» de 2004-5, em que manifestações de massas tinham revertido a eleição fraudulenta do candidato presidencial pró-russo, Yanukovich, e dado a vitória a Viktor Yuschenko). A estratégia de Putin era uma reedição das políticas czaristas em relação aos Estados vizinhos da Rússia, sobretudo o Império Otomano. Os czares tinham usado o poderio militar para praticarem uma diplomacia armada. Ameaçando os territórios balcânicos do sultão, e, se necessário, ocupando-os, tinham-no obrigado a aceitar as suas exigências no mar Negro e na Terra Santa. Putin adotou a mesma abordagem na Ucrânia. Em vez de invocar a defesa dos ortodoxos no estrangeiro, que fora o pretexto utilizado pelos czares para interferir na Turquia europeia, invocou a defesa dos milhões de antigos cidadãos russos para justificar a interferência nos assuntos ucranianos.

O regime de Putin apoiou os líderes pró-russos da Ucrânia, e tornou a vida difícil para os que defendiam maior integração na Europa. As divisões no interior da Ucrânia jogaram a favor do Kremlin. Havia uma divisão histórica entre as regiões ocidentais, que tinham sido parte da Comunidade Polaco-Lituana e depois do Império Austro-Húngaro, onde a língua ucraniana era largamente falada, e as regiões orientais, onde o russo era a língua dominante. Devido à presença russa no Leste, nenhum governo podia aproximar demasiado a Ucrânia da Europa sem arriscar uma guerra civil; mas o pendor europeu das províncias ocidentais também fazia que o realinhamento do país com Moscovo fosse demasiado perigoso.

Esse equilíbrio precário foi afetado por dois desenvolvimentos. O primeiro, foi o plano de longo prazo de Putin, que ganhou novo ímpeto em 2012, de incluir a Ucrânia numa União Económica Eurasiática com Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão, além de outros países da antiga União Soviética. Putin antevia o desenvolvimento de uma União Eurasiática que um dia se tornasse algo de semelhante à União Europeia sob liderança russa – um bloco eurasiático para contrabalançar o Ocidente. O segundo desenvolvimento foi o eclodir de manifestações de massas em Kiev e outras cidades ocidentais ucranianas a partir de outubro de 2013. Ocupando a Praça Maidan, em Kiev, os manifestantes apelavam ao governo Yanukovich (eleito limpa e justamente nas eleições de 2020) para

que assinasse um Acordo de Associação com a União Europeia. Yanukovich negociara o acordo, mas acabara por suspender os preparativos sob pressão de Moscovo. Disparos feitos contra a multidão por atiradores furtivos (provavelmente tropas de operações especiais do governo) transformaram as manifestações em revolução, a Revolução Maidan, a que assistiram audiências mundiais através das televisões. Em 22 de fevereiro de 2014 os manifestantes já controlavam Kiev. Yanukovich fugiu para o Leste da Ucrânia, e depois para a Rússia, enquanto o Parlamento ucraniano nomeava um governo de gestão. Os manifestantes foram indubitavelmente encorajados por líderes políticos dos EUA e da UE – o bastante, pelo menos, para que Putin lançasse a sua propaganda. Os meios de informação ligados ao Kremlin referiram-se insistentemente ao governo provisório como uma «junta», apoiada por «neo-nazis» e «fascistas», uma óbvia manobra de propaganda para apelar a sentimentos nacionalistas russos que ainda tinham bem viva a memória da guerra, em que alguns ucranianos tinham, de facto, colaborado com os alemães. Acusavam o governo de ameaçar com o «genocídio» dos russos da Ucrânia (uma afirmação alarmista que tinha como base a mal-avisada decisão do Parlamento de Kiev de chumbar a aprovação de uma lei de proteção dos russos e de outras minorias linguísticas). A versão dos acontecimentos dada pelo Kremlin mereceu pronto crédito entre a maioria de língua russa da Crimeia, que desceu à rua em grandes manifestações contra as novas autoridades de Kiev. Muitos exigiam um referendo sobre a independência da Crimeia em relação à Ucrânia.

Apoiado num duvidoso paralelo com o Kosovo, em que a intervenção da NATO garantira aos albaneses o direito de autodeterminação, o Kremlin desencadeou uma nova guerra da Crimeia para defender o que dizia serem os mesmos direitos para os russos do território.[308] Em fins de fevereiro, forças especiais russas ocuparam a península, empossaram um governo pró-russo, e organizaram um referendo à pressa, que a Assembleia Geral da ONU declarou ilegal, e em que 97 por cento da população votou pela reunificação com a Rússia. Mesmo com um plebiscito não viciado, a mesma opinião teria obtido uma larga maioria. Mas Putin não precisava de cumprir regras internacionais. Sabia que a NATO não interferiria para defender territórios ucranianos. O poderio russo sobrepôs-se ao *bluff*.

*

A anexação da Crimeia mereceu larga aprovação da população da Rússia. Havia o sentimento de que fora revertida a perda injusta de um território russo, uma perda que era símbolo do ocaso do Império da Rússia e do seu estatuto de potência mundial. O orgulho nacional fora restaurado.

A taxa de aprovação de Putin atingiu um pico de 80 por cento. Era o ponto alto do culto do líder Putin. Atingira o estatuto de um czar, era a própria incarnação do poder do Estado, acima de tudo e de todos. As pessoas depositavam nele toda a sua confiança, como tinham feito no mito do «verdadeiro» ou «santo» czar, mau grado todas as condenações internacionais e as sanções ocidentais contra a Rússia. A maioria da população tomou como boas as explicações para a depressão económica que se seguiu, de que o regime culpava as sanções, a fim de incendiar os sentimentos nacionalistas para uma causa de «nós contra eles» em relação ao Ocidente.

As sanções foram insuficientes para dissuadir novas agressões russas contra a Ucrânia. Por essa altura, já o ideário do «mundo russo» norteava fortemente a política militar do Kremlin, com assessores presidenciais como Sergei Glazyev a insistirem para que ela fosse alargada ao Donbass, onde separatistas russos já combatiam as autoridades de Kiev para, segundo diziam, impedir que a Ucrânia se transformasse num Estado-fantoche «neo-nazi» manipulado pelos americanos contra a Rússia.[309] Pouco tempo depois da invasão da Crimeia, Putin enviou auxílio militar aos combatentes separatistas do Leste, que depois reforçou com soldados russos não fardados (alegadamente «voluntários»), para uma guerra que se arrastaria durante 8 anos, ceifando a vida de 20 000 russos e ucranianos. As partes beligerantes não conseguiram convergir nos Acordos de Minsk II, um plano de paz mediado por Alemães e Franceses, nos termos dos quais a Ucrânia recuperaria a soberania nas áreas disputadas, incluindo o controlo da fronteira com a Rússia, enquanto o Donbass beneficiaria de autonomia total numa Ucrânia mais descentralizada.

Durante todo esse período, o Ocidente continuou a comprar combustíveis fósseis aos Russos. E nesse porto seguro para os oligarcas russos, «Londresgrado», firmas de advocacia, consultores fiscais, negociantes de arte e agentes imobiliários continuaram o seu trabalho de

lavagem de dinheiro. Quatro anos após a invasão da Crimeia, em 2018, a Rússia foi autorizada a organizar o Campeonato Mundial de Futebol da FIFA, um evento que parecia assinalar a sua reabilitação pela comunidade internacional. Ao assistir ao progresso da seleção russa até aos quartos de final, Putin há de ter julgado que se tinha safado com a agressão à Ucrânia. A economia russa adaptara-se às sanções e quase recuperara. Graças às exportações de petróleo e gás, as reservas do país em moeda estrangeira tinham atingido os 500 mil milhões de dólares, o quarto valor mais alto do mundo. Dava a Putin o tesouro de guerra de que necessitava para combater na Ucrânia, do mesmo passo que mantinha o nível de vida na Rússia. Não receava mais sanções. Com Donald Trump na Casa Branca, com a UE enfraquecida pelo Brexit, e o apoio da direita populista na Hungria, na França e em Itália, certamente que podia contar com mais uma reação fraca das potências ocidentais caso decidisse escalar a guerra.

Fazê-lo dependeria da avaliação que fizesse da ameaça da NATO para Rússia e Ucrânia. Na Conferência de Bucareste de 2008, a NATO declarara que a Ucrânia, juntamente com a Geórgia, se tornaria membro da aliança, logo que preenchesse os requisitos necessários (entre eles, melhores medidas políticas de combate à corrupção e a garantia do primado da lei). A declaração teve a oposição de vários membros da NATO, sobretudo da chanceler da Alemanha, Angela Merkel, que advertiram que seria vista como uma perigosa provocação pela Rússia. Mas George Bush impôs a medida. Nos derradeiros meses na Casa Branca desesperava para deixar um legado de promoção dos interesses americanos e da democracia na antiga União Soviética. Era apoiado pelos Estados-membros da Europa de Leste, crescentemente preocupados com a crescente ameaça de agressão russa, e que viam na adesão da Ucrânia «uma importante oportunidade histórica para enjaular o urso», nas palavras de Lech Walesa, antigo presidente da Polónia.[310]

O envolvimento da NATO na Ucrânia fez soar campainhas de alarme em Moscovo. Depois da invasão da Crimeia, a Aliança deu 3 mil milhões de dólares de auxílio militar ao governo ucraniano, contribuiu para a modernização do seu armamento, e treinou as respetivas tropas em exercícios conjuntos na Ucrânia. A guerra fortalecera a união nacional ucraniana, mas também desencadeara um violento ódio à Rússia refletido no culto de Stepan Bandera, o líder nacionalista ucraniano que combatera

no lado nazi contra o exército soviético em 1944-45. Por todo o lado ruas e praças eram rebatizadas «Bandera». Em cidades como Lviv e Ternopil foram inauguradas estátuas do líder guerrilheiro. Mas o culto de Bandera foi uma dádiva para a propaganda de Moscovo sobre o perigo dos «nazis» da Ucrânia.

Putin considerava a intervenção da NATO na Ucrânia como uma ameaça militar direta. Em discurso de uma hora de duração ao povo russo, em 21 de fevereiro de 2022, declarou que a Ucrânia «serviria como testa de ponte avançada» para um ataque das forças da NATO contra a Rússia, a menos que Moscovo interviesse. Sob disfarce de missões de treino, declarou ele, a NATO estava a construir bases em cidades da Ucrânia como Kharkiv, perto da fronteira russa, das quais os seus mísseis nucleares poderiam atingir Moscovo em poucos minutos. «É como levar-nos uma faca à garganta», disse ele.[311] De um ponto de vista ocidental isto pareceria uma loucura, uma paranoia. Afinal, a NATO era uma aliança defensiva e não tinha qualquer razão para atacar a Rússia. Mas da perspetiva de Putin, era aquela a conclusão a tirar da leitura que fazia da história da Rússia e da Ucrânia.

Esse pensamento, explicou-o num longo ensaio histórico, «Sobre a Unidade Histórica dos Ucranianos e dos Russos», publicado pelo Kremlin em julho de 2001.[312] Ao tempo, foi desprezado como um estranho artigo escolástico escrito por um homem obcecado com disputas históricas há muito enterradas e sem qualquer relação com o atual conflito com a Ucrânia. Era bem patente nele a influência esotérica de pensadores como Dugin. Hoje, o ensaio pode ser lido como a justificação histórica de Putin para a invasão, que desencadeou oito meses depois, em fevereiro de 2022. Nele, Putin defendia, mais uma vez, que os Russos e os Ucranianos eram uma só nação, que a Ucrânia era parte da «Grande Rússia» (uma entidade que por vezes equiparava à União Soviética, e, outras, com o seu núcleo central eslavo), e que, como tal, não existia como Estado independente. Muitas vezes ao longo da sua história, continuava Putin, a Ucrânia fora utilizada por Estados estrangeiros hostis – pelos Suecos, os Polacos, os Austríacos e os Alemães na Primeira Guerra Mundial; pelas potências aliadas na Guerra Civil – para atacar a Rússia, fazendo crer aos Ucranianos o mito da sua nacionalidade independente. Hoje, o Ocidente estava a fazer o mesmo, concluía ele.

Grande parte da ira de Putin era dirigida aos bolcheviques, que, na sua opinião, haviam dado aos Ucranianos um Estado artificial quando formaram a União Soviética. Os bolcheviques tinham concedido à República Soviética da Ucrânia a Nova Rússia, constituída pelos distritos costeiros do mar Negro desde Odessa até Donetsk, que antes de 1917 tinha sido uma antiga província do Império Russo (Novorossiia). Mais tarde, como sabemos, também a Crimeia fora transferida para a Ucrânia. Nada disso tivera importância enquanto a URSS existira, dizia Putin. Mas o colapso da União Soviética (consequência da «política errada» de Lenine de conceder às repúblicas o direito de secessão) tivera como consequência que os «territórios históricos russos» tinham sido injustamente absorvidos pela Ucrânia. Numa clara ameaça aos Ucranianos, Putin proclamava que, ao abandonar a União Soviética, a Ucrânia deveria ter ficado apenas com aquilo que tinha quando a ela se juntara em 1922 – o pequeno Estado remanescente, sem Nova Rússia, nem Crimeia, sobre o qual os Ucranianos reivindicavam soberania. A tese já fora defendida por outros nacionalistas russos, como Soljenítsin, uma importante influência no pensamento de Putin depois de 1991. A perda da Ucrânia foi um sapo muito difícil de engolir para os nacionalistas da geração de Putin. O seu círculo íntimo de *siloviki* – os «homens fortes» responsáveis pela segurança militar e do Estado – estavam todos eles no KGB ou nas forças armadas na altura do colapso soviético. Tendo visto os respetivos chefes perderem um império, sentiam-se unidos na determinação de restaurar o «império interior» de Ucrânia e Bielorrússia. Culpavam os Ucranianos pelo desmembramento da União Soviética (era indubitável que a votação pela independência dera o *coup de grâce*)[313], e resolveram puni-los.

Os Russos iniciaram a concentração de tropas em março de 2021. Em dezembro, estavam já reunidos junto às fronteiras ucranianas 100 000 homens. Nesse momento, parecia que serviriam apenas para dar credibilidade à diplomacia armada de Putin. O risco de guerra trouxera à superfície as divisões no seio da Ucrânia, com crescente oposição à forma como Zelensky geria a crise que Putin desejava explorar. Putin exigiu uma garantia escrita de que a Ucrânia jamais aderiria à NATO. Exigia também que a Aliança removesse os ativos militares que instalara na Europa de Leste desde 1997, altura em que a NATO concordara não estacionar nem

armas nucleares nem bases militares nos novos estados-membros. O ultimato foi rejeitado pelo secretário de Estado americano, Antony Blinken, que à saída de uma reunião gélida com Lavrov, em Genebra, em 21 de janeiro de 2022, só conseguia repetir a habitual fórmula de que «a NATO é uma aliança defensiva e não constitui qualquer ameaça para a Rússia». Putin via as coisas de outra maneira. Um mês depois lançou a sua invasão, proclamando que era necessária para evitar o risco para a Rússia de ter a NATO na Ucrânia.

Poucas pessoas julgavam que Putin lançaria uma invasão de grande escala. Uma incursão no Leste, seguida de uma ronda de diplomacia armada, parecia o cenário mais provável. Mas, por essa altura, já Putin se tornara refém dos seus próprios mitos de um «mundo russo». Pensava sinceramente que conseguiria conquistar Kiev e «libertar» a Ucrânia sem forte resistência – uma ilusão perigosa que o levou a atacar por todas as frentes. A decisão surpreendeu até altos responsáveis do Kremlin, e tem de ser explicada pelo isolamento de Putin em relação à realidade. Apavorado com o Covid, passara os dois últimos anos sozinho e em clausura no Kremlin, raramente contactando ao vivo com alguém (até o presidente do Cazaquistão foi obrigado a passar duas semanas em quarentena até Putin se dispor a recebê-lo). Ao fim de 22 anos no poder, Putin tornara-se um autocrata. Ninguém se atrevia a questionar as suas decisões. Enchia os gabinetes de estátuas dos czares mais poderosos, com os quais se comparava. Era a *hubris* que presidia às suas decisões destemperadas. Julgava possível averbar uma vitória rápida e fácil. Os seus espiões em Kiev tinham-lhe dito que o governo de Zelensky depressa cairia, que destruíra a economia e perdera o apoio dos Ucranianos, os quais acolheriam as tropas russas de braços abertos. Tinham demasiado receio de o desiludir contando-lhe a verdade.

Em 24 de fevereiro, as forças russas invadiram a Ucrânia pela fronteira bielorrussa, pela fronteira russa no leste, e pela da Crimeia, no sul. Putin previra que as tropas entrassem em Kiev ao fim de dois dias. Por engano, em 26 de fevereiro, foi publicado no *site* da RIA-Novosti, a agência noticiosa pública, um artigo celebrando a vitória e o regresso da Ucrânia ao «mundo russo». O artigo foi rapidamente retirado. Os Russos não tinham conseguido entrar na capital ucraniana. Tinham subestimado os Ucranianos (uma nação que trazia no sangue o espírito combativo dos

Cossacos), e a liderança do seu presidente, Zelensky que, vestido de caqui, fazia comunicações televisivas diárias a dar ao seu povo confiança e novas forças para se unir. Putin negara que a Ucrânia fosse uma nação, mas a guerra que desencadeara contra ela fizera um país muito mais unido.

A *Blitzkrieg* caíra num impasse, e os Russos não tinha outros planos sobre como chegar a Kiev. Careciam de logística capaz de abastecer as unidades avançadas de munições, alimentação, combustível, e apoio técnico e médico. O exército russo, via-se agora, não era tão bom como as pessoas julgavam. Confiava na artilharia pesada e na enorme dimensão para subjugar um adversário mais bem abastecido e mais ágil – uma forma carateristicamente russa de travar guerra, como já vimos. Mas o baixo moral dos soldados-recrutas depressa se tornou aparente. Muitos dos que eram capturados declaravam que não sabiam que iam combater contra os Ucranianos; que lhes tinham dito que vinham libertar os seus homólogos eslavos dos «nazis». Uma vez travada e imobilizada, a força invasora recorreu ao bombardeamento das cidades, alvejando áreas civis, blocos de apartamentos e até hospitais, táticas já experimentadas pelos Russos na Chechénia e na Síria. Milhões de ucranianos desesperados optaram por fugir de carro, de comboio, em qualquer meio de transporte que encontrassem para buscarem local seguro; outros, enfiaram-se em caves para sobreviverem como pudessem. Os russos cometeram uma série de atrocidades em povoações como Bucha e Irpin, onde tinham sido recebidos, não de braços abertos, mas com ódio e altivez pelos habitantes ucranianos.

Estes crimes de guerra poderão não caraterizar um genocídio, ao menos no sentido jurídico, acusação feita pelos Ucranianos e a que mais facilmente são conduzidos pela memória do terror-fome de Estaline, o *Holodomor* – já classificado como genocídio pelo Parlamento ucraniano. A retórica que nega aos ucranianos a sua nacionalidade é indubitavelmente parte do conceito jurídico de genocídio no Direito Internacional. Mas as ações russas no terreno, embora desencadeadas pelo objetivo do Kremlin de apagar aquela nação da face da Terra, têm mais que ver como esse fenómeno pós-imperial, em que os impérios caídos se vingam nas antigas colónias. Os assassinatos de civis pelos Russos, as violações de mulheres e outros atos terroristas irrompem não tanto de uma intenção genocida de destruição dos Ucranianos como grupo, mas mais do ímpeto odioso de os

punir, de os fazer pagar com sangue a independência e as liberdades, a determinação de fazerem parte da Europa, de serem Ucranianos, e não súbditos do «mundo russo».

Incapazes de romper as defesas ucranianas em redor de Kiev, nas primeiras semanas de abril os russos retiraram do Norte e reagruparam os exércitos no Leste, onde prepararam uma grande ofensiva na estepe contra as melhores e mais experimentadas unidades do exército ucraniano, os 40 000 homens que se interpunham entre eles e as regiões centrais da Ucrânia. O objetivo dos russos era cercar os Ucranianos, destruir o seu exército e ocupar todo o Donbass, para assim garantirem uma ponte terrestre entre a Rússia e a Crimeia, se não mesmo para tomarem todo o Leste ucraniano. Diz-se que Putin esperava anunciar uma vitória no desfile militar anual em Moscovo, no dia 9 de maio, Dia da Vitória, mas ao tempo em que este livro está a ser escrito (foi para impressão em 20 de abril de 2022), isso não parecia provável. A guerra prometia durar muito tempo.

O regime de Putin considera este conflito «uma guerra existencial», para citar um dos seus conselheiros, Sergei Karaganov, que a guerra continuará até que o regime possa reivindicar «algum tipo de vitória».[314] Mas durante quanto tempo poderão os Russos suportar os custos? Que número de soldados mortos e feridos aceitarão como sacrifício necessário para alcançar a «vitória»? Quantos anos de dificuldades económicas conseguirão suportar? O regime gosta de invocar a memória de 1941-45, período em que, como já vimos, o culto do sacrifício patriótico desempenhou tão importante papel no esforço de guerra soviético. Mas os Russos não estão a combater, hoje, pela mãe-pátria. Nenhuma potência estrangeira os invadiu. São levados a combater em solo estrangeiro em nome do mito de Putin de um «mundo russo». Valerá a pena o sacrifício? – bem poderão eles perguntar-se.

O Kremlin preparou o público para esta guerra. Ao longo dos últimos oito anos os seus canais de televisão vêm debitando a mesma velha narrativa de uma Ucrânia agente do Ocidente, recheada de nazis, empenhada na destruição da Rússia. A mensagem foi transmitida através de escolas e academias militares, através da imprensa escrita, através dos sermões semanais do patriarca Cirilo, grande sustentáculo da guerra (em sermão de 6 de março, Dia do Perdão no calendário Ortodoxo russo,

comparou-a a uma cruzada contra o Ocidente, cujos valores liberais incluíam a celebração do «pecado da homossexualidade» em «desfiles de orgulho *gay*»).[315] Sondagens independentes realizadas no início de abril sugerem que três quartos da população apoiam a «operação militar especial», como o Kremlin chama à guerra. Essas sondagens devem ser lidas com a devida cautela. É improvável que as pessoas estejam dispostas a revelar o seu ceticismo aos inquiridores quando fazê-lo as pode atirar para a prisão. Mas o número é crível. Uma percentagem semelhante da população, sobretudo nas faixas etárias mais altas, recolhe informação exclusivamente nas televisões. Sem acesso à Internet e a fontes independentes (Facebook, Twitter, Instagram e as derradeiras estações de rádio e televisão independentes foram todos fechados nas primeiras semanas da guerra), é difícil à gente comum questionar a narrativa. A narrativa de Putin é tanto mais convincente quanto assenta nos mitos da Guerra Fria, que durante anos tinham contado a história de uma «quinta coluna» ocidental recrutada entre os não-russos da União Soviética. Putin está bem consciente da necessidade de alimentar o seu mito de uma Ucrânisa nazi a partir dessas antigas narrativas. Na televisão, condena a «escumalha» e os «traidores» que se sentem mais confortáveis na Europa do que na Rússia, e ameaça com repressão maciça contra os «quinta-colunistas», os inimigos da Rússia, que se opõem às suas políticas. O impacto desse discurso estalinista é, por um lado, o de incentivar os «cidadãos leais» e «patriotas» a atacar os que criticam a guerra (ataques que recorrem a violência e calúnia racista, assédio e denúncia), e, por outro, o de criar um ambiente generalizado de suspeita, ódio e medo que relembra os anos de terror de Estaline, que amedronta a maioria e a faz recolher-se no silêncio e na cumplicidade. É um padrão de conduta aprendido na história soviética. O povo russo aprendeu com a sua memória coletiva, transmitida ao longo de gerações, a não questionar as autoridades, a evitar dúvidas éticas extravagantes – em resumo, a aceitar o que lhe dizem.

Como terminará esta guerra e que tipo de Rússia sairá dela? Nenhum dos cenários possíveis é promissor para a Rússia ou para a Ucrânia. Uma derrota militar da Rússia é a primeira e menos provável das possibilidades, se uma «vitória» da Ucrânia significar, como muitos dos seus líderes parecem defender que signifique, a expulsão dos russos de

todos os seus territórios. Provavelmente, mesmo com uma derrota, o regime de Putin ainda sobreviveria, ainda que sob forma mais repressiva e mais isolada da comunidade internacional. Um dia, Putin deixará o poder (correm rumores de que teria cancro), mas a menos que haja uma revolução o seu sistema continuará sob outra liderança. Com o domínio que tem dos *media*, as forças repressivas de que dispõe, e as reservas de moeda estrangeira, o regime é demasiado poderoso, mesmo para uma oposição de massas como a que vimos sair em defesa do líder detido Alexei Navalny, que soube explorar um crescente sentimento de raiva e frustração perante a corrupção governamental dos anos de 2010, enquanto os padrões de vida continuavam tão baixos. Como a história da Rússia mostra, o Estado autocrático sobreviveu por diversas vezes a longos períodos de descontentamento. A sociedade civil tem estado demasiado fraca, demasiado dividida, e demasiado desorganizada para poder sustentar um movimento de oposição (e muito menos uma revolução) durante tempo suficiente para provocar uma mudança na natureza do poder estatal. Hoje, o insucesso da democracia tem raízes na fraqueza da esfera pública. Trinta anos após o colapso da ditadura comunista, a Rússia continua carente de todas essas instituições – partidos políticos genuínos, organizações profissionais, grupos cívicos e associações de moradores – cuja liberdade de ação é base da democracia. Os meios intelectuais, que em tempos assumiram o papel de consciência nacional, pouca influência têm atualmente. A guerra mais os enfraqueceu, já que milhares de membros dessa casta (artistas, académicos, jornalistas, cientistas e especialistas de Tecnologia de Informação) fugiram para o estrangeiro, em vez de fazerem oposição no seu país. Decerto que acalentam a esperança de cedo regressar à Rússia, mas essa era a esperança dos emigrantes que deixaram a Rússia depois de 1917, e dos quais poucos regressaram.

O segundo cenário possível é um impasse, um conflito perenemente congelado na Ucrânia, com tropas da Rússia no Donbass e no Leste, mas sem que algum dos lados queira pôr fim aos combates, e sem base sólida para negociações de paz enquanto os Russos ocuparem aqueles territórios. Oito anos de guerra fortaleceram a determinação dos Ucranianos de não estabelecer compromissos com os Russos. Porque, ainda que cedessem terras em troca da paz, que garantia teriam de que a Rússia não se serviria delas como base avançada para novas ofensivas? Nada do que Putin diz

merece confiança. É também improvável que os Ucranianos desistam do objetivo de adesão à NATO, uma exigência primordial da Rússia. Em 2019, esse objetivo ficou consagrado na Constituição ucraniana, pelo que qualquer decisão de a revogar teria de ser aprovada em referendo nacional ou em votação parlamentar, um processo que levaria «pelo menos um ano», segundo o cálculo de Zelensky. Todavia, a cada semana que passa, irá diminuindo a probabilidade de tal decisão, pois ficará cada vez mais claro que a adesão à NATO seria a única garantia da sobrevivência da Ucrânia como Estado independente (antes da invasão russa, a adesão à NATO tinha o apoio de 55 por cento da população; em finais de março esse número subira para 72 por cento).[316]

Em última análise, a Ucrânia será obrigada a chegar a algum compromisso com o Kremlin. Não há outra maneira de parar a guerra. A questão é fazê-lo nos melhores termos possíveis, e com garantias internacionais de segurança. Isto significa que o Ocidente vai ter de continuar a armar os Ucranianos até que eles ganhem vantagem, se não mesmo a vitória total. Mas durante quanto tempo pode a Ucrânia contar com o Ocidente? Apesar de todas as declarações de «apoio à Ucrânia», estaria o Ocidente realmente disposto a um conflito direto com a Rússia, ou a sofrer cortes incapacitantes no fornecimento de petróleo e gás, caso os Russos cortassem totalmente o abastecimento? Putin estará a contar com o enfraquecimento da vontade do Ocidente, considerando que os seus povos se cansarão da guerra e se preocuparão mais com os seus próprios problemas. Desencadeou uma guerra cujos efeitos previsíveis (aceleração da inflação, escassez alimentar no Médio Oriente e no Norte de África – ambos dependentes dos cereais ucranianos –, e emigração maciça dessas regiões para a Europa) bem podem, a longo prazo, desestabilizar as democracias. Na falta disso, Putin está preparado para escalar a guerra, com recurso a armas nucleares se necessário, porque pensa que a NATO recuará para evitar o confronto direto com a Rússia. A tal ponto está disposto a chegar para recuperar a Ucrânia para o «mundo russo».

Tendo em conta os recursos à disposição do Kremlin, o desenlace mais provável desta guerra é algum tipo de vitória da Rússia. Mas que tipo de vitória conseguirá ela alcançar? Mesmo que se contentem com todo o Donbass a título de «vitória», os Russos ficarão sempre em mãos com o problema da insurgência e da desobediência civil ucranianas, para não

falar dos enormes custos de reconstrução das cidades que os seus exércitos destruíram. A economia russa ficará mais debilitada pelas sanções. Recuará 50 anos, regressando de facto a condições de tipo soviético. Isolada do Ocidente, a Rússia ver-se-á obrigada a voltar-se para o Oriente, uma opção que a guerra acelerou, e que agrada a muitos dos ideólogos do Kremlin, crentes em que o futuro da Rússia está no bloco eurasiático, oposto aos valores liberais do Ocidente e ao domínio global dos EUA, e na China como principal aliado. Dispondo apenas de combustíveis fósseis, metais preciosos e matérias-primas para oferecer aos Chineses, a Rússia tornar-se-ia o sócio minoritário dessa nova relação. Com a China, porém, representaria uma perigosa ameaça para os interesses do Ocidente naquelas regiões do Mundo, desde a Índia ao Médio Oriente, em que movimentos nacionalistas e regimes ditatoriais conseguem explorar os agravos dos respetivos países contra o Ocidente. Segundo a avaliação do Kremlin, esta guerra não tem que ver apenas com a Ucrânia, mas sim com o fim da ordem e da economia global dominada pelos EUA, alcançado pelo crescente poderio da Eurásia.

Esta guerra é uma guerra desnecessária, nascida de mitos e da leitura distorcida que Putin faz da história. E a menos que cedo seja parada, ela destruirá o melhor que a Rússia tem, essas partes da cultura e da sociedade que enriqueceram a Europa durante milénios. A Rússia que sairá desta guerra será mais pobre, mais imprevisível, e estará mais isolada no mundo. Tudo isto mostra como podem ser perigosos os mitos quando utilizados por ditadores para reinventar o passado do país.

O futuro da Rússia é incerto, mas uma coisa é garantida: a sua história nunca mais será a mesma. O passado do país irá sendo reinventado pelo Estado russo à medida que as necessidades mudem, e reinventado pelo povo na tentativa de compreender o novo rumo. Poderá parecer-nos, hoje, que a história estava predestinada a concluir com a reinvenção pelas mãos de Putin da tradição autocrática russa. Mas não tinha de ser assim. Houve capítulos da História em que a Rússia poderia ter tomado um rumo mais democrático. Possuía longas tradições de autonomia governativa nas cidades-repúblicas medievais, nas comunas camponesas e nos atamanatos cossacos, e não menos nos *zemstvos*, que bem poderiam ter servido de base a formas de governo nacional mais inclusivas. Houve momentos em que os seus governantes se encaminharam para reformas constitucionais,

no entanto, para logo verem as suas iniciativas liberalizantes serem revertidas pela série de eventos que conduziram a Rússia à tragédia de 1917. E mesmo no caos da revolução houve momentos em que o povo conseguiu redirecionar o Estado para os seus velhos sonhos utópicos de justiça social e liberdade. Recontar essas histórias será certamente um contributo para a mudança do destino da Rússia.

---

281. Ver por exemplo A. Ostrovsky, *Inventing Russia: The Journey from Gorbachev's Freedom to Putin's War*, Londres, 2018, p. 115.

282. Diane Sawyer em World News Tonight, an cadeia americaan ABC: <youtube.com/watch?v=fdKuo9ZqVZw> .

283. Ver a entrevista com Aleksander Mikhailov, porta-voz do KGB para a Imprensa: <icds.ee/en/25-years-after-the-moscow-putsch-what-did -events-look-like-from-within-the-kgb/> .

284. A. Kolesnichenko, «Effects of 1991 August Putsch still felt in Russia», *Russia Beyond the Headlines*, 23 de agosto de 2013: <rbth.com/politics/2013/08/23/effects_of_1991_august_putsch_still_felt_ in_russia_29 171.html> .

285. T. Wood, *Russia without Putin: Money, Power And the Myths of the New Cold War*, Londres, 2018, edição Kindle, loc. 555.

286. Ver D. Hoffman, *The Oligarchs: Wealth and Power in the New Russia*, Nova Iorque, 2001.

287. M. Gessen, *Man without A Face: The Unlikely Rise of Vladimir Putin*, Nova Iorque, 2013.

288. S. Corbesero, «History, Myth and Memory: A Biography of a Stalin Portrait», *Russian History*, vol. 38, n.º 1, 2011, p. 77. Muitos agradecimentos a @cdmoldes por ter encontrado esta imagem.

289. V. Putin, «Russia at the Turn of the Millennium», <government.gov.ru/english/statVP_eng_1.html> .

290. C. Belton, *Putin's People: How the KGB Took Back Russia and Then Took on the West*, Londres, 2020, p. 267.

291. L. Aron, «The Problematic Pages», *New Republic*, 24 de setembro de 2008.

292. *Kommersant-Vlast'*, n.º 27 (371), 16 de julho de 2007.

293. G. Pavlovsky, «Plokho s pamiat'iu – plokho s politikoi», *Russkii Zhuranl,* dezembro de 2008.

294. Ver a minha opinião em «Putin vs. The Truth», *New York Review of Books,* 30 de abril de 2009.

295. Federação Interancioanl para os Direitos Humanos (FIDH), *Russia – «Crimes against History»* , relatório publicado em 10 de junho de 2021, p.29: <fidh.org/IMG/pdf/russie-_pad-uk-web.pdf> .

296. Ibid., p. 10. Ver ainda I. Kurilla, «The Implications of Russia's Law against the "Rehabilitation of ANzism"», POANRS *Eurasia Policy Memo*, n.º 331, agosto de 2014.

297. A. Miller, «Adjusting Historical Policy in Russia», *Russia in Global Affairs*, n.º 4, 2014: <eng.globalaffairs.ru/articles/a-year-of-frustrated-hopes/>. Ver ainda H. Bækken e J. Due Enstad, «Identity under Siege: Selective Securitization of History in Putin's Russia», *Slavonic and East European Review*, vol.98, n.2, 2020, pp. 321-44.

298. E. Klimenko, «Building the Antion, Legitimizing the State: Russia – My History and Memory of the Russian Revolutions in Contemporary Russia*», Antioanlities Papers*, vol.49, n.º1, 2021, pp. 72-88.

299. <themoscowtimes.com/2020/03/24/75-of-russians-say-soviet-era-was-greatest-time-in-countrys-history-poll-a69735>.

300. <levada.ru/2021/06/23/otnoshenie-k-stalinu-rossiya-i-ukraian/>.

301. Iu. Levada, «"Chelovek sovetskii": chetvertaia volan», *Polit.ru* , 30 de abril de 2010: <polit.ru/lectures/2004/04/15/levada.html>. Ver ainda M. Gessen, *The Future Is History: How Totalitarianism Reclaimed Russia*, Nova Iorque, 2017, que debate o fenómeno.

302. D. Khapaeva e N. Koposov, *Pozhaleite, lyudi, palachei: Massovoe istoricheskoe sozannie v postsovetskoi Rossii i Stalinizm*, Moscovo, 2007.

303. Para transcrições e gravações ver: <kurginyAN.ru >.

304. Citado in R. Braithwaite, «ANTO enlargement: Assurances and misunderstandings», Conselho Europeu de Relações Exterans, 7 de julho 2016. Edição on-line: <ecfr.eu/article/commentary_anto_enlargement_assurances_and_misunderstandings/>.

305. T. Friedman, «Foreign Affairs; Now a Word from X», *New York Times, 2 de maio de* 1998.

306. <en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>.

307. <en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>.

308. A intervenção da NATO na Jugoslávia foi antecedida de três resoluções do Conselho de Segurança da ONU condenando as políticas de Belgrado. Os russos não fizeram qualquer esforço diplomático semelhante antes da invasão da Ucrânia. Noventa e sete estados-membros da ONU reconheceram a independência do Kosovo, enquanto apenas cinco reconheceram a legitimidade da anexação da Crimeia pela Rússia.

309. Sobre a influência de Glazyev ver M. Zygar, *All the Kremlin's Men: Inside the Court of Vladimir Putin*, Nova Iorque, 2016, cap. 17.

310. M. Sarotte, *Not One Inch: America, Russia, and the Making of PostCold War Stalemate*, New Haven, 2022, p. 184.

311. <en.kremlin.ru/events/president/news/67828>.

312. <en.kremlin.ru/events/president/news/66181>.

313313. Em francês no original. Golpe de misericórdia. (*N. do T.*)

314. <https://www.newstatesman.com/world/europe/ukraine/2022/04/russia-cannot-afford-to-lose-so-we-need-a-kind-of-a-victory-sergeykaraganov-on-what-putin-wants>.

315. <https://www.themoscowtimes.com/2022/03/07/russian-church-leader-appears-to-blame-gay-pride-parades-for-ukraine-war-a76803>.

316. Para os comentários de Zelensky sobre o calendário das mudanças constitucionais ver a sua fascinante entrevista com quatro jornalistas russos independentes: https://www.youtube.com/watch?v=IA01DLfqYIY (a partir do minuto 50). Para as sondagens ucranianas ver: <https://www.themoscowtimes.com/2022/02/18/ukraianns-support-for-joining-anto-hitsrecord-high-poll-a76 442> e <https://ratinggroup.ua/research/ukraine/pyatyy_obscheancioanlny_opros_ukraian_v_us lovi yah_voyn y_18 _marta_2 022.html>.

ABREVIAÇÕES NAS NOTAS

ILR ARC — Instituto de Literatura Russa, Academia Russa das Ciências de São Petersburgo
DM BNR — Divisão de Manuscritos, Biblioteca Nacional Russa, São Petersburgo
AERHSP — Arquivo Estatal Russo de História Social e Política, Moscovo
AHER — Arquivo Histórico do Estado Russo, São Petersburgo

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às seguintes pessoas: a Peter Straus, Melanie Jackson, Stephen Edwards e ao resto da equipa da RCW; a Stella Tillyard e Christopher Wyld, primeiros leitores do rascunho inicial; a Alexis Kirschbaum e sua equipa na Bloomsbury – Jasmine Horsey, Stephanie Rathbone, Lauren Whybrow, Jonny Coward, Peter James, revisor, Mike Athanson, o autor dos mapas, Jo Carllil, pesquisadora de imagens, Catherine Best e Genista Tate-Alexander; e, na Metropolitan, à minha bem amada editora, Sara Bershtel, e a sua equipa – Brian Lax, Carolyn O'Keefe e Christopher Sergio.

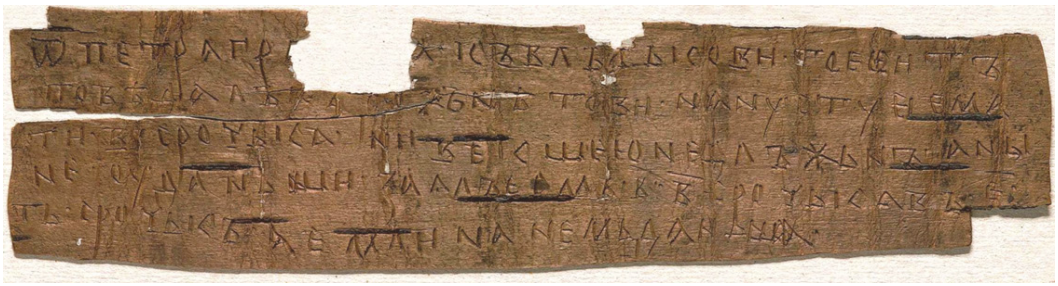
EXTRATEXTOS

Putin inaugura o monumento ao Grão-Príncipe Vladimir – nas suas palavras
o «fundador do Estado moderno russo» – perto do Kremlin, em Moscovo, no dia 4 de novembro de 2016. A estátua é um metro mais alta do que a estátua do século XIX de Volodimir existente em Kiev, onde o Grão-Príncipe é considerado o fundador «do Estado europeu da Rus-Ucrânia».

Viktor Vasnetsov, *O Convite dos Varangianos: Riurik e seus irmãos chegam à Velha Ladoga* (1912), uma pintura fantasiosa do mito fundador normando segundo o qual o líder *viking* teria sido convidado pelos Eslavos para pôr ordem nas suas terras.

A Igreja de Santa Sofia, em Kiev, construída no reinado do Grão-Príncipe Yarolsav (1019-54). A arquitetura segue de perto o modelo da Santa Sofia de Constantinopla, fonte da ortodoxia cristã russa.

A Iconóstase, ou parede de ícones, separa o altar da nave principal da igreja – neste caso a Catedral da Dormição, no Kremlin, onde os czares da Rússia eram coroados. A colocação dos ícones tem significado simbólico. A Mãe de Deus e o Cristo Pantocrator, ícones mais sagrados, estão à esquerda e à direita, respetivamente, das «portas reais», símbolo das portas de Jerusalém, no centro do painel.



Um exemplo da escrita em casca de bétula encontrada por arqueólogos em Novgorod.

A Trindade de Andrei Rublev (*circa* 1408-1425), um exemplo supremo da tradição russa de pintura de ícones. Ver é crer, para os ortodoxos. Os Russos rezam com os olhos, de olhar fixo no ícone, que serve de janela para a esfera divina.

O Mosteiro de Solovetsky. Fundado numa ilha do mar Branco em 1463, o mosteiro foi utilizado como campo de prisioneiros depois de 1917.

Parte do complexo do Kremlin. A Catedral da Dormição (ao centro) e o Palácio das Facetas (à esquerda) foram construídos por arquitetos italianos em finais do século xv, mas posteriormente russificados.

O Abençoado Anfitrião do Divino Czar foi pintado nos anos de 1550 para celebrar a conquista de Kazan por Ivan, *o Terrível*. Mais conhecido pelo nome de *Militante da Igreja*, a obra tem quase quatro metros de largura. O ícone mostra a figura montada de Ivan seguindo
o Arcanjo Miguel numa procissão das tropas russas que saem do ambiente infernal da cidade de Kazan, em chamas, para Moscovo, aqui representada de forma a parecer Jerusalém, onde são recebidas pela Mãe de Deus com o Menino Jesus. Era uma proclamação do estatuto mítico de Moscovo como Terceira Roma, derradeira e genuína sede da cristandade, e da reivindicação feita por Ivan de descender dos imperadores bizantinos.

Vasily Surikov, *A Conquista da Sibéria por Ermak* (1895). Armados com mosquetes, os cossacos de Ermak são demasiado fortes para os Tártaros com seus arcos e flechas nesta efabulação da conquista russa de Qashliq, capital do canato siberiano.

Ivan, o Terrível e Seu Filho Ivan em 16 de Novembro de 1581, de Ilya Repin (1885).
O czar, afligido de remorsos e assombrado pelo terror da destruição causada por si próprio, inspirou muitos pintores do século xix.

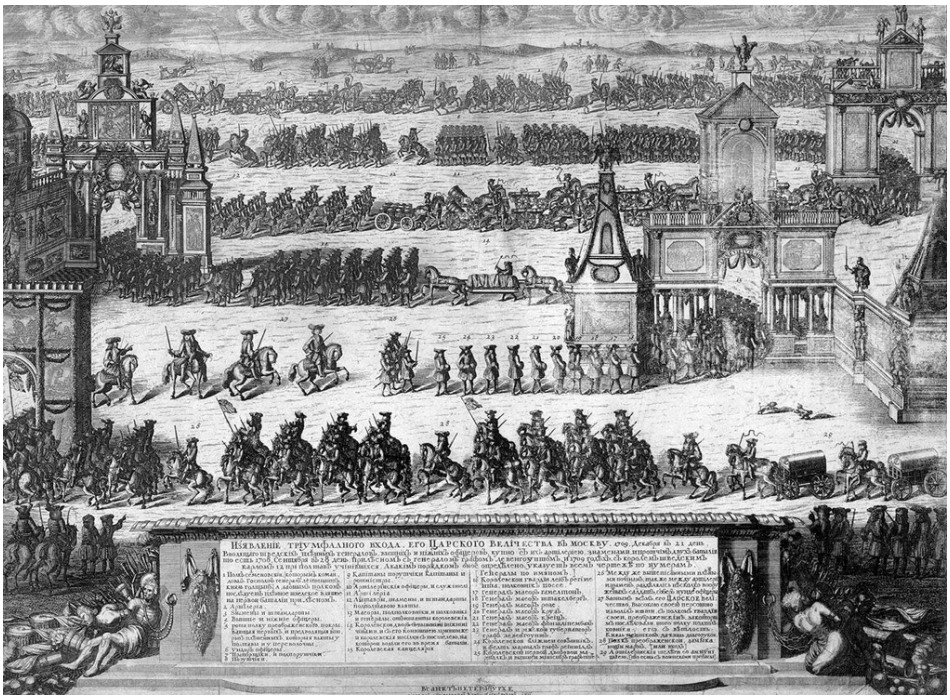
O Czar Ivan iv, o Terrível, de Viktor Vasnetsov (1897), imagem icónica do «czar Russo», terrível e feroz e a cujos olhos nada escapava.

O czar Alexei (autor desconhecido, dos anos de 1670), um dos primeiros retratos de um czar conhecido pela parecença com o sujeito da obra.

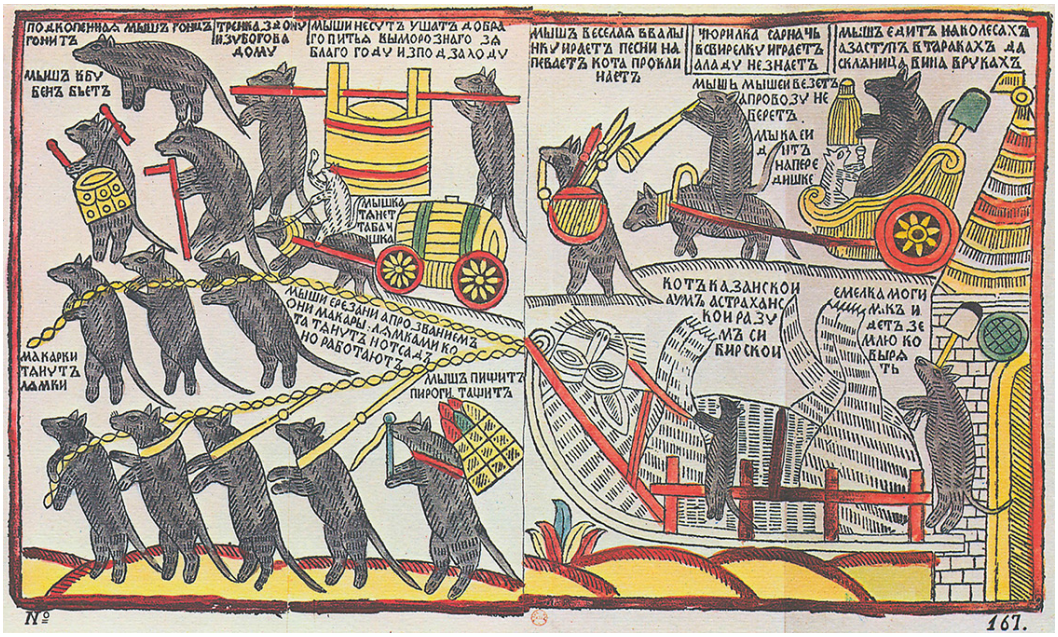
Putin junto ao monumento a Minin e Pozharsky, símbolos do sacrifício do povo unido pela religião e a devoção à pátria-mãe.

Pedro I, o Grande, de Valentin Serov (1907). Pedro era um homem com pressa. Com quase dois metros de altura, costumava andar com passadas gigantes e rápidas, deixando bem para trás os seus conselheiros.

Pedro, *o Grande*, de Godfrey Kneller (1698), um retrato oferecido pelo czar a Guilherme III, rei de Inglaterra, durante a sua Grande Embaixada. A imagem europeia do czar, com armadura, coroa e manto ocidentais e insígnias imperiais, está em contraste gritante com o retrato de Alexei, pai de Pedro, pintado apenas vinte anos antes.



A Entrada Cerimonial das Tropas Russas em Moscovo em 21 de Dezembro de 1709 após a sua Vitória na Batalha de Poltava, de Alexei Zubov (1711). Moscovo é reinventada sob forma de Roma antiga. Nenhum dos arcos do triunfo da ilustração existiu.



Os Ratos Estão a Enterrar o Gato (gravura e lubok, c.1760), uma sátira popular aos modos estrangeiros do Czar Pedro, defunto.

Retrato Equestre de Catarina II (1729-96) a Grande da Rússia, de Vigilius Eriksen (século xviii). A paixão de Catarina pelos cavalos deu origem ao mito absurdo de que morrera a copular com um.

O Cavaleiro de Bronze, de Étienne-Maurice Falconet, estátua equestre de Pedro, *o Grande* (1782), fonte de numerosos mitos sobre São Petersburgo e a natureza do poder imperial da Rússia.

17 de Outubro de 1905, de Ilya Repin (1907), uma imagem idealista da unidade revolucionária do povo.

Camponeses de uma aldeia do Norte da Rússia, anos de 1890. Notem os pés descalços, e uniformidade das roupas e das casas. Era esta a «harmonia comunal» imaginada por Eslavófilos e Populistas.

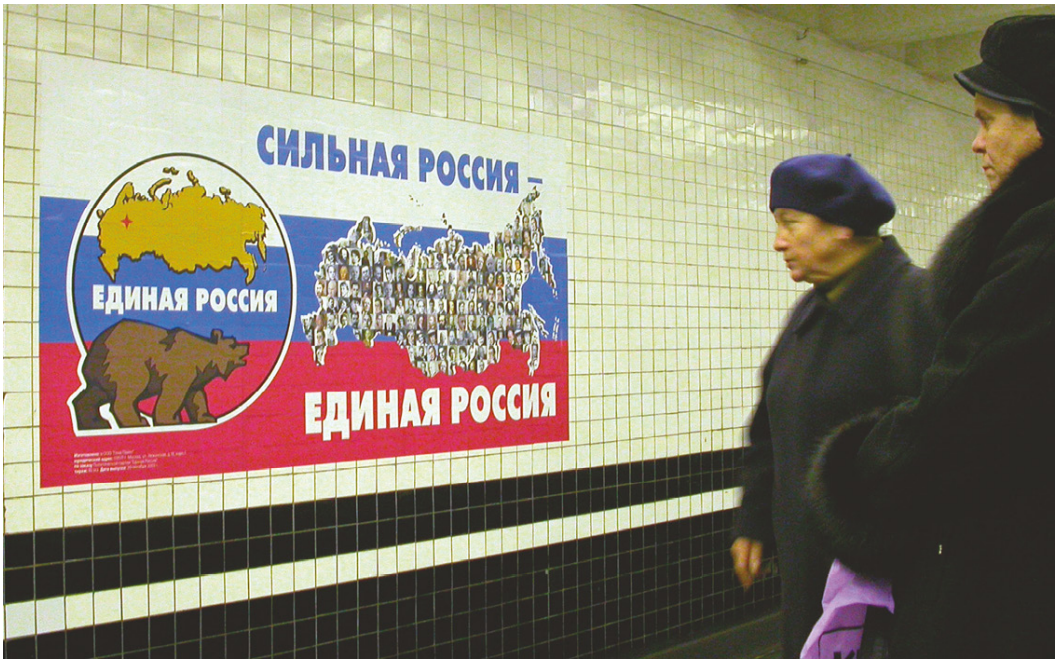
Fábrica têxtil de Ivanovo, 1905. A indústria têxtil recorria fortemente a mão de obra feminina e infantil.

O czar Nicolau II e a imperatriz Alexandra com seu filho hemofílico, o czarevich Alexei, durante as comemorações do tricentenário da dinastia Romanov, em 1913, em Moscovo. O jubileu cimentou o mito da união mística entre czar e povo.

Esse mito colapsou com a revolução de fevereiro de 1917, em que os símbolos e as estátuas dos Romanov foram destruídos. A cabeça caída pertencia à estátua de Alexandre III, em Moscovo.

A *Manhã da Nossa Pátria-Mãe*, de Fedor Shurkin (1948), um exemplo clássico dos retratos realistas socialistas ao serviço do culto do líder. O olhar de Estaline está fixo mais além, para lá da moldura, num futuro que só ele vislumbra.

A Mãe Rússia Chama, de Irakli Toidze (1941). A mãe exibe um juramento militar e convoca os filhos da Rússia a defendê-la do inimigo.



Cartaz eleitoral do partido Rússia Unida (2003). O mapa da Rússia está coberto de figuras da história russa, incluindo Estaline, tendo sido essa a primeira vez em que ele surge na miologia histórica de Putin.

Aspeto da exposição sobre Alexandre Nevsky no parque «A Minha História» de São Petersburgo. Os painéis à esquerda dão ênfase ao papel de Nevsky na defesa da Rússia da «agressão do Ocidente», enquanto os da direita celebram a sua habilidade diplomática ao celebrar novas alianças com os Mongóis e a Ásia.

ORLANDO FIGES

A HISTÓRIA DA RÚSSIA

«O livro de que precisa para entender a Rússia moderna.»

★ ANNE APPLEBAUM ★

D.QUIXOTE